

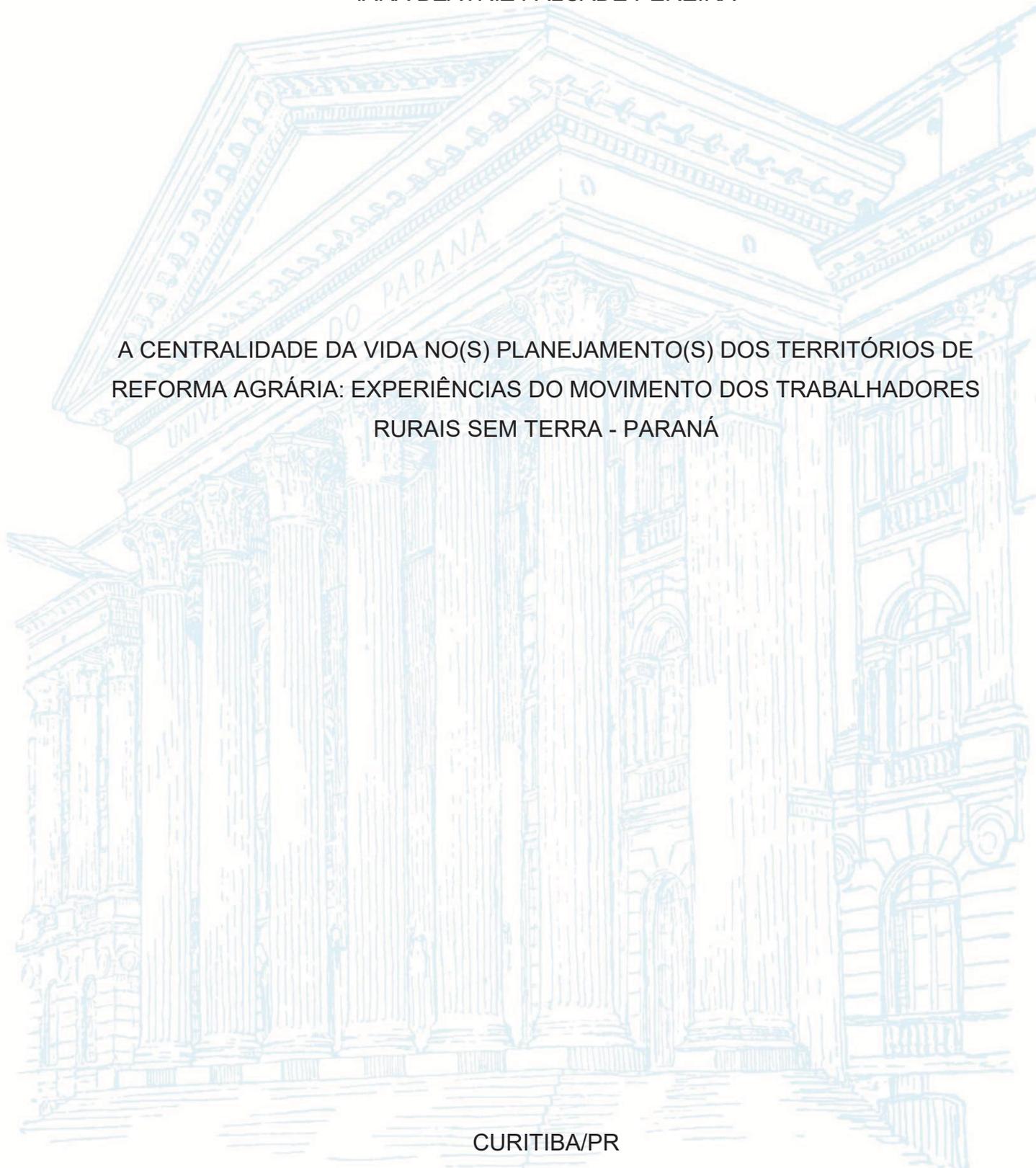
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IARA BEATRIZ FALCADE PEREIRA

A CENTRALIDADE DA VIDA NO(S) PLANEJAMENTO(S) DOS TERRITÓRIOS DE
REFORMA AGRÁRIA: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA - PARANÁ

CURITIBA/PR

2023



IARA BEATRIZ FALCADE PEREIRA

A CENTRALIDADE DA VIDA NO(S) PLANEJAMENTO(S) DOS TERRITÓRIOS DE
REFORMA AGRÁRIA: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA - PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gomez

CURITIBA/PR

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Pereira, Iara Beatriz Falcade

A centralidade da vida no(s) planejamento(s) dos territórios de reforma agrária: experiências do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Paraná / Iara Beatriz Falcade Pereira. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gomez

1. Reforma agrária. 2. Ecologia agrícola. 3. Mulheres do campo. 4. Planejamento Territorial rural. 5. Ética do cuidado. 6. Trabalhadoras Rurais Sem Terra (Paraná). I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Montenegro Gomez, Jorge Ramón. IV. Título.

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894

ATA Nº633

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM GEOGRAFIA

No dia vinte de junho de dois mil e vinte e tres às 08:30 horas, na sala Sala 107, Edifício João José Bigarella, 1º andar - Jardim das Américas - Centro Politécnico, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **IARA BEATRIZ FALCADE PEREIRA**, intitulada: **A centralidade da vida no(s) planejamento(s) dos territórios de reforma agrária: experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Paraná.**, sob orientação do Prof. Dr. JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CECILIA MARIA DE MORAIS MACHADO ANGILELI (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA), DANIELE REGINA PONTES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 20 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

26/01/2024 10:05:33.0

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/02/2024 17:23:24.0

CECILIA MARIA DE MORAIS MACHADO ANGILELI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

25/01/2024 19:01:02.0

DANIELE REGINA PONTES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **IARA BEATRIZ FALCADE PEREIRA** intitulada: **A centralidade da vida no(s) planejamento(s) dos territórios de reforma agrária: experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Paraná.**, sob orientação do Prof. Dr. JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

26/01/2024 10:05:33.0

JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/02/2024 17:23:24.0

CECILIA MARIA DE MORAIS MACHADO ANGILELI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

25/01/2024 19:01:02.0

DANIELE REGINA PONTES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

À minha mãe, Ires.

À todas as pessoas 'com coragem nos corações'.

À toda luta nos rastros do tempo.

E à toda rede de Vida dessa terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com imenso amor a minha mãe que me ensina a ter coragem de seguir, pela inspiração de construção de um mundo melhor, o incentivo ao estudo, os ensinamentos com a terra, a parceria e acolhida nos dias mais difíceis desses três anos, as portas abertas de sua casa, seus cuidados afetivos e de saúde, seus abraços e risos, sua amizade, sua leitura e parte da formatação deste trabalho também. Por absolutamente tudo, eu amo muito você!

À minha irmã Dóris, pela amizade, os abraços, os presentes de afeto, e pela formatação desta dissertação, com todo apoio para que fosse possível chegar ao fim do mestrado.

Ao meu irmão André, pela amizade, por me escutar e me ajudar a ver outros caminhos de calma ao coração, os abraços e acolhida em dias difíceis.

Ao meu irmão Diógenes, pela amizade, os almoços filosóficos e o apoio, suas escutas e cuidados junto à nossa mãe.

Ao meu pai, pelo carinho, as inspirações, suas lutas que também chegaram até mim e a ajuda com a fundação do nosso barraco no lote 7.

Aos meus avós maternos, Luiz e Irene, e aos meus avós paternos, Fortunato e Iracema. Pelas histórias de vocês, o que conheço e o que desconheço, por me fazerem compreender as 'veias de brasil' que faço parte.

Ao meu companheiro e amigo Zé Aurélio, pelos cuidados, parceria, as suas canções, sua comida, nossas conversas infinitas, o sonho compartilhado de estar na terra e o apoio nos últimos meses. Agradeço pelo amor de muitas maneiras compartilhado.

Ao meu orientador Jorge, pelo trabalho, respeito, parceria, dedicação, aprendizados, sensibilidade e também pela acolhida e apoio nesse mestrado. Nunca terei palavras para agradecer essa jornada e por ter acreditado que eu conseguiria também.

À minha psicóloga Juliane pelo trabalho, carinho e cuidado. Você foi fundamental na minha vida e nesse trabalho.

Às duas psiquiatras que pude ser atendida no caminho, Maria e Marcia. Meu sincero agradecimento pela acolhida, respeito e procura por tratamentos que me fizessem bem, com as plantas.

Às minhas amigadas queridas demais, todas que me acolheram muito, apesar da minha distância: Maia, Laís, Fernanda I., Maria Gabriela, Francisco, Márcio, Renata, Tauá Nanô, Roberta, Bruna, Jéssica, Ziulma, Vinícius, Maria Stella, Ivan, Sarinha, Felipe W., Felipe F., Marina F., Pierre, Ewerton, Éverton, Cássia, Renata A., Gabriel, Felipe K., Mayra, João, Tarcísio, Camila, Nailton. Sinto imensa saudades e agradeço cada uma/um de vocês!

Ao Coletivo PLANTEAR (ENCONTTRA, EMAU CARACOL, CEPPUR, MAJUP), por este caminho de aprendizados e construções coletivas: agradecimentos especiais aos Professores Marcelo, Jorge, Zé Ricardo, Ricardo e à Professora Daniele; e as/aos minhas/meus colegas e amigadas: Gustavo, Desirée, Renata, Camila, Davi, Gabriele, Bernardo, Amanda, Bruna, Marina, Bianca, Gabriela, Pedro, Ivan, Carina, Danilo, Maria Fernanda.

Ao grupo de Assessoria ao Quilombo Apepu, da UNILA e IFPR-Foz do Iguaçu, pela acolhida, trocas e aprendizados em 2020 e 2021: em especial às Professoras Cecília e Patrícia da arquitetura (que são inspiração para mim), à Professora Ângela e Professores Leonir e Fernando.

Às comunidades agroecológicas Maria Rosa do Contestado e Padre Roque Zimmermann, pela abertura, confiança e acolhida. Em especial às mulheres Rosane, Dona Ângela, Ivandressa, Patrícia, Silvana, Dona Judite, Dona Cida, Dona Geni, Rose e todas as outras companheiras. Também ao Célio, e todos os demais companheiros.

Ao Acampamento Encontro das Águas, pela acolhida, pelos amigos construtores, pela parceria e abertura de porteiros.

À Escola Latino Americana de Agroecologia, ao Assentamento Contestado, e principalmente às turmas de Educação do Campo e do Tecnólogo em Agroecologia que convivi nesses territórios.

Que bom poder chegar nesta página, pois houve períodos que não acreditei que conseguiria. Por isso, deixo meu reconhecimento, admiração, carinho e afeto à todas as pessoas que foram minha rede de apoio e de cuidado para que não desistisse. Tod()s me mostraram sem saber (ou sabendo) que as teorias do cuidado fazem imenso sentido e em todas as escalas.

Por último, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à Universidade Federal do Paraná por esta vaga de mestrado, aos meus professores pela formação e à CAPES pela bolsa concedida. Junto a estes, agradeço todas as pessoas que lutaram e lutam pelo acesso à universidade pública, pois acredito que se

estou aqui, é pela luta coletiva. Agradeço também à todas as mulheres e os movimentos feministas, que no Brasil, nos garantiram o direito de estudar. E agradeço, ainda, a todos os povos, lutas e saberes do campo, das águas e das florestas, que reavivam os caminhos de *modos de vida com a natureza* e me mostraram nesse trabalho pistas de sensibilidade e outros caminhos possíveis para os planejamentos dos territórios. Seguimos em luta para que a esperança e a coragem nos acompanhem nessa caminhada.

Essa é uma pequena canção que fiz pra você
Uma pequena canção que fiz pra você e pro sol
Já que derrama sobre a areia cactos de fúria
E busca a profundidade onde é preciso quebrar tudo

Ontem sonhei que rodava a terra pra trás
E te vi nascer
Como esquecer?
Já que o ferro é do chão
O cobre da pedra
O orvalho nunca sairá das nossas folhas
Levantei teu corpo na direção do sol
Se não arder, como viver?

Qual arvoredado guarda teu segredo?
Mas que fornalha fabricou teu manto?

Eu sei que é tarde e quase tudo é medo
Mas agora não é agora em todo canto

A tua voz eternal viagem

A nossa sorte é ter coragem

Olha, hoje o sol não se mexeu

Toca na flor noturna que guardo no peito

Essa canção é pra você e pro sol

Todo dia o sol mata a madrugada
Toda tarde vai preso novamente

Você sabe o caminho, você me espera?

Andar no mundo não há mais segredo

Vamos, ainda não acabou

Correremos acesos

Vê as torres de segurança?

Entre o muro e o campo?
Não tremo

Sentiram o perfume da tua passagem no corredor de luz

A nossa sorte é ter coragem

Música: Eternal Viagem

“QUAL FOI A INSPIRAÇÃO POR TRÁS DA MÚSICA?

Eternal Viagem é um diálogo entre um homem e uma mulher, na trajetória ficcional dos cinco personagens em direção ao coração do sol. É um texto declamado com uma base instrumental”
(CORDEL DO FOGO ENCANTADO, 2018).

Escolhi esta música para inspirar diálogos entre homens e mulheres às fugas dos imaginários, para além das “torres de segurança entre o muro e o campo”.

A nossa sorte é ter coragem.

lara

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as transformações do planejamento nos territórios de Reforma Agrária, com ênfase em experiências no Paraná e de duas comunidades-agroecológicas do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). A discussão do planejamento nestes dois territórios evidencia camadas invisibilizadas ao longo do tempo, como os modos de vida camponeses sem-terra, sob uma perspectiva agroecológica de gênero e que visibiliza as práticas de cuidado para reprodução da vida. Para desvelar a discussão em foco, o ponto de partida passa pelas experiências de planejamento do Acampamento Maria Rosa do Contestado e do Acampamento Padre Roque Zimmermann (2019-2023) (Castro-PR), junto ao Coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular da Universidade Federal do Paraná (PLANTEAR-UFPR) pelo projeto de extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existências”. Em contexto de conflito, estas experiências de planejamento acontecem sem a presença da instituição responsável, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e com este indo ‘em contra’ ao assentamento das famílias. Assim, este trabalho se insere no contexto da produção da política pública da reforma agrária no Brasil, tensionada entre o estado, na figura do INCRA, estabelecendo as normatividades desse processo e, o MST como movimento social do campo e principal ator coletivo demandante do cumprimento da política, atuando também como formulador de propostas para a permanência da classe trabalhadora camponesa na terra. Neste contexto das perspectivas territoriais e de planejamento na reforma agrária, vemos a incidência de outros movimentos sociais e ambientais dos anos 90 aportando a Agroecologia aos processos do movimento sem-terra e agregando sua perspectiva multidimensional enquanto: prática, ciência, movimento e políticas públicas; e que compreende os múltiplos modos de vida nos territórios, valorando os saberes e as/os sujeitas/os políticas/os que os constroem. Neste sentido, identificamos as mulheres assumindo cada vez mais um protagonismo fundamental à Agroecologia mobilizando as práticas dos cuidados da vida e da ecodependência. Assim, em contraponto ao contexto institucional dos planejamentos dos territórios de reforma agrária, evidencia o caráter de uma normatividade racionalista, capitalista, racista e patriarcal. A proposta metodológica deste trabalho de pesquisa-extensão se constituiu a partir da narrativa da experiência contextualizada e percepção das cinco dimensões propostas por Larrosa (2021:21) e, segundo Ivani Faria (2018:136), da perspectiva participante que se fundamenta na visão decolonial e democrática-comunitária. Esse construir junto se efetivou de lugares diferentes: como técnica-militante com o MST; pela participação do projeto Mapeamentos Comunitários e PLANTEAR; como acampada; e também por meio de trabalhos de campo, levantamento de literatura, levantamentos teóricos e documentais, oficinas de planejamento, cartografias sociais, entrevistas, entre outras ferramentas. A ética do cuidado também se fez presente como metodologia interseccional e dialógica. Este percurso, possibilitou reflexões das quais nos permitiram algumas “considerações para mobilização”, antagonizando as “considerações finais”, para dialogar com as práticas de planejamento no projeto coletivo de uma Reforma Agrária Popular e também Agroecológica, com proposições para a institucionalidade e ‘para além das instituições’ com uma mudança de valores que coloque a vida no centro.

Palavras-chave: planejamento territorial, reforma agrária, agroecologia, protagonismo das mulheres, cuidado.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the transformations of planning in Agrarian Reform territories, with an emphasis on experiences in Paraná and in two agroecological communities of the Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). The discussion of planning in these two territories highlights layers that have been made invisible over time, such as the way of life of landless peasants, from an agroecological gender perspective that makes visible the practices of care for the reproduction of life. To unveil the discussion in focus, the starting point is the planning experiences of the Maria Rosa do Contestado Camp and the Padre Roque Zimmermann Camp (2019-2023) (Castro-PR), together with the Collective of Territorial Planning and Popular Advisory of the Federal University of Paraná (PLANTEAR-UFPR) through the extension project “Community Mapping in experiences of r-existences”. In a context of conflict, these planning experiences take place without the presence of the responsible institution, the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), and with this institution going ‘against’ the settlement of families. Thus, this work is inserted in the context of the production of public policy for agrarian reform in Brazil, tensioned between the state, in the figure of INCRA, establishing the normativities of this process, and the MST as a social movement in the countryside and the main collective actor demanding compliance with the policy, also acting as a formulator of proposals for the permanence of the peasant working class on the land. In this context of territorial and planning perspectives in agrarian reform, we see the incidence of other social and environmental movements of the 1990s bringing Agroecology to the processes of the landless movement and adding its multidimensional perspective as: practice, science, movement and public policies; and which encompasses the multiple ways of life in the territories, valuing the knowledge and the political subjects that construct them. In this sense, we identify women increasingly assuming a fundamental role in Agroecology, mobilizing practices of caring for life and ecodependence. Therefore, in contrast to the institutional context of planning agrarian reform territories, it highlights the character of a rationalist, capitalist, racist and patriarchal normativity. The methodological proposal of this research-extension work was constituted based on the narrative of the contextualized experience and perception of the five dimensions proposed by Larrosa (2021:21) and, according to Ivani Faria (2018:136), from the participant perspective that is based on the decolonial and democratic-community vision. This joint construction took place in different places: as a technical-activist with the MST; through participation in the Community Mapping and PLANTEAR projects; as a camper; and also through fieldwork, literature survey, theoretical and documentary surveys, planning workshops, social cartographies, interviews, among other tools. The ethics of care was also present as an intersectional and dialogical methodology. This path enabled reflections that allowed us to make some “considerations for mobilization”, opposing the “final considerations”, to dialogue with planning practices in the collective project of a Popular and Agroecological Agrarian Reform, with proposals for institutionality and ‘beyond institutions’ with a change of values that places life at the center.

Keywords: territorial planning, agrarian reform, agroecology, women's protagonism, care.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - ILUSTRAÇÃO DE SEMEITEIRAS COM ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA DO PARANÁ	44
FIGURA 2 – MUNICÍPIO DE CASTRO E COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS MARIA ROSA E PADRE ROQUE.....	54
FIGURA 3 – FAZENDA CAPÃO CIPÓ – CASTRO/PR.....	56
FIGURA 4 – ÁREAS OCUPADAS NA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ: MARIA ROSA E CTP.....	58
FIGURA 5 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 01/04.....	63
FIGURA 6 – PERCURSO ENTRE ACAMPAMENTOS M ^a ROSA E PE. ROQUE. ...	65
FIGURA 7 – DESTAQUE PARA LIMITE LEGAL DA FAZENDA JECA MARTINS....	66
FIGURA 8 – PRIMEIRA REUNIÃO DO PROJETO NO BARRACÃO COMUNITÁRIO.	67
FIGURA 9 – PRIMEIRO ESBOÇO DA COMUNIDADE.	69
FIGURA 10 – LINHA DO TEMPO FASE 1 E 2 DO PROCESSO DE ESTUDO DE VIABILIDADE DE ASSENTAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA PADRE ROQUE.....	70
FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO E ÁREAS DO ACAMPAMENTO PADRE ROQUE....	72
FIGURA 12 – RECONHECIMENTO DA ÁREA.....	72
FIGURA 13 – PLANÍCIE DE PRODUÇÃO COLETIVA, COM CULTIVOS, E PARTE DA ÁREA DE MATA AO FUNDO.....	73
FIGURA 14 – BANNER DO PROJETO, APRESENTADO NA 18 ^a JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ EM AGOSTO DE 2019.	75
FIGURA 15 – MAPA PRODUTO DA FASE 1, ÁREAS DE MORADIA COM QUINTAL PRODUTIVO – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA PE. ROQUE....	77
FIGURA 16 – FASE 2, ÁREA COMUNITÁRIA DO PADRE ROQUE (ELABORAÇÃO SOBRE IMAGEM AÉREA DO DRONE: É POSSÍVEL VER O ACAMPAMENTO DAS FAMÍLIAS AO REDOR DA CASA COMUNITÁRIA E BARRACÃO).	80
FIGURA 17 – FAMÍLIAS DO PADRE ROQUE E PARCEIROS DO MARIA ROSA ACOMPANHAM EQUIPE DE ENG. CARTÓGRAFOS NO PIQUETEAMENTO DO ESTUDO, 26 DE FEVEREIRO DE 2020.	81

FIGURA 18 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 02/04.....	85
FIGURA 19 – ESTUDOS APRESENTADOS À DPU – (I) GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE CURSOS E ÁREAS DO IFPR; (II) DISTÂNCIA DA MALHA URBANA DE CASTRO À FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ.....	87
FIGURA 20 – VISITA DE JUIZ ANTÔNIO BOCHENEK À COMUNIDADE M ^a ROSA, 06/11/2020.	88
FIGURA 21 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 03/04.....	90
FIGURA 22 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 03/04.....	95
FIGURA 23 – FOTO AÉREA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA PADRE ROQUE ZIMMERMANN, 05/12/2021.	97
FIGURA 24 – LINHA DO TEMPO DO PROCESSO DE ESTUDO DE VIABILIDADE DE ASSENTAMENTO NA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA MARIA ROSA DO CONTESTADO.....	98
FIGURA 25 – ÁREAS – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO - BASE PLANTEAR (2021).	99
FIGURA 26 – MAPA PRODUTO DA FASE 1, ÁREAS DE MORADIA COM QUINTAL PRODUTIVO – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA. BASE: PLANTEAR (2021).	101
FIGURA 27 – DESENHO TERRITORIAL DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.	104
FIGURA 28 – SEDE COOFRAM, 3D ÁREA COMUNITÁRIA PRODUTIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.	105
FIGURA 29 – SEDE COOFRAM, 2D ÁREA COMUNITÁRIA PRODUTIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA.	105
FIGURA 30 – 3D DE SONHOS PARA A ÁREA COMUNITÁRIA DA VIDA COLETIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.	106
FIGURA 31 – 2D DE SONHOS PARA A ÁREA COMUNITÁRIA DA VIDA COLETIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.	107

FIGURA 32 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 04/04.....	109
FIGURA 33 – CAPA DE ORIGINAL DO ESTATUTO DA TERRA, 1694.....	114
FIGURA 34 – ETAPAS DA REFORMA AGRÁRIA – INCRA.....	121
FIGURA 35 – “CARTILHA VERMELHA” Nº5/2004.	138
FIGURA 36 – CONHECIDA “CARTILHA AZUL” REALIZADA PELO MST E CONCRAB.	138
FIGURA 37 – REPRESENTAÇÃO DE ASSENTAMENTO SEGUINDO O “QUADRADO BURRO”.....	140
FIGURA 38 – REPRESENTAÇÃO DE ASSENTAMENTO EM AGROVILA, COM LOTES	141
FIGURA 39 – REPRESENTAÇÃO DE UM NÚCLEO DE MORADIAS EM AGROVILA “RAIO DE SOL”.....	141
FIGURA 40 – DESENHO DE VALMIR, JOVEM COMUNICADOR DO MST-PR, AGROECÓLOGO PELA ELAA E ACAMPADO NA COMUNIDADE LUTZEMBERGER EM 2018.	161
FIGURA 41 – PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS.....	184
FIGURA 42 – DOAÇÃO DE DIVERSIFICADOS ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS DO MARIA ROSA, LEVADOS PARA AS PERIFERIAS EM CASTRO, AGOSTO DE 2020.....	185
FIGURA 43 – PLACENTA DE AGROFLORESTA DO NOSSO LOTE 7, MARIA ROSA (2023) – JUNTO A AMOREIRA E UM CEDRO (ARBÓREAS), OUTRAS VEGETAÇÕES E ALIMENTOS COMO MARGARIDÃO, AÇAFRÃO, MILHO, INHAME, ABÓBORA, COUVE E HORTELÃ. ..	186
FIGURA 44 – DIA DE MANEJO DO FUNDO DO NOSSO LOTE 7, NA FOTO UMA SOMBRA QUE COSTUMÁVAMOS SENTAR; NASCENTE D’ÁGUA A DOIS LOTES DE DISTÂNCIA, COM A PRESENÇA E CUIDADO DA MATA NATIVA PRESERVA NASCENTE D’ÁGUA A LONGO PRAZO.	186
FIGURA 45 – LINHAS DE AGROFLORESTA DO NOSSO LOTE 7, MARIA ROSA (2023), APÓS SEIS MESES DE IMPLANTAÇÃO E MANEJO, ÁRVORES E CULTIVOS ALIMENTARES SE FORMANDO; QUANDO ACAMPAMOS, A PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO FOI O PLANTIO DE ÁRVORES; AS LINHAS CONTÉM IPÊS, CEDROS, MONJOLEIROS,	

<p>CANELEIRAS, EUCALIPTOS, ARAÇÁS, LIMÕES, LARANJEIRAS, FIGUEIRAS, ENTRE OUTRAS ÁRVORES PARA ‘PUXAR ÁGUA’ PELAS RAÍZES PARA AS CAMADAS MAIS SUPERFICIAIS.....</p>	187
<p>FIGURA 46 – O INÍCIO DO CUIDADO COM A TERRA NO LOTE 7 PARA PLANTIO, EM 2022, FOI ORGANIZAR UMA COBERTURA DE SOLO COM PALHADA PARA PROTEGER A TERRA E A BIOTA FUTURA DELA.</p>	189
<p>FIGURA 47 – REGISTRO DOS CANTEIROS DA FOTO ANTERIOR, CERCA DE 6 MESES DEPOIS, JÁ HAVENDO MAIS INSETOS, MINHOCAS E OUTROS MICRORGANISMOS PRESENTES NO LOTE; CONTÉM COUVES, BATATAS, MILHOS, AÇAFRÃO, MARGARIDÕES, PIMENTÃO E OUTROS CULTIVOS COM FORRAÇÃO NO SOLO.</p>	189
<p>FIGURA 48 – REGISTRO DAS BANANEIRAS DOADAS POR VIZINHOS PARA LEVAR PARA OS CANTEIROS AGROFLORESTAIS DO LOTE 7.</p>	190
<p>FIGURA 49 – DOAÇÃO DE ALIMENTOS NA PERIFERIA DE CASTRO, NA PANDEMIA – NA FOTO, MULHER NEGRA MOSTRA PRODUTOS RECEBIDOS COMO LEITE, ABÓBORA, BATATA, ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, PÃO E FOLHAS DE COUVE.....</p>	191
<p>FIGURA 50 – PARTICIPAÇÃO DA COOFRAM EM FEIRA.</p>	192
<p>FIGURA 51 – INTERCÂMBIO COM A ELAA NO MARIA ROSA EM 2019.</p>	193
<p>FIGURA 52 – PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO DO TERREIRO DE UMBANDA DE UMA FAMÍLIA ACAMPADA DO MARIA ROSA, EM MOMENTO DE BÊNÇÃOS ECUMÊNICAS DE OUTRAS RELIGIÕES - NOITE CULTURAL DE ANIVERSÁRIO DE 7 ANOS DO MARIA ROSA JUNTO AO PLANTEAR; DONA ÂNGELA, MÃE DE SANTO, COORDENA A PADARIA ORGÂNICA DA COOFRAM.</p>	194
<p>FIGURA 53 – I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA, 8 DE MARÇO DE 2020.....</p>	207
<p>FIGURA 54 - ILUSTRAÇÃO DE SEMENTEIRAS COM ESPÉCIECIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA DO PARANÁ</p>	253
<p>FIGURA 55 – DIAGRAMA RELACIONAL DA ESFERA DO CUIDADO E AS ESCALAS DO PRESENTE ESTUDO E PROPOSIÇÃO SEMENTEIRA.....</p>	254

FIGURA 56 – SINTESE E SISTEMATIZAÇÃO DAS PERGUNTAS PARA MOBILIZAÇÃO DA SEMENTEIRA.	256
FIGURA 57 – POR UM MUNDO DE MUITOS MUNDOS.	273

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – BRASIL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - ASSENTAMENTOS CRIADOS 1985-2019.....	45
GRÁFICO 2 – NÚMERO DE OCUPAÇÕES NO BRASIL POR ANO (1990 A 2016).	118
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS PELA REFORMA AGRÁRIA ATÉ 1994 POR ANO E MANDATO PRESIDENCIAL ENTRE 1995 E 2018 (EM MIL).	119
GRÁFICO 4 – DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO.	219

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – BRASIL – TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, 1961-2010.....	124
QUADRO 2 – ROTEIRO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO – PDA.	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ÁREAS E % DO DESENHO TERRITORIAL PADRE ROQUE.....	78
TABELA 2 – ÁREAS E % DO DESENHO TERRITORIAL MARIA ROSA.....	102
TABELA 3 – PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME PASSOS DE IMPLEMENTAÇÃO (1900-2022).....	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
1 INTRODUÇÃO	33
2 CAPÍTULO 1: CONFLITO E PLANEJAMENTO NAS COMUNIDADES- AGROECOLÓGICAS PADRE ROQUE ZIMMERMANN E MARIA ROSA DO CONTESTADO (CASTRO-PR).....	45
2.1 A REFORMA AGRÁRIA IRROMPE NO MEIO DO AGRONEGÓCIO: DISPUTA DA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ (CASTRO-PR).....	53
2.2 MOBILIZAÇÕES FRENTE À CONTRARREFORMA AGRÁRIA: APRENDENDO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA PADRE ROQUE ZIMMERMANN	64
2.3 PLANEJAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA.....	82
3 CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: ENTRE A INSTITUCIONALIDADE E AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO SOCIAL	110
3.1 A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: CONSOLIDAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL/NORMATIVO	111
3.2 PERCURSOS CRÍTICOS DO PLANEJAMENTO NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E QUESTÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	133
3.3 A EXPERIÊNCIA DA COTRARA (MST) NO PLANEJAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: ENTRE A RIGIDEZ DAS NORMAS E AS POSSIBILIDADES ABERTAS PELO MOVIMENTO SOCIAL	148
4 CAPÍTULO 3: A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AGROECOLOGIA COMO MODO DE VIDA: PARA SENTIPENSAR TRANSFORMAÇÕES NO PLANEJAMENTO.....	164
4.1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL/ECOLÓGICA EM PAUTA NO MST: A AGROECOLOGIA PARA ALÉM DE UM PARADIGMA PRODUTIVO	165
4.2 “CIÊNCIA, PRÁTICA, MOVIMENTO E POLÍTICA PÚBLICA”: A AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO.....	180
4.3 AGROECOLOGIA: UM MODO DE VIDA DE CUIDADO COM A NATUREZA..	199

5 CAPÍTULO 4: MOVIMENTO SOCIAL, AGROECOLOGIA E PLANEJAMENTO: ENTRE OS SILENCIAMENTOS E OS PROTAGONISMOS DAS MULHERES EM UMA REFORMA AGRÁRIA COM A VIDA NO CENTRO.....	206
5.1 I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA: PROTAGONISMOS E DEBATES DE UMA REFORMA AGRÁRIA POPULAR FEMININA E AGROECOLÓGICA.	206
5.2 CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA PENSAR E TRANSFORMAR O PLANEJAMENTO TERRITORIAL: DEBATES PARA UMA REFORMA AGRÁRIA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	218
5.3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: A VIDA NO CENTRO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA REFORMA AGRÁRIA.....	235
6 CONSIDERAÇÕES PARA MOBILIZAÇÃO: SEMENTEIRA DE UM PLANEJAMENTO TERRITORIAL COM A VIDA NO CENTRO NA REFORMA AGRÁRIA.....	249
6.1 SEMENTEIRA DO CUIDAR DO TERRITÓRIO:.....	255
6.1.1 Como conhecemos os territórios e as pessoas das comunidades?	257
6.2 SEMENTEIRA DO CUIDAR DA COMUNIDADE:.....	258
6.2.1 Quais as estratégias e relações camponesas de cuidado e preservação com a terra, as águas, florestas e outros seres que dependem destas vidas (a Natureza) no território?	259
6.2.2 Quais as relações com a terra e os acordos coletivos para o desenho das áreas coletivas e familiares? Como a organicidade do MST da relação dos Núcleos de Base (NBs) pode estar presente na divisão/localização das famílias na Agrovila?	261
6.2.3 Quais as estratégias, fluxos e relações do cuidado são importantes para desenhar a Agrovila?	263
6.2.4 Como integrar o cuidado dos/as/es outros/as/es no planejamento? Como e quem faz a gestão e o cuidado da área comunitária? Quais as relações estruturantes entre a comunidade e a área comunitária?	266
6.3 SEMENTEIRA DO CUIDAR-SE E CUIDAR DA FAMÍLIA:	270
6.3.1 Como os cuidados acontecem na escala familiar do lote?	270
REFERÊNCIAS.....	274

APRESENTAÇÃO

Bem, antes de chegarmos na introdução deste trabalho, peço licença para fazer uma apresentação, a qual produzi após o término do trabalho. É um texto que passa por uma série de escalas e vivências, e que considerei relevante apresentar um pouco do “meu laboratório” até chegar de fato nessa pesquisa-extensão de mestrado. Meu laboratório nada mais foi do que a minha vida. Repleta de estudos, diálogos com referências, mas antes de tudo ou junto a isso tudo, repleto de pessoas, de memórias, de construções, desconstruções e vontades/anseios/utopias. Sendo assim, compreendo os limites que meu trabalho possui, mas que objetiva contribuir em uma trama complexa que envolve as camadas dos temas em discussão.

Esta dissertação de mestrado surge da necessidade de aprofundamento das discussões trazidas no meu trabalho final de graduação, na conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – o qual ingressei com uma vaga de cotas sociais de colégio público em 2013. Composto de dois trabalhos de conclusão, o primeiro consistiu em uma monografia intitulada “Planejamento Comunitário em Assentamentos Rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória” (2018). O segundo, foi um projeto de metodologia e espacialização da discussão teórica da monografia e se intitulava: “A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná” (2019). Essa pesquisa de graduação esteve baseada no tripé Reforma Agrária x Planejamento territorial e comunitário x Perspectiva do Cuidado, destacando a dimensão do Cuidado se inserindo como linha condutora de um planejamento territorial protagonizado por mulheres, na Reforma Agrária Popular (RAP) proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no recorte do Paraná.

Estes trabalhos sinalizaram questionamentos diversos, frutos da minha vivência no período da graduação em uma universidade pública, por meio de uma política pública de acesso ao ensino superior: como o porquê estar ali? Para o quê? Para/com quem? E para onde ir/atuar depois? Estas perguntas me motivaram a desafiar a tradicionalidade do curso em não estudar ou não nos apresentar questões mais aprofundadas sobre o campo e territórios *outros* – não urbanocentrados -, como os planejamentos territoriais e agroecológicos, em contexto de reforma agrária. Foi o

momento que optei por criar alguma ligação entre os aprendizados e vivências da extensão, com as futuras possibilidades como técnica arquiteta (des)urbanista¹.

Desde 2014 até o presente momento estive colaborando com projetos de extensão em comunidades rurais no estado do Paraná, e estar diante dessas experiências, dos questionamentos e dos aprendizados desde as comunidades interferiram de forma substancial no sentido que encontro para minha formação acadêmica, profissional, pessoal, e técnico-militante afinal - algo que desejava ser na minha adolescência militante, antes mesmo de optar pelo vestibular de arquitetura e urbanismo ou quem dirá de pensar um mestrado na geografia.

Ao longo dessa experiência da graduação com forte presença da extensão, adentrei em processos que analisei e senti que precisam ser mais explorados e compreendidos, e com apoio das amigas e meu orientador do ENCONTTRA, da minha mãe e outras amigas do MST, revisei as linhas dos trabalhos finais da graduação para elaborar um projeto de mestrado e avançar na trama das linhas soltas destes estudos anteriores. Como mulher, sem este apoio, não teria desafiado o desencorajamento que de certa forma é implícito em nós ao longo da vida, em desbravar caminhos de estudo em contextos acadêmicos e sociais bastante conflitivos e complexos.

A experiência do mestrado, tanto pela pesquisa e pela possibilidade de bolsa, me oportunizou a continuidade de trabalho/pesquisa/extensão inserida no MST, me permitindo vivenciar a pesquisa-extensão na universidade, como um espaço de diálogo e construção de sentidos mais amplos, populares e comuns. E além disso, mais que necessários, para avançarmos na construção da(s) ciência(s) e formatos de

¹ Desde que me graduei, e pelos aprendizados e posturas que venho aprendendo, prefiro me auto identificar como arquiteta (des)urbanista. Sem prepotência, mas com um intuito de juventude aprendiz, que vê o quanto precisamos descolonizar nossos imaginários sobre desenvolvimento, modos de vida e portanto, da materialidade da produção e reprodução social da nossa sociedade capitalista. Através da Agroecologia, das geografias 'agrária, urbana e feminista', da ética do Cuidado, dos ecofeminismos críticos, entre tantas outras referências e pessoas, atualmente acredito que o caminho para nossa profissão (e outras) contribuam em alguma parcela da superação da crise climática e das desigualdades sociais que vivemos, são caminhos de desurbanização e valorização de modos de vida dignos que prezem pelo cuidado e preservação da vida como centralidade de ações. Desfazer o quanto pudermos o urbanismo da mineração, do concreto, do aço, das mega infraestruturas, do asfalto da exploração do petróleo, das vias impermeáveis, dos rios canalizados e sufocados, da dependência dos automóveis de combustíveis fósseis, da desconexão com a natureza, da falta de árvores e florestas, entre tantas características de urbanismos e modos de vida colonizadores, e nos refazer por outros caminhos, para além do desenvolvimentismo e exploração inconsciente da natureza.

trabalho e pesquisa tão enraizados nos trabalhos de extensão e na (con)vivência dos territórios.

Assim, trago um breve relato das extensões que passei até chegar no mestrado. No período de 2014 a 2017 da extensão com uma associação de pequenos produtores rurais de Tunas-PR, um quilombo em Areia Branca-PR e comunidades pescadoras e artesãs na Ilha de Superaguí-PR, pela extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UFPR, pude levar comigo a vivência e discussões de associativismo e cooperativismo popular, do turismo de base comunitária, da economia solidária, das tecnologias sociais, do desenvolvimento local e da agroecologia. Temas e realidades distantes das abordagens dentro do ensino do curso de arquitetura na UFPR no período que cursara essa graduação. Em 2017, fui parar na extensão do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra – ENCONTTRA da Geografia da UFPR, pisando em terras de saberes e conceitos novos, críticas mais aprofundadas sobre a questão agrária, a colonialidade e junto a isso novas vivências em comunidades tradicionais como os faxinalenses, benzedeiros, e em territórios de reforma agrária do MST no Paraná.

Esse parágrafo anterior é insuficientemente sintético quanto às vivências e histórias com pessoas de origens, conhecimentos e saberes distintos, tanto das comunidades quanto da universidade, que registram minha vida e minhas dúvidas nessa pesquisa. Essas aproximações trançadas, também resultam de uma curiosidade, com certa angústia e “busca de lugar” (desde que me conheço por gente) dentro de uma universidade, em um curso de arquitetura, na capital do nosso estado. Essa busca *sentipenso* que se conecta com minha história anterior à graduação e a pós-graduação, que trago nessa apresentação também.

Creio que vejo essas linhas do tempo desde, no mínimo, meus e minhas avós. Não consigo não citá-los, apesar de achar que minha memória é muito mais afetiva com os lugares em que eles constituíram uma vida camponesa, na terra e próxima à natureza. E que os estudos atrelados à extensão e a militância, também me contribuíram em ter outra leitura estrutural sobre ‘as veias do Brasil que venho’, do passado ‘das e dos meus ancestrais próximos’ - avós analfabetas/os e um avó semi-analfabeto, todos de ‘algum interior’ do país, trabalhadores, migrantes, da terra.

Meus avós maternos Irene e Luís terminaram a vida em Capanema no sudoeste do Paraná, e os avós paternos Iracema e Fortunato em Cajati no Vale do Ribeira (SP) (quando já haviam saído do Verê, também no sudoeste paranaense).

Todos nasceram no Rio Grande do Sul, de famílias camponesas pobres, mestiças, foram migrando até ‘algum lugar’, sempre no campo ou no mato, como diz a vó Iracema (única atualmente viva).

Além da infância indo ao “sítio da vó do mato”, e à terrinha da “casa da vó Irene”, venho acompanhando desde pequena meu pai e minha mãe em várias histórias e experiências de organização coletiva. A começar na construção da associação de moradores da Vila Prado em Almirante Tamandaré-PR – a periferia rural onde vivi até os 8 anos de idade -, na fundação da Pastoral da Criança da vila, na construção da escola e do postinho da vila. Depois, fui acompanhando principalmente minha mãe em manifestações, na luta sindical pela educação, posteriormente entrando em coletivos de militância estudantil, no MST e no sindicato da minha atual categoria. Há algum tempo pratico ‘essas tais’ construções coletivas, e apesar de tantos pesares, dificuldades, dores e contradições nos processos, sigo acreditando e aprendendo/defendendo que podemos construir caminhos de superação das desigualdades e de vida digna, com apoio na nossa ciência e pela universidade se popularizando, junto aos os movimentos sociais, à sociedade em movimento e às lutas por direitos humanos. Sempre ou cada vez mais, sem abrir mão de fazer isso de forma ética e com base em relações de respeito e ajuda mútua.

Na graduação, já ouvira o termo “técnico-militante” e desejava encontrar possibilidades para trabalhar no meio rural, pois sentia que esse contexto era um dos quais eu desejava me aproximar e atuar. Sem romantizar, inclusive, eu sentia e sinto uma questão afetiva com estes meios, mas principalmente em entendê-los e *sentipensar* em como melhorá-los, sem suprimir a vida e os modos de vida que existem ali. Vejo que tudo isso foi se trançando numa integralidade de auto percepção e atuação de ser no mundo (que é de certa forma, desafiadora de lidar, emocionalmente e racionalmente), pois fui tomando em conta ‘essa busca de lugar’ sempre aproximando às resistências do campo, de onde vem minha mãe e pai, também expropriados da vida de relação com a terra, para estudar e viver em territórios urbanos em uma metrópole ou próximo dela.

Bom, ambos, Valmir e Ires, saíram do sudoeste paranaense tendo militado e trabalhado em sua juventude camponesa, passando na década de 80 pela ASSESSOAR (Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural), pela criação do MST e também do PT na região, entre outras formações e lutas que se dedicaram com coração. Digo isso porque vi e vejo na ética de luta deles, um passado com

envolvimento forte na militância cotidiana e comunitária, que penso também ser proveniente de que eles vinham de famílias camponesas católicas, tendo participado ativamente até como lideranças comunitárias e nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). A Teologia da Libertação com o princípio da “fé e vida” foi uma filosofia que impactou muito a história deles e a minha. Essas bandeiras e outras das organizações e partidos de esquerda eram partilhadas diante dos meus olhos desde pequena, já no contexto de recorrentes greves do sindicato das/os professoras/es do estado do Paraná e outras, em que acompanhava e aprendia sobre os chãos de luta de pessoas como eles. Acredito que isso tudo me agrega um sentimento de esperança e envolvimento, de um modo de vida deles que veio da terra. Percebo que eles me oportunizaram e nutriram em mim um entendimento do que pude encontrar em referências neste trabalho, que é a *ecodependência*.

Em 2015, fui a primeira vez ao Assentamento Contestado (Lapa-PR), do MST. De idas e vindas, conheci a Priscila (assentada no mesmo) no início de sua dissertação no ENCONTTRA em 2017, e desde então aprofundei meus laços com o Movimento. Em 2018, aliei a ideia de fazer a monografia e o trabalho final de graduação (TFG) no Contestado, com apoio de Dalvan e Nei (assentados), junto à um aceite de colaborar em algumas tarefas de limpeza e organização do Casarão (também no assentamento), para se constituir num centro cultural em território de reforma agrária. Esse período de acolhimento e trocas, principalmente com Sylviane (Setor Cultura do MST), no dia-a-dia que íamos e ficávamos na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) na sede do assentamento, foi configurando outros tramados relacionais e convivenciais, com informações e diálogos de caminhar para um tema de monografia que servisse ao MST-PR. Em 2018, ainda, pude conhecer outras e outros militantes da Região Sul do Movimento no Paraná e conheci, por intermédio de Priscila na ELAA, Célio e Joabe do Acampamento Maria Rosa do Contestado em Castro-PR. Nessa época também tive a oportunidade de aproximação com Baggio, também para contribuir nas demandas de Castro.

Nesse momento a Região debatia sobre os planejamentos de comunidades-agroecológicas e nosso coordenador do ENCONTTRA, Jorge, me ajudou em compreender o tema dos meus trabalhos de conclusão de curso trazendo as discussões do Cuidado, que se articularam com as contribuições da minha professora Mariana Bonadio – esta que me ensinara sobre “a cidade luz das epistemologias feministas”. Os apontamentos do MST sempre eram quanto a demanda de

planejamento para os assentamentos, com um resgate comumente crítico na ponta da língua das e dos militantes. Falavam de elementos do desenho dos assentamentos feitos em “quadrado burro” como modelos do INCRA e do estado que dificultavam a organização comunitária das comunidades e criavam/acirravam uma série de contradições na conquista e consolidação desses territórios. Essa produção do espaço em assentamentos no Brasil é permeada por tensões internas e externas, falta de política pública, inter-relação de elementos físicos, sociais e culturais, como intensa subalternização do papel da mulher e outros. Com o tempo, o Movimento foi experienciando múltiplas vivências e o processo de incorporação da Agroecologia para além de um modelo produtivo, visibilizou e contribuiu na luta das mulheres do MST, levantando outras bandeiras, como princípio e modo de vida em contraposição ao (necro²) agronegócio do capital.

Ao longo da monografia, mapiei a história e elementos distintos para discutir o tema de planejamento no Contestado, estudando o seu PDA e a transição agroecológica do território com o protagonismo das mulheres, “o que deu certo e o que gera dificuldades” quanto a produção do espaço e, a relação das escalas invisíveis no planejamento - como a resistência e manutenção cotidiana de trabalhos das mulheres, ou ainda, da importância do trabalhos do cuidado protagonizados pelas mulheres. A partir daí, fui aconselhada e tive oportunidade de conhecer outros acampamentos e assentamentos no Paraná. Nesse ano de 2018, no segundo semestre me coloquei em outras atividades e fui conhecer o Acampamento Maria Rosa em Castro, o Acampamento Dom Tomás Balduino em Quedas do Iguaçu, o Pré-Assentamento³ José Lutzenberger em Antonina e também o Assentamento da COPAVI em Paracity. Os três últimos territórios do Movimento, junto do Contestado, foram cenário e discussão do TFG que consegui concluir no início de 2019.

Na sequência, então recém graduada, me somei ao Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existência” na elaboração do estudo de viabilidade e planejamento do Acampamento Padre Roque Zimmermann (2019), em Castro-PR, território irmão da comunidade Maria Rosa do Contestado. Nesta experiência de duas fases, na primeira fui a única da arquitetura no grupo e

² Em referência ao conceito de Necropolítica de Achille Mbembe (2015).

³ Na época pré-assentamento. Em 2022, conquistou o reconhecimento do INCRA como assentamento de reforma agrária.

pude colaborar com o desenho de lote por lote da Agrovila. Esse foi o momento e fato que me fez compreender o que meu trabalho e formação técnico-militante de arquiteta poderia somar a essa experiência, nesta fase. A partir das metodologias participativas e de cartografia social que foram mobilizadas pela equipe, o processo foi em si um grande aprendizado e também uma oportunidade de colaborar com ‘vozes e perspectivas’ dos planejamentos de todos os territórios que pude conhecer.

A partir da segunda fase da área comunitária o EMAU Caracol e o Professor Marcelo Andreoli se somaram como colegas de área, e posteriormente no estudo de planejamento do Acampamento Maria Rosa do Contestado. Na primeira fase, 2021, estes assumiram esta tarefa (período que me dediquei a qualificação), inserida no trabalho da equipe toda do Coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular PLANTEAR⁴. Retornei às atividades do Maria Rosa para a segunda fase, finalizada no início do ano de 2023.

No meio deste caminho, em maio de 2022, entre às dificuldades financeiras e outras na Pandemia COVID-19, mas não querendo abrir mão da relação com o MST, a Coordenação do Maria Rosa me abriu a porta para acampar, então fui primeiramente sozinha e alguns meses depois meu companheiro foi também. Assim pudemos trabalhar na terra iniciando linhas agroflorestais com mudas doadas por muitas pessoas da comunidade e outras que fomos buscando em viveiros municipais, além das sementes crioulas que meu companheiro ganhara/trocara com outros/as agricultores/as da sua trajetória recente. Ao final de fevereiro de 2023 migramos para outro Acampamento (Encontro das Águas – Guarapuava), escrevi um projeto de Assessoria e Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social – ATHIS para a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), e fui trabalhar na Escola, local o qual estou morando neste momento de término do mestrado e desejo contribuir e aprender muito em defesa da Agroecologia.

Essas relações e inserção nas comunidades me ensinaram uma diversidade de coisas, desde a potencialidade da solidariedade, do trabalho com a terra, das relações de um acampamento e da organicidade do Movimento, mas infelizmente (ou

⁴ A partir da experiência em Castro, outras demandas foram surgindo em outros territórios urbanos e rurais, então em 2020 criamos o PLANTEAR. Nosso coletivo articula os grupos de pesquisa/extensão da UFPR: Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Caracol (EMAU Caracol) e Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP Isabel da Silva), entre outros parceiros e universidades.

como parte intrínseca aos processos) principalmente das dificuldades dessa luta cotidiana, do enraizamento forte do machismo no campo e, dos desafios estruturais psicossociais que afetam as relações da comunidade e de companheiras e companheiros de militância.

A questão do machismo e da misoginia, creio que são dos desafios e opressões mais marcantes cotidianamente. Principalmente porque é algo tão estrutural, que poucas são as mulheres que também validam ou acolhem outras mulheres ou pessoas em situação de violência de gênero. Isso sempre esteve presente em vivências próprias e de companheiras e companheiros também, seja por nos invalidarem, não reconhecerem nossas contribuições e nossos trabalhos, por violência psicológica, como por outras escalas de violências as quais infelizmente também passei. Sem minha rede de cuidados, não sei como seria continuar e tentar superar as marcas disso tudo. Estas camadas foram dificuldades muito fortes para talvez não concluir esse mestrado. E após passar os momentos mais difíceis das marcas psicológicas que tudo isso nos afeta, corpos com útero, tentei me agarrar no sentido e sentimento pela luta que tantos de nós já fizemos. E fico imensamente feliz por conseguir chegar a esse momento, como parte de um processo de superação de violências.

Por isso, acredito na potência da vida e dos cuidados como luta coletiva. E não fujo deste debate em um dos momentos dessa dissertação, no capítulo 4. As relações estão adoecidas, e não por acaso social, senão pela estrutura de opressões de um sistema capitalista, racista, lgbtfóbico, misógino (entre outros) e patriarcal. Precisamos ter coragem para enfrentar estas estruturas, a começar sempre por nós mesmos, no entorno próximo, nas nossas coletividades e no cotidiano. Pois são nessas escalas que estamos sentindo o peso das opressões.

Para além disso, acredito cada vez mais que precisamos enquanto sociedade, visibilizar a potencialidade dos afetos e dos cuidados que nós mulheres majoritariamente aprendemos e praticamos. No entanto, é fundamental o compromisso e responsabilidade de nossos companheiros: se formando, se conscientizando, se apropriando desta luta coletiva da desconstrução e redistribuição dos papéis de gênero na produção e reprodução social.

Vejo que estas coisas estão acontecendo, a exemplo do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, em março de 2020, que conseguiu de forma organizada, ter a contribuição de companheiros homens nas cozinhas do encontro para que nós

mulheres pudéssemos estar nas atividades. Precisamos continuar estes caminhos, inclusive no planejamento. Foi um grande fôlego ter participado deste encontro nacional, que me auxiliou, ampliou e visibilizou os horizontes que vieram para esta dissertação também.

Enfim, esse processo todo, de início (e com muitas outras camadas), me possibilita demonstrar de onde vieram os caminhos e o entendimento da importância de aprofundar (nesse trabalho) a compreensão da produção do espaço da reforma agrária a partir das relações da reprodução da vida. A centralidade da vida ecodependente, da Agroecologia e da leitura do Cuidado das epistemologias feministas comunitárias, junto com as mulheres sem-terra, marcam dimensões e abordagens importantes sobre tudo que foi escrito. Nesse sentido, as motivações para essa pesquisa também surgem ao longo da retomada do meu primeiro território – o corpo, de uma retomada camponesa e com a terra (em transição agroecológica), mas também da necessidade que a realidade anuncia, das ressignificações da interpretação da produção do espaço de acampamentos e assentamentos no viés da Agroecologia, do cuidado, do corpo, da comunidade e do território junto das possibilidades que o Movimento e a sociedade têm construído.

Para finalizar, acredito que um dos caminhos das desconstruções e reconstruções dessa discussão, é fortalecer os projetos de universidade popular e da pesquisa-extensão, os quais constituem e representam uma sementeira de saberes e práticas no planejamento territorial também.

Chegando até aqui, portanto, convido você interlocutor ou interlocutora a seguir com a leitura da introdução e dos capítulos dessa dissertação. E desde a *aprendiz entre mundos* que me considero, desejo uma boa leitura e agradeço que esteja aqui, procurando dialogar com as reflexões desse trabalho que precisei de coragem para escrever. Desejo ainda, que você tenha coragem também.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento dos territórios de reforma agrária é o tema desta pesquisa, bem como sua transformação que é historicamente construída desde a complexidade da realidade brasileira e dos atores e atoras que a compõem. Com destaque para a relação entre o Estado na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do movimento social Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste contexto, ainda, dou destaque para a Agroecologia que inserida nestas transformações, aporta importantes contribuições de uma perspectiva multidimensional que compreende os múltiplos modos de vida nos territórios, valorando os saberes e as/os sujeitas/os políticas/os que os constroem desde suas realidades. No movimento agroecológico e na sua apropriação pelo MST, as mulheres Sem Terra se destacam como protagonistas das experiências e práticas agroecológicas pelo cuidado da vida, e então também as colocamos com visibilidade para a prática de um planejamento territorial na reforma agrária, com a vida no centro.

Neste sentido, disserto sobre o tema desde uma perspectiva situada, das experiências de planejamento em duas comunidades-agroecológicas do MST no Paraná. Em 2019 o Movimento demandou à Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelo projeto de extensão “Mapeamentos Comunitários em Experiência de re-existências” da Universidade Federal do Paraná (UFPR) um estudo de viabilidade de desenho territorial para um assentamento agroecológico: o Acampamento Padre Roque Zimmermann. Em 2020, o Acampamento Maria Rosa do Contestado, solicita um estudo de planejamento para a sua comunidade, neste momento com o projeto Mapeamentos já inserido no Coletivo de coletivos de projetos de extensão e pesquisa “Planejamento Territorial e Assessoria Popular” (PLANTEAR-UFPR). No ano de 2019 me inseri como técnica-militante colaboradora no projeto, que segui em 2020 como mestranda e em 2022 como acampada no Maria Rosa também.

Em 2023, concluímos os últimos estudos solicitados e em evento promovido pela própria comunidade foram entregues ao Superintendente do INCRA as propostas das comunidades-agroecológicas com um modelo diferenciado de planejamento. São parte deste trabalho portanto, estas duas experiências, fruto de conflitos territoriais em um contexto político e social de contrarreforma agrária, com avanço de um

neoliberalismo autoritário e com o INCRA indo ‘em contra’ ao assentamento dessas comunidades⁵.

Trata-se de um problema histórico, atrelado à própria formação sócio espacial brasileira, mas que continua extremamente vigente como mostram, tanto os dados de concentração fundiária como a eliminação de qualquer tipo de redistribuição de terras durante o governo Bolsonaro. Em 2016⁶, a OXFAM divulgou o relatório “Terra, Poder e Desigualdade na América Latina” demonstrando um cenário que compara a concentração de propriedades rurais em quinze (15) países do continente, destacando também o caso brasileiro. Uma análise dos Censos Agropecuários permitiu demonstrar que no Brasil apenas 1% das propriedades dos estabelecimentos rurais estão ocupando 45% da área rural.

Estes dados e debates mais aprofundados foram apontados pela OXFAM Brasil no estudo “Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural”, em que o caso brasileiro se revela em uma questão de pobreza associada “à distribuição de terras e de recursos agrícolas” e os altos índices de concentração fundiária resultam em “graves consequências para o desenvolvimento, em especial no âmbito municipal” (OXFAM BRASIL, 2016). A necessidade de uma profunda reforma agrária permanece latente para promover uma realidade justa e solidária em questões socioeconômicas e ambientais (HORA et al., 2019:141). Tanto para as populações do campo, quanto para as populações periféricas nas cidades e centros urbanos.

Desde o período colonial, a irresoluta questão fundiária no Brasil produziu muitos conflitos, lutas e resistências derivadas das formas de ocupação, uso e apropriação da terra. O Paraná não é diferente. Segundo o Atlas da Questão Agrária do Paraná (2020:32), “no passado mais recente, [o Paraná] está inserido numa série de conflitos sociais que surgem em vista da apropriação fundiária desigual no século 20”, e no debate da questão agrária a usurpação e a apropriação concentrada de terras da expansão da agricultura capitalista é responsável pela expulsão violenta primeiro dos povos originários dos seus territórios (2020:49), e também pela negação do acesso à terra as/aos camponesas/es e ex-escravizadas/os:

⁵ O detalhamento desta discussão está no capítulo 1.

⁶ Já há uma atualização dos números no ano de 2020, porém esse período com outros debates da atualidade serão introduzidos no capítulo 2.

A esta situação excludente, tanto os camponeses quanto os povos originários têm respondido por meio de lutas e resistências diversas. São exemplares do enfrentamento à ordem dominante as resistências gestadas pelos indígenas em diversas partes do estado e pelos camponeses na Guerra do Contestado, na Guerrilha de Porecatu, na Revolta dos Colonos do Sudoeste e, a partir da década de 1980, na organização de diversos movimentos sociais (sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, quilombolas, indígenas, e mais recentemente faxinalenses, ilhéus, pescadores artesanais e benzedeiros, entre outros) (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA DO PARANÁ, 2020:32).

Os autores Christoffoli et al (2021:49-50) ressaltam que o surgimento do MST em 1984 é também, um desdobramento diretamente proveniente dos impactos tecnológicos desde as décadas de 70 e 80, principalmente pela “introdução de um modelo produtivo e tecnológico socialmente excludente denominado de revolução verde” e aos impactos das “grandes obras hidrelétricas erigidas pela ditadura militar, com o desalojo de dezenas de milhares de suas terras, produzindo centelhas que incendiaram o campo e contribuíram para a emergência do sujeito social sem terra” (CHRISTOFFOLI et al, 2021:40-50).

Assim, o MST procurou ao longo de sua trajetória, ser um ator político de caráter organizativo combativo e de defesa dos direitos suprimidos pelos interesses capitalistas no campo no processo de luta pela terra. No planejamento, esta perspectiva produtivista reflete na experiência de modelos e normativas que o Estado constitui, o qual o Movimento se coloca no tensionamento de tais estruturas para ampliar o debate, a ação e a transformação, sendo um dos críticos mais sistemáticos do processo de planejamento dos assentamentos rurais no Brasil (HORA et al, 2019; FERNANDES, 1999; STÉDILE, 2012; GOSCH, 2020).

Ao longo desse tempo os movimentos sociais do campo organizaram ocupações, sugeriram caminhos, pressionaram e materializaram experiências desde suas necessidades “de novas formas de organização social e introdução da questão ambiental associada à fundiária” (HORA et al, 2019:1; FERNANDES, 1999; STÉDILE, 2012; GOSCH, 2020) evidenciando que a construção normativa do planejamento na reforma agrária não teria sido realizada se não fosse a constante pressão social demandante dessa política de acesso à terra.

Os modelos deste planejamento voltados para a produtividade agrícola como caminhos únicos, de um campo desconectado e despreocupado com as relações e a multidimensionalidade da vida camponesa, demonstram o reflexo da colonização patriarcal de um imaginário e dos territórios, voltados para a lucratividade de commodities e supressão de modos de vida *outros*. Com a devastação causada pelo

Agronegócio, os movimentos ecológicos emergem também disputando agriculturas alternativas e pautando a questão ambiental. O MST se insere neste contexto quando, em meados dos anos 90, passou a assumir a defesa de uma agricultura com uma perspectiva ecológica antagônica à agricultura do modelo da transgenia e do uso crescente de agrotóxicos: a Agroecologia (BRANDENBURG et al, 2018:87). ADDOR et al (2021) expressam então que, há algumas décadas o MST vêm confirmando sua agenda de lutas para além, apenas, da distribuição de terras e vemos, portanto, que isto incide também no planejamento dos territórios da reforma agrária.

A Agroecologia se constitui como uma “virada” política, material e social fundamental para os movimentos sociais do campo, ambientais e o MST. Com a apropriação da Agroecologia, o MST concebeu, por exemplo, a qualificação e necessidade do debate discursivo em adjetivar e classificar a reforma agrária almejada, com a denominação de “popular”.

Emergem desde a Agroecologia outras compreensões sobre a sua multidimensionalidade enquanto prática, ciência, movimento e política pública (ALTIERI E ROSSET, 2018a; BRANDENBURG, 2002). Neste processo, o MST participou através de seus representantes, de muitos espaços e eventos políticos no Brasil, tanto nas instâncias governamentais, como acadêmicas e nos meios de comunicação, discursando suas pautas socioambientais e da Agroecologia (BARCELLOS, 2010). A apreensão política e ética da Agroecologia promove uma virada no MST quanto à valorização das/os sujeitas/os camponesas/es como sujeitas/os sociais políticas/os que constroem seu território, valorando seus saberes e seus modos de vida. Da mesma forma, esta virada chega no planejamento, que em 2019 até 2023 nos acampamentos em Castro-PR, torna experiências mais concretas da Agroecologia como estratégia de um planejamento outro.

Nesta mesma virada política da Agroecologia, as mulheres do campo passam a reivindicar as opressões desiguais sobre a violência interseccional que vivem desde o tripé do capitalismo, o racismo e o patriarcado. Assim, nasce em 2000 o Setor de Gênero do MST e as mulheres Sem Terra protagonizam as práticas e transições agroecológicas das últimas décadas nos territórios do Movimento e nos debates de uma Agroecologia que visibiliza a discussão de gênero (MST, 2020; MONNERAT, 2020; MENDES, 2021), suas desigualdades e caminhos prospectivos para seu enfrentamento.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar e refletir sobre o planejamento de assentamentos em territórios de reforma agrária, a partir de experiências agroecológicas do MST no Paraná, como modo de vida e sob uma perspectiva agroecológica de gênero que destaca as práticas de cuidado, para reprodução da vida nos territórios.

Para atingir esse objetivo foram mobilizadas diversas estratégias metodológicas, mas o fundamental foi partir da narrativa da experiência contextualizada e compreendê-la com a percepção das cinco dimensões propostas por Larrosa (2021:21-23): (1) “como uma relação com o mundo em que estamos imersos”; (2) “na sua relação com “a vida e o corpo”, compondo uma forma de vida e construindo conhecimento “corporalizado, incorporado, encarnado””; (3) “como conhecimento prático, derivado de uma relação ativamente comprometida com o mundo”; (4) como “motivo de investigação”; (5) e “como prática sobre a qual escrever e dizer” (FALCADE-PEREIRA, et al., 2021:160).

Para tanto, a participação nos processos resultou essencial. Segundo Ivani Faria (2018:136), a perspectiva participante se fundamenta em uma visão decolonial e democrática/comunitária, “em uma construção conjunta e contínua que reúne vários sujeitos sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer realizar. Significa construir junto, permitindo a formação e qualificação dos “atores” considerados como sujeitos, protagonistas do processo histórico”.

Esse construir junto foi realizado a partir de lugares diferentes: como técnica-militante com o MST, pela participação do projeto Mapeamentos Comunitários e do PLANTEAR, como acampada e também por meio de trabalhos de campo, levantamento de literatura, levantamentos teóricos e documentais, oficinas de planejamento, cartografias sociais, entrevistas, entre outras ferramentas. Compreende-se a simultaneidade de algumas destas etapas, com perspectivas da ética do cuidado, como uma metodologia interseccional e dialógica que descobri ao longo do processo dessa pesquisa-extensão.

Para cumprir com os propósitos de pesquisa, esta dissertação foi pensada e estruturada em quatro capítulos, que introduzo a seguir. De forma geral e metodologicamente, cada capítulo se constituiu por linhas do tempo quanto aos recortes temporais e conceituais em debate. Isso permitiu ao final, perceber as camadas e conexões entre estas, com o objetivo de visualizar as lentes sobre a discussão das transformações do planejamento dos territórios de reforma agrária,

desde as institucionalidades e para além destas, com a virada agroecológica, com suas e seus sujeitas/os, com os modos de vida, com a vida no centro e, com a questão do cuidado e da perspectiva agroecológica de gênero para reprodução da vida nos territórios.

No primeiro capítulo apresento um recorte da linha do tempo da questão do conflito e planejamentos como resistência na reforma agrária, por comunidades-agroecológicas camponesas em Castro-PR: as experiências de planejamentos e desenho territorial do Acampamento Maria Rosa do Contestado e do Acampamento Padre Roque Zimmermann, MST-PR. Nele procuro elencar o panorama geral brasileiro sobre a questão fundiária, abordando os conflitos e lutas pela terra na questão da ocupação dos territórios a partir dos acampamentos citados.

Este capítulo apresenta desde especificamente dois acampamentos vinculados ao MST-PR (as experiências em Castro) o contexto de reforma agrária paralisada no Brasil (e ainda, de contrarreforma agrária), e objetiva falar sobre a complexidade de relações de atores institucionais (figuras do estado) e do agronegócio, *versus* os atores sociais do Movimento e parceiros, na produção do espaço de áreas de reforma agrária. A experiência trazida, apresenta/descreve as ações e acompanhamento do Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existência” vinculado ao Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e Território (ENCONTTRA), do departamento de Geografia da UFPR e contando com a parceria do Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas – CEPPUR/UFPR, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Caracol – EMAU Caracol/UFPR (que a partir de 2021 se articulam no coletivo de coletivos de pesquisa e extensão Planejamento Territorial e Assessoria Popular – PLANTEAR, incluindo o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP) Isabel da Silva), e o Laboratório de Mecanização Agrícola - LAMA da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Ambas as experiências das comunidades demonstram o ponto dessa trama, em que se procura construir processos, desenhos e práticas com a Agroecologia no centro, como estratégia de resistência dessas comunidades para conquistarem seu reconhecimento e garantia de acesso à terra e à uma vida digna. No descritivo destas experiências de planejamento e desenho territorial, vemos duas comunidades que assumiram o princípio da Agroecologia como modo produtivo e um loteamento em agrovila, com 2 fases de processo coletivo: a discussão e o desenho dos lotes das

moradias e quintais produtivos (Fase 1); e a discussão e o planejamento da(s) área(s) comunitária(s)⁷ (Fase 2). No que diz respeito a participação comunitária destes planejamentos, as mulheres foram protagonistas em mobilizar as perspectivas do cuidado do cotidiano da comunidade, mobilizando a abertura para a perspectiva agroecológica das relações ou de uma relacionalidade cuidado-vida no território. Isto incidiu quanto à disposição e desenho territorial das ações e demandas coletivas de cuidado das crianças, do educar, do curar, do nutrir, do crer, entre outros verbos. Sintetizando assim, experiências de planejamentos em agrovila, de uma Agroecologia no/do desenho e, com ênfase nesses dois eixos: no cuidado da natureza e das pessoas.

No capítulo 2, após um capítulo bastante descritivo, objetivo arrematar as escalas desse tramado investigando a institucionalidade e as propostas do movimento social MST quanto ao planejamento dos territórios da reforma agrária no Brasil e a transformação do planejamento incidindo em recortes do Paraná. Nesse capítulo, estrutura uma linha do tempo anterior a linha do tempo do primeiro capítulo, que nos proporciona perceber o enredo produtivista (no modelo do agronegócio), político e normativo constituído desde as primeiras leis brasileiras sobre a reforma agrária no país.

Partimos das leituras que situam o programa de reforma agrária no Brasil, como estratégia necessária para combater a desigual distribuição de terras desde a colonização de 1500 e focamos na produção dos territórios que essa política pública promove. Apresenta o embate entre as normativas criadas para organizar os assentamentos rurais na escala nacional, os mecanismos oficiais para implementação do programa (que no âmbito do planejamento e para efetivar a implantação de assentamentos, demanda os Planos de Desenvolvimento de Assentamentos - PDAs), centrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e, experiências promovidas pelo MST e um quadro técnico-militante⁸ da COTRARA (Cooperativa de Técnicos da Reforma Agrária) no estado do Paraná.

Para isso, fazemos outra linha do tempo dialogando com autores e referências do Movimento sobre as críticas construídas (e em amadurecimento) sobre a produção

⁷ No Acampamento Padre Roque foi construída uma área comunitária e no Maria Rosa, foram estabelecidas duas áreas comunitárias.

⁸ Neste momento, utilizamos nomes fictícios de árvores nativas do Paraná para preservar a identidade do grupo entrevistado.

do espaço dessa normatividade, e a interface de experiências do MST sobre esses projetos. Assim, dialogamos também com técnico-militantes sobre a experiência de equipes técnicas do MST-PR na construção de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs), sobre “a virada ambiental” no Movimento nos anos 2000 e a promoção da Agroecologia nos territórios, e que vemos incidir de algumas formas sobre essas críticas à normatividade do estado quanto aos modelos de assentamentos rurais de reforma agrária centrados na produção convencional, reproduzindo um imaginário e um cotidiano em loteamentos majoritariamente distantes entre lotes e em relação a área comunitária.

No capítulo 3, a partir dessa transição do capítulo anterior, abordo o histórico de como o MST vem amadurecendo e evoluindo na perspectiva da prática agroecológica em contraposição aos modelos produtivos e destrutivos do agronegócio. Isso permitiu a discussão e construção de outra linha do tempo: a multidimensionalidade da Agroecologia como modo de vida nos territórios, arrematando o ponto, após os primeiros capítulos, de a entendermos então, como estratégia para o planejamento territorial na reforma agrária desde esta multidimensionalidade e não apenas centrada no âmbito da produção agrícola.

Vemos a incidência da questão ambiental dos movimentos ecológicos e pela natureza sobre o MST, a aproximação do Movimento com a Agroecologia e o processo de apropriação desta por um movimento social de luta pela terra para além de um paradigma produtivo. Dialogamos com autores e conceitos da multidimensionalidade da Agroecologia como “ciência, prática, movimento e política pública”, e interfaceamos estas camadas da Agroecologia como estratégias de planejamento, como um modo de vida de cuidado e *ecodependente* à natureza. Damos visibilidade a articulação e ao aspecto relacional de saberes presentes nas práticas da Agroecologia que aparecem no planejamento e desenho dos assentamentos, evidenciando outros princípios e práticas como caminhos possíveis (*sentipensando*) na produção do espaço com a vida (ou a reprodução da vida) no centro.

Entre a transição do capítulo 3 para o 4, então, arrematamos outra questão relevante: a Agroecologia que estamos falando, não se faz sem sujeitas ou sujeitos. E estes modos de vida com a vida no centro, têm tido historicamente protagonismos que destacam recortes e desigualdades de gênero, em que os planejamentos normativos nos atuais modelos, perpetuam a produção de um campo neoliberal, colonialista, machista e heteropatriarcal, desmobilizante de uma rede de cuidados e

comunitários. Esta interface não pôde ser suprimida, tendo o ponto de partida desta dissertação saído de experiências de planejamento de comunidades-agroecológicas sem-terra, em que as mulheres também protagonizaram perspectivas para um planejamento com cuidado e a vida no centro do cotidiano a ser vivido e nutrido nas comunidades.

Os sujeitos protagonistas da Agroecologia para além do paradigma produtivo, portanto, são sujeitas. Assim adentramos o capítulo 4, interseccionando 'o movimento social em debate, a Agroecologia e o planejamento' entre os silenciamentos e o protagonismo das mulheres em uma reforma agrária com a vida no centro.

O capítulo 4 perpassa as linhas do tempo do protagonismo invisibilizado das mulheres (segundo dados as mulheres são a categoria mais sem-terra do Brasil) pela Agroecologia e no contexto do MST (no enfrentamento das desigualdades produtivas, alimentares, de saúde, nutrição, de relações, entre outras dimensões). Desde o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, em 2020, após 36 anos de Movimento Sem Terra, apresentamos um olhar sobre o papel da mulher na construção da Agroecologia, o contexto e os desafios por elas enfrentados bem como a luta e a resistência das mulheres nos territórios. Agregamos a este debate e a linha histórico geográfica do capítulo, as contribuições da geografia e do urbanismo feminista que debruçam olhares e esforços para pensar e transformar o planejamento territorial e, adentramos em debates para uma reforma agrária com perspectiva de gênero. Neste sentido, este trabalho reforça a importância de não limitar a compreensão de gênero ao recorte apenas dos grupos das mulheres, e sim, de reconhecer as desigualdades de gênero estruturais em nosso país, que possuem estreita relação com o acesso à terra, a prática da agricultura e da produção de relações agroecológicas.

As perspectivas de gênero incidem em compreender o arranjo entre os trabalhos de cuidado, historicamente delegados às mulheres, para com os grupos de cuidado: das crianças, dos jovens, dos idosos e também dos homens adultos. Entre estes três primeiros grupos, por exemplo, todos os gêneros os compõem. Reforçando um arranjo de desigualdades de gênero que é relevante para todos estes grupos e a perspectiva de uma luta que não se resume e se fecha em identitarismos, e sim, uma luta que é concretamente coletiva e social e da relacionalidade cuidado-vida, tendo as mulheres protagonizado também a prática da Agroecologia nos quintais e nos territórios.

Neste capítulo, ainda, esta discussão acima é feita com dados e denúncias sobre como impera a opressão sobre as mulheres na própria prática da Agroecologia e na produção do seu conhecimento, promovendo uma Agroecologia androcêntrica calçada na pressuposta neutralidade e universalidade científica. Entre enlaces desta universalização que invisibiliza uma desigualdade relevante na luta da reforma agrária brasileira, arrematamos a visibilização dos trabalhos do cuidado tanto nas experiências de planejamento em Castro-PR, quanto outras citadas ao longo dos demais capítulos: da sua concretude e importância para o cotidiano e na consolidação da vida dos planejamentos nos territórios de reforma agrária. A perspectiva do cuidado é apresentada de acordo com a teoria do cuidado (OROZCO, 2014) considerando sua territorialização na perspectiva da Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), que propõe três escalas analíticas e estratégicas sobre os Cuidados: (i) o autocuidado, (ii) o cuidado de pessoas e (iii) o cuidado do território.

No âmbito deste trabalho, para o(s) planejamento(s) de territórios para uma reforma agrária popular e agroecológica, ela necessita demarcar uma perspectiva de gênero, para que de fato, esteja 'mais além das instituições' do estado e da própria estrutura organizativa de um movimento social ou dos movimentos e da ciência agroecológicos - com as contradições e estruturas patriarcais produtoras de desigualdade e manutenção da opressão das mulheres existentes nestes contextos e grupos. Em linhas gerais, é necessário que as mulheres não sejam uma categoria a estar apenas pelas bordas ou invisíveis ao debate das transformações do planejamento que estamos falando: elas necessitam estar visíveis no centro também, pois de uma forma ou de outra, estão sustentando a vida invisibilizadas.

Esse caminho entre referências e linhas do tempo histórico geográficas parte de experiências concretas e finda (neste trabalho) em conclusões que reintegram as camadas entre os capítulos, para debater "considerações para a mobilização" sobre as experiências do primeiro capítulo, com o objetivo de que os aprendizados desse processo possam dialogar com experiências futuras. Percorremos os passados para conseguir debater mobilizações para o presente e o futuro, ou como diria Nêgo Bispo: do ciclo do "começo, meio e começo".

Titulo então, esse último trecho de "Considerações para mobilização: sementeira de um planejamento territorial com a vida no centro na reforma agrária". São considerações que articulam a reflexão e a ação, que no primeiro momento elencamos quatro elementos-chave sintetizando as transformações do planejamento

em discussão nos capítulos: **o MST** como ator fundamental na/da **luta por reforma agrária**; a **crítica da normatividade** dos planejamentos que promovem um projeto neoliberal para o campo; **a articulação da Agroecologia e das mulheres** para a centralidade da vida dos planejamentos *outros* na RA; e a estratégia agroecológica da **relacionalidade cuidado-vida** para uma perspectiva agroecológica de gênero no planejamento na RA, compreendendo a superação de desigualdades entre as pessoas e o viés da Agroecologia como modo de vida ecodependente à Natureza.

E no segundo momento, aposto em uma sistematização dos aprendizados que possam abrir e contribuir sementeiras nas agendas do planejamento popular e dos territórios de reforma agrária. Portanto, apresento uma estratégia 'sementeira' (a partir das experiências tento problematizar propositivamente algumas questões), para sentipensarmos outros processos de planejamento na reforma agrária, com outros valores: a "Sementeira de um planejamento territorial com a vida no centro". Esta sementeira tem certo caráter de uma metodologia de ação, uma vez que as sementeiras agroecológicas são o recipiente, a terra e as sementes crioulas já plantadas germinando mudas. Ou ainda, faz referência à ação e os períodos de semear: "é tempo de sementeira". Esta metodologia é feita em três escalas geográficas: (i) "Sementeira do cuidar do território", (ii) "Sementeira do cuidar da comunidade" e (iii) "Sementeira do cuidar-se (autocuidado) e cuidar da família". Cada escala está composta de perguntas para escutar a comunidade, como um breve manifesto com princípios do cuidado-vida e uma sistematização como prática e princípios situados numa experiência territorial.

Fecho esta dissertação de pesquisa-extensão prospectando além das lacunas, a contribuição na abertura de frestas e caminhos, e compartilhando um pouco **das sementes que guardei nos caminhos que me mobilizaram aos planejamentos territoriais da reforma agrária com a vida no centro.**

Figura 1 - ILUSTRAÇÃO DE SEMEITEIRAS COM ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA DO PARANÁ

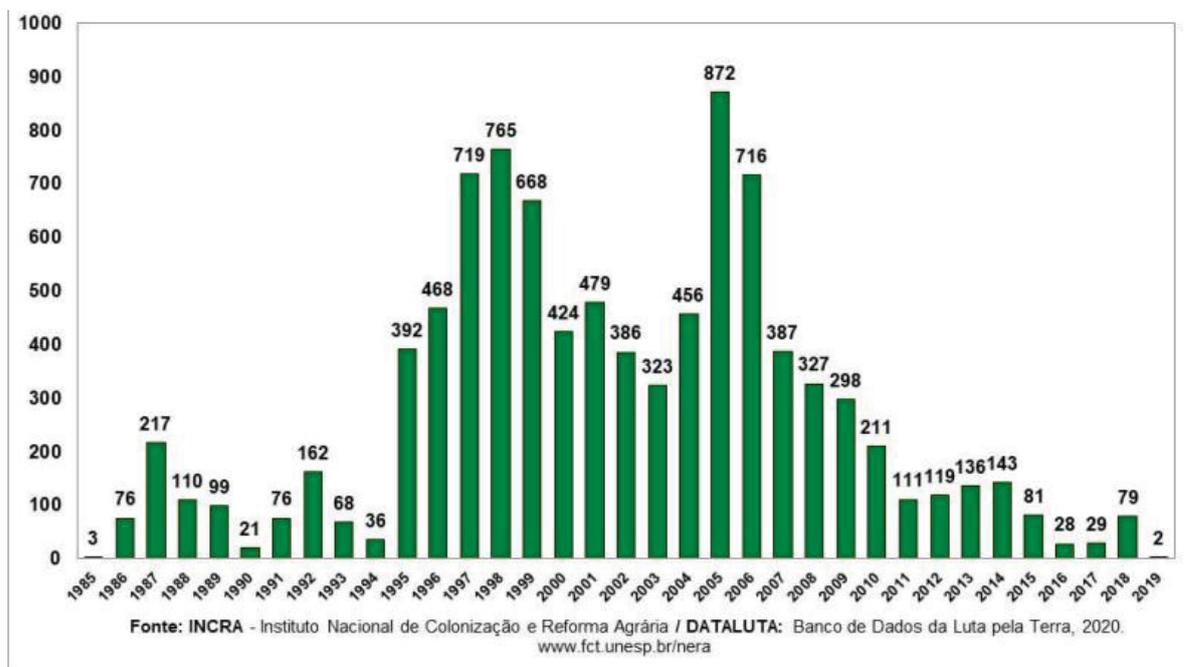


FONTE: A autora (2023).

2 CAPÍTULO 1: CONFLITO E PLANEJAMENTO NAS COMUNIDADES-AGROECOLÓGICAS PADRE ROQUE ZIMMERMANN E MARIA ROSA DO CONTESTADO (CASTRO-PR)

Na execução de ações fundiárias de criação e implementação de assentamentos rurais (vide o Gráfico DATALUTA, 2020 de assentamentos rurais criados) se dá um radical decréscimo, que mostra como uma contrarreforma agrária em marcha acelerada (ALENTEJANO, 2020; 2022).

GRÁFICO 1 – BRASIL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - ASSENTAMENTOS CRIADOS 1985-2019.



FONTE: INCRA e DATALUTA (2020).

Esta, envolve quatro dimensões:

- (1) paralisação total das desapropriações;
- (2) relutância em criar assentamentos;
- (3) titulação privada das terras dos assentamentos;
- (4) avanço da grilagem de terras. (ALENTEJANO, 2022:3)

Associado a isso, segundo a Comissão Pastoral da Terra - CPT, os conflitos e violência territoriais no campo, nos últimos anos, têm crescido e se tornado mais

graves em territórios ocupados e/ou já regularizados⁹, tanto entre povos camponeses, indígenas e quilombolas. Até o período de novembro de 2020 os registros contabilizaram 18 assassinatos e 1.083 casos de violência contra ocupações e posse de terra, se traduzindo em 130.137 famílias afetadas, e entre indígenas e quilombolas foram 178 casos de invasão contra 55.821 famílias. Segundo o Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica - IPDRS (2021; 2022) nos *Informes 2020 e 2021 "Acceso a la tierra y territorio em Sudamérica"* o governo brasileiro seguiu violentamente retrocedendo políticas sobre a vida, tanto das pessoas como da Natureza, no contexto agrário do país que deveriam ser priorizadas:

En Brasil, el gobierno de Bolsonaro siguió con una política de retroceso y no priorización. Desde la gestión de Michel Temer se fueron frenando los procesos de creación de asentamientos para campesinos sin tierra y demarcación de territorios indígenas, con Bolsonaro y la crisis sanitaria, estos programas se paralizaron por completo, y se menoscaban los mecanismos legales para deslegitimarlos en el futuro.

[...] Los incendios forestales que se desatan en los diversos territorios de la Amazonía y cuya proliferación en el año 2020, no se contuvo con la pandemia y ningún actor es señalado por la justicia como responsable. (IPDRS, 2021:29)

O estado, que deveria promover a execução de **ações fundiárias** a fim de garantir a função social da terra constitucionalmente prevista, desde a presidência de Jair Bolsonaro em 2019 suspendeu as vistorias de terra, travando todas as ações posteriores para implementação e planejamento de assentamentos rurais (Jornal da USP¹⁰, 2021; ALENTEJANO, 2022). Confederações¹¹ e cinco partidos políticos¹² questionam esta atuação na condução da reforma agrária do governo federal por meio de ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF

⁹ Cadernos da CTP: Conflitos no Campo Brasil 2020 e Conflitos no Campo Brasil 2021.

¹⁰ O governo presidencial de Jair Bolsonaro interrompeu e não retomou os processos de reforma agrária no país. Ademir de Luccas (2021) sintetiza em entrevista ao Jornal da USP no Ar 1ª Edição: "discursava contra a reforma agrária já em pré-campanha. No primeiro mês de mandato, Bolsonaro decretou a suspensão da reforma agrária, mas recuou após repercussão negativa. Entretanto, em março de 2019, o presidente suspendeu as vistorias de terra, o que travou todo o processo das reformas." Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/paralisacao-da-reforma-agraria-deve-gerar-reintegracao-de-posse-e-despejo/>> Acesso: 20 de outubro de 2021.

¹¹ São elas: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil) (PORTAL STF, 2020). Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456989&ori=1>> Acesso em: 05 de Abril de 2023.

¹² São eles: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Rede Sustentabilidade (PORTAL STF, 2020).

769) no Supremo Tribunal Federal (STF), “solicitando que sejam reconhecidas e sanadas¹³ “graves lesões” a preceitos da Constituição Federal por órgãos federais, em razão da “paralisação da reforma agrária” no país” (2020).

Segundo as entidades, o presidente Jair Bolsonaro trata a reforma agrária como uma “pauta adversária, a ser eliminada”. Sustentam que, logo no início do seu governo, o Incra determinou a paralisação de 413 processos de desapropriação e aquisição de terras e suspendeu a realização de vistorias em imóveis rurais. Por meio de outros memorandos, o governo passou também a “desistir injustificadamente” de processos de desapropriação nos âmbitos administrativo e judicial. Ao todo, segundo informações do Incra, a desapropriação de 513 áreas estariam suspensas por questões orçamentárias, e haveria também a falta de destinação de terras públicas para a reforma agrária. Por fim, apontam uma redução drástica do valor empenhado na área, de R\$ 21,1 milhões, em 2019, para R\$ 2,1 milhões até outubro deste ano. (PORTAL STF, 2020)

No mês de fevereiro de 2021, o governo reconheceu ao STF a paralisação da reforma agrária com informações do INCRA que indicam “que o governo zerou a edição de decretos de desapropriação e fez a menor aquisição de terras com essa finalidade desde 1995. Nunca houve um orçamento tão baixo para aquisição de terras, de acordo com dados registrados a partir de 2011” (Jornal da USP¹⁴, 2021). Alentejano (2022:3) reforça os números dos dados oficiais do INCRA (2021) que evidenciam o abandono integral da política, pois foram criados apenas 11 (onze) assentamentos em três anos de governo, “o que dá a ridícula média de um assentamento a cada 3 meses e menos de 4 assentamentos por ano, distribuídos por sete (7) unidades da federação: Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe”. Estes números ainda, são inflados, visto que três das quatro ações de reconhecimento¹⁵ se tratavam de territórios quilombolas os quais foram obrigações impostas pela justiça ao INCRA, sendo então somente sete criados por

¹³ “Eles pedem a concessão de liminar para suspender determinações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que resultaram na paralisação de vistorias de imóveis rurais. Pretendem, ainda, a total execução dos recursos orçamentários previstos para a área em 2020 e a elaboração de um plano nacional, entre outros. Para os partidos e as confederações, a “reforma agrária realiza os direitos fundamentais mais centrais para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana” e não é “política pública que possa estar submetida aos humores de quem governa o país” (PORTAL STF, 2020).

¹⁴ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/paralisacao-da-reforma-agraria-deve-gerar-reintegracao-de-posse-e-despejo/>> Acesso: 20 de outubro de 2021.

¹⁵ “Reconhecimento é uma ação do Incra atestando a condição de assentamento rural de uma área criada por outro órgão, como os institutos estaduais de terra, por exemplo” (ALENTEJANO, 2022).

desapropriação, nenhum¹⁶ destes iniciados no período Bolsonaro. O *Informe 2021* (IPDRS, 2022) complementa:

Para os Assentamentos não se encontraram dados de 2021 a partir das mesmas fontes utilizadas em 2020 (Dataluta e Incra) de modo que a partir de um levantamento em notícias e publicações não se acrescentou nenhum assentamento realizado para 2021. Por outro lado, se destaca a materialização de uma estratégia de transferência de propriedade das terras para assentados da reforma agrária através de Títulos de Domínio, que na verdade favorece o agronegócio pela disponibilização dessas áreas ao mercado de terras. Em Açailândia, no estado do Maranhão, o governo distribuiu esses títulos no Assentamento Açaí, sob o protesto dos assentados. “No local, o presidente fez a entrega de 287 Títulos de Domínio (TD) para famílias que vivem no Projeto de Assentamento Açaí, sem diálogo sobre as possibilidades e modalidades existentes no país, prática de imposição criticada por especialistas por retirar benefícios de agricultores, sem o seu conhecimento, favorecendo a mercantilização da terra pelo agronegócio” (MST¹⁷, 2021).

As medidas do governo Bolsonaro (2019-2022) seguiram uma “linha de desmonte dos direitos territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas” (IPDRS, 2022:123) e reforçaram a privatização das terras de reforma agrária corroborando com a reconcentração fundiária no país, direcionando o processo de titulação pelos TDs para retornar as áreas ao mercado de terras com o lançamento do Programa Titula Brasil¹⁸. Segundo a definição do governo o programa “foi criado para apoiar a titulação de assentamentos e de áreas públicas rurais da União e do Incra passíveis de regularização por meio de parcerias com os municípios” e que estes “podem aderir, de forma voluntária” com um formulário de adesão disponível no site do governo.

Entretanto, essa prática promove a contrarreforma agrária transferindo uma função pública do INCRA para a iniciativa privada sem quaisquer critérios científicos e técnicos, fazendo valer um apelido atribuído pelos movimentos sociais do campo de Instituto Nacional de Contrarreforma Agrária¹⁹ (ALENTEJANO, 2022:3). Assim, o Titula Brasil além da privatização e reconcentração de terras, facilita e legitima a

¹⁶ “Ou seja, o presidente cumpriu à risca a promessa feita durante sua campanha de não desapropriar um hectare sequer para destinar à reforma agrária. A maioria desses processos de desapropriação foi iniciada na década de 2010, três no governo Dilma e dois no governo Temer, mas um foi iniciado ainda no governo Lula e um no governo FHC, na década de 1990, ou seja, se arrastava há décadas (ALENTEJANO, 2022)”

¹⁷ MST. Disponível em: <<https://bit.ly/3N2yUE1>> Acesso em: 20 de Abril de 2023.

¹⁸ Gov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil>> Acesso: 09 de março de 2022.

¹⁹ Outro apelido comum relaciona-se à morosidade das ações do órgão, “Incravado” (ALENTEJANO, 2022).

grilagem ao passo que coloca poder na instância municipal, onde as históricas oligarquias rurais e latifundiários²⁰ exercem influência de autobenefício (IPDRS, 2022; PACKER, 2021; BRASIL DE FATO, 2021).

O INCRA, portanto, tem passado por uma acentuada desarticulação e desmobilização de dentro do próprio governo federal. Com o Titula Brasil a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (CNASI-AN) e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) afirmam que o programa “aprofunda o desmonte da autarquia” (GIOVANAZ, BRASIL DE FATO, 2021).

Em nota pública, o CNSAI-AN disse que a implementação do programa deve “impedir novos projetos de assentamento da reforma agrária, novas regularizações de territórios quilombolas, novas áreas indígenas e novas áreas de preservação ambiental.” (GIOVANAZ, BRASIL DE FATO, 2021)

Apesar dessa atual redução da autarquia, ela já vem ocorrendo anteriormente ao governo de Bolsonaro. Em 2011, no IV Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento avaliou que era preciso novamente pressionar mais o estado, pois as ações voltadas para a reforma agrária vinham mingando expressivamente já nos períodos petistas, definindo na última década e praticamente abandonada nos últimos governos (DATA LUTA, 2020; ALENTEJANO, 2022). Tornando-se “aparentemente paliativas” e não de ampliação e aprofundamento do debate da reforma agrária como política de função social da terra. A questão, segundo Oliveira (2016), Sauer *et al* (2020) e Alentejano (2020) é que os governos brasileiros tem estado e se direcionado claramente posicionados em favor do capital, com apoio ao agronegócio²¹ e do desmonte do INCRA.

A contrarreforma agrária é promovida pelo agronegócio, uma vez que este se constitui basilarmente fortalecido por essa (ALENTEJANO, 2022). E a voracidade que tal processo ocorre, obedece “à lógica de um capitalismo cada vez mais ancorado no rentismo e na financeirização” (ALENTEJANO, 2022:9:22). Para Bartra (2014:119) o

²⁰ “Como afirma a dirigente do MST Neném, o “que está por trás de tudo isso, é o grande interesse do agronegócio de se apropriar das terras públicas. Porque é muito mais fácil nas prefeituras, a pressão ser ali direto, do que o próprio nível federal”. Disponível em: <<https://bit.ly/3tIU8A3>> (IPDRS, 2022)

²¹ “O processo de incorporação de novas áreas é condição fundamental para a dinâmica do agronegócio, ampliando o domínio territorial e abrindo novas fronteiras para a acumulação de capital. Esse processo é denominado por Harvey (2004) de acumulação por espoliação, para distingui-lo do processo de acumulação primitiva tal qual analisado por Marx (ALENTEJANO, 2022:9).

modelo desenvolvimentista extrativista embasado no saque dos recursos naturais é a forma especulativa, rentista, predadora e parasitária do sistema capitalista de escassez, que mobiliza o tripé de “saque despojado dos bens, saberes e condições de vida produtiva, social e espiritual; exploração dos trabalhadores; rentismo a partir da apropriação dos bens naturais privatizados” (ALENTEJANO, 2022:22).

Em 2014, o lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária Popular (MST, 2014), promove a ampliação da luta pela execução dessa política pública constitucional. Porém, se dentro de um governo considerado aliado das pautas progressistas a política vinha sendo cerceada, em agosto de 2016 com o Golpimpeachment (SOUZA, 2017) da presidenta Dilma Rousseff e o cargo sendo assumido pelo vice Michel Temer do PMDB²² os anos posteriores têm sido de sobrevivência e resistência dos movimentos sociais de luta pela terra.

Com a pandemia COVID-19 associada ao governo Bolsonaro os movimentos sociais do campo têm sentido a política violenta e nefasta do estado, pois as desigualdades de classe, gênero, sexualidade e raciais aumentaram desenfreadamente nesse período, levando o SARS-Cov2 a denominação de “vírus da desigualdade” (Relatório da OXFAM – Janeiro de 2021).

A pandemia de corona vírus tem o potencial de levar a um aumento das desigualdades em quase todos os países ao mesmo tempo, a primeira vez que isso acontece desde o início dos registros. O vírus expôs, se alimentou e aumentou as desigualdades de renda, gênero e raça já existentes. Mais de dois milhões de pessoas já morreram e centenas de milhões estão sendo jogadas na pobreza, enquanto muitos dos mais ricos - indivíduos e empresas - prosperam. As fortunas dos bilionários voltaram ao pico pré-pandêmico em apenas nove meses, enquanto a recuperação para as pessoas mais pobres do mundo pode levar mais de uma década (Relatório da OXFAM – Janeiro de 2021).

Segundo a CPT (2020) no ano de 2020 simultaneamente à pandemia vivemos o maior número de conflitos por terra registrado desde 1985²³. Houve um crescimento de 25,7% de conflitos, de 19,8% de famílias envolvidas e entre 2019 e 2020 de 45,3% de áreas em disputa (CPT, 2021; ALENTEJANO, 2022:23²⁴). Ao analisar os

²² Referenciar decretos do período Temer.

²³ Ano que a CPT iniciou de forma sistemática a registrar os dados de conflitos do campo no Brasil.

²⁴ “As cinco categorias que mais foram vítimas de agressões entre 2009 e 2020 foram: sem terra, com 2.804 ocorrências (24,85% do total); posseiro, 2.470 (21,89%); indígenas, 2.010 (17,82%); quilombolas, 1.470 (13,03%); e assentados, 861 (7,6%). Quando, porém, analisamos os números dos últimos dois anos, podemos verificar que as duas categorias com o maior número de ocorrências são os indígenas e os quilombolas, que aumentaram, respectivamente, 2,67 vezes e 1,93 vezes”

responsáveis pela violência os dados da CPT apontam que 3.934 conflitos (34,87%) são “fazendeiros”, 2.428 conflitos (21,52%) por “empresários nacionais e internacionais”, e 1.562 conflitos (13,75%) o responsável é o “Poder Público²⁵”.

Todos estes dados evidenciam o governo federal dos últimos anos com papel intensamente ativo na promoção de conflitos no campo, em favor dos interesses do capital nestes territórios (ALENTEJANO, 2022:24; TRECCANI et al, 2021:121). Entretanto, Treccani et al (2021:118:122) relembra: as promessas de paz no campo com políticas de regularização fundiária, como o Terra Legal, que foram defendidas pelo governo Lula, em 2009, e que, ao contrário, provocaram aumento dos conflitos:

[...] é urgente abandonar qualquer forma de regularização fundiária que possa favorecer a expansão da fronteira agrícola, a busca de ganhos patrimoniais rápidos, a grilagem de terras pública, a concentração da riqueza e o aumento da exclusão social (TRECCANI et al, 2021:122).

Os movimentos sociais do campo, segundo Medeiros (2020:510), encontraram-se cada vez mais frente a um impasse vital/mortal ao passo que seus formatos tradicionais de mobilização em marchas, passeatas, ocupações de terra e acampamentos foram amplamente soterradas pela sistemática recusa de diálogo, atendimento a reivindicações, as ameaças e as violências sofridas dos últimos anos, paralelamente à pandemia.

Num contexto como esse, os movimentos perdem seu mais forte instrumento para expressão de suas demandas: as manifestações públicas, na medida em que a mobilização se torna difícil, arriscada ou, na melhor das hipóteses, é ignorada. (MEDEIROS, 2020: 510)

Tal conjuntura tão adversa para os movimentos sociais do campo resultou em perda de direitos, extinção de políticas e um avanço sobre suas **vidas e territórios**. A política agrária (ALENTEJANO, 2022:28), se não alterou radicalmente as estruturas sociais, ao menos assegurava algumas melhorias para a vida dos povos do campo. A violência que foi estimulada e praticada por atores públicos e privados sobre os povos

(TRECCANI et al, 2021:121).são os indígenas e os quilombolas, que aumentaram, respectivamente, 2,67 vezes e 1,93 vezes” (TRECCANI et al, 2021:121).

²⁵ “Nessa última categoria, inserem-se o governo federal, com 1.115 ocorrências, os governos estaduais, com 316, e municipais, com 131. Comparando os dados de 2019 com 2020, o governo federal destaca-se, passando de 103 para 519, um aumento de cinco vezes” (TRECCANI et al, 2021:121).

e comunidades tradicionais e camponeses somou a devastação ambiental e a grilagem na perspectiva das expressões da contrarreforma agrária avançando desde os anos 2000 - acidamente aumentada no período Bolsonaro, sustentada pelo Estado e a grande mídia empresarial, em consonância ao agronegócio do latifúndio e o grande capital agroindustrial financeiro, todos que super exploram a natureza e o trabalho, produzindo devastação e miséria (ALENTEJANO, 2022:28:29).

Com muita dificuldade, os povos e movimentos sociais do campo conseguiram expressar além de sobrevivência, a resistência, e criar novos caminhos de luta por terra e território com esperança.

No âmbito nacional e no caso de luta por reforma agrária, por exemplo, o MST passou por desqualificações e criminalização (MEDEIROS, 2020:517) no governo Bolsonaro. A negação da vida e de existência foram legitimadas por tal governo materializada pelas medidas tomadas quanto a política de reforma agrária e pelo bloqueio e desarticulação das ações fundiárias do INCRA. Por isso, apesar desse contexto, a sobrevivência do MST nestes últimos anos, ainda assim, se demonstrou com uma amplitude potente e criativa frente a paradigmas sociais estruturantes. Neste período, as experiências de autonomia com relação ao estado brotam com relações de cooperação e solidariedade, da produção, da segurança alimentar, da educação no campo, da saúde popular, da questão ambiental, das questões e relações de gênero com o protagonismo das mulheres, da amplitude disso tudo na Agroecologia, entre outras e o Programa Agrário de 2014 com um projeto popular para a reforma agrária. Assim, o lema “Lutar, construir Reforma Agrária Popular” foi definido em 2014 e segue sendo pauta do MST, se articulando com estes outros elementos e nutrindo um projeto de uma **reforma agrária popular Agroecológica** (MAZIN, *et al.*, 2021; ZARREF, 2018).

Este capítulo, partindo desse contexto de reforma agrária paralisada e ampla violência no campo no Brasil, objetiva falar sobre a complexidade de relações na produção do espaço de áreas de reforma agrária, mais especificamente de dois acampamentos vinculados ao MST-PR.

Sem a participação do INCRA e com a própria autarquia e outras instâncias do estado “*em contra*”, o MST-PR realiza enfrentamento ao conflito agrário em Castro-PR semeando duas comunidades-agroecológicas camponesas: primeiro, ocupando em 2015 a Fazenda Capão do Cipó e construindo o Acampamento Maria Rosa do Contestado; posteriormente, organizando a ocupação da Fazenda Jeca Martins em

2018, culminando no Acampamento Padre Roque Zimmermann. Assim, o capítulo centra-se na experiência de planejamento e estudos técnico-jurídicos para organização e enraizamento dos dois acampamentos, compondo um processo estratégico alternativo de resistência e de planejamento baseado na Agroecologia na luta pela terra do MST Paraná.

Neste processo para que as famílias camponesas ocupantes possam viver e construir uma vida digna, a questão da manutenção e reprodução da vida é uma centralidade. Meio a um município polo do agronegócio paranaense como Castro-PR, as comunidades se desafiam em plantar alimentos e relações saudáveis pela Agroecologia, enfrentando as estratégias do agronegócio da região que se utiliza do estado para defender seus interesses e projetos privados. Estas estratégias do agronegócio estão no primeiro subitem. Em seguida, apresentamos as estratégias dos dois territórios através do planejamento territorial que executam desde um processo participativo.

Deste modo, terminamos este primeiro capítulo compreendendo estas experiências com centralidade na reprodução da vida e da agroecologia como modo de vida, de produção e de diálogo de saberes, desenhando relações *outras* e mundos *outros*.

2.1 A REFORMA AGRÁRIA IRROMPE NO MEIO DO AGRONEGÓCIO: DISPUTA DA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ (CASTRO-PR)

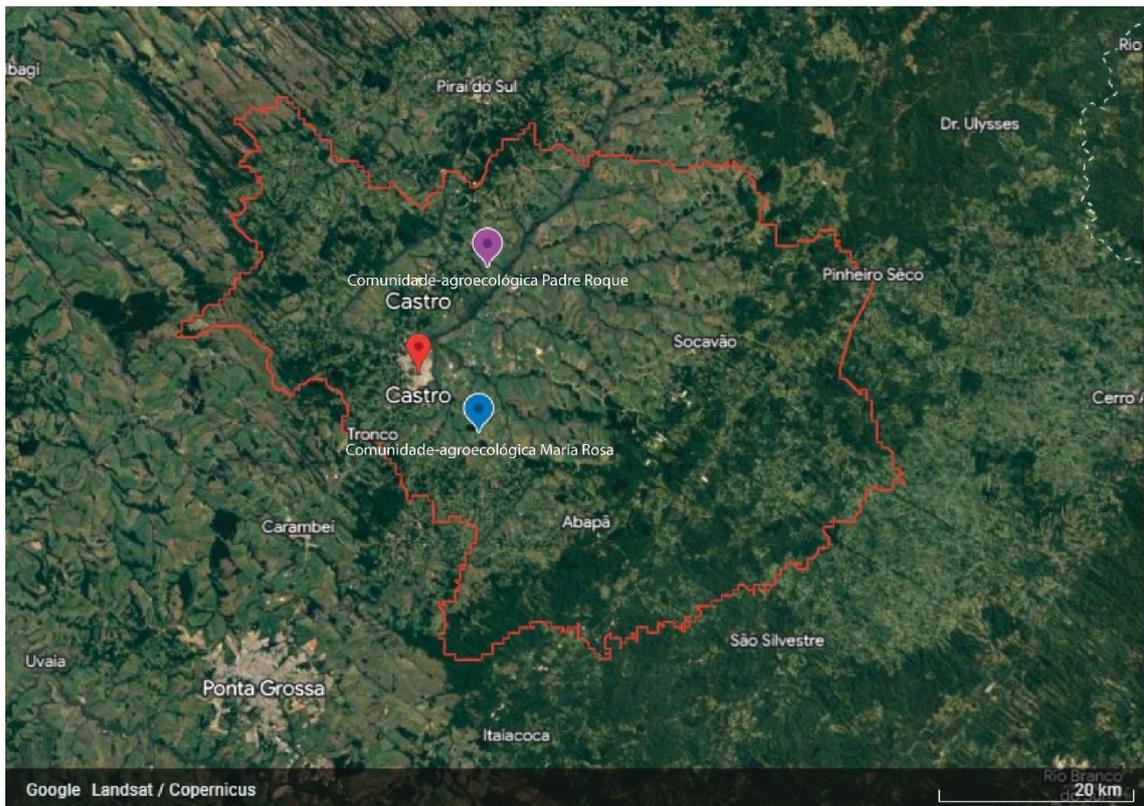
Em 24 de agosto de 2015, a Fazenda Capão do Cipó, localizada na região dos Campos Gerais²⁶ paranaense, município de Castro, foi ocupada por cerca de uma centena de famílias trabalhadoras organizadas pelo MST-PR. Nasce o Acampamento Maria Rosa do Contestado²⁷, homenageando uma importante mulher das lutas camponesas na Região e no Brasil, objetivando construir uma comunidade-agroecológica camponesa de reforma agrária.

²⁶ Os Campos Gerais citados são uma “região fitogeográfica (caracterizada pela vegetação natural) e as características representadas pela Escarpa Devoniana” (MELO, Mário Sérgio de, et al., 2007) do estado paranaense, onde está localizado o município de Castro. Disponível em: <<http://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/445>> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

²⁷ Maria Rosa do Contestado foi uma jovem liderança na Guerra do Contestado; Ver: ZATTA, et al., (2018) e MOUTINHO, et al., (2011).

O nome Maria Rosa surgiu nas primeiras horas praticamente ali, depois da ocupação. Foi levantado uns outros nomes, que eu não tenho lembrança quais que são, mas eram nomes masculino e daí surgiu o nome feminino aí, que é o Maria Rosa né. Porque até então os acampamento tava todos sendo homenageado os homens que tombaram na luta e as mulheres estavam ficando né. E daí foi lembrado da Maria Rosa que foi aquela jovem lá que morreu na guerra do Contestado né. Ela tinha os seus 17 anos. Então foi uma homenagem a ela para a luta que ela teve ali, por isso que surgiu Maria Rosa do Contestado. (MEIRA, Rosane Aparecida Freitas Mainardes 2022)

FIGURA 2 – MUNICÍPIO DE CASTRO E COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS MARIA ROSA E PADRE ROQUE.



FONTE: Base Google Earth (2021); A autora (2023).

As famílias ocupantes originárias da região, e ocupam a Capão do Cipó, meio a terras do agronegócio, com o objetivo de organizar uma comunidade com princípios da Agroecologia:

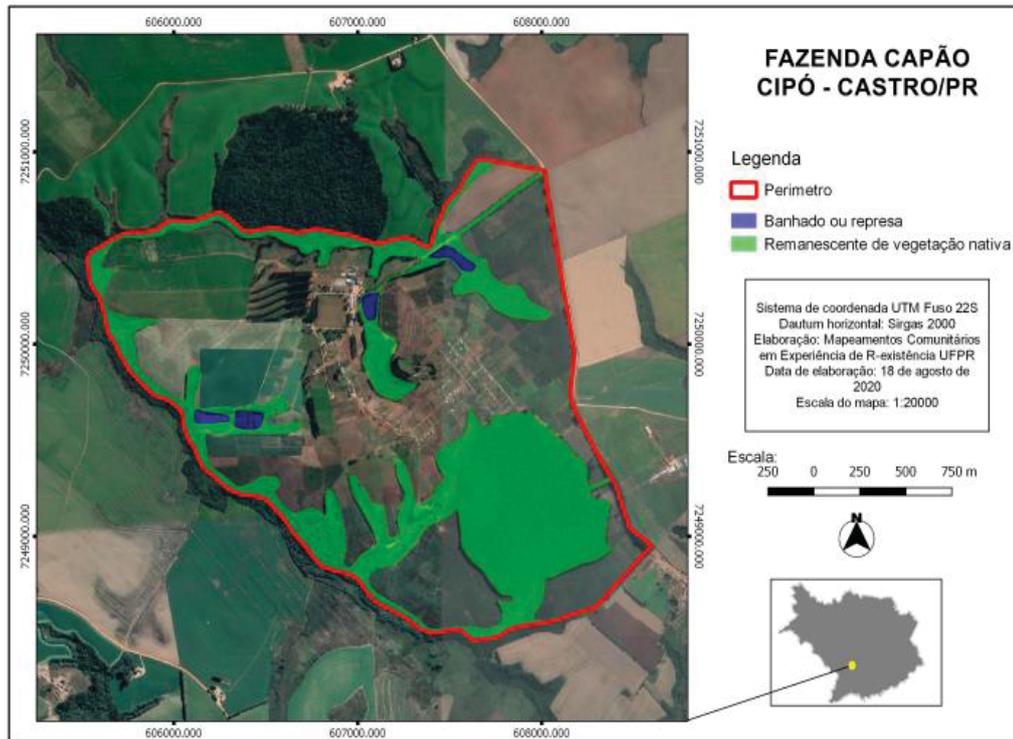
Então, há cerca de 2 anos atrás nós tivemos sondando áreas na região sul²⁸ para assentar cerca de 300 famílias que nós temos acampado... acampadas aqui na região né. [...] Então nós descobrimos que na região de Campos Gerais teria uma área pública que estaria sendo utilizada por uma empresa privada de forma ilegal né. Essa área está sendo utilizada pela fundação ABC, que significa Arapoti, Batavo e Castrolanda. [...] E como tá na Constituição Brasileira, toda a Terra pública tem que ser destinada para a reforma agrária, nós fomos pressionados por essas famílias da região sul a fazer ocupação. [...] Então nós nos reunimos e ficamos um ano né, pegando toda a documentação, matrícula da área... até que tomamos a decisão de 24 de agosto ocupar a área como uma forma de pressão, de pressionar tanto o governo local quanto o governo do estado, quanto o governo federal, que tem famílias acampadas há muito tempo e tem áreas públicas na região né. Então foi inúmeras reuniões... [...], aonde nós fomos **planejando** essa ocupação e o que, antes de nós ocupar, nós já tinha o que nós queria com essa área. (OLIVEIRA, Joabe Mendes de, 2016)

O trecho citado acima foi retirado do documentário “*DOZE MESES DE RESISTÊNCIA: A terra como horizonte de vida*”²⁹, realizado pela Agência de Jornalismo da UEPG, retratando o primeiro ano da comunidade ocupante da fazenda pela fala de Joabe Mendes de Oliveira (2016). Segundo Joabe, que coordena o setor da Frente de Massa do MST-PR, já em 2014 quando o Movimento era pressionado pelas famílias que estavam esperando por uma área regulamentada para viverem.

²⁸ A região sul que Joabe (MST-PR) se referiu, é a região do estado do Paraná pelo MST, o qual organiza as brigadas pelos assentamentos e acampamentos desse território, como parte das instâncias da organicidade do Movimento. A região sul do MST-PR abarca a região metropolitana de Curitiba (capital), o litoral e os campos gerais do Paraná.

²⁹ “O Videodocumentário retrata um ano de ocupação do acampamento Maria Rosa do Contestado (MST/Castro, PR), completos em 24 de agosto de 2016. O registro constitui-se do relato de camponeses e camponesas sobre o dia da ocupação, o cotidiano, a luta pela terra, as conquistas e o cultivo a partir da agroecologia como horizonte de vida. Foi produzido pela Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com lançamento oficial em 08 de julho de 2017, no acampamento Maria Rosa do Contestado.” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6WcTMx4a-N4>>.

FIGURA 3 – FAZENDA CAPÃO CIPÓ – CASTRO/PR.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários em áreas de r-existência (2020).

No documentário, acampadas e acampados falam de ter vindo de outras regiões do próprio Paraná, mas também tendo nascido em outros estados como Mato Grosso³⁰. Em 2022, em entrevista com uma das atuais coordenações e lideranças do acampamento, Rosane Aparecida Freitas Mainardes Meira, ela fala sobre a origem das famílias:

[...] muitas dessas famílias, é, elas vieram de Itaperuçu, vieram ali da Fazenda Rio Grande, e Teixeira Soares... Também tivemos, é, umas famílias de Ipiranga... E algumas também do interior de Castro aqui mesmo, que foi articulado, vieram umas famílias dali do interior, ali próximo ao Abapan, Três Lagoas ali. E no decorrer da semana, no dia seguinte, já começou parecer as famílias das periferias aqui no município de Castro mesmo né. É, pelas pessoas que eu conheço vieram pessoas aqui da Vila Operária, da Primavera, do Arapongas e pessoas lá da Vila Rosário também. Porque esses eram pessoas que eu conhecia [...] e tinha umas pessoas do Araucária né! Eu por exemplo sou do Araucária. [...] (cit. Rosane Aparecida Freitas Mainardes Meira, 2022)

³⁰ Jordana Alexsandra Oliveira nasceu em Cuiabá-MT e relatou ter iniciado como acampada aos nove anos de idade com seus pais, vindo para o Paraná onde conheceu seu companheiro aos dezessete anos. Posteriormente teve suas filhas e filho já pelo estado e é parte das famílias que ocuparam a Fazenda Capão do Cipó. (Agência de Jornalismo UEPG, 2016)

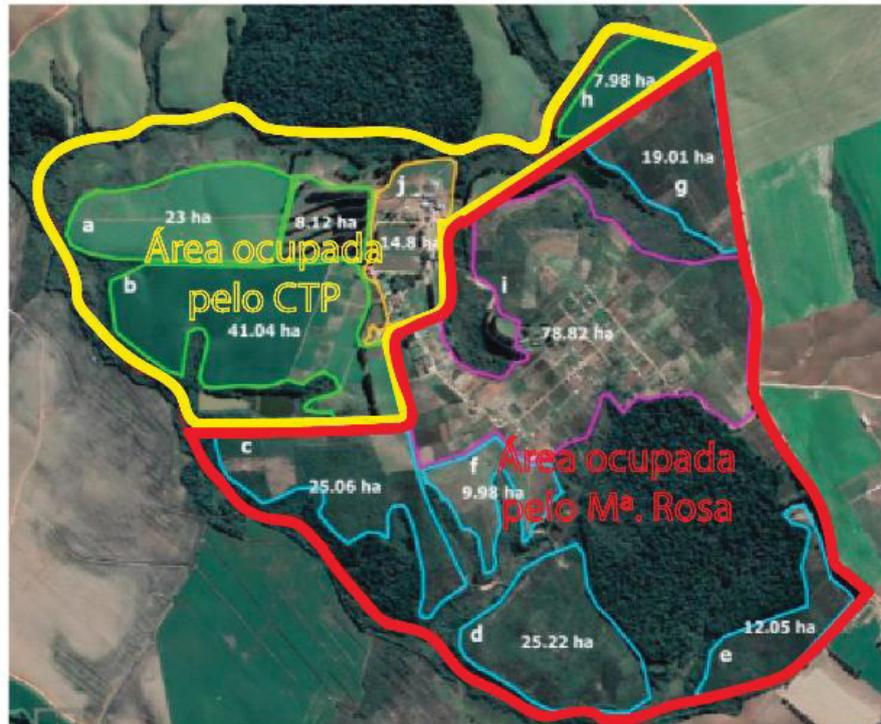
Muitas das famílias da periferia de Castro também relataram ser de origem da roça. A acampada Rosilda Pinheiro Fernandes conta no documentário ter pagado aluguel por muito tempo na cidade, apesar de ter se criado no sítio, então quando soube da organização da ocupação sua família ficou contente pois acreditava ter meios melhores para sobreviver em um local onde poderia fazer o que gosta: plantar e voltar a mexer com a terra (2016). Além disso, Valdiney Batista Mota que também cresceu na terra, mas foi para meio urbano onde acabou prejudicando sua saúde trabalhando com produtos tóxicos para produtos agrícolas de grandes empresas. Ao ir para o Maria Rosa pode mudar radicalmente de trabalho e vida (2016):

Então, lá na cidade eu trabalhava com produtos químicos né. eu trabalhava na fábrica da Brascave né. Essa fábrica lá trabalhava com peças, é, para implementos agrícolas. Fazia capô, teto essas coisas. Então eu trabalhava lá. Eu trabalhava na parte de, é, acabamento final e qualidade da área. Só que o que acontecia, quando eu chegava em casa que eu ia me descansar eu pegava e sentia muito mal por causa dos produtos químicos né. Que tinha pintura tal. E daí a minha vontade mesmo era trabalhar na roça que eu era da roça antes né e fui para a cidade. [...] Que nem aqui a proposta nossa que é agroecologia né e produtos, é, orgânico... então para mim isso é excelente isso, porque além da gente tratar da nossa própria saúde, a gente está levando a saúde pra mesa de quem tá na cidade. Então isso é uma coisa que o maior atrativo meu foi esse. [...] Por que isso não é nem uma boa qualidade, é uma excelente qualidade que a gente produz aqui. (Valdiney Batista Mota, 2016)

Como Joabe (2016) citou, a área ocupada é terra da União. Quando ocorreu a ocupação das famílias do MST-PR em 2015 a área estava sendo irregularmente utilizada pela Fundação ABC e o Centro de Treinamento Pecuarista – CTP. A área total da fazenda é de 440 hectares, 297 hectares estão sendo utilizadas pela comunidade³¹, que redominou sua área como Maria Rosa do Contestado e 143 hectares seguem ocupados pelo CTP.

³¹ Até o atual momento, abril de 2023.

FIGURA 4 – ÁREAS OCUPADAS NA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ: MARIA ROSA E CTP.



FONTE: A autora (2023), sobre base de estudo do Mapeamentos (2020) e Google (2020).

Onde as famílias camponesas estão atualmente eram lotes de pesquisa com monocultura, uso de agrotóxicos e transgênicos. A partir da presença das famílias estas parcelas desenham e enraízam uma comunidade com moradias, caminhos e vias, áreas de plantio agroecológico com produção 100% certificada como orgânica e também uma cooperativa de comercialização, entre outras iniciativas.

A Fazenda Capão do Cipó está assim denominada desde 18 de janeiro de 1991 na sua Matrícula nº 12.566 e segundo esta, se trata de um bem público de propriedade da União caracterizado de dominical³². Esta área pública foi cedida pelo Ministério da Agricultura de forma gratuita oficialmente em 1971 para a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná LTDA com prazo de 20 anos. Em 1991, houve nova cessão a esta cooperativa pelo prazo de 10 anos para realização de atividades didáticas dedicadas ao campo da agropecuária (CEPPUR *et al*, 2020:5). No término

³² “Conforme categorização estabelecida no art. 99, inciso III do Código Civil também expressa na definição de Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem, são dominicais ou domaniais “os bens próprios do Estado como objeto de direito real, não aplicados nem ao uso comum, nem ao uso especial, tais os terrenos ou terras em geral, sobre os quais tem senhoria, à moda de qualquer proprietário, ou que, do mesmo modo, lhe assistam em conta de direito pessoal. (MELLO, 2006, p. 867)”. (cit. CEPPUR *et al*, 2020:5).

da nova cessão, a Capão do Cipó foi irregularmente transferida pela cessionária à Fundação ABC – assim denominada por reunir as Cooperativas Capa-Arapoti, Batavo e Castrolanda e o Centro de Treinamento Pecuárta – CTP. Essa sociedade manteve sua ocupação no bem público, caracterizando um uso irregular do imóvel³³ a partir de 2001 (CEPPUR *et al*, 2020:6).

Posteriormente, no ano de 2004, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU expediu uma ação de reintegração de posse que se repetiu nove anos depois. Ou seja, foram expedidas duas sentenças para reintegração de posse do imóvel à Fundação ABC e ao CTP e que não foram cumpridas, incidindo sobre a sociedade multa diária pelo uso indevido do imóvel.

No ano de 2014, a Superintendência do INCRA do Paraná solicitou à SPU que o imóvel rural, ainda utilizado irregularmente por mais de uma década e com reintegração de posse, fosse incorporado ao Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA abrindo o processo administrativo número 54200.000914/2012-95. No entanto, apesar da ordem judicial, esta não foi cumprida até o momento, e assim a área permaneceu integralmente utilizada pelas atividades particulares da Fundação ABC e o CTP. Devido a isso, e ao cenário nacional sem apoio do governo federal para executar estas e outras ações fundiárias de interesse da reforma agrária, no Paraná o INCRA sinalizou a questão da Capão do Cipó e o MST-PR então organizou a ocupação Maria Rosa do Contestado para pressionar o estado. Segundo o coordenador da comunidade, Célio de Oliveira Meira (2016), o Movimento tentava realizar um diálogo oficial com o INCRA nos anos anteriores a 2015, mas não houve disposição em encaminhar a problemática. Algumas horas após a entrada das famílias na área, foi marcada uma reunião de negociação que demonstrou, em mais um dentre os milhares pelo Brasil, um caso em que foi necessário o mecanismo da ocupação para prosseguir o encaminhamento da política de reforma agrária.

³³ “O uso irregular do imóvel público pode ser compreendido na modalidade posse precária, de acordo com os artigos 1200 e 1202 do Código Civil ou em outra interpretação, caracterizado como detenção de acordo com a Súmula 619 do Superior Tribunal de Justiça que define tal categoria jurídica como “A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.” (Súmula 619, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/2018, DJe 30/10/2018)” (CEPPUR *et al*, 2020:6).

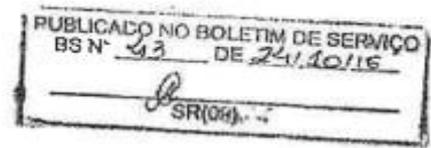
[...] nós já vinha tentando negociar essa área há 2 anos. Dois anos lutando, negociando para ver se se resolvia pacificamente essa negociação e a gente não conseguiu avançar nada. Mas a gente ocupou a área aqui 5 horas da manhã no dia 24 de agosto, quando foi às 10:00 da manhã já tinha uma posição das autoridades. Já tinha hora marcada, data e local para fazer uma audiência com o INCRA, o MST, a fundação ABC, com a prefeitura. Então nós na negociação, no diálogo, não abriu negociação. E com 5 horas de ocupação saiu alguma negociação. Então é por isso que é importante a ocupação né?! A ocupação é uma das ferramentas que a gente usa aí para poder fazer pressão para cima dos cara. (Célio Meira, 2016).

Em 2016 a comunidade organizou a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado – COOFRAM integralmente de produção orgânica, a qual já era um objetivo também para a organização territorial das famílias. Assim, a área da matrícula antes mencionada permanece **dividida entre uma cooperativa agroecológica e um grupo cooperativista do agronegócio**, expressando mais uma escala da disputa e conflito entre distintos desenhos de mundos sobre estas terras.

As negociações deram continuidade no ano de 2016 com o Ofício da SPU nº 49661/2016-MP “para que se proceda à avaliação do imóvel com vistas à transferência para o INCRA” (CEPPUR *et al.*, 2020:9). Neste momento o Governo do Estado do Paraná também entra no cenário e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB emite a Resolução SEAB nº 099/2016 para avaliar as condições de permuta³⁴ de imóveis para o INCRA assentar as famílias camponesas e formar uma equipe técnica para trabalhar no caso:

[...] avaliação do imóvel por agentes públicos e privados com o objetivo de aferir o valor de mercado para possível **permuta** de imóveis, com envolvimento do Governo do Estado do Paraná nas tratativas relativas à possível permuta de área pública do Estado do Paraná e formação de Grupo de Trabalho. (CEPPUR *et al.*, 2020:9)

³⁴ O Governo do Estado do Paraná apresentou ofertas de fazendas na região para que não se utilize a Capão do Cipó para reforma agrária, devido à influência dos atores da Fundação ABC e o CTP envolvidos.



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 73 /INCRA/SR-09/PR/2016.

Curitiba, 24 de outubro de 2016.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado do Paraná, designado pela Portaria/INCRA/P nº 554 de 25/08/2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 26/08/2016 (Seção 2 – página 2), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovado pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009, publicado no D.O.U. da mesma data; combinado com artigo nº 132 do Regimento Interno do INCRA, de 03/04/2009, aprovado pela Portaria Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 20 de 08/04/2009, publicado no D.O.U nº 68 de 09/04/2009 (Seção 1 – página 97):

CONSIDERANDO o Ofício da Secretaria do Patrimônio da União – SPU nº 49661/2016-MP, de 17 de agosto de 2016, no qual é solicitada a cooperação técnica do INCRA/PR para a realização de avaliação do imóvel denominado “Fazenda Capão do Cipó”, que está em processo de transferência para esta Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução SEAB nº 099, de 29 de agosto de 2016, publicada no DOE, edição 9774, de 31 de agosto de 2016, que designa técnicos do serviço público e da iniciativa privada para compor Equipe Técnica Interinstitucional que fará a avaliação do valor de mercado de imóveis rurais, referente ao processo de permuta entre imóveis rurais, e referente ao processo de permuta entre o governo Federal, Governo Estadual (IAP) e a Cooperativa Castrolanda;

CONSIDERANDO os Processos Administrativos INCRA: nº 54200.000093/2014-59, que trata da vistoria de avaliação do imóvel denominado “Fazenda Capão do Cipó”; nº 54200.000043/2016-33 que trata da oferta do imóvel denominado “Fazenda Jeca Martins”; nº 54200.002590/2015-72 que trata da oferta do imóvel denominado “Fazenda Retiro”; nº 54200.002578/2015-68, que trata da oferta do imóvel denominado “Fazenda São João”; nº 54200.002577/2015-13 que trata da oferta do imóvel denominado “Fazenda Taboãozinho”;

FONTE: Ordem de Serviço nº 73/INCRA/SR-09/PR/2016, DOCUMENTAÇÃO INCRA – Anexo ao Laudo de Vistoria Agrônomo Fazenda Capão do Cipó, (2017).

Em 2017, com o INCRA sustentando seu interesse na área para de fato assentar as famílias no município de Castro, ocorre uma Proposta de Permuta da autarquia com o imóvel particular Fazenda Barra Bonita pela Ordem de Serviço INCRA/SR-09 PR nº 37/2017 de 22 de agosto de 2017. Esta ordem dispõe a designação de técnicos para Avaliação do Imóvel também localizado em Castro.

Apesar do interesse do INCRA publicado, esta permuta não ocorreu. Outras áreas tanto particulares como públicas foram ofertadas ao INCRA para assentar parte das famílias do Maria Rosa (pois apontava que a área não seria suficiente em termos agrônômicos e pelo módulo rural, para assentar todas as famílias) e a Superintendência do INCRA no Paraná designa uma equipe técnica para realizar a avaliação do imóvel da União Fazenda Capão do Cipó para executar a transferência

do imóvel para si, e também para avaliar as outras áreas ofertadas e pesquisadas na região (LAUDO AGRONÔMICO - INCRA, 2017).

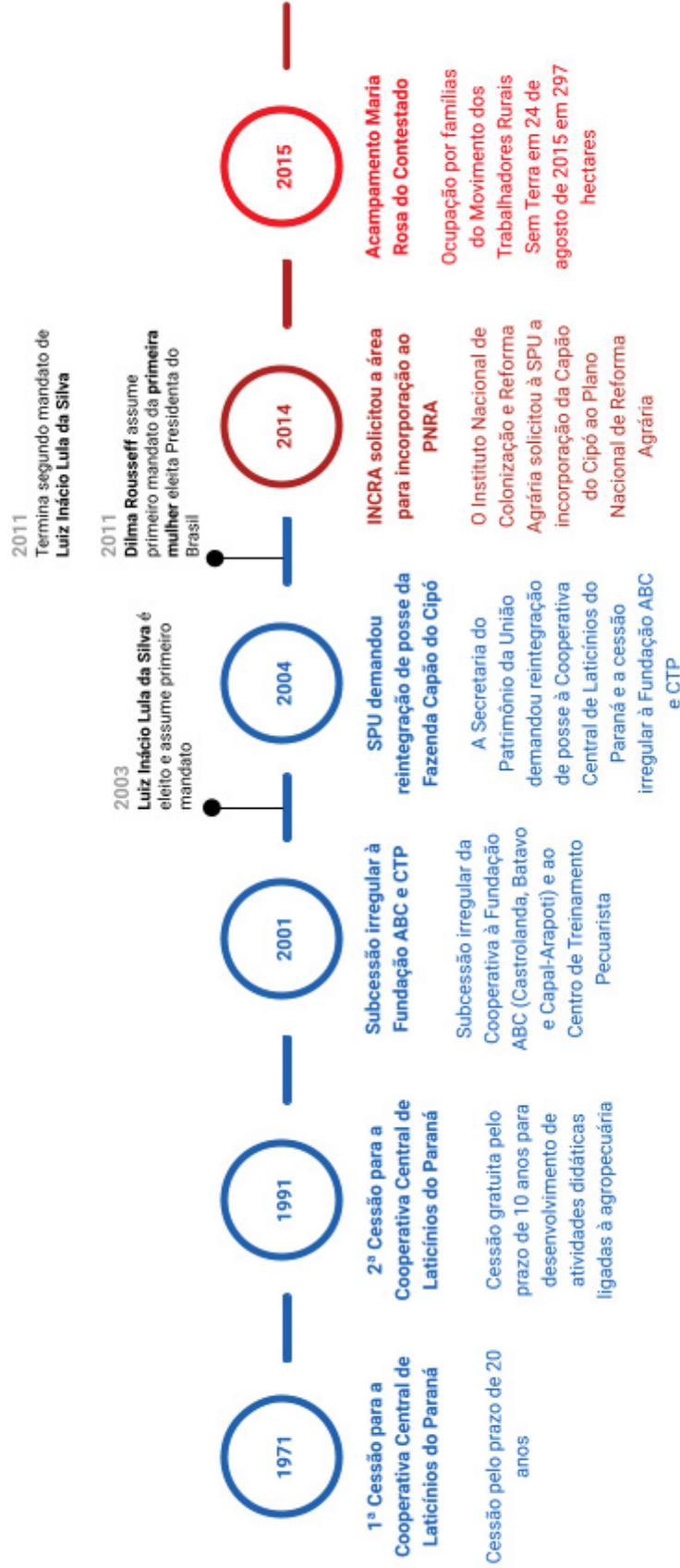
Em novembro de 2017, o INCRA realiza o “Laudo Agrônômico de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural³⁵” da “Fazenda Capão do Cipó – Parte Acampamento Maria Rosa” (Processo Administrativo INCRA nº 54200.000093/2014-59) e no ano seguinte, 2018, a SPU solicita ao INCRA: a previsão da permuta de outra fazenda presente nas ofertas do Estado do Paraná, a Fazenda Jeca Martins; e sobre a destinação da área da Capão do Cipó para as terras da autarquia, o número de famílias e o uso do CTP.

³⁵ O Laudo técnico agrônômico faz uma Vistoria para avaliação do Imóvel Rural, sendo que: “Na vistoria, são observadas as benfeitorias, reservas legais, áreas de preservação permanente, utilização dos pastos e a exploração da terra. Concomitantemente, o Incra também faz um levantamento dos valores de mercado do imóvel - a Vistoria de Avaliação - através de pesquisa sobre os negócios realizados na região e apuração no mercado local de terras. O Incra então emite um laudo pericial, o Laudo Agrônômico de Fiscalização, que define se a fazenda vistoriada é improdutiva ou não. Se o imóvel rural for improdutivo, o Incra também deverá apontar se ele é viável ou não para a implantação de um assentamento. Para tanto é feito um Estudo da Capacidade de Geração de Renda do imóvel (ECGR), que informa a vocação agropecuária da terra, a quantidade de famílias que poderá abrigar, a viabilidade econômica, a disponibilidade de água, as condições produtivas e ainda traz um anteprojeto da organização espacial que o futuro assentamento terá.” (INCRA, 2020)

FIGURA 5 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 01/04.

LINHA DO TEMPO - MARCOS DAS EXPERIÊNCIAS EM CASTRO-PR

Recorte 01/04. Autora: Iara Beatriz Falcade Pereira, 2023



FONTE: A autora (2023).

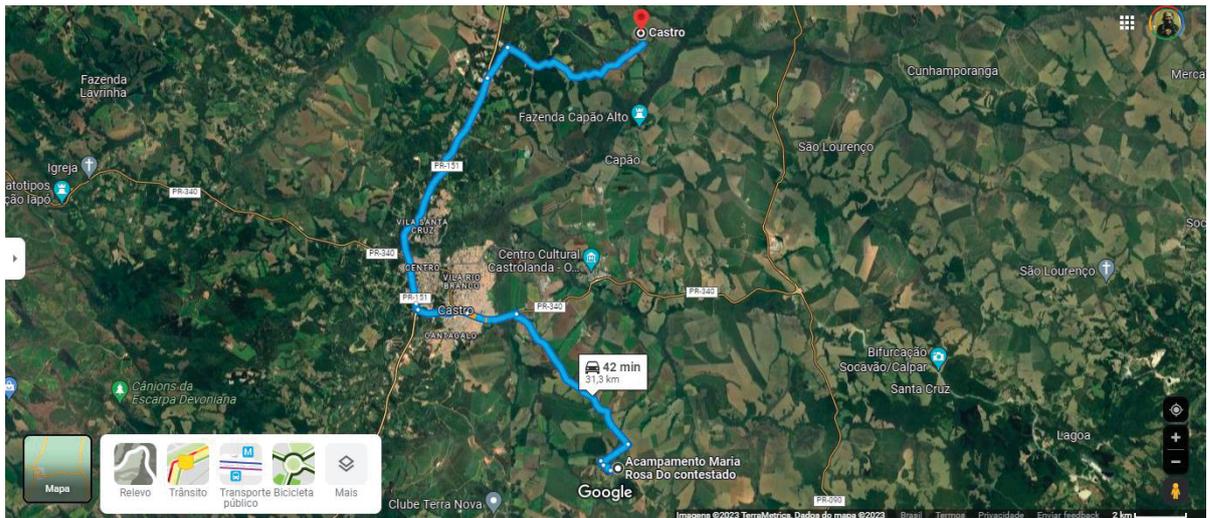
Em 2018 o MST-PR se articula a fim de encontrar possibilidades de regularizar e garantir segurança as/aos acampadas/os/es por parte do estado. No relatório do Laudo do INCRA, segundo o **modelo de produção agrícola verificado pela autarquia** não caberia o número de famílias acampadas. No entanto, a partir do acúmulo técnico das experiências agrônômicas e de PDAs do Movimento, este acreditava que pelos modelos de produção agroecológicos seria viável assentar um número maior do previsto no relatório tanto para a área da Fazenda Capão do Cipó, quanto para as possíveis áreas de permuta. Diante dessa perspectiva o MST-PR avaliou o número de famílias a permanecer na área do Maria Rosa, bem como analisou a demanda de famílias excedentes e então, dentre as áreas públicas levantadas pelo INCRA, o Movimento organiza nova ocupação para destinar 40 famílias.

2.2 MOBILIZAÇÕES FRENTE À CONTRARREFORMA AGRÁRIA: APRENDENDO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA PADRE ROQUE ZIMMERMANN

Em 06 de dezembro de 2018, a comunidade Maria Rosa se desmembra para iniciar outra ocupação e continuar com a pressão para uma ação de implementação de reforma agrária em Castro-PR. Assim, a Fazenda Jeca Martins de 222 hectares, a 31,3³⁶ km da Fazenda Capão do Cipó, ofertada pelo Estado do Paraná para avaliação de permuta recebeu 40 famílias do MST-PR para semear a comunidade-agroecológica batizada três meses depois por Acampamento Padre Roque Zimmermann. O nome foi escolhido pela comunidade:

Ele [Padre Roque] foi um lutador do povo, né. Defensor das causas sociais e uma pessoa que eu tive o privilégio de conhecer no início do nosso acampamento em Três Lagoas, aqui mesmo em Castro, no Abapan, lá em 93. Um camarada que exerceu na prática o ofício de sacerdote, né, que é lutar pelo povo. Que é se misturar ao povo e ajudar a fazer a luta em defesa dos pobres. E por ser a escolha do nome é por ser esse lutador que ele foi, né. E um personagem recente. Faleceu no início de 2019. [...] Tava sendo realizada a missa de 7º dia dele, né. E por ser essa figura importante aí para nós a gente decidiu escolher pelo nome. (Depoimento de Célio de Oliveira Meira, coordenador local do MST-PR, 2020).

³⁶ Percurso Google Maps (2023): <<https://encurtador.com.br/jtOV5>>

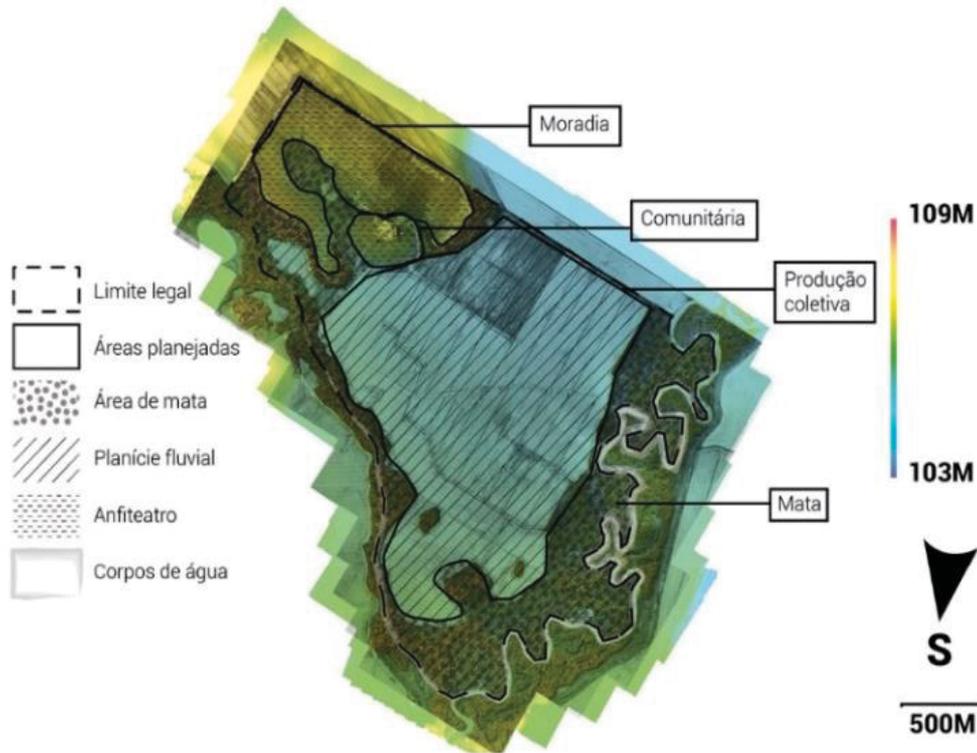
FIGURA 6 – PERCURSO ENTRE ACAMPAMENTOS M^a ROSA E PE. ROQUE.

FONTE: Google Maps (2023).

As comunidades-agroecológicas Maria Rosa e Padre Roque são, portanto, irmãs da mesma ocupação de 2015. A segunda terra ocupada é propriedade do Instituto Água e Terra do Paraná - IAT³⁷ e com o objetivo de realização de pesquisas agrárias, estava formalmente cedida à Universidade Federal do Paraná - UFPR desde o ano de 2003. Esta, no entanto, desistira dos projetos no local e sem amparo legal a terra passou a ser utilizada irregularmente por um vizinho para monocultivo de grãos.

³⁷ O agora IAT, antes denominava-se Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

FIGURA 7 – DESTAQUE PARA LIMITE LEGAL DA FAZENDA JECA MARTINS.



FONTE: As autoras, 2020 (FALCADE-PERERIA, et al, 2021:158).

Tendo em vista a perspectiva de uma comunidade-agroecológica e os posicionamentos do INCRA de que as áreas em negociação junto à Capão do Cipó não dariam conta do número de famílias acampadas, mas enxergando a necessidade de planejamento das comunidades para que estas pudessem se enraizar e consolidar sua organização territorial, após a ocupação do Acampamento Padre Roque, o MST-PR procura a Universidade Federal do Paraná – UFPR solicitando ‘estudos de viabilidade de um possível assentamento agroecológico de reforma agrária para 40 famílias’ com as dimensões a se levar em conta: moradia, comunitária, ambiental e produtiva.

Esta relação se inicia em março de 2019, um primeiro momento que configurou um diálogo em roda, de trocas e conhecimento mútuo, em que a comunidade definira sua demanda, com o Movimento objetivando dialogar e construir uma proposta que pudesse pressionar e apresentar ao INCRA, e também implementá-la. Da mesma forma, neste momento já se pretendia que posteriormente fosse realizado semelhante estudo de planejamento no acampamento Maria Rosa. Todavia, o MST-PR sabia da conjuntura difícil que estava vivendo.

FIGURA 8 – PRIMEIRA REUNIÃO DO PROJETO NO BARRACÃO COMUNITÁRIO.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2019).

Através do Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários em experiências de r-existência” vinculado ao Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e Território - ENCONTTRA, do departamento de Geografia da UFPR e contando com a parceria do Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas – CEPPUR/UFPR, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Caracol – EMAU Caracol/UFPR³⁸ (que a partir de 2021 se articulam no coletivo de coletivos de pesquisa e extensão Planejamento Territorial e Assessoria Popular – PLANTEAR), e o Laboratório de Mecanização Agrícola - LAMA³⁹ da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em 2019 começa no Padre Roque um estudo de viabilidade de assentamento agroecológico com: (a) a divisão das áreas de moradia com quintais produtivos (dimensão da moradia); (b) a área comunitária (dimensão comunitária); (c)

³⁸ O EMAU somou-se ao processo do Padre Roque no segundo semestre de 2019.

³⁹ Segundo Guilherme Mazer, agrônomo integrante do LAMA – UEPG e parceiro do MST PR: “A aproximação do Lama com os assentamentos e acampamentos se deu com a implantação de uma horta orgânica no Zapata, em Ponta Grossa, com o Assentamento Estrela, em Ortigueira e com o Assentamento Guanabara, Imbau na questão do Leite e produção de sementes crioulas, e depois expandiu para outros assentamentos como na Lapa e outros com a certificação de produtos orgânicos, proteção de nascentes, comercialização e outros aspectos agrônômicos de conservação de solos, agrobiodiversidade, comercialização direta, agroindústria, outras práticas de desenvolvimento rural sustentável, e por fim, formação política e planejamento das comunidades. Durante esse período também houve trabalhos focados na sucessão da agricultura familiar com jovens rurais. Os trabalhos do Lama sempre estiveram vinculados a projetos e programas de pesquisa e extensão universitária, com estagiários de graduação, mestrandos, doutorandos e professores, atuando em uma equipe multidisciplinar”. (Trecho escrito por Guilherme em diálogo no dia 23 de março de 2022)

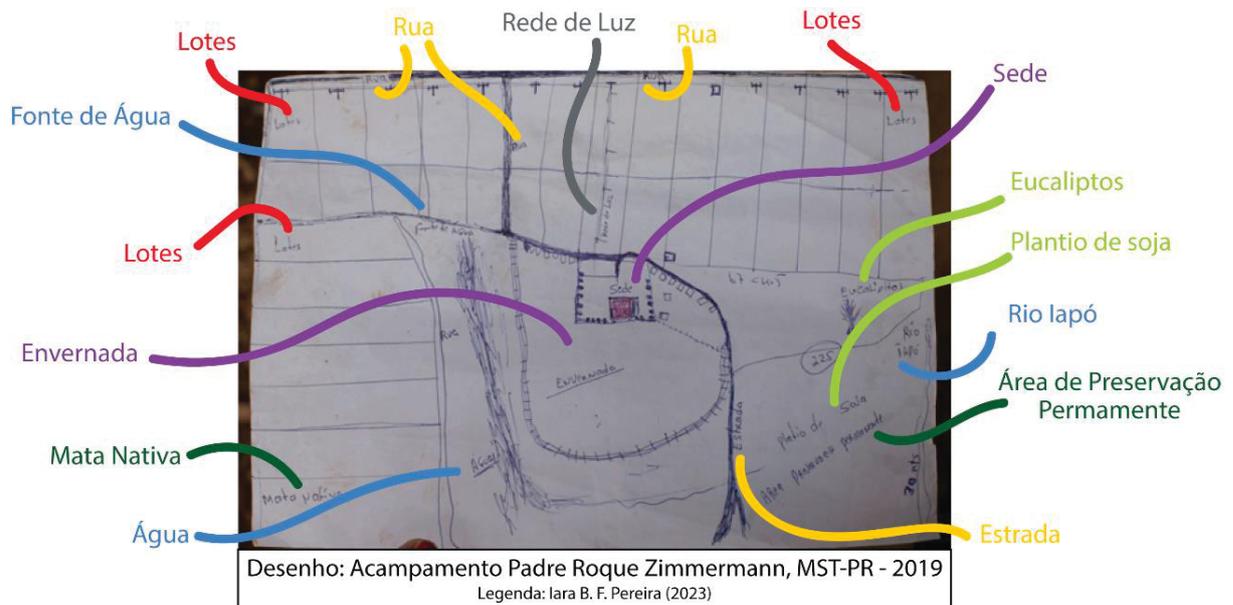
a delimitação das áreas de proteção ambiental (dimensão ambiental); (d) e a delimitação da área de produção do Acampamento (dimensão produtiva). Estas dimensões compuseram e transpassaram relacionalmente todo o estudo para realizar um planejamento dessas áreas no território. E a equipe técnica e extensionista envolveu os departamentos de Geografia, Geomática, Engenharia de Transportes, Direito e Arquitetura⁴⁰ da UFPR.

Anterior ao começo dos diálogos e das oficinas entre acampamentos e universidades, as famílias do Padre Roque fizeram um reconhecimento territorial e desenharam em uma folha de papel (FIGURA 9) o que imaginavam e **sonhavam** para o território. Expressaram o desejo e esperança que envolvia a demanda da implantação de um assentamento com modelo produtivo e de vida agroecológico, em que as famílias pudessem conviver, cultivando seu alimento e enraizando uma comunidade. Esse foi o primeiro desenho do projeto e também o primeiro documento que o Movimento entregou à nossa⁴¹ equipe para solicitar o estudo:

⁴⁰ Ao longo das oficinas, participaram também pessoas das áreas de agronomia, engenharia civil, engenharia florestal, engenharia cartográfica, geologia, música e ciências sociais.

⁴¹ Em alguns momentos estou fora e outros dentro do “nós” enquanto equipe nos estudos dos territórios em Castro-PR. Conheci o caso e a demanda de planejamento do Maria Rosa em 2018, quando a comunidade se preparava para ocupar a Fazenda Jeca Martins, onde atualmente é o Padre Roque. Fui ao acampamento uma vez em 2018 para dialogar com Joabe sobre o MST-PR e os planejamentos, pois estava realizando os trabalhos de conclusão do curso sobre este debate. Em março de 2019, quando finalizei a graduação, a equipe do Mapeamentos Comunitários já iniciara a parceria com o Movimento e após a segunda ida na comunidade me somei à equipe. No Padre Roque, trabalhei até a conclusão dos estudos e no Maria Rosa participei das atividades respectivas aos seus estudos até agosto de 2021, quando me ausentei das oficinas de desenho e parcelamento das moradias para dar continuidade nesta pesquisa de mestrado e que retomei a participação em 2022, além de me acampar na comunidade em maio deste ano.

FIGURA 9 – PRIMEIRO ESBOÇO DA COMUNIDADE.



FONTE: Elaborado pela comunidade (2019).

De março de 2019 a fevereiro de 2020 realizamos 10 encontros/oficinas⁴² na própria comunidade divididas em **duas fases**: a primeira, para desenhar as áreas de moradias com quintais produtivos (lotes); e a segunda fase para planejar a área comunitária. Dentre os produtos finalizados e entregues à comunidade no último encontro está o mapa georreferenciado da divisão das áreas de moradia que no dia 19 de março de 2020 foi demarcado pelo Movimento junto a parceiros cartógrafos (mostraremos os desenhos e o processo mais para frente).

⁴² Encontros/oficinas: nem todos os momentos compartilhados entre comunidade e equipe do projeto foram oficinas por definição. Porém, sem dúvidas todos os encontros foram construtivos e fundamentais ao processo e trabalho executado.

FIGURA 10 – LINHA DO TEMPO FASE 1 E 2 DO PROCESSO DE ESTUDO DE VIABILIDADE DE ASSENTAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA PADRE ROQUE.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2020).

Na linha do tempo, a ocupação da Jeca Martins se entrelaça nas estratégias de resistência e enfrentamento aos conflitos agrários em Castro-PR. Conflitos estes, que não se amortizam. Pelo contrário, em 2019 o INCRA renuncia e abandona o interesse pela área da Fazenda Capão do Cipó/Maria Rosa do Contestado. Nesta mesma virada de 2018 para 2019, foi o momento em que as negociações perderam forças em função do processo eleitoral de 2018 com a vitória presidencial de Jair Messias Bolsonaro (APB) e a eleição para Deputada Estadual (e sua aliada) Aline Sleutjes (PSL) de Castro-PR, descendente de holandeses - estes, donos das grandes cooperativas da região, vinculados à Fundação ABC e o CTP (ou seja, os ocupantes irregulares da área Capão do Cipó). A partir das eleições, o conflito se intensifica e a deputada, com cargo na comissão de agricultura, inicia articulações para garantir a reintegração de posse sobre o MST. A mesma, no mesmo mês do novo posicionamento do INCRA, veicula via redes sociais que “o Ministério da Economia solicitaria à Advocacia Geral da União que procedesse à demanda de reintegração de posse da área” da Fazenda Capão do Cipó (CEPPUR, *et al.*, 2020:7). Em junho de 2019 participa de reunião⁴³ com tal objetivo, com entidades representantes do agronegócio de Castro e região, junto ao Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia.

⁴³ A reunião foi veiculada nas redes sociais da deputada. Disponível em: <<https://alinesleutjes.com.br/agronegocio/deputada-aline-pede-a-reintegracao-de-posse-da-fazenda-capao-do-cipo/>> Acesso em 04/04/2021.

Há que rememorar, a postura da SPU que antes solicitava a reintegração de posse da Fundação ABC (2014, autos nº 5011336-66.2012.4.04.7009) e que em 2014 a SPU informara que cederia o imóvel da Fazenda Capão do Cipó ao INCRA, se modifica, apesar das negociações, amplo estudo, vistoria e do Laudo Agrônômico de Vistoria e Avaliação do imóvel (em 2017, Processo Administrativo INCRA nº 54200.000093/2014-59) - o qual concluiu que o imóvel era exequível para criação de um assentamento rural.

Entretanto, ambas instituições alteram a decisão sobre a destinação da área após junho de 2019 e reunião publicada pela deputada. O INCRA desiste do processo de assentamento das famílias e sem justificativas técnicas, a autarquia abandona o imóvel da Capão do Cipó comunicando sua decisão à SPU afirmando somente que a área apresenta uma 'vocação natural de pesquisa e extensão rural'⁴⁴, demonstrando uma subordinação aos interesses regionais do agronegócio e movimento estatal articulado a estes ao não incluir a ordem de reintegração para o CTP, apenas para a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado - COOFRAM⁴⁵ e suas famílias (PONTES, *et al.*, 2021:8:9). Com os procedimentos obrigatórios e legais⁴⁶ iniciados, o instituto reconheceu a demanda de acesso   terra da região com o próprio Laudo de Vistoria Agrônômico publicado, ou seja, deveria realizar novos laudos técnicos e destinação das famílias.

No Padre Roque, neste momento (2019) ocorriam as oficinas para o estudo solicitado. Havia muita tensão no primeiro ano de governo Bolsonaro, e a desistência do INCRA na Capão do Cipó também impactava o processo na Jeca Martins, em que constat vamos tecnicamente a impossibilidade da área de comportar cerca de mais "dois Padres Roques" em número de famílias, se precisasse acolher as famílias do acampamento Maria Rosa também.

Partindo de metodologias de cartografia social e participativa, na Fase 1, das " reas de moradias com quintais produtivos", a expectativa era de lotes de 1 hectare (10.000 m²) por família. Porém, posteriormente ao levantamento altimétrico do terreno

⁴⁴ Consta tal despacho, referenciando a não manutenção do interesse da autarquia de assentamento das famílias acampadas e, afirmando esta vocação da área conforme os autos do processo n  5009554-77.2019.4.04.7009, p. 9 (2019).

⁴⁵ Fundada em 2016 na comunidade, e que engloba a comunidade Padre Roque como cooperados também. Ou seja, a cooperativa das duas comunidades tem sua sede na área do Maria Rosa, e ambas permaneceram em apoio para realizar o funcionamento desta.

⁴⁶ Iremos abordar os ritos normativos do INCRA no próximo capítulo.

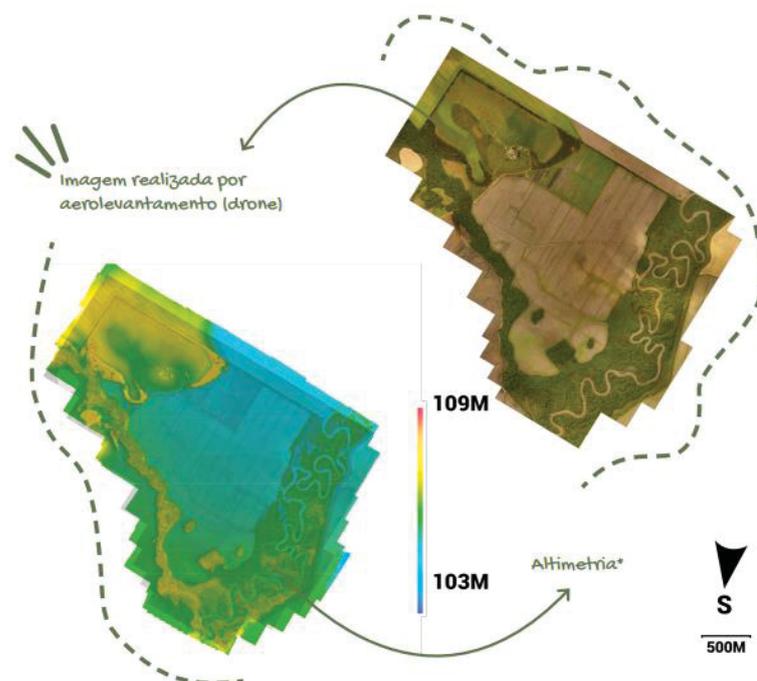
e demarcação das áreas de preservação, o espaço para o parcelamento de moradias com quintais produtivos contabilizou 26 ha e para manter 40 unidades, houve acordo em reduzir o tamanho dos lotes que ficaram em torno de 6.300 m².

FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO E ÁREAS DO ACAMPAMENTO PADRE ROQUE.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2020).

FIGURA 12 – RECONHECIMENTO DA ÁREA.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2020).

Do total de 222 hectares, o território do Padre Roque tem nas suas fronteiras uma área de 73 hectares de mata, correspondendo a área de preservação ambiental. Os limites sudeste e sudoeste são corpos hídricos, sendo o maior deles ao sudeste o Rio Iapó – historicamente muito importante para a região⁴⁷ e que, devido à sua presença e geografia, ‘sugeriu’ o desenho das áreas, uma vez que sazonalmente alaga alguns pontos da sua planície. Esta, no centro do território, com solo fértil, delimitou em 118 hectares a área de produção coletiva. Ao noroeste, no vértice da antiga fazenda, o terreno forma um anfiteatro elevado em relação a planície fluvial do Iapó e os 26 hectares deste foram utilizados para alocação da área de moradias e quintais produtivos (com vista para o rio e sua mata). Ainda no anfiteatro, onde era a sede da Jeca Martins com uma casa de madeira e um barracão metálico, outros 5 hectares formam a área comunitária.

FIGURA 13 – PLANÍCIE DE PRODUÇÃO COLETIVA, COM CULTIVOS, E PARTE DA ÁREA DE MATA AO FUNDO.



FONTE: A autora (2019).

Ao longo do processo, a perspectiva da agroecologia como modo de vida evidenciou importâncias e aprendizados para a comunidade e a equipe no sentido de pensar um planejamento para as áreas de moradia que estivesse atrelado ao cotidiano das famílias. Estas, eram compostas por uma diversidade de gerações, que evidenciaram em destaque ‘o grupo de crianças’ e ‘de adultos/as maiores’. Devido a isto, as oficinas passaram a se dividir em dois grupos geracionais, pois as crianças – muito participativas, demonstravam disposição em se relacionar com a equipe. Entretanto, para além disso, essa demanda evidenciou outra intersecção para o

⁴⁷ Ver “O Rio Iapó: História Ambiental e Memória” de Iolanda Lúcia Zadra.

processo: a questão de gênero, pois se não estivéssemos com o grupo de crianças, estas demandavam bastante atenção, cuidados e participação das mulheres da comunidade. Não somente nas oficinas, esta era uma relação⁴⁸ cotidiana no acampamento e a síntese dos verbos e palavras do processo, presentes na Fase 1, foram representados no banner do projeto, apresentado na 18ª Jornada de Agroecologia do Paraná em agosto de 2019:

⁴⁸ Esta atenção, foi algo que levei para as reflexões coletivas da equipe e para os desenhos dos lotes, pois ainda na Fase 1 fui a única profissional da área da arquitetura, e apesar de recém formada, me preocupava muito as questões do cotidiano e do cuidado desde o estudo destes temas na monografia e TFG. Fomos, ao longo do processo, fortalecendo essa perspectiva coletivamente.

FIGURA 14 – BANNER DO PROJETO, APRESENTADO NA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ EM AGOSTO DE 2019.

**PLANEJAMENTO POPULAR EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA E DO CUIDADO**
EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ASPECTOS TÉCNICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DO ESTUDO DE VIABILIDADE DE ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO:

- TAMANHO DE ÁREA VINCULADO A ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA PARA GARANTIR O SUSTENTO DAS FAMÍLIAS;
- PROMOVER UMA RELAÇÃO RESPETUOSA COM A NATUREZA;
- CONSIDERAR O RELEVO NO PLANEJAMENTO DAS RUAS E FORMAS DAS ÁREAS DE MORADIA E PLANTIO PARA EVITAR A EROSIÃO;
- DESENHO DAS ÁREAS DE MORADIA PARA FACILITAR O ACESSO À ÁREA COMUNITÁRIA E VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COM MENOR CUSTO POSSÍVEL (VIAS, ENERGIA E SANEAMENTO);
- PROTEGER AS NASCENTES;
- BARREIRA DE ÁRVORES PARA PROTEÇÃO CONTRA OS AGROTÓXICOS DE ÁREAS VIZINHAS;
- ÁREA COMUNITÁRIA (EQUIPAMENTOS COLETIVOS, COMO ESCOLA, POSTO DE SAÚDE, PARQUINHO, CAMPO DE FUTEBOL, COOPERATIVA, CENTRO COMUNITÁRIO);
- FACHADA ATIVA (FACHADA DE ACESSO); PROXIMIDADE DAS CASAS, RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E CUIDADO, ALÉM DE INTERAÇÃO COM A ÁREA COMUNITÁRIA;

PROJETO DE EXTENSÃO: MAPEAMENTOS COMUNITÁRIOS EM EXPERIÊNCIAS DE R-EXISTÊNCIA - UFPR E UEPG (LAMA)

FONTE: A autora (2019).

Metodologicamente, essa subdivisão de grupos nas oficinas permitiu que as mulheres estivessem mais presentes nos processos decisórios dos desenhos, e assim, protagonizaram os assuntos e perspectivas que fortaleceram um planejamento atento a vida que ‘caminharia dos lotes para’ o território e a área comunitária. As mulheres também organizavam a alimentação dos dias das oficinas, bem como descreveram como prática cotidiana para a manutenção da casa comunitária: limpavam a casa, organizavam a dispensa, cozinhavam, lavavam as louças, entre

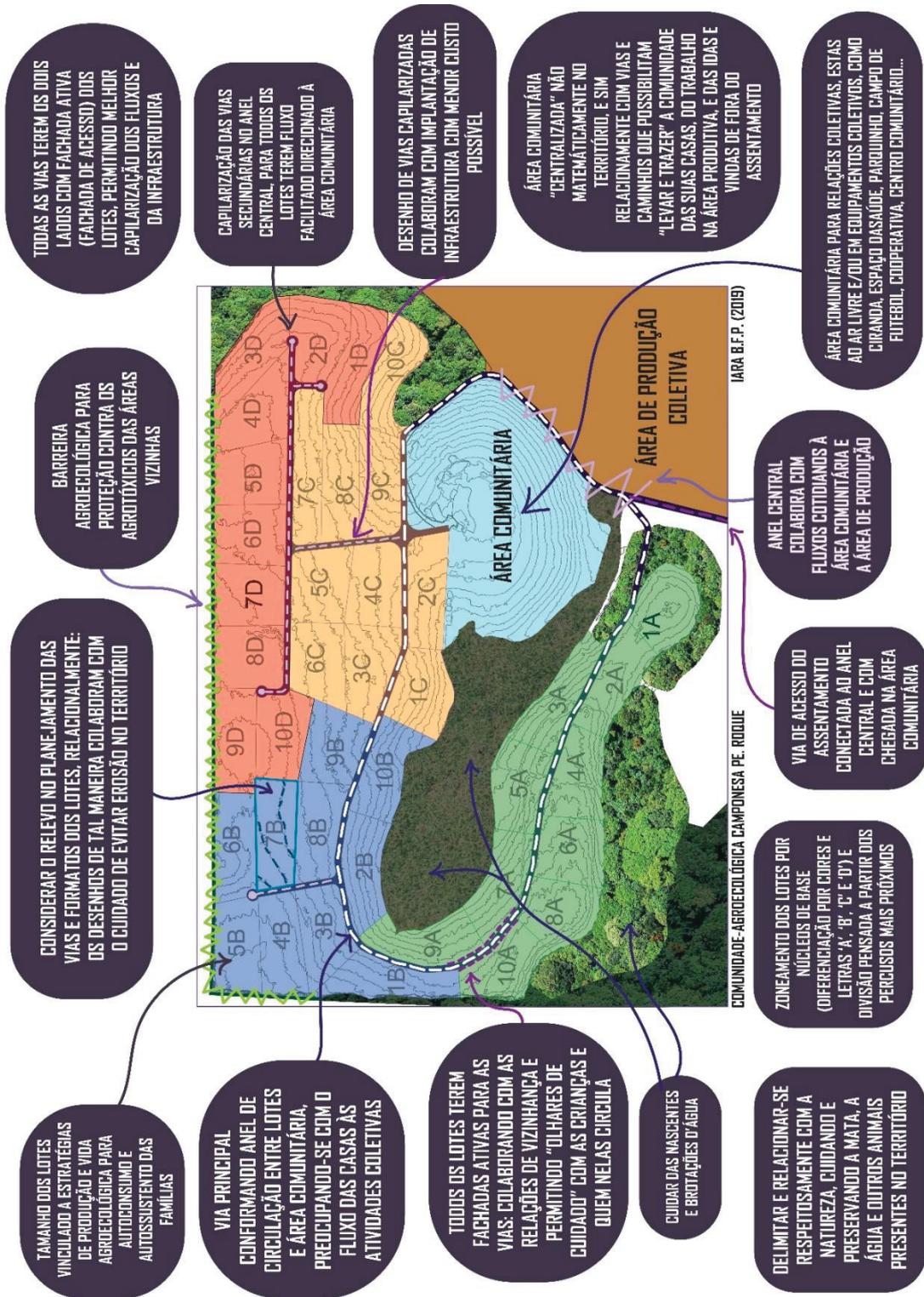
outras demandas junto ao cuidado das crianças que ficavam no entorno ou no interior da casa junto às mulheres. Quando era dia e horário de trabalho na roça para algumas mães-solo, elas levavam as crianças ou as crianças permaneciam na sede junto às demais, com a supervisão de alguma outra mulher (a Dona Marli era a principal).

As palavras e verbos que surgiram no banner da jornada vieram das relações cotidianas e desafios do processo de pensar uma comunidade-agroecológica. Nesta primeira fase, tentamos pensar sobre estes desafios, sendo o principal, colocar a vida no centro do planejamento em estudo. Uma diferenciação e evidência para mim, por exemplo, é que a demanda para a equipe era colaborar com as áreas de moradia e área comunitária com princípios agroecológicos, e a área de produção estava fora do nosso escopo, pois o acordo da comunidade era que estas fariam a autogestão das parcelas produtivas de plantio. O LAMA colaborou com orientações nesse sentido, do modo de produção agroecológico, e nós da UFPR, ficamos com este recorte: focar nas relações da agroecologia como modo de vida.

Obviamente precisamos ter observações no sentido produtivo para o desenho dos lotes de moradia com quintal produtivo, e o LAMA acompanhou o processo de desenho do parcelamento das moradias colaborando com estas questões. Ao longo da fase 1, havia uma diferenciação entre as perspectivas dos homens e mulheres: os homens focavam de fato, mais na produção a implementar nos lotes, já as mulheres, bastante tímidas, traziam discussões sobre a moradia e que o modelo agrovila era bom pelas distâncias até a área comunitária. Fizemos duas propostas iniciais para as moradias, e neste momento, a segunda proposta foi uma proposição minha tentando pensar as vias não somente como distribuição de infraestrutura, mas como caminhos e espaços públicos, os quais as crianças utilizam para brincadeiras e os usos são além de circulação de carros. Observando as curvas de nível e o formato do terreno, sugeri partirmos de um anel central e evitar vias sem fachadas ativas dos dois lados. A comunidade aderiu a esta proposta e seguimos o processo, o qual era desafiador cada oficina, devido à ansiedade das famílias em ter um desenho dos lotes. Em vários momentos a comunidade levantou uma questão: o quanto queriam ir para os lotes, para além de fazer suas hortas (que já estavam fazendo em torno dos barracos, no acampamento na área comunitária), para poder começar a plantar suas árvores.

Entre erros e acertos no processo, a caminhada da fase 1 resultou no seguinte desenho:

FIGURA 15 – MAPA PRODUTO DA FASE 1, ÁREAS DE MORADIA COM QUINTAL PRODUTIVO – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA PE. ROQUE.



FONTE: A autora (2019).

Enquanto ocorreu o processo da Fase 1 no Padre Roque, as famílias permaneceram acampadas na área comunitária no entorno da casa antiga que se tornou a casa comunitária. Desta forma, foi possível que o desenho final das áreas de moradia contemplasse um zoneamento para cada núcleo de base⁴⁹ (NB) do acampamento, sendo 4 grupos de 10 famílias cada. Este grupamento (subdividido nas letras A, B, C e D no mapa), foi pensado de acordo com os caminhos pelas vias que as famílias fariam para os lotes do seu núcleo de base, uma vez que os NBs são instâncias importantes da organicidade do MST, promovendo reuniões, discussões e soluções para as famílias e para o território.

Ao final da Fase 1, estavam determinadas a abrangência de cada área.

TABELA 1 – ÁREAS E % DO DESENHO TERRITORIAL PADRE ROQUE.

DIMENSÕES/ÁREAS DO DESENHO TERRITORIAL P.R.	TAMANHO	PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO
Área de Moradias com quintais produtivos	26 hectares (total); 40 lotes: aproximadamente 6.300m ² cada; Vias: aproximadamente 8.000m ²	11,71%
Área Comunitária	5 hectares	2,25%
Área de Preservação	73 hectares	32,89%
Área Produtiva	118 hectares	53,15%
TOTAL	222 hectares	100%

FONTE: A autora (2022).

As oficinas da fase 1 ocorreram no barracão metálico da antiga fazenda. Apesar das tentativas de mobilizar mais as vozes da comunidade, principalmente a das mulheres, elas estavam majoritariamente indo e vindo ao espaço da oficina, mas sempre indo à casa comunitária para organização do almoço, conversas e cuidado com as crianças. As crianças em momentos da oficina se aproximavam e queriam participar, por isto, começamos a mobilizar a importância de incluí-las nas oficinas e

⁴⁹ A organicidade do MST é composta por diversas instâncias, sendo o núcleo de base a primeira instância coletiva dos territórios do Movimento. O NB é, portanto, formado por um grupo de famílias (normalmente uma média de 10) que periodicamente se reúnem para debater temas e demandas, devendo resolver algumas questões nesta instância, e/ou leva-las adiante para a instância da comunidade.

de algumas pessoas da equipe⁵⁰ irem ajudar nos trabalhos das refeições, para não deslocarem a maior parte das mulheres em simultâneo nestes momentos.

Na fase 2, da Área Comunitária, foi muito interessante que a comunidade deslocou as oficinas para a casa comunitária, pois os homens haviam construído uma extensão da varanda para uma festa que houve para as crianças. Assim, o local das oficinas da metade em diante do processo ocorreu no próprio espaço que vivificava as dinâmicas coletivas. O espaço para as oficinas passou a ser mais agradável, pois devido ao vento, que agora passava por nós, era mais fresco. Isso nos possibilitou⁵¹ integrar mais os momentos e não haver tanta distância entre a cozinha e preparo das refeições e quem as preparava conseguia acompanhar mais as atividades. A integração com as crianças também passou a ser mais efetiva.

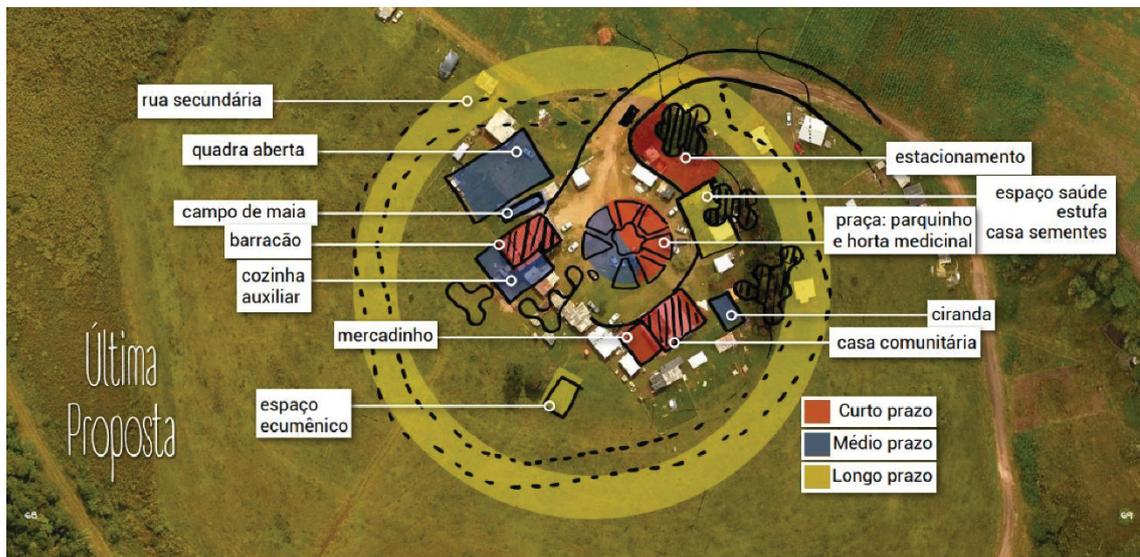
Para realizar a fase 2, a equipe mobilizou a questão das oficinas serem mais sensíveis e não tão 'duras'. Construímos uma maquete e articulamos outras pessoas para estarem presentes⁵², e para não começar ou determinar a área comunitária em prédios com nomenclaturas, partimos da metodologia da "árvore dos sonhos" com o objetivo de pensar sobre as práticas e sonhos comunitários pelos cinco verbos cotidianos: crer, conviver, comer, aprender e curar. Esta oficina contou com uma mediação muito importante, Priscila Monnerat do Setor de Gênero do MST-PR. A partir dos verbos, foi pensado sobre espaços que tem relação com estes, para então iniciar o planejamento das 'estruturas' e as prioridades de construção em tempos de curto, médio e longo prazo (gestão territorial) hierarquizando uma perspectiva de prioridades e sua ordem **no tempo** (não necessariamente uma quantificação de cada temporalidade por um número específico de anos).

⁵⁰ Essa mobilização na equipe também começou a ocorrer pelas mulheres, mas tivemos parceiros colaborando com estas atividades também.

⁵¹ Na fase dois o EMAU Caracol se somou ao projeto, e teve a participação comprometida de uma jovem estudante, Renata. Na geografia, Desirée assumiu importante relação e ponte com as mulheres e as crianças. Percebemos que as mulheres da comunidade tinham mais facilidade em conversar sobre o cotidiano e a vida, conosco, mulheres da equipe.

⁵² Também organizamos uma oficina de musicalização e produção de instrumentos com as crianças, pois elas nos desafiavam positivamente em não ficar na mesmice de proposições com papel e caneta.

FIGURA 16 – FASE 2, ÁREA COMUNITÁRIA DO PADRE ROQUE (ELABORAÇÃO SOBRE IMAGEM AÉREA DO DRONE: É POSSÍVEL VER O ACAMPAMENTO DAS FAMÍLIAS AO REDOR DA CASA COMUNITÁRIA E BARRACÃO).



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2020).

A oficina das árvores evidenciou muitas sensibilidades cotidianas dos grupos de crianças, mulheres e homens também. Estes, apontaram problemáticas como a questão do álcool e da preocupação que também tinham com as crianças. Apesar do protagonismo das mulheres nos cuidados de todas as gerações, os homens acompanharam as discussões e defesas quanto a prioridade temporal de melhorar a casa comunitária e o barracão, pois já é onde utilizam comunitariamente e, a partir disso, prioridades com usos que podem sair da casa, como a ciranda, uma cozinha auxiliar próxima ao barracão, campo de maia para lazer e brincadeiras entre os adultos também. Para a decisão dos locais desenhado na imagem acima, partimos das atividades de caminhada e giro pelo território da fase 1, que demonstrou melhor diálogo entre equipe e comunidade quando, além dos mapas impressos, saímos mostrar relações de distância no território; assim, na fase 2 saímos com toda a comunidade discutir os locais que se imaginavam fazendo as atividades e verbos levantados. Os locais foram escolhidos pelas vistas, pelo vento, pela insolação, pelas áreas com árvores, ou as áreas a se plantar mais árvores, e assim foi. Nesta oficina dormimos na casa comunitária, e fizemos uma ‘festa’ no barracão para ‘conviver’ os debates trazidos nas oficinas. A partir disso, pudemos ver o pôr do sol e início da manhã, ver as vistas que a comunidade nos falava, e ‘habitar’ por um dia a comunidade.

A experiência, o processo e os produtos do estudo do Padre Roque resultaram em um processo de aprendizagem significativamente relevante na relação entre MST-PR e UFPR, construindo uma ‘possibilidade de planejar’ um território de reforma agrária sem o INCRA na relação. Ainda, além da dinâmica de contrarreforma em curso, ao finalizarmos o estudo em fevereiro de 2020, no mês seguinte foi decretada Pandemia do COVID-19⁵³ pela Organização Mundial da Saúde – OMS, complexificando ainda mais o jogo de relações envolvendo os territórios em Castro-PR. Com os desafios se acirrando, o MST-PR acionou uma empresa de cartografia parceira, e em 26 de fevereiro de 2020⁵⁴ demarcaram as áreas de moradia do estudo do Pe. Roque, preocupados com a resistência, permanência e a melhoria de vida das famílias.

FIGURA 17 – FAMÍLIAS DO PADRE ROQUE E PARCEIROS DO MARIA ROSA ACOMPANHAM EQUIPE DE ENG. CARTÓGRAFOS NO PIQUETEAMENTO DO ESTUDO, 26 DE FEVEREIRO DE 2020.



FONTE: Rosane Mainardes (2020).

⁵³ Histórico da Pandemia COVID-19 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, OMS, 2020). Disponível em: <<https://bit.ly/3HMwk56>> Acesso em: 04 de abril de 2022.

⁵⁴ Nota Oficial do Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/02/23/dois-anos-do-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil>> Acesso em: 13 de outubro de 2021.

2.3 PLANEJAMENTO DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

A comunidade Maria Rosa enfrentava mais uma disputa direta neste momento: no primeiro semestre de 2020⁵⁵, outra instituição pública entra em cena no arranjo em torno da Fazenda Capão do Cipó, o Instituto Federal do Paraná – IFPR. Este, se apresenta à SPU, como manifestante de interesse em criar um novo Campus, sem estudos de implementação, que deveria ser naquela área, pleiteando os 440 hectares, para três cursos na modalidade de Educação à Distância (EaD) e apenas dois cursos presenciais⁵⁶. Assim, é emitida ação judicial de reintegração de posse diante da autorização da SPU em cessão gratuita ao IFPR (CEPPUR, *et al.*, 2020:7:9).

A Agência Geral da União ajuíza ação de reintegração de posse na 2ª Vara Federal da Justiça Federal de Ponta Grossa (autos nº 5009554-77.2019.4.04.7009 – 2ª Vara Federal), sustentando sua solicitação na recente desistência por parte do INCRA e na informação de interesse do IFPR. A reintegração, no entanto, compreendia apenas à COOFRAM e a comunidade do MST, mesmo com o conhecido histórico de ocupação irregular pelo centro (PONTES, *et al.*, 2021:8). Mesmo com a conhecida ocupação irregular por parte do CTP em parte do imóvel (ver diagramas Linha do Tempo 02/04 e 03/04). Os argumentos sustentados pela AGU foram:

(i) anteriormente o INCRA havia manifestado seu interesse na área para promover assentamento, mas recentemente havia desistido da área por sua suposta “vocação de extensão e pesquisa rural”; (ii) a informação da SPU/PR (Superintendência-Regional de Patrimônio da União no Estado do Paraná) de que o IFPR teria interesse na área para implantação de um campus universitário. (PONTES, *et al.*, 2021:8)

O momento de conflito evidenciou o enfrentamento entre atores em favor do modelo produtivo do agronegócio, e reforçou a resistência de um modelo de produção agrícola e de vida agroecológico por parte das famílias camponesas do MST-PR.

As quatro instituições e atores públicos – INCRA, AGU, SPU e IFPR – demonstraram neste momento atuar em conjunto para o despejo das famílias

⁵⁵ Pelo processo administrativo nº 10154.120089/2020-81.

⁵⁶ Seriam, os dois presenciais: Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores em Manipulador de Alimentos; e Curso Técnico em Alimentos Subsequente ao Ensino Médio (PONTES, *et al.*, 2021:56).

camponesas do Maria Rosa e logram, desde a estratégia adotada, mais que ignorar a Lei Federal nº 8.629/1993 que prioriza a destinação das terras rurais públicas para a reforma agrária no país:

[...] o *caput* do artigo 13 da Lei Federal nº 8.629/1993, que prevê que as terras rurais de domínio da União, Estados e Municípios são destinadas preferencial e prioritariamente à execução reforma agrária (BRASIL, 1993). Ao propor a retirada das famílias para em tese propor um campus do IFPR, em período de drásticos cortes dos recursos públicos federais destinados à educação pública em todos os níveis, há tentativa de adequar-se às exceções previstas no parágrafo único do mesmo artigo⁵⁷. (PONTES, *et al.*, 2021:8)

O deferimento da liminar de despejo não previa inicialmente realizar alguma audiência de mediação⁵⁸, então as famílias impuseram “agravo de instrumento” (Autos n. 5030028-47.2019.4.04.0000) e entram com recurso. O Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região suspende a reintegração e o Poder Judiciário passa a tentar promover uma conciliação entre as partes com interesse no uso e ocupação da área, nos termos do art. 565 do Código de Processo Civil e atendimento da questão social atrelada.

Desde este momento, até atualmente 2023, com a participação de diversos agentes⁵⁹ preocupados com o âmbito social da questão, tentam colaborar no encontro de caminhos para uma solução consensual ao conflito, mediando estudos e propostas em reuniões públicas e audiências de conciliação. Neste sentido, a Defensoria Pública da União – DPU, solicita formalmente ao Projeto de Extensão “Mapeamentos Comunitários” da UFPR, em outubro de 2020, a realização de um estudo técnico que oferecesse resposta à possibilidade de uso compartilhado da área entre a implantação de um equipamento de ensino (IFPR), um assentamento de reforma agrária (Maria

⁵⁷ O *caput* do artigo Art. 13. (BRASIL, 1993)

⁵⁸ “A audiência de mediação está prevista no artigo 565 do Código de Processo Civil quando se trata de litígio coletivo e a ocupação tiver tempo superior de um ano do ajuizamento da ação. Além da presença dos réus na audiência, é preciso intimar o Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos responsáveis pela política agrária dos entes federativos em busca de soluções pacíficas para o conflito. (BRASIL, 2015)”. (PONTES, *et al.*, 2021:9)

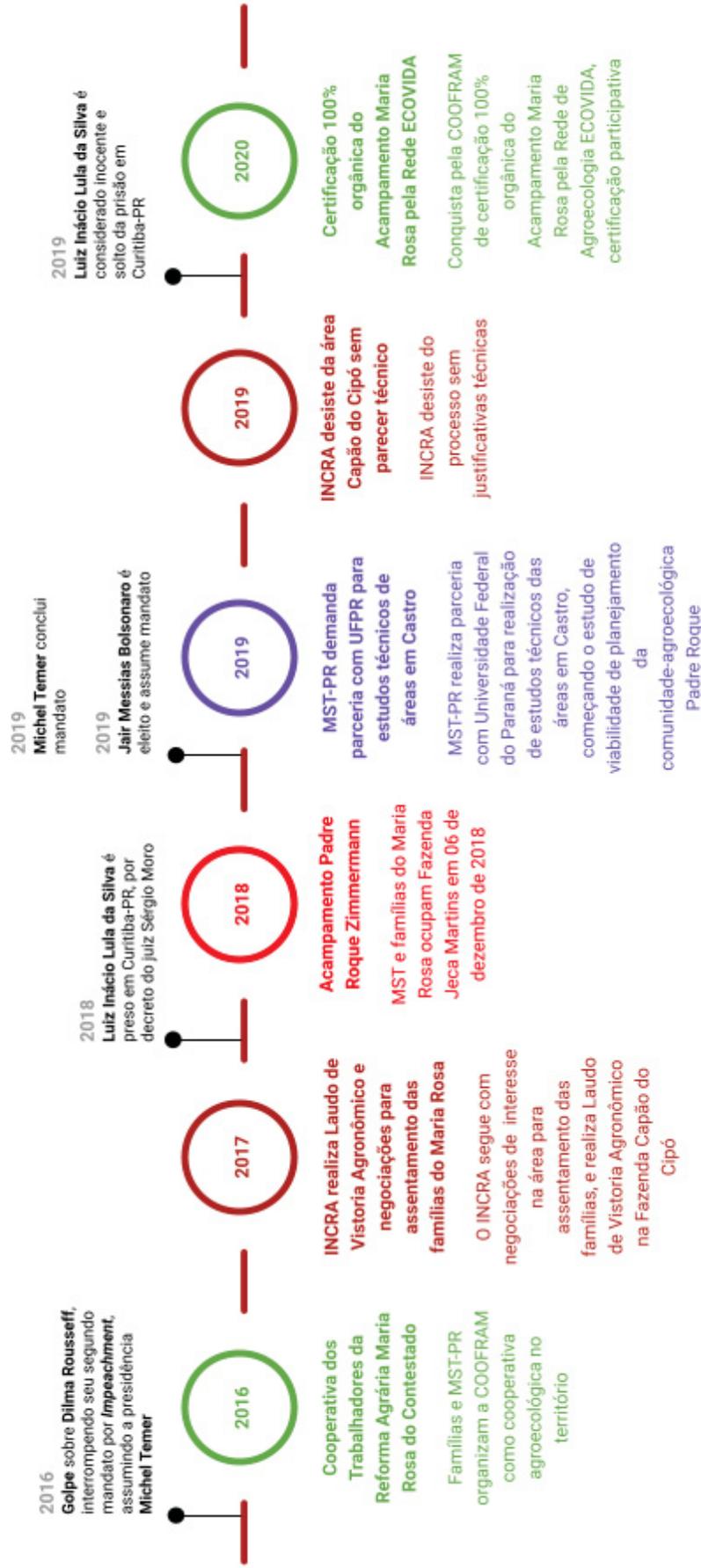
⁵⁹ Entre estes, foram realizadas: (i) reunião pública em 25 de setembro de 2019, na 2ª Vara Federal de Ponta Grossa-PR, contando com a presença da defesa da comunidade, apoiadoras/es desta, o Bispo Dom Sérgio Arthur Braschi, membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná e o Deputado Federal Aliel Machado (sendo reafirmada a necessidade de uma audiência de conciliação com objetivo de encontrarem soluções pacíficas para o conflito); (ii) outras reuniões administrativas, nos dias 29 de outubro de 2019 e 26 de novembro de 2019, na sede da Procuradoria da União em Curitiba-PR (sendo em ambas debatida a possibilidade de proposta para a área em composição pacífica do litígio, com um assentamento de trabalhadores rurais, construção de campus do IFPR e permanência do CTP).

Rosa) e a permanência do centro pecuarista (CTP) (PONTES, *et al.*, 2021:2:9; CEPPUR, *et al.*, 2020).

FIGURA 18 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 02/04.

LINHA DO TEMPO - MARCOS DAS EXPERIÊNCIAS EM CASTRO-PR

Recorte 02/04. Autora: Iara Beatriz Falcade Pereira, 2023



FONTE: A autora (2023).

Tendo finalizado o estudo de viabilidade para a comunidade Padre Roque, o projeto “Mapeamentos Comunitários” previa iniciar semelhante estudo, análise e recomendações técnicas de uso e ocupação do território da comunidade Maria Rosa. No entanto, devido ao citado processo e à busca por uma solução em conciliação, sob a demanda da DPU, realizamos o “Estudo técnico nº 02/2020 sobre uso e ocupação compartilhada do solo na área Fazenda Capão do Cipó (Castro/PR)⁶⁰” entregue à defensoria e apresentado em audiência do processo pela primeira vez ao final do ano de 2020. Foram analisadas as dimensões ambiental, socioeconômica e jurídica da área para levantamento de uso compartilhado do bem público em questão, promovendo uma estratégia de planejamento territorial que fosse capaz de: (i) “articular ações e políticas públicas, com direitos e necessidades fundamentais e alternativas de desenvolvimento socioambientalmente justo para a região”; (ii) e “buscar uma solução pacífica ao conflito pelo uso da área como o Judiciário, neste caso, tem indicado” (PONTES, *et al.*, 2021:2).

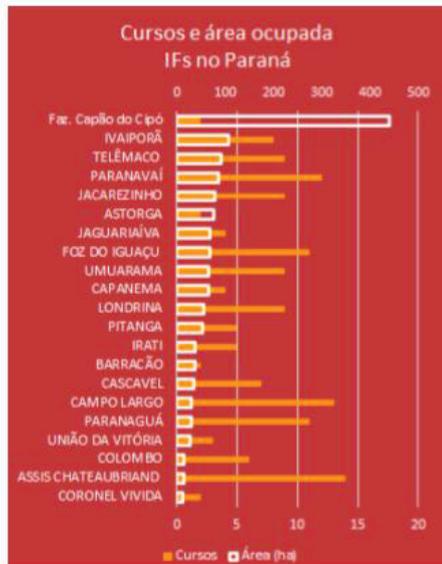
O estudo técnico concluiu que, por exemplo, as proporções dos campi do IF no estado demonstram que para a instalação de um campus do IFPR a área da fazenda era desproporcionalmente grande em comparativo com outros campi que atendiam três vezes mais o número dos cursos previstos para Castro, com até 31 vezes de áreas menores⁶¹, e ainda estava muito distante do perímetro urbano da malha do município (CEPPUR, *et al.*, 2020:45-57).

⁶⁰ Os grupos da UFPR envolvidos no projeto Mapeamentos e que elaboraram este documento foram: CEPPUR, Setor de Tecnologia – UFPR; EMAU-CARACOL, Setor de Tecnologia – UFPR; ENCONTTRA, Setor de Ciências da Terra – UFPR; e MAJUP, Setor de Ciências Jurídicas – UFPR.

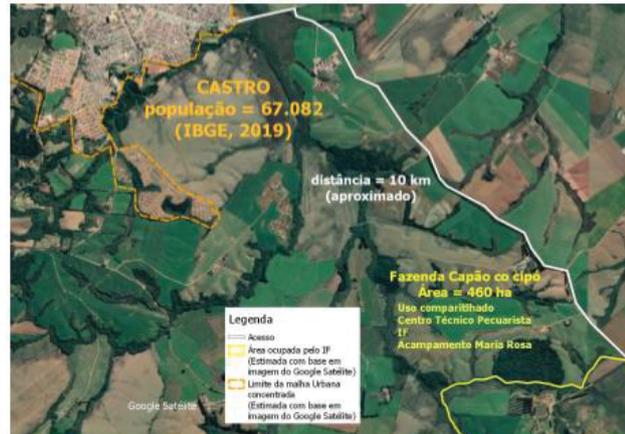
⁶¹ Por exemplo, o Campus de Assis Chateaubriand está instalado em uma área de 14 hectares e atende 14 cursos de modalidades presenciais e EAD. (CEPPUR, *et al.*, 2020:55)

FIGURA 19 – ESTUDOS APRESENTADOS À DPU – (I) GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE CURSOS E ÁREAS DO IFPR; (II) DISTÂNCIA DA MALHA URBANA DE CASTRO À FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ.

4.1 DESAFIOS DA INSERÇÃO DO IFPR NA FAZENDA CAPÃO CIPÓ



De todos os IFs do estado do Paraná, apenas dois não estão inseridos na malha urbana, sendo o mais distante em Ivaiporã, que fica a 1,8 km com acesso por rodovia pavimentada (PR-466). Na imagem abaixo, a distância entre a mancha urbana de Castro e a Fazenda do Cipó é de aproximadamente 10Km de estrada de chão.



FONTE: Projeto Mapeamentos Comunitários (2020).

Em todo caso, haveria possibilidade de implantar um novo Campus na Capão do Cipó e o uso compartilhado não somente seria viável, quanto traria vantagens em articular a permanência da comunidade Maria Rosa, o CTP e a inserção do IFPR, pelo público alvo.

Após apresentação do mesmo, o juiz federal Antônio César Bochenek, da 2ª Vara Federal da Comarca de Ponta Grossa (PR), responsável pelo julgamento, realizou uma inspeção judicial na área no dia 06 de novembro de 2020⁶² – uma postura rara no meio jurídico, pois esta “foi a primeira vez que um juiz federal visitou um acampamento do MST do estado” (Setor de Comunicação do MST, 2020; PORÉM.NET Jornal, 2020).

⁶² A visita foi noticiada pelo setor de comunicação do MST, matéria disponível em: <https://porem.net/2020/11/09/juiz-federal-visita-acampamento-100-agroecologico-do-mst-em-castro-no-parana/#> Acesso em: 03 de março de 2021.

FIGURA 20 – VISITA DE JUIZ ANTÔNIO BOCHENEK À COMUNIDADE M^o ROSA, 06/11/2020.

FONTE: Valmir Fernandes (2020).

O estudo e a visita no acampamento (que conquistou 100% da área certificada com selo orgânico para venda da COOFRAM, também regularizada) permitiram evidenciar que executar um despejo em toda a área da fazenda para o IFPR não tinha caráter técnico e social justificável, haja visto o grande impacto social que teria o despejo da comunidade em tempos de pandemia e isolamento social, além dos impactos positivos que o acampamento do MST passou a gerar na região em termos socioeconômicos (produção de alimentos saudáveis e ações de doação de alimentos nas comunidades urbanas vulneráveis) e ambientais (recuperação do solo, preservação e ampliação da biodiversidade da área).

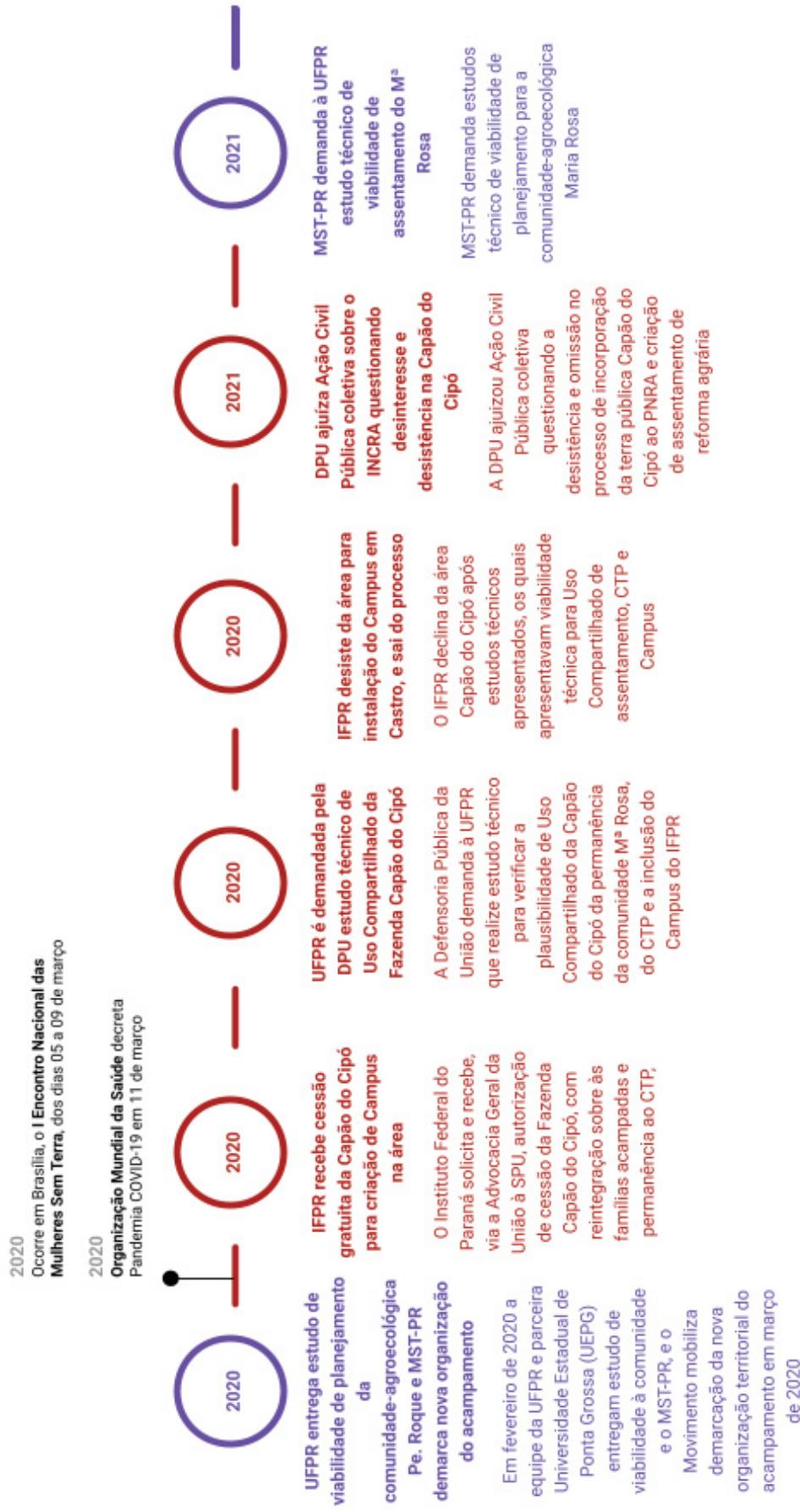
Em dezembro de 2020, o Instituto Federal do Paraná retirou a proposta do Campus para a área Capão do Cipó. Porém, apesar da decisão de retirada da proposta do IFPR, os representantes do agronegócio e do CTP se mostraram não dispostos a encontrar uma via conciliadora, o que os motivou a se rearticular pela Deputada Federal Aline Sleutjes e direcionarem novo ataque sobre o acampamento após o recuo do IFPR. Assim, o Ministério da Economia, junto à AGU e a SPU, realiza um ato público concedendo ao CTP a figura de “guardião de imóvel público” da Fazenda Capão do Cipó, o que cria uma defesa da propriedade privada sobre uma

terra pública. Este contrassenso jurídico objetivava a garantia do agronegócio em área da União, evidenciando contradições e entraves.

FIGURA 21 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 03/04.

LINHA DO TEMPO - MARCOS DAS EXPERIÊNCIAS EM CASTRO-PR

Recorte 03/04. Autora: Iara Beatriz Falcade Pereira, 2023



FONTE: A autora (2023).

Apesar deste ato articulado pela deputada federal, o juiz revogou a liminar de reintegração de posse sobre a comunidade e a COOFRAM publicada no dia 30 de agosto de 2021, pois compreendeu a guarda provisória ao CTP como contraditória e até mesmo ofensiva por não buscar a conciliação e sim o despejo por outras vias. Por outro lado, apontou que esta talvez não fosse a solução definitiva, abrindo prazo de 45 dias para que as partes realizassem apresentação de propostas com uma “solução negociada e consensual”, datando nova audiência para 02 de dezembro de 2021 para discuti-las.

Neste mesmo ano, a Defensoria Pública da União ajuizou uma Ação Civil Pública coletiva (autos nº 5002848-10.2021.4.04.7009/JFPR) questionando o desinteresse do INCRA pela área além de pleitear providências para prosseguir com a reforma agrária no imóvel.

Em meados de 2021 a comunidade Maria Rosa do Contestado retoma solicitação à equipe PLANTEAR quanto ao estudo de viabilidade de assentamento da sua área e assim, concomitantemente, o coletivo colaborou com os estudos técnicos e jurídicos do acampamento. Após a diminuição dos casos de COVID-19 no Brasil e com os cuidados sanitários necessários para trabalhos presenciais, no segundo semestre de 2021, o projeto “Mapeamentos Comunitários em experiências de re-existências” transfere maiores esforços dos estudos jurídicos ao planejamento: a fase de estudos de viabilidade de assentamento da comunidade-agroecológica Maria Rosa do Contestado.

Já no final do ano, a DPU, em 26 de novembro de 2021, solicita novamente estudo à equipe da UFPR, via Ofício nº 4850514/2021 - DPU-2CATCTB/DRDH PR e estes⁶³, apresentam o Estudo Técnico 01/2022 “Análise da viabilidade e da pertinência de destinação da Fazenda Capão do Cipó (Comunidade Maria Rosa do Contestado), Castro/PR, para Assentamento de Reforma Agrária - Aspectos Jurídicos, Socioeconômicos e Ambientais”:

⁶³ Neste momento, não participei da escrita deste estudo.

O novo estudo que se apresenta responde a uma questão complementar, decorrente da Ação Civil Pública nº 5002848-10.2021.4.04.7009, que tem por discussão a obrigação de fazer do INCRA no sentido de dar prosseguimento aos trâmites já iniciados para promoção da Reforma Agrária no imóvel Fazenda Capão do Cipó. Além de algumas informações pertinentes já constantes do trabalho anterior, o Estudo 01-2022 agrega informações novas e fundamentais para subsidiar as decisões concernentes ao caso (CEPPUR, et al., 2022:6)

A análise reforça pertinência e viabilidade em destinar à assentamento de reforma agrária o imóvel Capão do Cipó, o qual, na parte ocupada pelo MST-PR, já apresenta aspectos para “a consolidação e adequação das formas de produção agroecológicas e de vida” pela implementação das famílias que habitam a comunidade Maria Rosa e, sendo assim, “não se confirmando empecilhos jurídicos, formais, socioeconômicos ou ambientais alegados para a efetivação da Reforma Agrária” (CEPPUR, et al., 2022:6). Tais conclusões sustentam 5 teses a partir: de todo o conflito registrado nos processos judiciais anteriormente descritos; análises comparativas à casos similares; estudos paradigmáticos dos temas abordados; e de levantamentos e pesquisas realizadas junto à comunidade.

As teses estão expostas sequencialmente e tratam:

- 1) da adequação do imóvel para a Reforma Agrária e da constituição de expectativa de direitos pela conduta do Incra;
- 2) da pertinência e dos benefícios de se promover a reforma agrária no imóvel para a região;
- 3) da viabilidade do projeto produtivo;
- 4) da consolidação da comunidade Maria Rosa do Contestado;
- 5) do interesse público ambiental na consecução da reforma agrária sob as premissas da agroecologia (CEPPUR, et al., 2022:6:7).

O estudo reiterou, diante do exposto, que o imóvel é adequado à incorporação do PNRA, de acordo com a manifestação do INCRA de 2014⁶⁴ e nos estudos técnicos anteriores apresentados. O projeto apresenta baixo custo de implantação, por se tratar de bem público dispensando o valor de aquisição, e ainda pelas benfeitorias promovidas pelo CTP que, devido a posse injusta e irregular deste, não ensejam indenização⁶⁵. Além disso, a concentração fundiária (promovida pelos atores relacionados ao CTP) tem promovido o contínuo êxodo rural no Município de Castro, gerando prejuízos à soberania alimentar e ao equilíbrio socioeconômico municipal

⁶⁴ Processo nº 54200.000914/2012-95.

⁶⁵ O CTP possui ainda, multa sob seu uso irregular, desde as reintegrações de posse na década 2000.

com o predomínio dos monocultivos de commodities, sendo a reforma agrária para um assentamento agroecológico de agroecossistemas de gêneros alimentícios diversificados orgânicos benéficos para a região sob a ótica do abastecimento. Isto se demonstra viável, pois o acampamento Maria Rosa tem atualmente exitosa experiência “em termos de formalização institucional, bem como de aumento e escoamento da produção” com um quadro consolidado de produção vegetal e animal pela cooperativa. Estes indicativos de viabilidade econômica quanto ao projeto produtivo atual, para também serem desenvolvidos no futuro Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA (CEPPUR, et al., 2022:45:46).

A diferenciação do modelo de propriedade de pequeno porte conjugadas com produções coletivas possibilita garantida de geração de renda a um número maior de beneficiários da reforma agrária. Ainda mais com o êxito que a COOFRAM vem construindo com a consolidação de 100% da área certificada com produção alimentar orgânica, atendendo à programas de aquisição de alimento para os municípios e as escolas, entre outros contratos. Somado a isso, é importante que a logística do território opere bem e a localização da comunidade Maria Rosa em relação ao conjunto de infraestruturas de estradas e rodovias da região é estratégica para disponibilidade de distribuição da produção (CEPPUR, et al., 2022:45).

Outro fator positivo da consolidação da Comunidade Maria Rosa é a preservação da floresta local, que a partir da presença das famílias apresentou aumento na formação florestal e menor risco de solo exposto. O estudo concluiu nesse sentido que “a destinação do imóvel para a reforma agrária sob as premissas agroecológicas implica em melhorias na qualidade ambiental da região” (CEPPUR, et al.2022:46).

10. Os aspectos relacionados à consolidação da Comunidade, a saber, tempo, posse, produção indicam a manutenção da permanência. As normas de regularização fundiária e reforma agrária podem ser ali combinadas, tal como já se dá em outras situações;

[...]

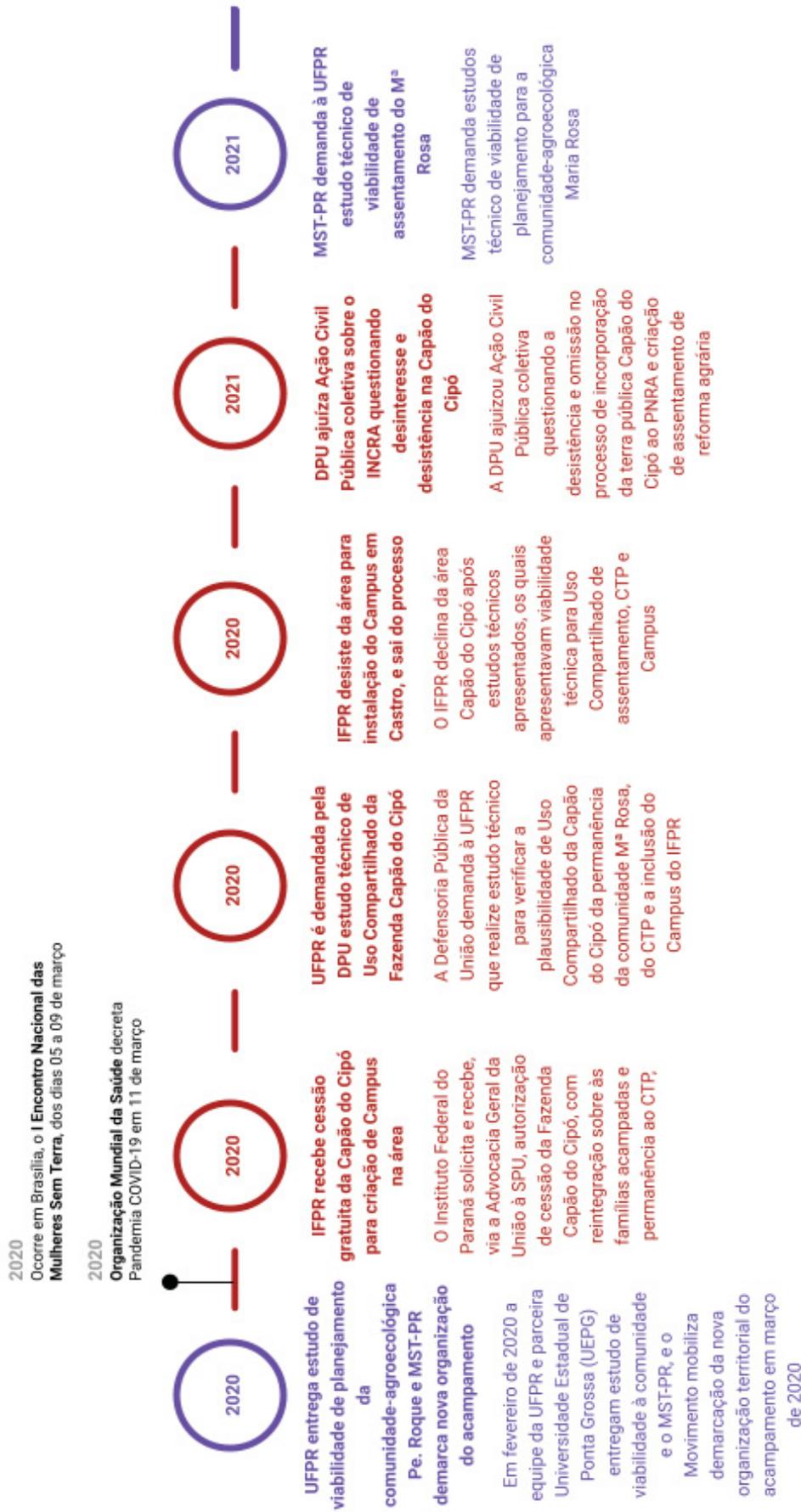
- Não há óbices jurídicos, socioeconômicos e ambientais à destinação do imóvel Fazenda do Cipó para a reforma agrária;
 - Há maior benefício público e regional na destinação do imóvel para o fim da reforma agrária.
 - A comunidade Maria Rosa do Contestado apresenta nível avançado de consolidação; [...]
 - A decisão de continuidade da política pública iniciada anteriormente pelo órgão de reforma agrária garante a solução consensual de conflitos, prevista amplamente na legislação brasileira.
- (CEPPUR, et al., 2022:46).

Com a vitória do terceiro mandato de Lula (2023) e novas nomeações no estado, incluindo do novo Superintendente do INCRA no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, este que tem diálogo mais aberto ao MST, renovam-se as esperanças nos territórios em conflito em Castro-PR no sentido das negociações. Em fevereiro e abril de 2023 foram realizadas novas audiências com sua presença, e abertos outros momentos de reuniões a fim de buscar uma solução para os conflitos. Ainda com algumas instituições públicas intercedendo pelos interesses do agronegócio na área Capão do Cipó, o processo permanece em andamento até abril de 2023, data de fechamento deste capítulo.

FIGURA 22 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 03/04.

LINHA DO TEMPO - MARCOS DAS EXPERIÊNCIAS EM CASTRO-PR

Recorte 03/04. Autora: Iara Beatriz Falcade Pereira, 2023

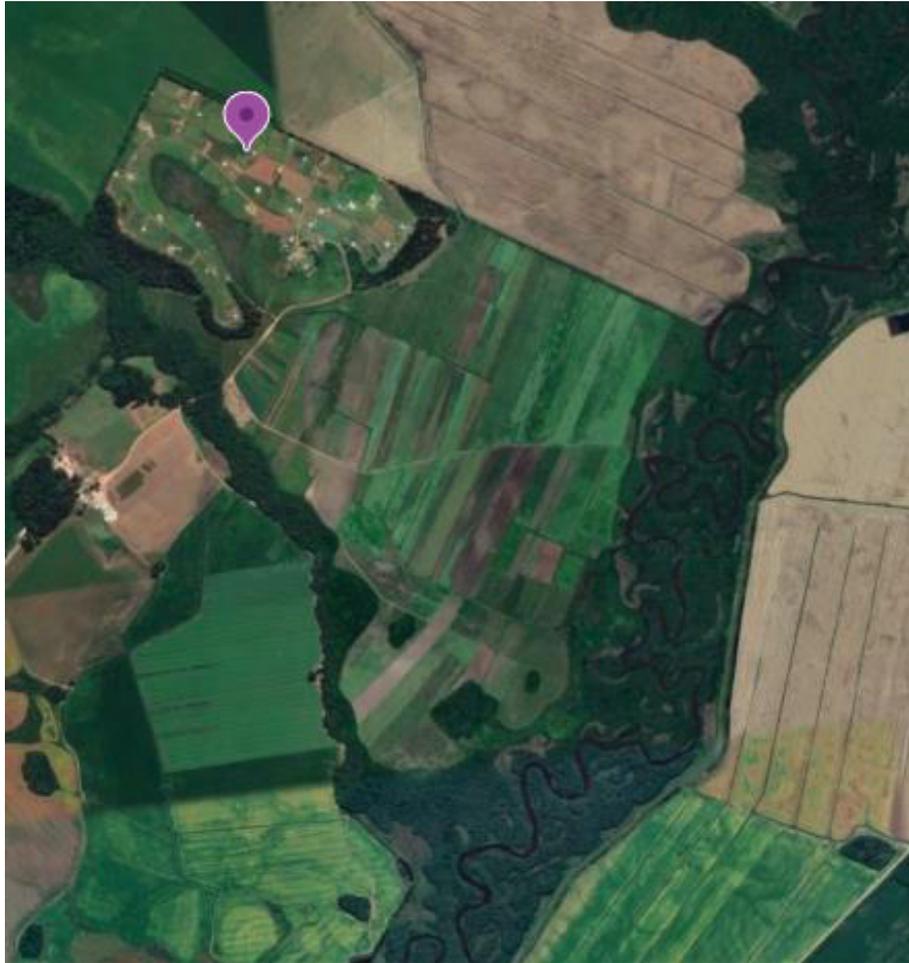


FONTE: A autora (2023).

O processo de estudos em Castro entramaram a experiência das comunidades com o intuito de colaborar na permanência destas nos seus territórios. O planejamento no Padre Roque semeou uma diversidade de olhares sobre as perspectivas para um assentamento agroecológico, desde o cotidiano e a realidade das pessoas que habitam o território. Esta relação colaborou com ‘ampliar as bordas’ das perspectivas dos aspectos técnicos, sociais e políticos dos estudos técnico-jurídicos que a UFPR construiu em defesa de uma resolução pacífica em torno do Maria Rosa.

O presente capítulo, que descreve a complexidade da realidade desses territórios em Castro, fez até o momento uma linha no tempo para apresentar os marcos desse entramado e como surgiu a experiência de planejamento do Padre Roque no meio da ‘história’. Este, não poderia estar apagado do processo, pois de fato trouxe esperanças frente aos desafios – primeiramente para as comunidades, e todos/as os/as atores/as envolvidos/as com disposição em encontrar ‘possibilidades’ e caminhos aos rumos que majoritariamente a história toma de cima para baixo.

FIGURA 23 – FOTO AÉREA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA PADRE ROQUE ZIMMERMANN, 05/12/2021.



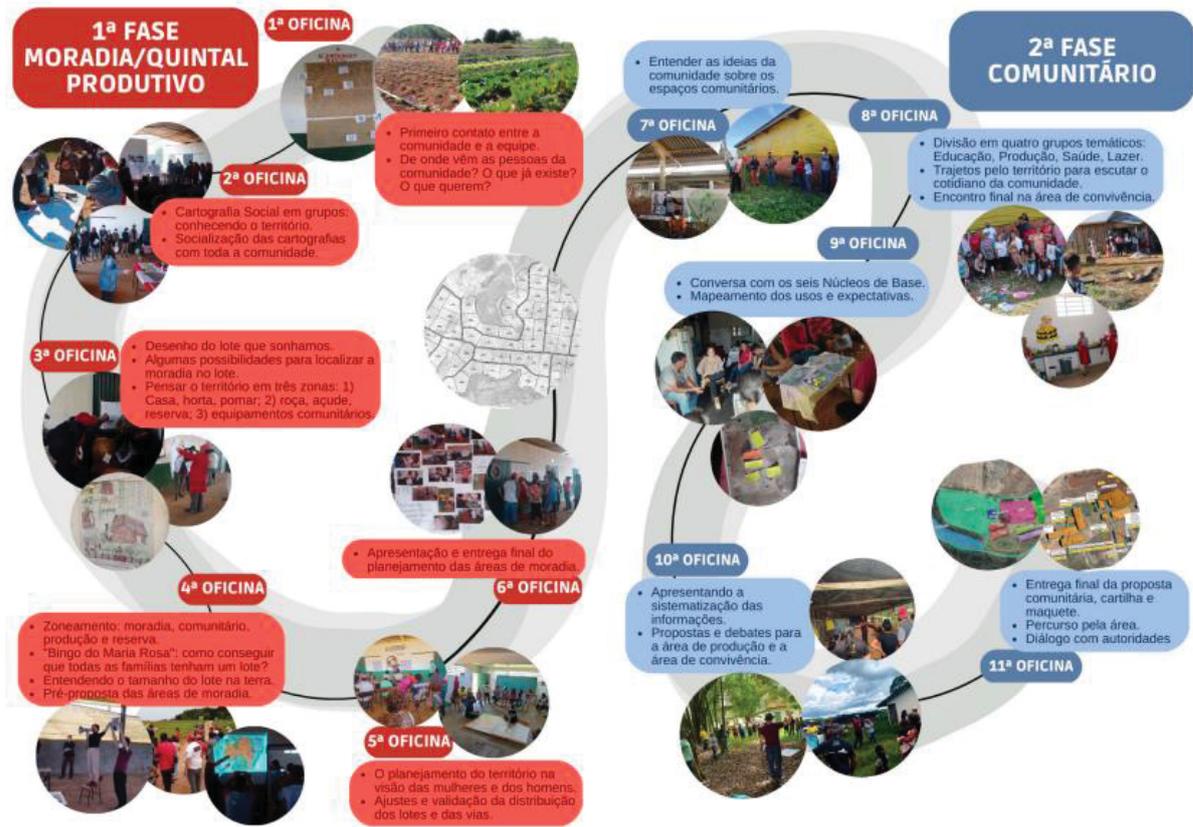
FONTE: Google Earth (2021).

A última parte, entretanto, separa a experiência de planejamento da comunidade-agroecológica Maria Rosa para fechar o capítulo, pois apresentamos o processo e o resultado ao Superintendente Nilton na data 15 de abril de 2023. Apresento sequencialmente síntese descritiva do planejamento com esta comunidade, que em junho de 2021 iniciou semelhante processo pelo projeto Mapeamentos junto ao PLANTEAR, que consistiu em duas fases, a partir da metodologia experienciada no Padre Roque.

Na comunidade Maria Rosa, o estudo alcançou 11 (onze) oficinas, que concluíram a etapa de desenho correspondente à Fase 1 das áreas de moradias com quintais produtivos de junho a dezembro de 2021 em 06 (seis) oficinas, e a Fase 2 das áreas comunitárias de julho de 2022 à março de 2023, resultando na delimitação dos lotes e das dimensões: (a) a divisão das áreas de moradia com quintais produtivos (dimensão da moradia); (b) a área comunitária (dimensão comunitária); (c) a

delimitação das áreas de proteção ambiental (dimensão ambiental); (d) e a delimitação da área de produção do Acampamento (dimensão produtiva).

FIGURA 24 – LINHA DO TEMPO DO PROCESSO DE ESTUDO DE VIABILIDADE DE ASSENTAMENTO NA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA CAMPONESA MARIA ROSA DO CONTESTADO.



FONTE: PLANTEAR (2023).

O Acampamento Maria Rosa localizado na fazenda Capão do Cipó ocupa cerca de 297,05 hectares do imóvel, sendo que, as áreas de mata são 40,59% da comunidade e contornam a delimitação de quase toda a área de lotes de moradia. As áreas de produção coletiva (em amarelo no mapa da FIGURA 25) se dispõem em manchas próximas as divisas do limite do acampamento.

FIGURA 25 – ÁREAS – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO - BASE PLANTEAR (2021).



FONTE: A autora (2023).

A Fase 1⁶⁶ deste território, a equipe procurou mobilizar a partir dos muitos aprendizados no Padre Roque. Assim, novamente o escopo da equipe estava em desenhar com a comunidade o traçado das moradias com princípios da agroecologia. O ponto de partida foi um diálogo para a equipe e comunidade se conhecerem, e a comunidade mostrar o que já faziam, como viviam, o que produziam, de onde vinham. Foram construídos momentos de giro/caminhada no território, metodologias de cartografia social, até chegar no desenho final da fase 1. Neste processo, outras evidências sobre os grupos da comunidade: com a consolidação da padaria e coletivo de mulheres, foram realizadas mais de um momento com separação de gênero. As mulheres utilizaram estes espaços para abrir muitas sensibilidades sobre a vida cotidiana e familiar. Muitas socializaram as sobrecargas, vontades de voltar a estudar, e diversas problemáticas estruturais. Porém, apesar disso, foram muito participativas tanto nas oficinas, quanto novamente, na organização e preparo das oficinas. Há uma dinâmica no Maria Rosa, que cada oficina do PLANTEAR rotacionava os NBs para limparem o barracão um dia antes, pois este era o espaço de organização dos alimentos da cooperativa semanalmente nos programas PAA e PNAE que

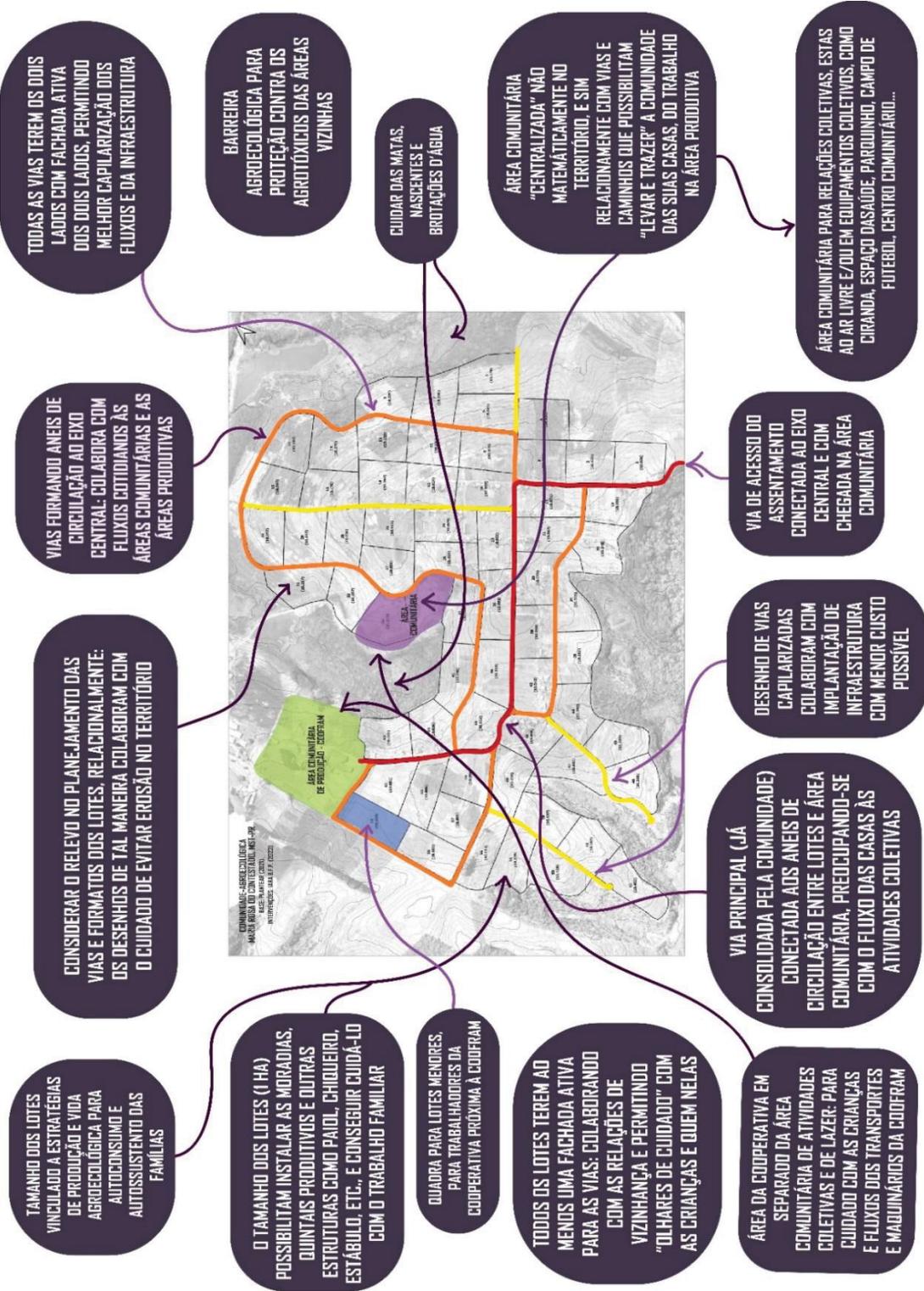
⁶⁶ Nesta fase, não participei das oficinas devido a atenção à escrita da dissertação, de artigos e estágio do mestrado. Apenas acompanhei de longe, majoritariamente pelos relatos da coordenação do Maria Rosa, participando de processos organizativos da equipe do PLANTEAR pontualmente.

entregavam, entre outros. As mulheres dos NBs, eram as que mais se comprometiam em estar nessa limpeza da sede comunitária, bem como de fazer as compras e organizar os alimentos para as refeições. Havia homens que também colaboravam, mas era evidente a diferença a respeito das mulheres.

As áreas de moradia foram desenhadas partindo do eixo central, o qual já é um caminho consolidado do acampamento, pois conecta o acesso criado na ocupação (distinto ao acesso da área que permanece com o CTP) à área comunitária de produção/da COOFRAM. A partir deste eixo e do relevo, foi desenhado os lotes e as vias acompanhando as curvas de nível para evitar erosão do solo, bem como no Padre Roque. As vias se capilarizam organicamente, para colaborar com os fluxos e relações chegando ao veio central.

A fase 1 resultou, então, na área de moradias com quintais produtivos com 62 lotes de 1 hectare e mais um 63º lote que se tornou uma quadra com 20 lotes menores de 10m x 50m (esta quadra seria para os trabalhadores da cooperativa e/ou do movimento).

FIGURA 26 – MAPA PRODUTO DA FASE 1, ÁREAS DE MORADIA COM QUINTAL PRODUTIVO – COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA. BASE: PLANTEAR (2021).



FONTE: cores e intervenções, A autora (2023).

As áreas comunitárias totalizam aproximadamente 5,7 hectares e se dividem em dois locais do acampamento, sendo uma onde a COOFRAM tem sua sede e outra no antigo chiqueirão da fazenda, agora destinado à Área Comunitária de usos diversos para lazer, acolhida, descanso, festas, entre outras atividades coletivas (a presença de árvores e necessidade de recuperação e cuidado do solo desse recorte do acampamento, já utilizado pelas crianças para brincadeiras por exemplo, foi escolhido pela comunidade pela centralidade em relação aos lotes de moradia, para ser uma Área Comunitária em separado da área Comunitária da COOFRAM). A área de produção coletiva ocupa 97,8 hectares em 32,92% do acampamento.

TABELA 2 – ÁREAS E % DO DESENHO TERRITORIAL MARIA ROSA.

DIMENSÕES E ÁREAS	TAMANHO	PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO
Área de Moradias com quintais produtivos	63,2 hectares (total); 63 lotes: aproximadamente 1 hectare (10.000m ²) cada;	21,27%
Área Comunitária (COOFRAM. + Antigo Chiqueirão)	5,06 hectares	1,70%
Área de Preservação	120,6 hectares	40,59%
Área Produtiva	97,8 hectares	32,92%
Barreiras Agroecológicas	5,29 hectares	1,78%
Vias	5,1 hectares	1,71%
TOTAL	297,05 hectares	100%

FONTE: A autora (2022).

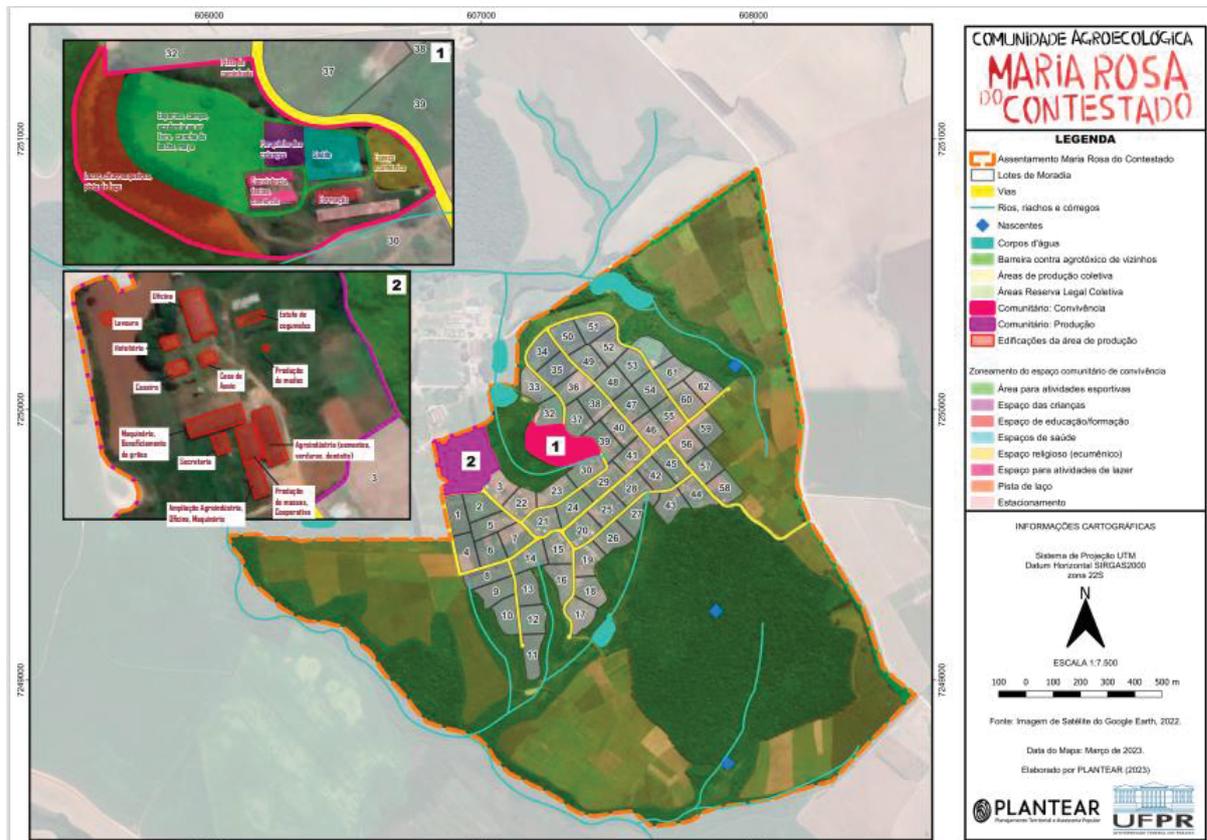
Iniciamos a fase 2 plantando uma árvore de araçá-boi (frutífera) na sede comunitária, em julho de 2022⁶⁷, e sequencialmente no mês de agosto realizamos uma pernoite da equipe para comemorar o aniversário da comunidade e inverter o processo que ocorreu no Padre Roque, de realizar este dia mais intenso de convívio ao final da fase 2. Isto se deve, porque avaliamos o quanto esta atividade contribuiu no processo de 'lá', então reelaboramos o processo de 'cá'. No primeiro dia, conseguimos ir até o antigo chiqueirão e andar em diferentes grupos na comunidade, dividido por temas definidos pela comunidade. Tivemos um grupo de homens, um

⁶⁷ Neste momento, já estava acampada no Maria Rosa desde maio, após a qualificação, plantando no Lote 7. Nesta fase, participei de todo o processo, colaborando na construção e execução das oficinas.

grupo de mulheres, e um grupo de crianças, que cada grupo traçou seu percurso, todos partindo da sede da cooperativa, chegando ao final no encontro da caminhada no antigo chiqueirão. Este foi o momento que a equipe compreendeu o porquê a comunidade desejava utilizar o espaço do antigo chiqueiro como nova área comunitária, pois era repleto de árvores, bordeando uma APP, com uma sombra e microclima agradáveis, e a possibilidade de construir os espaços da forma como sonhassem a integração dessas relações.

‘No meio do caminho’ da fase 2, nos deparamos com uma dificuldade que foi a gradativa redução de participantes nas oficinas. Uma das motivações era em função dos trabalhos nos lotes, pois de fevereiro de 2022 quando a comunidade recebeu o estudo da fase 1, o MST-PR decidira demarcar e distribuir os lotes para enraizar a comunidade. No prazo de até fevereiro de 2023 o acordo comunitário era que as famílias estivessem todas em seus respectivos lotes, tanto com seus barracos, como com seus cultivos e plantando seus quintais. A problemática da falta de renda foi o que tornou mais dificultosa uma ida mais intensa e ‘completa’ aos lotes. Por isso, buscamos uma alternativa de metodologia, que foi reunir as equipes nos NBs, nas casas das pessoas. Essa estratégia de se aproximar dos lotes que estavam então ‘sendo semeados’ pela vida das famílias foi muito importante para relacionar a fase 1 com a 2, e ter mais participação e opiniões nas ideias, sonhos e projeções para as áreas comunitárias.

FIGURA 27 – DESENHO TERRITORIAL DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.



FONTE: PLANTEAR (2023).

Por fim, elaborou registro dos acordos quanto às expectativas e sonhos para a infraestrutura existente, e também para as projeções futuras de melhoria da qualidade de vida no território. Nesta fase as famílias democraticamente acordaram (não eram processos unânimes, mas um processo com decisão da maioria que estavam nas oficinas). Após muitas atividades e diálogos, optou-se pela manutenção da atual sede comunitária para as **relações de trabalho** voltadas à produção da cooperativa e da padaria das massas das mulheres. considerando à infraestrutura já edificada pelo CTP e pelas adaptações que a comunidade realizou para funcionamento da cooperativa e principalmente do bloco da padaria (que recebeu reformas para se adequar as exigências da vigilância sanitária - em pleno funcionamento atualmente).

FIGURA 28 – SEDE COOFRAM, 3D ÁREA COMUNITÁRIA PRODUTIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.



FONTE: PLANTEAR (2023).

FIGURA 29 – SEDE COOFRAM, 2D ÁREA COMUNITÁRIA PRODUTIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA.



FONTE: PLANTEAR (2023).

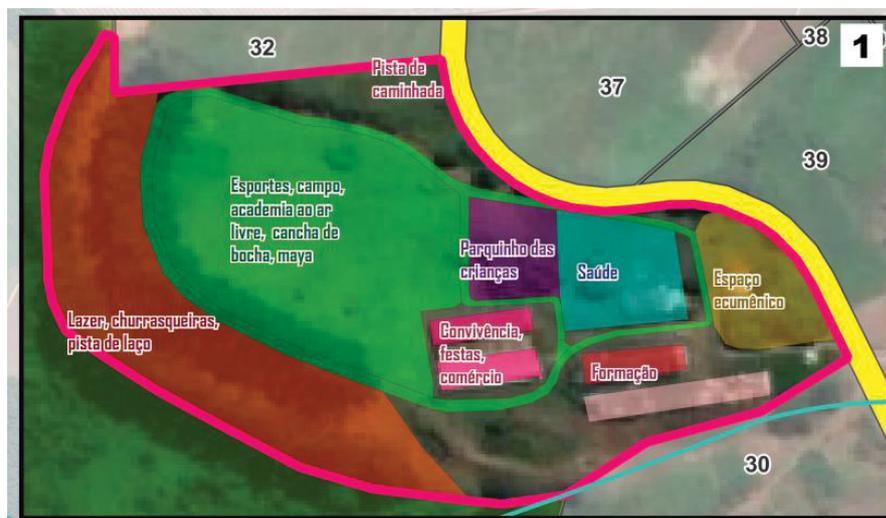
O antigo 'chiqueirão' foi escolhido para área comunitária de outras funções e **relações coletivas** como espaço para saúde, espaço ecumênico, alojamento, cozinha comunitária, churrasqueiras, parquinho, entre outras. As árvores presentes e o atual uso das crianças em uma área livre como campo de futebol e brincadeiras foram apontados pela comunidade (principalmente pelas mulheres e mães) como melhor local para evitar acidentes em torno da COOFRAM, que atualmente além de distribuir os produtos do Padre Roque também, coopera cerca de 80 outros produtores da agricultura familiar orgânica da região.

FIGURA 30 – 3D DE SONHOS PARA A ÁREA COMUNITÁRIA DA VIDA COLETIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.



FONTE: PLANTEAR (2023).

FIGURA 31 – 2D DE SONHOS PARA A ÁREA COMUNITÁRIA DA VIDA COLETIVA DA COMUNIDADE-AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO.



FONTE: PLANTEAR (2023).

Em ambos os territórios destacou-se ao longo das oficinas, principalmente na Fase 2, a participação das mulheres da comunidade como importantes guardiãs e nutridoras da vivência do cuidado que permitiu a todas/os/es envolvidas/os/es perceber em alguns momentos pontuais e construir esse processo de planejamento desde o cotidiano comunitário. A geração das crianças (em maioria do gênero feminino⁶⁸ no Padre Roque e $\frac{1}{2}$ a $\frac{1}{2}$ no Maria Rosa), também constituíram importantes elementos na metodologia e planejamento da comunidade ao demandarem participar mais do processo. Assim, o convívio em si nos alertou e pode compor a importância de pensar na geração das crianças junto às outras, como tão importantes para o desenho da comunidade.

A complexidade da realidade descrita, demonstra um enredo de relações entre atores, em torno de dois territórios de reforma agrária no Paraná que enfrentam a situação ainda irresoluta sobre seu assentamento. O MST-PR, desde uma diversidade de perspectivas, articulou a demanda por um planejamento diferenciado para em primeiro lugar, melhorar as condições de vida das famílias, no desafio de implementar duas comunidades-agroecológicas camponesas em Castro-PR. As experiências da produção do espaço destas comunidades definiram uma tipologia de assentamento agroecológico caracterizada pelas Áreas de Moradias com Quintais

⁶⁸ Aqui me refiro ao gênero biológico.

Produtivos (lotes) vinculadas/junto a Área Comunitária, Área de Proteção/Preservação Ambiental e Área Produtiva com Autogestão e Cooperação.

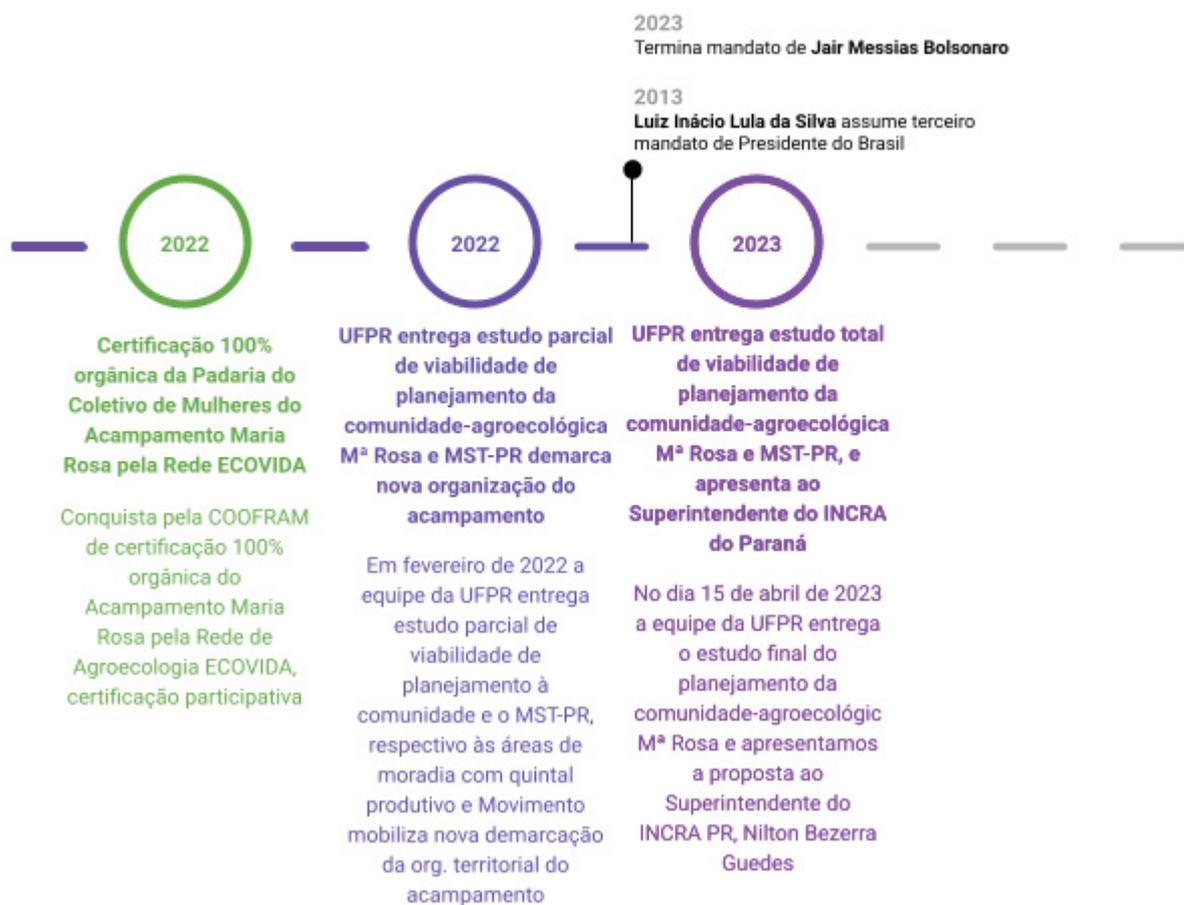
Esta tipologia, no entanto, foi uma apresentação ‘inédita’ ao INCRA no momento de apresentá-lo ao Superintendente do Paraná. Por isso, de certa forma, opto por chamá-las de ‘sementes’. Carregam informações para germinarem e a terra para isto, são as terras de reforma agrária em disputa. E esses planejamentos procuram ter arraigo na vida da realidade. Essa questão e o acirramento enfrentado nos casos descritos nos demonstram que há uma diferença tipológica do entendimento do INCRA (no ano de 2022, houve um posicionamento da autarquia criticando negativamente a “criatividade” do modelo do estudo). Para continuar o fio deste trabalho, passamos para o capítulo 2 para compreender como a produção dos espaços nos territórios de reforma agrária tem a ver com questões institucionais, que também estão em disputa.

Dos atores, o INCRA é o órgão no estado que detém a legalidade e o rito de planejar e organizar os territórios de reforma agrária e, o MST como movimento social demandante, intercambia e conflitua nesse processo. Ambos atores que terminam a linha do tempo desse capítulo dialogando, são os dois atores principais que veremos no capítulo 2, objetivando trazer mais uma ‘camada’ para o debate do trabalho sobre a transformação do(s) planejamento(s) nos territórios de reforma agrária, com recorte em experiências no Paraná.

FIGURA 32 – LINHA DO TEMPO – MARCOS DAS DISPUTAS POR TERRA EM CASTRO-PR, RECORTE 04/04.

LINHA DO TEMPO - MARCOS DAS EXPERIÊNCIAS EM CASTRO-PR

Recorte 04/04. Autora: Iara Beatriz Falcade Pereira, 2023



FONTE: A autora (2023).

3 CAPÍTULO 2: PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: ENTRE A INSTITUCIONALIDADE E AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO SOCIAL

Dentro das possibilidades abertas pelo debate crítico da reforma agrária no Brasil, esse trabalho pretende analisar a transformação do planejamento dos territórios da reforma agrária, mais especificamente na escala do Paraná. Partimos das leituras que situam o programa de reforma agrária no país, como estratégia necessária para combater a desigual distribuição de terras que nasce com a colonização iniciada em 1500 (STÉDILE, 2012; OLIVEIRA, 2016; SOARES, 2014; BERNARDES, 1999) e focamos na produção dos territórios que essa política pública promove.

Nesse sentido, entender a institucionalidade da reforma agrária e os mecanismos oficiais para implementação do programa, centrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como o papel que os movimentos sociais de luta pela terra (especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST) tem assumido como protagonistas centrais na demanda, execução e qualificação de novos assentamentos.

A estrutura deste capítulo apresenta o embate entre as normativas criadas para organizar os assentamentos rurais na escala nacional e experiências promovidas pelo MST no estado do Paraná.

Na primeira parte, tomamos como ponto de partida o Estatuto da Terra, elemento de destaque e em muitas partes vigente, para a realização da reforma agrária no país e que contraditoriamente foi promulgado após o golpe ditatorial de 64, chegando até 2016, ano do golpe da ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, 2011-2016), que vai impor um clima de contrarreforma agrária no comando do país.

Iniciaremos com um descritivo das normativas institucionais deste período que promovem o planejamento dos assentamentos rurais em territórios reformados, passando pelos termos e definições das principais leis instituídas, chegando até os Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDAs.

A segunda parte objetiva trazer o âmbito da experiência, apresentando análises críticas dessa institucionalidade e do histórico da sua aplicação, compreendendo os acúmulos e ‘críticas e autocríticas’ do MST. Para isso, dividimos esta parte em outras três subdivisões: primeiro incorporamos análises críticas desde

autores que vem acompanhando estas experiências, ainda com uma perspectiva analítica mais ampla e na escala federal; na sequência entramos no recorte destas análises na escala do Paraná, a partir da construção de PDAs realizados pelo MST-PR através da Cooperativa de Técnicos da Reforma Agrária – COTRARA, e que compreendemos como a questão socioambiental e participativa é trazida para o planejamento, com a Agroecologia se apresentando como virada nas perspectivas territoriais do MST.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: CONSOLIDAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL/NORMATIVO

Segundo Stédile (2012), as primeiras propostas de uma política de reforma agrária brasileira iniciaram há menos de um século. Para o autor, a primeira manifestação pública de que o país vivia um problema agrário caracterizado por uma concentração da propriedade da terra vastamente desigual e que necessitava ser enfrentado e desconstruído, foi no Congresso Nacional na Constituição de 1946 apresentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A proposta do PCB de reforma agrária defendia uma política com o intuito de distribuir terras e modernizar as técnicas agrícolas (SOARES, 2012:19).

Nesse contexto, outros setores e atores sociais também propunham uma pretensa reforma agrária, como por exemplo os mais conservadores da Igreja Católica⁶⁹ que apresentavam a necessidade de melhorar a situação da população camponesa com a perspectiva de afastar o “perigo comunista” da sociedade, e o Partido Trabalhista Brasileiro, preocupado com a modernização agrária. Portanto, estes grupos apresentavam o interesse de realizar uma reforma sem modificar a desigual estrutura agrária, mantendo a situação dos proprietários e das propriedades e implementando um projeto de cima para baixo (STÉDILE, 2012; CAMINHA, 2008). Para Caminha (2008), passamos por uma história de coronéis a empresários promovendo uma ““modernização agrícola” sem “reforma agrária”” a partir do Plano

⁶⁹ Na Igreja Católica no Brasil, também houve a subversão dos grupos vinculados à Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, especialmente a partir da ditadura, que foram de muita relevância no debate da reforma agrária e constituição da Comissão Pastoral da Terra - CPT, e movimentos sociais como o MST, além da luta partidária e sindical de esquerda. Ver: “História dos movimentos sociais no campo” (MEDEIROS, 1989); “A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra” (NETO, 2007).

de Metas agro reformista de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) que antes, durante e depois da intervenção de JK invisibiliza a proposta de reforma agrária “então presente no seio da vida nacional” (CAMINHA, 2008:09).

Neste período das décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS) se destacaram ao promover organizações e em 1961 realizando o I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte. Após o evento, foi publicada uma declaração de apoio à reforma agrária em nome dos movimentos sociais organizados pela distribuição de terra (STÉDILE, 2012; PRESTES, 2012).

A tentativa do Presidente João Goulart (1961-1964) foi a mais pungente ao desenhar uma reforma de base e política que pela sua caracterização de radicalidade diante da estrutura de concentração fundiária influenciou no Golpe Militar, ocorrido 18 dias depois em que o presidente anunciou a desapropriação de um grande número de terras à beira de estradas dentro de um prazo de dois meses (SOARES, 2012; CAMINHA, 2008; GERMANI, 2006; SILVA, 1982; RAMOS, 2022). O golpe de 64 também foi um golpe contra o campo, pois a derrubada de Goulart teve “colaboração de organizações ruralistas, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), e impactou diretamente a vida de indígenas e camponeses” em um período que “trabalhadores rurais vivenciavam um processo crescente de luta pela terra e por direitos sociais” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022). Segundo Germani (2006) uma das principais causas do golpe que estabeleceu a ditadura foi a retirada da legislação do pagamento prévio em dinheiro das propriedades a serem desapropriadas na reforma agrária.

Oito meses após o golpe, em 30 de novembro de 1964, a Lei nº 4.504 foi promulgada, estabelecendo a primeira lei que trata da reforma agrária do Brasil. Conhecida como o **Estatuto da Terra**, a lei foi assinada pelo governo militar de Humberto Castelo Branco⁷⁰ e criava a função social da propriedade ao mesmo tempo que retirava os direitos sociais estabelecidos no Estatuto do Trabalhador Rural – ETR⁷¹ de 1963. Esta é não só a primeira lei sobre reforma agrária, como é ainda

⁷⁰ 26º Presidente brasileiro, governou o país de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967.

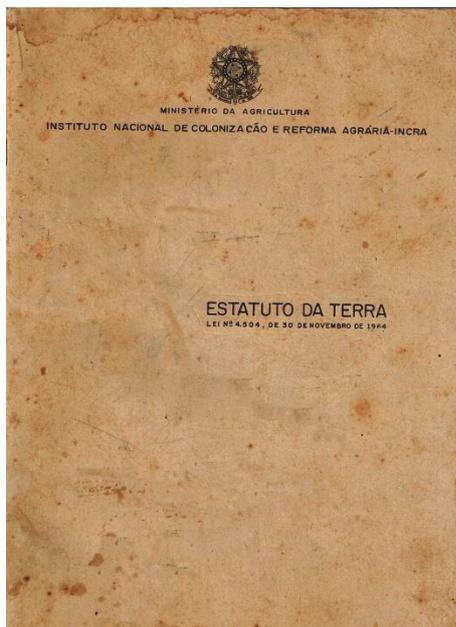
⁷¹ “Em 1962, Leonel Brizola, principal aliado de Jango, dava passos para a distribuição de terra, ao desapropriar 20 mil hectares e distribuí-los a 10mil agricultores da região de Sarandi, noroeste do Rio Grande do Sul. O próprio presidente, um ano depois, em 1963, sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). O documento passou para os camponeses e trabalhadores rurais direitos antes limitados aos trabalhadores urbanos, como direito à sindicalização, aposentadoria e férias. O projeto fora apresentado ao Congresso em 1956 pelo deputado gaúcho Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR)”.

vigente e referenciada nas bases e estudos técnicos do INCRA, que seria criado como autarquia⁷² seis anos depois.

Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/03/31/entenda-como-o-golpe-de-1964-foi-tambem-um-golpe-agrario/>> Acesso em: 04 de Abril de 2022.

⁷² O Decreto – Lei nº 200/1967 define autarquia como: “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas de Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” Ou seja, possui autonomia administrativa para desenvolver suas atividades.

FIGURA 33 – CAPA DE ORIGINAL DO ESTATUTO DA TERRA, 1964.



FONTE: Governo do Brasil (1964).

Apesar desta lei ter sido aprovada no período ditatorial, ela foi redigida por especialistas progressistas da época, como José Gomes da Silva⁷³, e segundo Stédile (1999:38) “foi muito importante para a história da reforma agrária por ser a primeira lei brasileira a tratar da questão da terra”, possibilitando a criação de “um organismo público para implementar a reforma agrária, o atual Incra, e consolidou o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público”.

Ao instituir o conceito de reforma agrária e da função social da terra, o Estatuto da Terra é um marco legal fundamental para o tecido normativo do planejamento de assentamentos rurais no Brasil. Dessa forma, no estatuto também constam outros conceitos sobre a institucionalidade da reforma agrária incidindo ainda hoje no estado brasileiro. Esta lei, como visto sucintamente pelas/os autoras/es citados surgiu de um contexto em que o debate da reforma agrária era feito junto ao debate da mecanização agrícola, logo, ela também fala sobre esse modelo agrônomo no seu Artigo 1º, parágrafo 1º em que estabelece a definição de reforma agrária associada à questão econômica de promoção de uma Política Agrícola:

⁷³ Engenheiro Agrônomo e Doutor em Agronomia, integrante da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA e autor da obra “A Reforma Agrária no Brasil – Frustração camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento” de 1971. Foi um técnico e estudioso muito importante para redação do Estatuto da Terra, e o período sequencial sobre a reforma agrária no Brasil.

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

(PLANALTO, 2022)

Segundo José Gomes da Silva (1983:52), a promulgação do Estatuto “tornou a expressão ‘reforma agrária’ não apenas legal, mas também “moral”, pois pôde ser discutida ‘sem perigo de constrangimento ou suspeição’ e foram definidos os conceitos de ‘empresa rural’, ‘latifúndio’, ‘minifúndio’, entre outros como o ‘módulo rural’ caracterizando fisicamente a “unidade familiar”.

No entanto, analisando a situação e seus estudos críticos junto à Pessoa (1972) e Lorena (1982) sobre as medidas e o andamento para a implementação da Lei n.º 4.504 em 1982, as respostas do governo à questão agrária aparecem em “inércia oficial” e impondo paliativos ao campesinato para invisibilizar uma solução para o problema agrário brasileiro. Fernandes (1999) complementa que o próprio INCRA foi instituído pelo governo militar a fim de neutralizar as eclosões dos conflitos de terra que ocorriam no território brasileiro e simultaneamente promover a colonização da região Amazônica.

Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária. (FERNANDES, 1999:35)

Para Silva (1982:52), portanto, o processo de ‘colonização pós anos sessenta’⁷⁴ foi explicitamente diferenciado do que deveria ser um processo de reforma agrária. Fernandes (1999:36) conclui também que os órgãos, programas e projetos do período militar, mais que “regularizar a questão fundiária, promoveram a concentração da terra e a violência contra os trabalhadores”.

Com a redemocratização do país (1985-1988) se substitui o objetivo inicial da autarquia de colonização e contenção de conflitos agrários para a implementação da reforma agrária. Assim, em outubro de 1985 durante o governo de José Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA⁷⁵ como uma das primeiras medidas governamentais. Este PNRA tinha como objetivo assentar até o final de 1989 cerca de 1,4 milhões de famílias e marcou a questão agrária brasileira incorporando com força a problemática à agenda nacional (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015-2017).

O anúncio do PNRA desagradou profundamente os proprietários de terra, organizados na União Democrática Ruralista (UDR). Paralelamente, a violência no campo aumentaria fortemente entre 1986 e 1987. No período, morreram mais de 200 trabalhadores em conflitos agrários. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015-2017)

Segundo o autor Marcelo Scolari Gosch (2020:23), em síntese, o I PNRA “visava o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária”, no entanto não conseguiu fiscalizar eficientemente “o cumprimento da função social da propriedade rural” e logo, alterar a concentração fundiária no Brasil. Assim, o PNRA alcançara resultados avaliados como ínfimos com cerca de 140 mil famílias camponesas assentadas ao final do governo Sarney.

⁷⁴ Colonização pós anos sessenta: Inserir pela ênfase que vivemos um processo de colonização desde a invasão europeia à então hoje, América Latina (ou américas); porém com a institucionalização do INCRA, o conceito de colonização está “aceito” de outra forma? É a colonização bruta de 1500 no seio de “uma reforma agrária”? Se sim, então o marco “pós anos sessenta” da colonização é um apontamento importante.

⁷⁵ O I PNRA é exposto à sociedade civil no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG.

O programa básico do PNRA era o de assentamentos de trabalhadores em imóveis desapropriáveis [tendo como base para indenizar os proprietários fundiários o imposto territorial rural – valor declaradamente mais baixo que o de mercado]. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas das forças presentes no debate político, apareciam como mecanismos complementares [à desapropriação]. (MEDEIROS, 2003, p.35)

Após o PNRA e a Constituinte de 1988 ainda faltavam dispositivos claros sobre a implementação de assentamentos de reforma agrária no país. A Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, nomeada **Lei da Reforma Agrária**, incorpora os dispositivos constitucionais intitulados “DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA”, e previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1988.

Associado a isso, neste período, a perspectiva hegemônica do modelo agrícola era a modernização da agricultura, significando o sinônimo de mecanização e a tecnificação da lavoura, fazendo uso intensivo de máquinas e insumos modernos para aumentar o rendimento do processo produtivo e melhorar a economia nacional (TEIXEIRA, 2005:22). O modelo de assentamento vai se espelhar nesse modelo produtivo vigente.

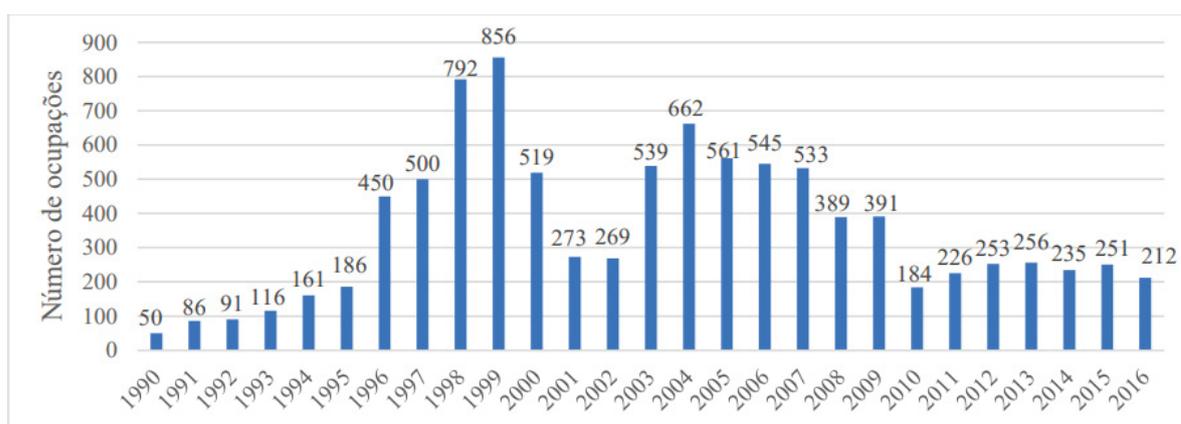
Amparado nessas normas, o INCRA consegue traçar um rito para a implementação de assentamentos para a segunda metade dos anos 1990, estabelecendo as etapas de **implantação, desenvolvimento e consolidação** (Lei nº 8.629/1993, e Constituição Federal: Capítulo III, Título VII), mas dentro da ação de em Estado que seguia visando a contenção dos conflitos agrários sem necessariamente impugnar a concentração fundiária existente (HORA *et al*, 2019:147).

Exemplo disso é o Decreto n.º 2250 de junho de 1997, período presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em que o governo coíbe as ocupações, pois a norma vai barrar o processo de desapropriação de áreas que foram ocupadas coletivamente⁷⁶ (HORA *et al*, 2019, BRASIL, 2017).

⁷⁶ Esta alteração é da Medida Provisória 2027- 42 de 28 de agosto de 2000 que no Art. 4º altera a Lei da Reforma Agrária: “Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 2º [...] § 6º O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel. (BRASIL, 2017).

Esse posicionamento do Estado até o término do segundo mandato de FHC representa uma drástica e crescente queda nas ocupações de terra no Brasil, como vemos no GRÁFICO 2 (CATTELAN, *et al.*, 2020; SOARES, 2014). Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) do Partido dos Trabalhadores - PT⁷⁷ essas normativas deixam de ser aplicadas e as ocupações voltam a crescer.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE OCUPAÇÕES NO BRASIL POR ANO (1990 A 2016).



FONTE: CATTELAN, *et al.*, 2020 com base em dados do DATALUTA 2017.

O GRÁFICO 3 de Cattelan, Moraes e Rossoni (2019:142-143) mostram que o primeiro governo Lula foi o período mais expressivo na história do Brasil quanto à criação de assentamentos de reforma agrária.

⁷⁷ 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

GRÁFICO 3 – NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS PELA REFORMA AGRÁRIA ATÉ 1994 POR ANO E MANDATO PRESIDENCIAL ENTRE 1995 E 2018 (EM MIL).



FONTE: CATTELAN, *et al.*, 2020 com base em dados do INCRA 2019.

Segundo Soares (2014:64-65) a ascensão de um candidato do Partido dos Trabalhadores renovara as esperanças dos movimentos sociais do campo de que a reforma agrária ia acontecer e iria além da criação de assentamentos. Essa perspectiva era fortemente defendida principalmente pelo MST que partilhava os mesmos ideais do partido de esquerda que ajudara a fundar em diversos municípios, e com o qual manteve sempre uma ligação ideológica, mesmo defendendo sua autonomia em relação a qualquer organização (STÉDILE; FERNANDES, 2012). Stédile (2013) aponta que Lula nas visitas em acampamentos e assentamentos do Movimento, falava que com uma “canetada” realizaria a reforma agrária, o que não aconteceu.

Segundo Albuquerque (2006), apesar da campanha presidencial do PT em 2002, que defendia a reforma agrária e apresentava o Programa “Vida Digna no Campo”, o início da legislatura marca uma mudança importante: o PNRA⁷⁸ elaborado pela equipe proposta pelo governo, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio e integrada por grandes especialistas no tema foi essencialmente alterado por um PNRA aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em novembro de 2003.

⁷⁸ Nomeado “Plano de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural - II PNRA”.

Entretanto, a versão do Plano aprovada pelo governo representou um retrocesso, na medida em que reduziu a meta de famílias beneficiadas e esvaziou o significado de áreas reformadas. O Plano apresentado preservou a característica da política de reforma agrária de governos anteriores, qual seja, de política social compensatória reativa aos conflitos sociais. (ALBUQUERQUE, 2006:06)

Oliveira (2010) define o II PNRA do MDA/INCRA (2003) como a “não reforma agrária⁷⁹”. Um plano que não assentou o que propunha, deixando sob a lona preta a maior parte de quem estava em situação de acampamento em 2010 (mais de 100 mil famílias). Não foi elaborado um terceiro plano e houve “um apoio integral do governo Lula ao agronegócio” em 2003 e 2004 crescente no segundo mandato (OLIVEIRA, 2010:03).

É estranho observar a passividade da aceitação dessa realidade em um período de plena crise mundial do capitalismo, e com ela, a nova tese de que “a luta contra o capital é mais importante que a luta pela terra”. A mudança do eixo gerou a derrota da reforma agrária no governo Lula sem que nada fosse feito, e, a vitória da crise do agronegócio, pois o decreto dos novos índices de produtividade jamais saiu, nem mesmo depois do Ministério da Agricultura estar ocupado por um ex-presidente da ABRA - Associação Brasileira da Reforma Agrária (Luís Carlos Guedes Pinto). Mas a renegociação das dívidas dos ruralistas, esta sim, saiu prontamente, e foram prorrogadas para depois de 2020. (OLIVEIRA, 2010:03)

Mais do que uma reforma agrária, o que toda essa conjuntura mostra é uma política de assentamentos realizados pela pressão dos movimentos sociais através das ocupações. Assentamentos que vão ganhando uma normativa mais robusta administrativamente, ainda que politicamente estejam fora do foco dos principais objetivos políticos do governo.

Os assentamentos rurais são a principal forma de manifestação da realização da reforma agrária no Brasil. Para Fernandes (2007) eles representam a conquista da

⁷⁹ Oliveira apresenta as diferenciações entre as categorias, pois “Tanto a regularização fundiária quanto a reorganização fundiária e os reassentamentos não são reforma agrária”, sendo “1. Reordenação Fundiária: refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas; 2. Regularização Fundiária: refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.); 3. Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens: referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas; 4. Reforma Agrária: refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas.” (OLIVEIRA, 2010:06)

terra, como territórios materiais, e de **sonhos e ideologias**, como territórios imateriais. Como apontado no subitem anterior, apesar dos contextos governamentais não terem ampliado e assumido uma reforma agrária no país com o objetivo de redistribuir a terra, após a redemocratização brasileira, o planejamento dos territórios de reforma agrária adquiriu maior definição por meio das etapas de implementação.

FIGURA 34 – ETAPAS DA REFORMA AGRÁRIA – INCRA.



FONTE: NOTA TÉCNICA Nº 360/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA, 2021. Elaboração: A autora (2023).

Segundo o INCRA (2021), as etapas constituídas para se implementar um assentamento rural são: (A) Implantação de Assentamentos – A.1 Obtenção do Imóvel, A.2 Seleção de famílias, A.3 Criação de Assentamento; (B) Desenvolvimento de Assentamentos – B.1 CCU, do Contrato de Concessão de Uso (título provisório), B.2 Crédito Inicial, B.3 Infraestrutura, B.4 ATEs, dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária; (C) Consolidação de Assentamentos – C.1 Georreferenciamento, C.2 Domínio, C.3 Titulação Definitiva.

Segundo Coca (2013), diferentes identidades e demandas camponesas têm ampliado o **caráter diversificado** para a implementação dos assentamentos rurais. Atualmente os processos concernentes a implantação dos assentamentos que permanecem válidos são, também, processos de reconhecimento territorial, regularização fundiária, compra, doação e outros. Ainda, isso significa incluir modalidades de assentamentos nas florestas (COCA, 2013:385).

Para a criação de um assentamento ser oficializada é necessária uma portaria publicada no Diário Oficial da União, contendo “a área do imóvel, a capacidade

estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação” (INCRA⁸⁰, 2020). O rito para criação de assentamentos foi estabelecido como a Norma de Execução⁸¹ DT nº 69/2008. Ela resultou de compilação e dos processos de implementação de assentamentos, estabelecendo na norma as partes: da fundamentação legal delimitada (I), os procedimentos para a criação do projeto (II), a inserção de dados no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA (III), do reconhecimento do projeto (IV), portarias de criação e de reconhecimento de projetos (V) e as disposições gerais (VI).

Os assentamentos se dividem em dois grupos: “Grupo I - Modalidades de **Projetos criados** pelo Incra atualmente” e “Grupo II - Modalidades de **áreas reconhecidas** pelo Incra”:

- Projetos de assentamento criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA); os ambientalmente diferenciados, denominados Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e Projetos Descentralizados de Assentamento Sustentável (PDAS);
- Projetos de assentamentos reconhecidos pelo Incra, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).
(INCRA, 2020)

As modalidades do Grupo I e II acima descritas estão tabeladas e são identificadas por “modalidade, sigla e características” pelo INCRA. No caso do Grupo I, há modalidades que não são mais criadas e implantadas desde a década de 1990 (INCRA⁸², 2021): Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Segundo os estudos de Coca (2013; 2014) essas são as

⁸⁰ Trecho de < <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html> > Acessado em: 16 de fevereiro de 2022.

⁸¹ “A Norma de Execução é o ato expedido pelo Chefe de Gabinete, Diretores e Procurador-Chefe para regulamentar a execução de serviços de sua competência ou procedimentos complementares às instruções normativas.” Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/norma-de-execucao.html>> Acessado em: 16 de fevereiro de 2022.

⁸² Site do INCRA, publicado em 28/01/2020, atualizado em 10/09/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>> Acesso em: 09 de abril de 2023.

modalidades que foram parte dos programas de colonização definidos e implantados pelo Regime Militar.

No Grupo II – Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra, constam oito modalidades: Projeto de Assentamento Estadual (PE); Projeto de Assentamento Municipal (PAM); Reservas Extrativistas (RESEX); Território Remanescentes Quilombola (TRQ); Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP); Reassentamento de Barragem (PRB); Floresta Nacional (FLONA); e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Coca (2013:386) organiza o seguinte quadro síntese:

QUADRO 1 – BRASIL – TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, 1961-2010.

	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
2	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
3	AQ	Assentamento Quilombola	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
4	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	INCRA/GOVERNOS ESTADUAIS
5	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA
6	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	INCRA
7	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	INCRA
8	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	INCRA
9	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	INCRA
10	PC	Projeto de Colonização Oficial	INCRA
11	PIC	Projeto Integrado de Colonização	INCRA
12	PFP	Projeto Fundo de Pasto	CDA
13	PE	Projeto de Assentamento Estadual	INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
14	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	GOVERNO MUNICIPAL
15	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	GOVERNO MUNICIPAL
16	FLONA	Florestas Nacionais	ICMbio*
17	RESEX	Reserva Extrativista	ICMbio*
18	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	ICMbio*
19	FLOE	Floresta Estadual	CEUC/SDS**
20	PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista	ITERPA***

Fonte: Dataluta, 2011. Organização própria.

*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas)

***Instituto de Terras do Pará

FONTE: Elaborado por COCA (2013) com base dos dados DATALUTA (2011).

Segundo o quadro, existem 20 tipos de assentamentos rurais implementados e reconhecidos legalmente no território brasileiro, totalizando os que estão e os que já não estão mais em vigor para serem criados. De forma geral, segundo o autor, as modalidades dos assentamentos como os PAE, PAF, FLONA, RESEX, RDS, FLOE e PEAEX possuem características agroflorestais, sendo alguns desses territórios⁸³ locais de desenvolvimento de atividades de caráter extrativista, demandando por exemplo, maiores dimensões de área. Portanto, respondem a uma reforma agrária

⁸³ Coca complementa “Além desses, destacam-se os assentamentos que são construídos como forma de reconhecimento dos territórios de comunidades tradicionais, como é o caso dos AQ’s (voltados para quilombolas) e os PFP’s (voltados para fundos de pasto, os quais vivem na região do Médio São Francisco, estado da Bahia). Também constam assentamentos que são implantados como forma de compensar famílias que foram prejudicadas pela construção de grandes obras de infraestrutura, especialmente as barragens, como é o caso dos PRB’s”. (2013:386)

com um público mais próximo aos povos e comunidades tradicionais ou a problemáticas socioambientais que precisam de um cuidado especial.

Em total, até 2017 foram 9.354 assentamentos, contemplando um número de 975.985 famílias cadastradas e beneficiadas pelo PNRA ocupando 88.402.936 ha do território nacional brasileiro. Perto de 67% das famílias assentadas estão em aproximadamente **76% de Projetos de Assentamento Federal – PA**. Os **projetos ambientalmente diferenciados** como PAE, PDS, PAF e Reserva Extrativista ou projetos Florestais (FLOE ou FLONA) atinge cerca de 20% das famílias em 9% de todos os assentamentos apresentados no SIPRA (HORA *et al*, 2019:144).

Para este trabalho, focaremos na análise dos PA, já que engloba a maioria dos assentamentos da reforma agrária brasileira e, especificamente, as iniciativas que foram analisadas em campo no primeiro capítulo.

Até dezembro de 2022, o INCRA criou e reconheceu nacionalmente um total de 9.444⁸⁴ (total de 338 no Paraná) projetos de assentamentos que podem ser consultados na tabela “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” do SIPRA. Este documento apresenta as seguintes colunas de informações: código do projeto; nome do projeto; município sede; área (ha); nº de famílias (capacidade); famílias assentadas; fase; ato de criação – tipo, nº, data; e obtenção – forma, data.

⁸⁴ Estes podem ser consultados na tabela “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” divulgada pela autarquia em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA com dados e registros até 05 de dezembro de 2022. Fonte: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> > Acessado em 09 de abril de 2023.

TABELA 3 – PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME PASSOS DE IMPLEMENTAÇÃO (1900-2022).

 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA		Sistema: SIPRA Fonte: SCDM Usuário: Relatório: Rel_0227 Data: 05/12/2022									
Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação		Obtenção		
							UF: PR	Type	Nº	Data	Forma
PERÍODO DA CRIAÇÃO DO PROJETO : 01/01/1900 Até 05/12/2022											
PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME FASES DE IMPLEMENTAÇÃO											
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)											
PR0198000	PA CRUZ DE MALTA	TAMARAANA	407,1892	14	14	05	POR	00110	24/11/1998	Desapropria	11/00/1997
PR0199000	PA RECANTO FELIZ	SANTA MARIA DO OESTE	357,0000	16	11	05	POR	00104	16/11/1998	Desapropria	16/11/1998
PR0200000	PA RINCÃO	TIBAGI	747,1030	30	29	05	POR	00118	02/12/1998	Desapropria	10/07/1998
PR0201000	PA FAXINAL DOS MINEIROS	FERNANDES PINHEIRO	121,2120	7	7	05	POR	00019	10/02/1999	Desapropria	13/10/1998
PR0203000	PA BOA ESPERANÇA	SAPOPEMA	348,6200	14	13	05	POR	00124	08/12/1998	Desapropria	30/06/1998
PR0204000	PA RENASCENÇA	RESERVA	240,6000	10	8	05	POR	00122	08/12/1998	Desapropria	30/06/1998
PR0205000	PA ÁGUAS DE JUREMA	IRETAMA	427,4410	40	36	05	POR	00123	08/12/1998	Desapropria	14/10/1998
PR0206000	PA PINHEIRAL	PALMEIRA	270,3000	14	14	05	POR	00120	08/12/1998	Desapropria	16/06/1998
PR0208000	PA EDUARDO RADUAN	MARAMELERO	3,946,0000	436	355	06	POR	125	15/12/1998	Desapropria	15/04/1998
PR0209000	PA MONTE AZUL	MIRADOR	617,7923	29	29	06	POR	00128	30/12/1998	Desapropria	02/00/1998
PR0209000	PA BRIZANTA	NOVA LONDRIANA	685,1946	29	26	05	POR	00132	31/12/1998	Desapropria	13/08/1998
PR0210000	PA NOSSA SENHORA DA PENHA	TERRA RICA	916,1000	36	35	05	POR	00131	31/12/1998	Desapropria	03/00/1998
PR0211000	PA SANTO ANTONIO DAS ÁGUAS DO CORVO I	TERRA RICA	1,326,1588	52	49	05	POR	00130	31/12/1998	Desapropria	27/05/1998
PR0212000	PA SÃO PAULO	TERRA RICA	394,4600	17	17	05	POR	00129	31/12/1998	Desapropria	03/00/1998
PR0213000	PA MÃE DE DEUS	JARDIM OLINDA	1,258,4500	53	52	05	POR	00001	11/01/1999	Desapropria	02/00/1998
PR0214000	PA CACIQUE	TAMARAANA	162,0432	12	12	05	POR	00002	20/01/1999	Desapropria	30/06/1998
PR0215000	PA PADRE JOSINO	ORTIGUEIRA	383,6905	10	10	06	POR	00004	20/01/1999	Desapropria	30/07/1998
PR0216000	PA SANTA MARIA	TAMARAANA	94,8396	9	2	05	POR	00003	20/01/1999	Desapropria	01/00/1998
PR0217000	PA PINGO DE OURO	ALTAMIRA DO PARANA	873,2328	43	43	05	POR	00018	10/02/1999	Desapropria	14/10/1998
PR0218000	PA JUCAPE	SÃO JERONIMO DA SERRA	139,2200	8	7	05	POR	00017	03/02/1999	Desapropria	07/12/1998
PR0219000	PA PALMARES	SÃO JERONIMO DA SERRA	350,7840	17	15	05	POR	00015	03/02/1999	Desapropria	05/11/1998
PR0220000	PA ARIXIGUANA	SÃO JERONIMO DA SERRA	607,2321	26	25	05	POR	00014	03/02/1999	Desapropria	03/00/1998
PR0221000	PA LUIZ CARLOS PRESTES	QUERENCIA DO NORTE	1,256,0000	50	50	05	POR	00030	25/02/1999	Desapropria	04/11/1998
PR0225000	PA JOSÉ GOMES DA SILVA	FERNANDES PINHEIRO	297,0000	16	14	05	POR	00032	10/03/1999	Desapropria	03/00/1998
PR0226000	PA TAPEIRIVA	SÃO JOAO DO CAUIA	726,0000	40	26	05	POR	00106	10/11/1999	Dotação	14/10/1998
PR0228000	PA RANCHO ALEGRE	TIBAGI	294,6448	15	14	05	POR	038	12/05/1999	Desapropria	02/00/1998
PR0229000	PA ROSELI NUNES	SÃO JERONIMO DA SERRA	339,5700	19	14	05	POR	00073	30/06/1999	Desapropria	03/00/1998
PR0230000	PA FAROL	FAROL	100,0000	8	8	05	POR	00076	30/06/1999	Desapropria	18/11/1998
PR0231000	PA LUZ	LUZIANA	465,5500	24	24	05	POR	00072	30/06/1999	Desapropria	04/11/1998
PR0233000	PA ILDO LUIZ FERREIRO	SANTA MONICA	1,256,0000	37	36	05	POR	00079	30/06/1999	Desapropria	12/03/1998

FONTE: SIPRA/INCRA (2022).

Estas colunas das categorias “forma de obtenção” e “fase” são muito relevantes para o acompanhamento do processo de planejamento dos assentamentos. Em “forma de obtenção” consta se o processo iniciou com desapropriação, reconhecimento, arrecadação, entre outros. Em “fase” consta uma numeração de etapas de 00 à 09, sendo elas: “00 – Em Obtenção”; “01 – Pré-Projeto de Assentamento”; “02 – Assentamento em criação”; “03 – Assentamento Criado”; “04 – Assentamento em Instalação”; “05 – Assentamento em Estruturação”; “06 – Assentamento em Consolidação”; “07 – Assentamento Consolidado”; “08 – Assentamento Cancelado”; e “09 – Assentamento Revogado”. Verificar esta coluna possibilita perceber que a maioria não alcançou a fase 07, de assentamento consolidado⁸⁵, evidenciando processos de estagnação e/ou interrupção da política de reforma agrária para os próprios territórios “reformados”.

Uma vez em fase de “Assentamento Criado”, a seguinte etapa, denominada de **instalação das famílias no local**, realiza a **concessão dos primeiros créditos e investimentos de infraestrutura das parcelas** (INCRA, 2020). Para os projetos do grupo de assentamentos reconhecidos pelo INCRA, este deve seguir o procedimento de seleção de famílias que precisam atender aos critérios de elegibilidade do PNRA⁸⁶, e então elas terão o direito de acesso às políticas previstas de crédito, assistência técnica e educação (INCRA, 2020).

A função do estabelecimento dos créditos iniciais⁸⁷ é prevista para garantir que as famílias adquiram ferramentas e insumos que viabilizem o plantio de alimentos garantindo a sua segurança alimentar durante o período inicial do assentamento até

⁸⁵ Não consegui compilar em tabela (a tempo) a diferença entre estes número, ao menos no Paraná, mas é uma colocação relevante, pois há estados os quais a maioria das fases permanece em 03 - Assentamento em Criação. Proporcionalmente, quantos chegaram a ser um assentamento consolidado pelos termos do INCRA?.

⁸⁶ CONSULTAR INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019: “Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Inkra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”.

⁸⁷ “Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. O chamado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantido pelo Inkra às famílias e o atual modelo de investimento de recursos está definido no Decreto 9.424/2018, que indica as modalidades disponibilizadas e os critérios a serem atendidos para acesso aos valores.” (INCRA, 2020). As modalidades de crédito de instalação são: “Apoio Inicial, Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional” (INCRA, 2020) Disponível em: < <https://antigo.inkra.gov.br/pt/credito.html> > Acessado em 17 de fevereiro de 2022.

o momento da etapa de sorteio e encaminhamento das famílias para seus lotes. A função dos investimentos⁸⁸ de infraestrutura das parcelas é garantir elementos como as estradas, habitação, saneamento, eletrificação e abastecimento, sendo definido pelo INCRA como prioridades:

[...] a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário -, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

(INCRA, 2020)

Para que a permanência das famílias na terra seja garantida, concomitantemente, o conjunto de ações para desenvolvimento e consolidação do assentamento passa a seguir um planejamento que deve ser construído junto à comunidade, **o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA**. A exigência do PDA é originada na elaboração da Norma de Execução/Incrá/Nº 02, de 28 de março de 2001, e também proveniente⁸⁹ do Programa Novo Mundo Rural (MDA, 1999), como adoção de um plano que é parte do processo de implementação de um assentamento.

O PDA é um estudo que deve ser realizado pela própria autarquia do INCRA ou sob sua supervisão e, como citado, deve ser participativo. Nele é apresentado “um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade” (INCRA, 2020). A Norma de Execução 02/2001 determina os procedimentos na **fase de implementação** dos projetos de assentamento no seu capítulo 1:

Art. 1º Os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados na fase de implantação dos projetos de assentamento de reforma agrária são regulados nesta Norma de Execução.

Parágrafo único. A fase de implantação, compreende:

I – a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA;

⁸⁸ “O Incra implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta e em parceria com outros entes governamentais.” (INCRA, 2020) Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/infraestrutura-atuacao.html>> Acessado em 17 de fevereiro de 2022.

⁸⁹ Segundo os autores Hora, Mauro e Calaça (2019:148) o PDA como parte do processo “foi apresentada ainda no programa Novo Mundo Rural, substituindo os Planos de Viabilidade Técnica, antes realizados pelo Incra”.

II – a execução de serviços de mediação e demarcação topográfica;
 III – a elaboração do projeto simplificado;
 IV – a aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção);
 V – a definição e caracterização da infraestrutura básica; e
 VI – definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção do PRONAF-A; e
 VII – a supervisão e acompanhamento do projeto de assentamento pelo período de 03 (três) anos.
 (INCRA, 2001)

A norma estabelece anexos I e II, sendo o segundo o “**Roteiro Básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA**”. Este define 6 partes com subseções específicas, demonstrando uma orientação do PDA com uma caracterização focada nas questões produtivas e de “uma caracterização ambiental” sendo elas:

QUADRO 2 – ROTEIRO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ASSENTAMENTO – PDA.

Roteiro Básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA	
1 – APRESENTAÇÃO	“Deve ser feita pela empresa ou entidade selecionada para executar a elaboração do PDA, com síntese do trabalho, metodologia de preparo e os propósitos do plano”
2 – IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO	Identificação sucinta do Projeto de Assentamento, conforme: a) denominação do assentamento; b) data da Portaria de criação e número do Decreto; c) área total; d) localização e acesso; e) número de famílias assentadas; f) área medida por família; g) entidade representativa dos Assentados (nome, CNPJ, endereço, telefax, etc.).
3 – CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO	a) descrição das condições climáticas dominantes na microrregião do assentamento; b) identificação e representação da bacia ou sub-bacia hidrográfica com descrição das características ambientais presentes na sub-bacia; c) descrição analítica das de conservação/degradação ambiental da bacia ou sub-bacia; d) situação social, demográfica e fundiária do município e microrregião.
4 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO	<p>“O diagnóstico da área do projeto de assentamento deverá considerar as informações básicas relativas ao mesmo, constantes do PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável – módulo do SIPRA, sendo detalhado conforme se segue:”</p> <p>4.1 – Diagnóstico do Meio Natural:</p> <p>4.1.1 Solos;</p> <p>4.1.2 Relevo;</p> <p>4.1.3 Recursos Hídricos;</p> <p>4.1.4 Fauna;</p> <p>4.1.5 Uso do Solo e Cobertura Vegetal;</p> <p>4.1.6 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente;</p> <p>4.1.7 Estratificação Ambiental dos Agroecossistemas;</p> <p>4.1.8 Capacidade de Uso da Terra.</p> <p>4.2 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Cultural:</p>

Roteiro Básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA	
	<p>4.2.1 Histórico do Projeto de Assentamento; 4.2.2 População e Organização Social; 4.2.3 Infraestrutura Física, Social e Econômica; 4.2.4 Sistema Produtivo – 4.2.4.1 Sistemas Agropecuários ou Extrativistas e Renda Média Atual, 4.2.4.2 Agroindustrialização da Produção, 4.2.4.3 Atividades Produtivas Não-Agrícolas, 4.2.4.4 Mulheres e Jovens; 4.2.5 Estudo de Mercado; 4.2.6 Serviços de Apoio à Produção – 4.2.6.1 Assistência Técnica, 4.2.6.2 Crédito, 4.2.6.3 Capacitação Profissional; 4.2.7 Serviços Sociais Básicos – 4.2.7.1 Educação, 4.2.7.2 Saúde e Saneamento, 4.2.7.3 Cultura e Lazer, 4.2.7.4 Habitação, 4.2.7.5 Outros Programas Governamentais e Não-Governamentais; 4.2.8 Síntese das Limitações, Potencialidades e Condicionantes.</p>
5 – PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	<p>Programas temáticos que materializam o plano, “identificados com os assentados e sintonizados com a situação constatada no diagnóstico, de forma que sejam exequíveis, facilitem as negociações e atendam aos requerimentos exigidos pelas diversas fontes de financiamento”.</p> <p>5.1 – Objetivo Geral; 5.2 – Futuro Desejado para o Assentamento: a) voltados para a organização territorial, serviços sociais, sistema produtivo e meio ambiente; b) com atenção especial para um sistema produtivo base de sustentabilidade; c) aplicação de crédito de apoio aplicado as atividades produtivas; d) definição coletiva de infraestrutura básica direcionando sua aplicação às necessidades das atividades produtivas; e) “algumas obras de infraestrutura que poderão ser implantadas com recursos” para tal: “1. Construção e conservação de estradas de acesso (alimentadora e penetração); 2. Sistemas elétricos; 3. Saneamento básico; 4. Obras e equipamentos de apoio produtivo (armazéns, silos, agroindústria, etc.); 5. Capacidade produtiva dos solos (adubação, calagem, controle de voçorocas, etc.); 6. Proteção ambiental (reflorestamento, proteção de encostas, etc.); 7. Irrigação;</p> <p>5.3 – Programas: 5.3.1 – Organização Territorial (anteprojeto do loteamento): 5.3.1.1 Proposta do Anteprojeto de Organização Territorial, 5.3.1.2 Áreas de Produção, 5.3.1.3 Distribuição das Parcelas ou Área Comunitária, 5.3.1.4 Áreas Para Uso Urbano* (posto de saúde, escola de primeiro grau, centro comunitário, armazém, lotes urbanos residenciais e comerciais, sistema de abastecimento d’água e eletrificação dentre outros), 5.3.1.5 Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, 5.3.1.6 Rede Viária e Elétrica Internas; 5.3.2 – Programa Produtivo: subprogramas 1. Produção agropecuária e uso econômico da biodiversidade, 2. Agroindústrias, 3. Atividades produtivas não-agrícolas, 4. Mercado, comercialização e abastecimento; 5.3.2.1 Determinação do Sistema de Produção a ser implantado; 5.3.2.2 Análise da Viabilidade Econômica dos Sistemas de Produção; 5.3.3 – Programa Social: subprogramas 1. Educação, 2. Capacitação Profissional, 3. Saúde e saneamento, 4. Cultura e lazer, 5. Habitação;</p>

Roteiro Básico para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA	
	<p>5.3.4 – Programa Ambiental: “deve estar integrado à lógica da organização territorial, com ênfase na sustentabilidade do plano produtivo, viabilidade da agricultura familiar, conservação dos recursos naturais, preservação dos remanescentes e das áreas protegidas por lei, adoção de medidas recuperadoras ou mitigadoras (quando for o caso), qualidade de vida e desenvolvimento de uma consciência ambiental mais global e consistente (educação ambiental)”;</p> <p>5.3.5 – Programa Organizacional e Modelo de Gestão do Plano: a) “tendo como referência os programas produtivos, sociais e ambiental, nessa etapa deverão ser apresentadas as ações correspondentes à área organizacional necessárias à sustentabilidade institucional do assentamento”. Poderão constar associações comunitárias ou cooperativas, grupos temáticos, bem como “todas as atividades de capacitação nas áreas gerencial e cooperativista”; b) recomendação de “criação de Comissões Setoriais (ex.: Saúde, Educação, Produção, Agropecuária, Comercialização, Meio Ambiente, etc.)”;</p> <p>5.4 – Análise Econômica do Plano: “objetivo de verificar o nível de eficiência global do Plano”; a) estimativas de custos e receitas; b) análise de viabilidade econômica; c) capacidade de pagamento dos assentados com relação às dívidas assumidas em decorrência da terra e créditos obtidos;</p> <p>5.5 – Investimentos Totais e Usos de Fontes de Financiamento;</p> <p>5.6 – Detalhamento dos Mapas a serem Apresentados (Anexos):</p> <p>5.6.1 Mapa da Bacia ou Sub-bacia de Localização do Projeto de Assentamento; 5.6.2 Mapa de Uso Atual da Terra e Cobertura Vegetal; 5.6.3 Mapa de Capacidade do Uso da Terra; 5.6.4 Mapa de Organização Territorial, Incluindo Áreas de Produção, Parceladas ou não, de Reserva Legal, de Preservação Permanente, Infraestrutura Existente e Projetada.</p>
6 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DO PDA	Trata sobre os formatos e escalas em que o documento deverá ser apresentado impresso em papel e digital por CD Rom.

FONTE: Elaboração própria para sintetizar aspectos da estruturação do PDA, com base no Anexo II da Norma de Execução 02/2001 (2022).

No entanto, há de se verificar e problematizar o seu ‘âmbito sustentável’ e o Programa Ambiental, pois é estreito e antiquado. Sua perspectiva ambiental é reduzida e limitada no cumprimento da legislação, que podem, portanto, promover “agronegocinhos”, estes muitíssimo questionáveis no sentido ambiental. Não há uma intersecção ou cruzamento com o Programa Produtivo: é uma produção convencional ou agroecológica?; quais os meios de produção utilizam? quais tipos de sementes utiliza? faz uso de agrotóxicos?; qual o impacto dessas características produtivas impactam nas águas? na sociobiodiversidade? ou com os saberes das populações?. Todas estas **relações** entre ambiental e produção são distintas quando se observa de uma perspectiva de princípios agroecológicos, como no caso das comunidades Maria

Rosa do Contestado e Padre Roque Zimmermann em Castro-PR, observadas no capítulo anterior.

Dentro do PDA, a realização da sua parte 4 trata do “Diagnóstico da Área do Projeto de Assentamento” e detalha o **Plano de Desenvolvimento Sustentável** com as informações básicas do diagnóstico da geografia física e humana da área. Configura a mais extensa parte do PDA do PA, expressando uma perspectiva ambiental conservadora (ligada a conservação e preservação) inserida no seu planejamento fundiário. Isso deve fundamentar, junto com as ideias da comunidade, a quinta parte do estudo “Programação do Desenvolvimento Sustentável” que é a definição de programas temáticos que sejam “exequíveis, facilitem as negociações e atendam aos requerimentos exigidos pelas diversas fontes de financiamento” (INCRA, 2001:9). Ou seja, o plano do PDA se materializa pelos Programas estabelecidos com a comunidade, interseccionando o quadro do diagnóstico, os potenciais identificados e o futuro esperado. Porém este aborda essas projeções em torno de estruturas edificadas, não a relações e dinâmicas de uma vida comunitária que se espera. Nos casos em Castro-PR, notamos uma reprodução de listas de itens edificáveis quando as perguntas e mobilizações eram estreitas, diferentemente quando se mobilizava sonhos e perguntas em verbos do que faziam cotidianamente.

Um dos primeiros resultados do PDA, portanto e segundo o INCRA, é a **organização espacial** do projeto de um assentamento rural de forma planejada (INCRA, 2020). Esta etapa resulta no parcelamento do imóvel rural em lotes para as famílias, em áreas comunitárias, em áreas de proteção e preservação ambiental, entre outras localizações.

Para distribuir os lotes para as famílias se realiza o “Sorteio de Parcelas”, objetivando garantir a todos os beneficiários condições de participação iguais (INCRA, 2020). O documento que oficializa o direito da família assentada a morar e explorar a parcela com a possibilidade de receber sua posse “se cumpridas todas as exigências constantes na legislação⁹⁰” (INCRA, 2020) é o Contrato de Concessão de Uso – CCU⁹¹.

⁹⁰ “Todos os deveres, direitos e proibições legais constam no verso do Contrato entregue ao assentado.” Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/norma-execucao/ne_93-2010_aprova_modelos_pae-pds-paf.pdf> Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

⁹¹ Segundo o INCRA “Titulação - Enquanto o CCU tem caráter provisório, o título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo.”

3.2 PERCURSOS CRÍTICOS DO PLANEJAMENTO NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E QUESTÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

As normatizações descritas no subitem anterior definem como deveria ser o planejamento dos assentamentos rurais na política de reforma agrária brasileira. No entanto, apesar do rito que resulta nos PDAs, ainda há outros elementos e atores no planejamento desses assentamentos. Durante todo esse tempo, os movimentos sociais do campo promoveram ocupações, sugeriram caminhos, pressionaram e materializaram experiências desde suas necessidades “de novas formas de organização social e introdução da questão ambiental associada à fundiária” (HORA et al, 2019:1; FERNANDES, 1999; STÉDILE, 2012; GOSCH, 2020) ou de outras questões como educação, gênero, etc. Evidenciando que a construção normativa não teria sido realizada se não fosse a pressão social demandante de uma política de reforma agrária.

A discussão do planejamento dos assentamentos rurais evidencia uma prática institucional do Estado brasileiro atuando em ritmo e formato lento e reduzidos, que apesar de se impor de cima para baixo, com equívocos e criando obstáculos para as famílias camponesas, também revela a criatividade e resistência camponesa. E mais, “mesmo nas suas piores condições, revela a importância do parcelamento rural e da redistribuição de terras como uma possibilidade de inclusão social, transformação regional e territorial e combate à renda fundiária” (HORA et al., 2019:141). Um dos críticos mais sistemáticos nesse processo de planejamento dos assentamentos é o

Disponível em: < <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html?id=222>> Acessado em 17 de fevereiro de 2022.

No caso da modalidade de assentamento PDS, a questão ambiental é o balizador para seu estabelecimento fundiário, tendo sido elaborada a Norma de Execução/Incra/Nº 93 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre os modelos de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU para as modalidades de projeto PAE, PDS e PAF classificadas como ambientalmente diferenciadas no grupo I, criados pelo INCRA. A fundamentação legal desta tipologia de assentamento é mais complexa, constando 16 (dezesesseis) atos entre leis, decretos, medidas provisórias, portarias, instruções normativas e normas de execução, todas desde e a partir do Estatuto da Terra. Para realização de assentamentos PDS este deve conter um PDA e ainda, um Plano de Utilização – PU das unidades familiares como uma parte integrante das “Cláusulas e Condições” do contrato (está vedada pelo citado anexo V que seja concedido o Título de Domínio aos “cessionários” dos PAE, PDS e PAF. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/norma-execucao/ne_93-2010_aprova_modelos_pae-pds-paf.pdf> Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.)

MST promovendo a participação e “envolvimento das famílias selecionadas no processo de discussão do assentamento que se instala” (HORA et. al., 2019:144).

A reforma agrária para o Estado brasileiro apesar da construção das normativas para a implantação dos assentamentos, se implementa, nas propostas do INCRA, em experiências de parcelamento rural confusas e, por vezes, contraditórias (HORA et. al. 2019:142). Aspectos técnicos básicos do PDA⁹², como a implantação de infraestruturas básicas de água, luz, arruamento e traçado dos lotes e das vias, têm sido deficitários e impostos de cima para baixo (GOSCH, 2020; CATTELAN, et al., 2020). Leite et. al. (2004:74) indicam a relevância do desenvolvimento e dinamização da economia local em relação a implantação de assentamentos. Nesse sentido, o INCRA tem criado assentamentos com baixo nível de desenvolvimento organizativo e produtivo dos territórios em relação “a localização, a qualidade dos solos, a disponibilidade de água, energia, estradas e o tipo de parcelamento adotado” (HORA et al, 2019:141). Uma implantação planejada colabora com a otimização e administração dos recursos financeiros para a estruturação ampliada da qualidade de vida dessa localidade (HORA et al, 2019:141). É relevante partir de uma multiplicidade de **relações**:

Mesmo a proposição dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDAs), face sua abrangência, nem sempre conseguiram detalhar a configuração (desenho) territorial deste novo local, considerando tanto sua **relação** com o território quanto incorporando uma dimensão ambiental, por exemplo. (2019:142)

Bertolini e Carneiro (2007:207) complementam que a solicitação dos PDAs pelo governo federal deveria visar estratégias de planejamento com **maior participação e acompanhamento**.

[...] esse serviço, **comumente terceirizado**, apresenta como resultado um volume extenso arquivado nas sedes regionais do INCRA, não havendo acompanhamento posterior. Ainda que os trabalhadores sem-terra pressionem o governo para realizar o parcelamento e a distribuição dos créditos, o histórico de atuação governamental no planejamento do assentamento ocorre de forma impositiva, não havendo maior **participação da comunidade local**. (2007:207)

⁹² Tabela das Fases e situação em que se encontram os assentamentos do SIPRA (2022).

Nesse sentido, em muitas ocasiões foram os movimentos sociais que assumiram essa tarefa. O MST propôs diversas tentativas, pois era latente a demanda de incorporar a diversidade territorial, as condições físico-ambientais, produtivas, sociais e **culturais** contribuindo na escolha de tecnologias adequadas aos seus contextos geográficos (HORA, 2003; BERTOLINI, CARNEIRO, 2007) e de implementação de políticas públicas adequadas.

Até o começo dos anos 2000, as ações fundiárias do INCRA tiveram raros casos implementados envolvendo a destinação e liberação de financiamentos para a contemplação plena e bem planejada de moradia, estradas, energia elétrica, água entre outros. Em muitas situações realizavam a liberação de créditos de produção e de edificação de moradia sem a divisão das áreas dos assentados estar concluída, ou liberavam habitação e os parcelamentos sem estrada, água e energia (FERNANDES, 1999; STÉDILE, 2012; OLIVEIRA, 2001-2007; HORA et. al., 2019).

O atendimento aos assentamentos estava à mercê da capacidade de reivindicação dos acampamentos, assentamentos e dos próprios conflitos agrários que se seguiam. Mesmo as ações derivadas do II PNRA (2005) pouco se dedicaram a esse tema, reproduzindo a proposta dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos [...] ou, ainda, sem maiores detalhamentos quanto ao processo de implantação após a aquisição da terra. (HORA, et al, 2019:146)

Segundo Fernandes e Stédile (1999), em concordância a conjuntura socioeconômica do Brasil o MST iniciou em 1986 a discussão sobre os sistemas de organização da produção devido ao crescente número de assentamentos rurais e a demanda de viabilização econômica e social para as famílias. O Movimento compreendia que organizando uma proposta alternativa para reorganização da sua produção deveria partir de princípios de cooperação, posteriormente consolidando a figura das cooperativas como forma específica para formação política para viabilizar socioeconomicamente os assentamentos. O modelo de coletivização baseado nas Cooperativas de Produção Agrícola – CPAs, no entanto, “proporcionou a sua base social experimentar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos” (BARCELLOS, 2014:4). Ainda assim, procurando enfrentar as dificuldades, a promoção da cooperação agrícola transformou ao longo do tempo no MST as orientações político-ideológicas e dimensões econômicas para a organização dos assentamentos. Scopinho e Martins (2003) apontam que a forma de organização produtiva propagada nos territórios de Reforma Agrária, como as CPAs encaram duas

ordens de dificuldade: a primeira trata das dificuldades econômicas também relacionadas a insuficiência de políticas de crédito, de subsídios e comercialização da pequena produção agropecuária; e a segunda, as de ordem relacional e interpessoal entre os cooperados, que segundo os autores, estão relacionadas à “falta de formação cultural” para organizar o trabalho e a vida cotidiana embasada nos princípios preconizados pelo MST quanto ao cooperativismo.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB⁹³, teve uma forte atuação na reflexão e formação dos processos de planejamento do MST nesse período. Criada em 15 de maio de 1992, a Confederação foi gerada pelas cooperativas centrais que surgiram do processo em que o Movimento pretendeu melhorar as formas de cooperação entre os assentados (VEIGA, 2001). Neste período, a CONCRAB realizava capacitações com encontros e materiais formativos, de caráter técnico, político e organizativo (ou técnico-militante como o Movimento também denomina) para, entre outras questões referidas à permanência das famílias nos territórios, pensar o desenho territorial das comunidades.

Segundo HORA *et. al.* (2019:145), a política oficial de implantação de assentamentos, quando em curso, não organizava as assentadas e os assentados, e suas ações não vislumbravam uma viabilidade produtiva real nos assentamentos. Dessa forma, as CPAs⁹⁴ e as Cooperativas Regionais de Prestação de Serviços e de Trabalho (CONCRAB, 2004a) contribuem no esforço do MST para construir uma série de diretrizes de estimulação do cooperativismo como alternativa da viabilização dos assentamentos com bases produtivas e organizativas mais sólidas (HORA *et. al.* 2019:145; FERNANDES, 1999:9).

Assim, neste período histórico em todo o país houve mais de 40 experiências coletivas e cooperativizadas nos assentamentos com a coordenação política do Movimento (MARTINS, 2003). Esse conjunto de dinâmicas sociais possibilitaram diversas discursividades e propostas para a viabilização dos assentamentos.

⁹³ Em 1992 cria-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, e esta foi responsável pela publicação de muitos documentos a cerca destas mudanças entre 1989 e 1999, que circularam no debate político interno do Movimento (MARTINS, 2003).

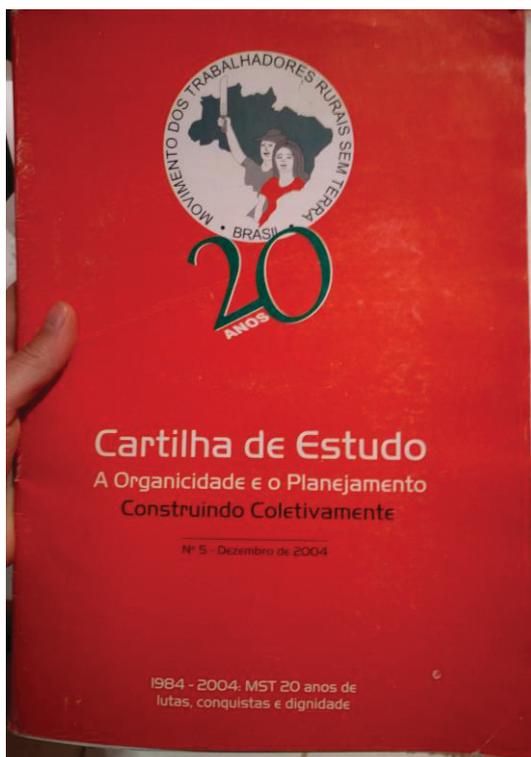
⁹⁴ A estratégia de promoção da cooperação para a organização dos assentamento partia da estruturação das CPAs como cooperativas de base nos assentamentos, com as Cooperativas Centrais na esfera estadual como nível intermediário e a CONCRAB na esfera nacional como nível superior (MARTINS, 2003).

Nesse sentido, a opção por um determinado tipo de organização social e produtiva faz parte dessas situações de enfrentamentos e disputas por projetos, rumos e discursos, tanto externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social (BARCELLOS, 2014:5).

A atuação da CONCRAB foi fundamental na demanda pela necessidade dos PDAs e na conquista da própria Norma de Execução 02/2001. Porém, apesar das conquistas sobre “produtividade, melhor qualidade de vida e renda familiar média acima da obtida por agricultores assentados sem este nível de articulação” (2001), Veiga (2001) analisa que a CONCRAB não teve o reconhecimento suficiente na reforma agrária brasileira. Ela assumiu um lugar de organização “normativa” do MST, quanto aos procedimentos para implantação de assentamentos no Brasil e produziu uma série de cartilhas, para orientar as capacitações técnicas e os trabalhos de base em torno das questões do planejamento e outras.

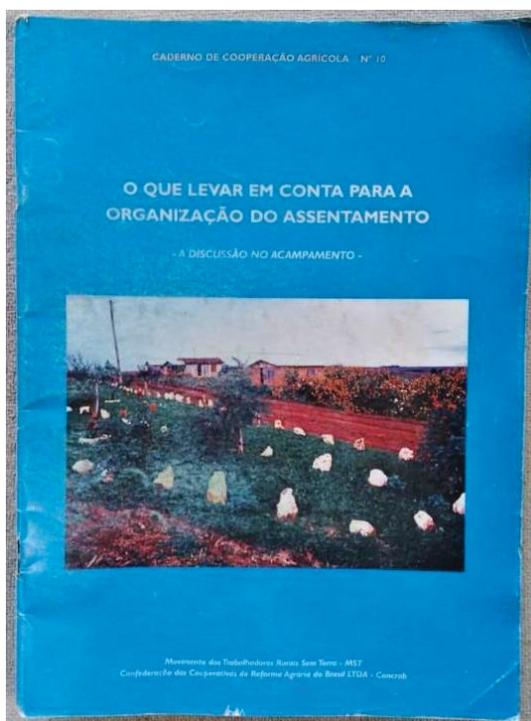
Para a temática da organização espacial dos territórios do MST elaborou dois documentos: “O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento” (2001) e “Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento: Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA (Metodologia para a elaboração dos ‘PDAs e PRAs’)” (2004b). Estes documentos sintetizam um dos principais acúmulos do final dos anos 90 e a primeira metade dos anos 2000 em perceber a relevância do **desenho das parcelas de moradia** como uma **ferramenta aglutinadora** na organização dos assentamentos rurais (SILVA, 1996; CONCRAB, 2001; HORA, 2003; CONCRAB, 2004b; BERTOLINE, CARNEIRO, 2007; ANDRADE et al, 2016; BORGES et al, 2016).

FIGURA 35 – “CARTILHA VERMELHA” Nº5/2004.



FONTE: A autora (2021).

FIGURA 36 – CONHECIDA “CARTILHA AZUL” REALIZADA PELO MST E CONCRAB.



FONTE: A autora (2021).

Hora et al. (2019), fazendo um balanço desses anos, apontam que as experiências das décadas de 1990 e 2000 sobre o desenho do lote, contribuíram além da organização social e produtiva dos assentados, em uma “perspectiva de controle territorial e alimentam os processos de territorialidades que se formam nessas comunidades rurais e camponesas” (2019:143). Assim, as **relações coletivas e comunitárias** têm um sentido e importância central na história do planejamento do MST sobre o desenho da vida sobre seus territórios.

Uma prática comum do MST em muitos estados, que acabou sendo incorporada pelo INCRA foi manter no sorteio das parcelas os *Grupos (ou Núcleos) de Famílias* que já tinham se formado durante o acampamento, tornando-se os **Núcleos de Base** das comunidades (CONCRAB, 2001:10):

Em breves palavras, o sorteio em grupo, significa que cada família acampada deverá procurar outras famílias com a qual se identifica, organizando assim um grupo, para que durante o sorteio este agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento. Em muitos casos mantém-se o próprio grupo de família do acampamento como base para o sorteio. Evita-se assim, a dispersão das famílias que por diversas razões se conhecem e são amigas. (2001:10)

Houve casos de comunidades que avançaram num acordo prévio de localização dos grupos dentro da área total destinada ao assentamento, e assim o INCRA deveria aceitar esta decisão interna dispensando a etapa de sorteio geral dos grupos (CONCRAB, 2001:10). Essas diretrizes foram importantes no entrelaço da organicidade e o planejamento do MST:

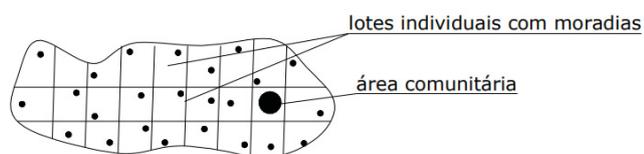
A cartilha [Luta popular e modelo orgânico, 2012] apresenta orientações para a ação conjunta e coerente de um movimento funcionar como um corpo **vivo**, contribuindo para o entendimento das características e desafios do movimento popular. [...] A analogia empregada, entre movimentos populares e seres vivos, remete à atuação das células, que são autônomas e funcionam em harmonia, transportando nutrientes e renovando o corpo. Da mesma maneira, o movimento tem sua existência e renovação garantidas pelo seu modelo orgânico. (ALMEIDA - MST, 2012)

Com todos esses elementos, percebe-se a participação do MST na discussão e implementação de possibilidades nos “modelos de assentamentos”, buscando

fortalecer “a coletivização⁹⁵ do trabalho e dos meios de produção como estratégia de reprodução social” (HORA, et al., 2019:145). A localização da moradia desde uma perspectiva da dualidade **aproximação x afastamento** passou a ser analisada como **obstáculo ou potencializador** infraestrutural e do arranjo social dos vínculos de cooperação e solidariedade do “novo sujeito” assentado (HORA et. al., 2019; FERNANDES, 1999; STÉDILE, 2012; COCA, 2011; MST, 2004).

O INCRA até o período dos anos 2000, diferentemente das tentativas do Movimento, implantava “um modelo de assentamento” parcelado, sem considerar aspectos organizativos e sociais locais, nem a situação físico-ambiental. Assim, este modelo foi denominado “quadrado burro” pelas organizações camponesas por realizar um desenho territorial baseado numa malha ortogonal que não considerava elementos naturais e sociais (ajuda mútua, solidariedade e cooperação).

FIGURA 37 – REPRESENTAÇÃO DE ASSENTAMENTO SEGUINDO O “QUADRADO BURRO”.



FONTE: Bertoline e Carneiro (2007:206).

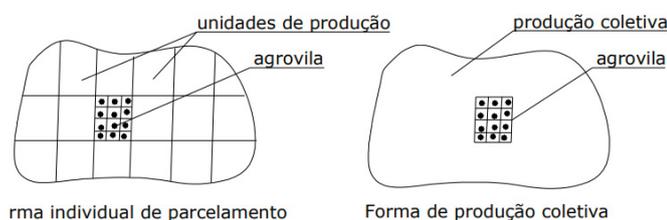
Esse modelo de “Lote Individual”, segundo Bertolini e Carneiro (2007:206) dispunha uma malha reticulada, quadrada ou retangular, em que se inserem as moradias e uma das parcelas era destinada a área coletiva para os equipamentos comunitários. Foi um modelo rigorosamente criticado e por isso, as cartilhas da CONCRAB de 2001 e 2004 foram elaboradas propondo reflexões e alternativas de organização espacial para além desse ‘quadrado burro’. As agrovilas, ao contrário:

⁹⁵ Era predominante um discurso mais coletivizador no Movimento, entretanto este aspecto mudou atualmente.

Inúmeras vantagens eram vistas na construção de núcleos de moradia e agrovilas, entre as quais se destacavam: acesso à água e energia elétrica mais barata; facilidade no escoamento da produção e na construção de estradas mais eficientes; proximidade da escola; menor dispersão do grupo; maior vivência em comunidade; possibilidade de rede de tratamento de água; mais controle e proteção dos rios, matas e animais; maior segurança; maior comunicação; implementação de creche e refeitório coletivo; facilitação das reuniões e decisões coletivas. (HORA, et al., 2019:149)

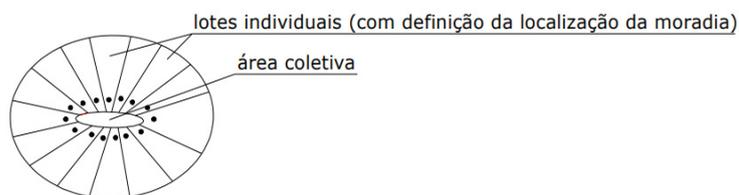
O documento “Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento: Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA” de 2004 é um Caderno de Cooperação Agrícola, e além do seu debate crítico e formativo, apresenta anexos de pranchas desenhadas para exemplificar os modelos visualmente. Os autores Bertolini e Carneiro (2007) representaram esquemas/diagramas dessas experiências, apresentando a síntese dos modelos alternativos que agrupam as moradias em “Agrovilas”, mais ou menos distantes das parcelas de produção individuais ou coletivas, ou desenhando os modelos “Núcleos de Moradia” em uma proposta comumente chamada de “raio de sol” (ou “roda de carroça”).

FIGURA 38 – REPRESENTAÇÃO DE ASSENTAMENTO EM AGROVILA, COM LOTES individuais e terra coletiva.



FONTE: Bertoline e Carneiro (2007:206)

FIGURA 39 – REPRESENTAÇÃO DE UM NÚCLEO DE MORADIAS EM AGROVILA “RAIO DE SOL”.



FONTE: Bertoline e Carneiro (2007:207)

Com a aproximação das moradias, os núcleos de moradias deveria ter alguma área para produção cooperativada ou coletiva, e no interior destes alocariam os equipamentos para uso coletivo para construir a socialização de trabalho, serviços e

atividades, como: sede das cooperativas e/ou associações, sede comunitária, refeitório, escola, creche, posto de saúde, lavanderia, ambientes de lazer e esporte, entre outros.

Para além da divisão dos lotes e seus modelos, os assentamentos também possuem as demandas de gestão ambiental do território (como visto nas partes 4 e 5 da normativa do PDA, porém este com limites), sendo assim, também é necessário pensar nos desenhos, limites e premissas das áreas de cuidado com a natureza.

Um caso de destaque nessa questão, segundo Hora et. al. (2019:147), é o contexto de conflito da Fazenda Araupel⁹⁶, localizada na Mata Atlântica do oeste do estado do Paraná, em que somaram ao processo a pressão das organizações ambientalistas. Nesse mesmo momento a primeira fazenda com uma Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN foi desapropriada no estado de Goiás. Estas experiências ocorreram nos anos 2000 e significaram uma abertura de caminhos alternativos de planejamento dos assentamentos com o viés ambiental (HORA et. al., 2019:147) que culminaram na Norma de Execução 93/2010 específica para os PAs ambientalmente diferenciados (PAE, PDS, PAF e Reserva Extrativista ou projetos Florestais - FLOE ou FLONA).

Este momento representou um novo marco de disputas dentro da reforma agrária, como luta pela terra, mas também com a questão fundiária associada à questão ambiental, como luta pelo direito aos territórios (HORA, et al., 2019:152). O PA Canudos consolidou uma preocupação ambiental precursora, consolidando uma “proposta de planejamento territorial sob uma premissa de conservação das florestas, matas e cursos d’água” (HORA, et al., 2019:153:155), como um novo “modelo de assentamento” que fosse ambientalmente sustentável, entretanto, que demonstrou-se como um processo heterogêneo revelando tensões e condições entre as distintas

⁹⁶ “A origem do conflito das terras remete ao ano de 1889, quando um decreto imperial cedeu a área para a então Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSP-RG) pela construção de uma ferrovia. Pelo fato de a empresa não ter realizado as obras prometidas, a União declarou expirada, em 1931, as concessões feitas para a CEFSP, e reincorporou a área ao patrimônio da União. Anos depois, em 1944, o estado do Paraná revalidou os títulos da empresa. Na década de 1970, a Giacomet Marodin – empresa que nasce da fusão de grupos do ramo madeireiro - incorporou parte das terras exploradas pela CEFSP, e se apoderou das Fazendas de Pinhal Ralo e Rio das Cobras. Juntos, os títulos de propriedade somavam mais de 100 mil hectares, e formavam o maior latifúndio de terras do Sul do Brasil. Em 1997 a Giacomet Marodin altera sua razão social e passa a ser chamada de Araupel S/A. Pela irregularidade da área, o MST decide ocupar as duas fazendas, em 1996. Três mil famílias formaram a maior ocupação de terras da história da América Latina. A ação foi registrada pelo fotógrafo Sebastião Salgado, e publicada no livro Terra.” (TERRA DE DIREITOS, 2017)

perspectivas da questão ambiental dos diferentes atores envolvidos (INCRA, IBAMA, Ministério Público Federal, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Universidade Federal de Goiás (UFG) e algumas organizações não governamentais).

Na região sul, concomitante à experiência de Canudos era discutido o Método de Validação Progressiva – MVP proposto por Martins (2003), no qual a participação era debatida como elemento fundamental no aprofundamento das perspectivas coletivas, como “possíveis tomadas de decisões graduais”. Entretanto, no MVP, a preocupação ambiental não é colocada com enfoque na análise territorial, embora “seus elementos físico-ambientais fizessem parte do planejamento” (HORA et al., 2019:161:162).

Objetivando pactuar mínimas diretrizes, em outubro de 2001, houve o Seminário “O que levar em conta na organização do assentamento – a dimensão ambiental como elemento de organização” e definiu-se por uma aliança estratégica entre os distintos atores, em que o MST manifestou sua proposta de planejamento. Assim, na luta pela terra a questão ambiental se materializava ora sob uma perspectiva territorial, ora conservacionista. Por um viés do ‘discurso ambiental’, emergia nas ações do MST o ideário de uma “sustentabilidade ambiental” que se redesenhava para compor a proposta de “‘núcleos de moradia’ com a perspectiva da preservação da água e da RPPN” (HORA, et al., 2019:155). Costaneto e Canavesi (2002) apontam que tal perspectiva já teria aparecido em momentos anteriores nos termos das diretrizes do Movimento em relação ao planejamento dos assentamentos, e isto indicara a origem de um **paradigma ambiental e agroecológico**. Diferentemente, sob a perspectiva normativa do Estado, a questão ambiental respaldava-se no Código Florestal e mirava na intocabilidade da floresta e seus recursos, desconhecendo e suprimindo a potencialidade dos **manejos comunitários** que possibilitaria a viabilidade dos novos assentamentos.

O debate ambiental e os anos 2000 colaborou com as críticas do MST sobre a titulação do INCRA. No caso da modalidade de assentamento PDS, a questão ambiental é o balizador para seu estabelecimento fundiário, tendo sido elaborada a Norma de Execução/Incrá/Nº 93 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre os modelos de **Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU** para as modalidades

de projeto PAE, PDS e PAF classificadas como ambientalmente diferenciadas⁹⁷ no grupo I, criados pelo INCRA. O Movimento tem um extenso debate sobre a posse e usufruto da terra, no sentido favorável e orientado que o processo de titulação do INCRA estabelecesse todos os contratos de concessão de uso desta forma, pois este sim, garante a posse e usufruto da terra, permitindo o sustento das “famílias e das gerações futuras” (CONCRAB, 2001:11). Aponta que o título privado da terra, estabelecido nos PAs, “aguça a vontade daqueles que querem vender” o lote, e a luta pela terra é orientada contra a propriedade privada (CONCRAB, 2001:10).

O título de concessão real de uso da terra, garante a posse da terra para as famílias que desejarem ficar sobre ela, como também garantirá o uso pelos seus filhos e netos. A diferença é quando a família desistir da terra, ela receberá o valor daquilo que ela construiu com o seu suor e não será pago nada pela terra, visto que ela é um bem da natureza e, portanto, de toda a sociedade, não devendo ser objeto de compra e venda ou “negociata”. Afinal nenhum assentado comprou a terra onde ele está. O justo é sim, remunerar aquilo que a família construiu em cima do lote, com seu esforço e com o seu trabalho. Aqueles que entram na luta visando apenas a comercialização da terra não deve estar em nosso meio. A terra é para aqueles que querem trabalhar e dela tirar o seu sustento. (CONCRAB, 2001:11)

Este aspecto da discussão da titulação dentro do INCRA avançou somente na pauta trazida pelo MST sobre garantir uma titulação compartilhada entre casais, no nome do homem e da mulher ‘igualmente’⁹⁸. Na década dos anos 2000, o Movimento passou por uma reestruturação dos seus setores, tendo sido criado o Setor de Gênero com a perspectiva de reconhecer a cultura machista ainda muito presente no campo, e isto influenciou no debate de titulação para possibilitar às mulheres a garantia de sua aposentadoria como agricultoras (CONCRAB, 2001:11). A Norma de Execução/INCRA/DD Nº 79 de 26 de dezembro de 2008 que “Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas referente ao Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de

⁹⁷ Nas “Cláusulas e Condições” do contrato destes, está vedada pelo anexo V que seja concedido o Título de Domínio aos “cessionários” dos PAE, PDS e PAF. A fundamentação legal desta tipologia de assentamento é mais complexa, constando 16 (dezesesseis) atos entre leis, decretos, medidas provisórias, portarias, instruções normativas e normas de execução, todas desde e a partir do Estatuto da Terra. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/norma-execucao/ne_93-2010_aprova_modelos_pae-pds-paf.pdf> Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

⁹⁸ Ao termo ‘igualmente’, infelizmente, aponto uma marcação, pois devido as dinâmicas machistas, patriarcais e misóginas existentes na vida real e cotidiana, por violências físicas e psicológicas, somente a titulação no papel não garante mudança estrutural quanto às desigualdades e opressão de gênero sofridas pelas mulheres no campo.

Reforma Agrária”, consta uma conquista para as mulheres e quanto aos desafios da desigualdade de gênero no campo, no artigo 6º, incorporando a modalidade Apoio Mulher e o 14º dispõe sobre algumas especificidades da modalidade, como o parágrafo 1º da titulação da mulher, a qual não estava normatizada inicialmente pelo PNRA:

Art. 6º A modalidade Apoio Mulher busca promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural.

[...]

Art. 14. A modalidade Apoio Mulher é destinada ao desenvolvimento de atividades econômicas, dentre outras: máquinas e equipamentos; bens de apoio à produção, beneficiamento e comercialização; projetos hortifrutigranjeiros; cultivo de plantas medicinais; produção de fitoterápicos; produção de artesanatos; confecção de roupas; beneficiamento de alimentos; animais de grande, médio e pequeno porte, exceto bovino de corte. § 1º A utilização dessa modalidade será exclusiva da mulher titular do lote. (INCRA, 2008)

Em 2001, também, o tema “Habitat na Reforma Agrária⁹⁹” foi colocado “como elemento central de conexão entre o território e o viver” (HORA et al., 2019:162) pela ação do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – GERAH/UFRN, que levou ao I Colóquio de Habitat na Reforma Agrária (2001), e com sua terceira edição em 2015 na Universidade de Brasília, o III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, nas Águas e nas Florestas¹⁰⁰. A concretização do habitat na reforma agrária como território e as formas de viver relacionadas, se dava “na definição do desenho do parcelamento, na construção das habitações e no processo de participação dos sujeitos aliados a uma assessoria técnica habilitada e especializada” (HORA et al., 2019:162).

⁹⁹ Para o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – GERAH/UFRN, este debate no texto “APROPRIAÇÃO DO HABITAT DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL”, é apresentado no contexto do seu Estado “[...]os caminhos metodológicos percorridos pelo Grupo e pelo MST na produção de seu habitat, baseados da troca de saberes científicos e tradicionais, expressos na participação do Movimento – lideranças e bases – na concepção e construção coletiva dos habitats, a partir de sua organização política e cultura socioambiental. Sua concepção teórico-metodológica e sua prática partem da ótica do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre e dos educadores brasileiros Paulo Freire e Carlos Brandão”. (BORGES et al., 2016:167).

¹⁰⁰ O colóquio de 2015 foi “promovido através da cooperação entre os grupos CASAS/UNB, Habis/IAU/USP e GERAH/UFRN – sob a coordenação do 1º – o seu formato foi ampliado, incorporando debates, mesas temáticas, apresentações e exposição da produção científica sobre a temática (Os principais artigos foram selecionados, reunidos e publicados numa edição especial do periódico da UNB “Paranoá” (número 17/2016). Ver: <http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/paranoa>.). Consolida-se o entendimento do habitat rural brasileiro a partir da tríade campo, águas e florestas” (CERQUEIRA, 2019:97).

Quanto às equipes técnicas de execução dos planejamentos dos assentamentos, inicialmente deveria ser contratada uma consultoria especializada do próprio INCRA para os PDAs. Porém, como em vários momentos e expressando a contradição da autarquia, esta condição foi revogada oficialmente em 30 de março de 2004 por outra Norma de Execução/nº 39/2004. A responsabilidade da elaboração dos PDAs foi transferida para as equipes de Assessoria Técnica e Social – ATES do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER da reforma agrária, estruturado em 1999 e 2000 no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA¹⁰¹ (HORA, et al., 2019; OLIVEIRA, 2012; CATTELAN, et al., 2020; SOARES, 2014). No decorrer do programa de ATES, entretanto, as equipes dos técnicos passaram a assumir uma gama de diferentes funções no âmbito da organização dos assentamentos, mesmo quando, por vezes, “não dispusessem de pessoal especializado e conhecimento técnico adequado como aquele demandante para o parcelamento e construção de unidades habitacionais” (HORA, et al., 2019).

Mesmo as revisões normativas após 2003, com a possibilidade de um governo cuja proposta baseava-se em inclusão social e superação da pobreza extrema, com políticas públicas elaboradas de forma participativa, poucos foram os avanços no que tange à celeridade e qualidade do processo de implantação de assentamentos rurais. Enquanto isso, a implantação e o planejamento dos assentamentos ainda dependiam da expertise dos próprios movimentos sociais, agora envoltos no exercício de fazer funcionar o complexo arranjo institucional da ATES ao mesmo tempo em que se buscava acessar os projetos cooperativados oriundo de programas tais como Terra Forte, Biodiesel, Petrobrás Ambiental, Agroecologia e tantos outros que foram ofertados de forma dispersa e fragmentada ao longo de 2003 a 2015. (HORA, et al., 2019:148)

Nos anos 2000, o MST e a CONCRAB tomaram um posicionamento de então disputar de forma ampliada a formação de técnicos militantes no âmbito dos PDAs,

¹⁰¹ Decreto n. 3.338, de 14 de janeiro de 2000: “Após alguns anos de consolidação do PRONAF, fortaleceu-se a demanda de movimentos sociais por um serviço de ATER público, gratuito e de qualidade, em função da disputa pela mesma fonte de recursos do setor estatal de ATER, que ainda restava e o terceiro setor (organizações não governamentais, sindicatos e associações). Em 1999, criou-se o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário que, em 2000, adota o nome definitivo de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a regulamentação da estrutura regimental deste ministério, as atribuições legais de implantação de ações de ATER passaram para a competência de dois ministérios: Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAA) e MDA” (IEA SP, 2016:2:3) PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. p.50. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/5publicações/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

bem como nos outros setores. Os materiais e as cartilhas citadas também foram realizadas com esse intuito, e então o Movimento passou a organizar seminários e encontros de formação pelo Brasil. No Paraná houve a organização e a experiência da Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – COTRARA, que foi além de uma pessoa física instituída para os convênios em torno de trabalhos técnicos com o INCRA e outros, uma cooperativa de trabalho que atuou diretamente no processo de planejamento e elaboração de PDAs de sete PAs durante o primeiro mandato de Lula. Outras organizações (nas regiões brasileiras) também aliadas na luta pela terra participam desse processo e da relação direta com os movimentos sociais do campo. Com o MST se inserindo na política, foi possível ampliar os entendimentos e disputas dos enrijecimentos da autarquia, principalmente nos aspectos da maior participação da comunidade acampada, das metodologias do processo, e nas perspectivas de organização produtiva e econômica. Assim, com o intuito de aproximar a escala das críticas e autocríticas, especialmente produtivas e sociais, no planejamento de territórios de reforma agrária, passamos para o próximo tópico que aborda esse período de experiências e desafios da COTRARA no Paraná, que permitiram agregar os debates da produção espacial na reforma agrária também com arraigo na realidade.

Araucária: [...] a COTRARA foi aquele instrumento político daquele momento histórico... Então acho que pensar a COTRARA, é pensar ela dentro daquele contexto histórico, que depois no Paraná e nos outros estados a gente teve também outras ondas de assistência técnica, outras ondas de contratação de técnicos. Mas aí já foram por outro mecanismo, está falando de outra forma, outro regulamento para acontecer né.

Mas nessa primeira onda grandona que teve a partir de 2003, como era convênio, a opção foi as cooperativas de trabalho. Então isso também se repetiu nos outros estados, não foi só no Paraná. Através das cooperativas de trabalho que era a pessoa jurídica que a gente ia disputar as chamadas. Então é meio aquilo que a AMBIENS102 fazia e outras, a gente ampliou para disputar e dizer “Não, quem vai fazer isso nas áreas do MST é o MST!”. Então logicamente isso não foi bem visto por todo mundo, porque querendo ou não estavam acostumados ali já com aquilo “daquela terra arrasada que estava para reforma agrária”, o pouco que tinha, outros que estavam captando e fazendo... (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.14, 2021)

102 A AMBIENS “é uma organização coletivista de profissionais, fundada em julho de 2000 na cidade de Curitiba-PR” (AMBIENS, 2018). Disponível em: <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

3.3 A EXPERIÊNCIA DA COTRARA (MST) NO PLANEJAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: ENTRE A RIGIDEZ DAS NORMAS E AS POSSIBILIDADES ABERTAS PELO MOVIMENTO SOCIAL

A Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – COTRARA atuou no período de 2004 à 2007¹⁰³ como cooperativa de técnicos do Movimento na execução de sete convênios de Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDAs). Inserida no programa de Ater, a COTRARA atuou em Projetos de Assentamento Federal - PA: PA Companheiro Antonio Tavares - São Miguel do Iguaçu-PR (1); PA Celso Furtado - Quedas do Iguaçu-PR (2); PA 10 de Maio - Rio Bonito do Iguaçu-PR (3); PA Olga Benário - Santa Tereza do Oeste-PR (4); PA Oito de Abril - Jardim Alegre-PR (5); PA Robson Vieira de Souza - Congonhinhas-PR (6) e PA Índio Galdino – Ortigueira-PR (7). Neste período dos convênios da COTRARA foram regularizados 35 assentamentos no estado e 3.349 famílias foram contempladas (DATALUTA, 2014), com recurso destinado a execução de PDAs. Com papel técnico-militante,

Araucária¹⁰⁴: A COTRARA “oficialmente” é uma empresa de técnicos/as, mas na realidade é uma empresa social do Movimento, de abrangência estadual, como a CCA, a ACAP¹⁰⁵, etc. [...] Cada entidade tem seus objetivos e cumpre um papel dentro do processo de luta pela reforma agrária. É isso que as diferencia das ONGs, etc. [...] Na nossa trajetória no Movimento ora estamos “vinculados” a uma entidade ou a outra, a Y ou a Z, mas para nós o importante é ser uma ação/tarefa do Movimento. A relação com o Setor de Produção, ou outro Setor, o vínculo orgânico com o Movimento é o que é mais importante. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.2, 2021).

Bracatinga: A COTRARA já tinha sido organizada e fundada há alguns anos atrás. E se colocou para articular uma equipe de assistência técnica nos assentamentos. E as coisas do PDA iam acontecendo. Quando a gente do estado participou das atividades do setor nacional de produção, que treinava e tinha uma equipe... Cada estado mandava uma equipe para se instrumentalizar, para entender mais o PDA... E é aí que a COTRARA entra. Foi essa primeira equipe. Não existe uma equipe [do Movimento] que fazia PDAs antes disso. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.6, 2021).

Além dos PDAs, no debate do planejamento, a COTRARA também atuou em áreas ambientalmente sensíveis, e mais concretamente no caso do Pré-Assentamento José Lutzenberger, de 2001, localizada na Mata Atlântica da Área de

¹⁰³ Devido a ajustes nos documentos entregues ao Incra ao final do prazo conveniado 2004-2006, o período de real conclusão e validação dos estudos foi no início de 2007.

¹⁰⁴ Para preservar a identidade do grupo entrevistado, utilizo nomes fictícios de árvores nativas do Paraná.

¹⁰⁵ CCA – Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná e ACAP - Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná.

Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, do município de Antonina, no litoral paranaense. Nesse sentido, no entanto, o território ainda não estava regularizado pelo INCRA neste momento, mas com o debate ambiental em pauta e o processo de apropriação da Agroecologia pelo MST, a COTRARA realizou um estudo e um documento quanto a organização territorial da comunidade.

Araucária: [...] lá em Antonina foi uma iniciativa do próprio Movimento. Não tinha nenhum convênio, nenhum documento formal. Foi uma iniciativa do movimento de produzir aquele documento lá como um instrumento também da luta política” (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.5, 2021).

Para compreender os acúmulos, as percepções e as autocríticas dessas experiências da COTRARA, foi realizado no mês de julho de 2021¹⁰⁶ uma “roda de conversa” online com quatro (04) técnicos-militantes do MST que atuaram nos planejamentos, na cooperativa e nos PDAs¹⁰⁷. Os entrevistados eram de áreas disciplinares distintas de acordo com as solicitações dos convênios dos PDAs, e foram nomes indicados em diálogo com outros profissionais militantes do MST-PR. No período dos editais de contratação dos convênios já incorporavam a exigência de 30% de cotas de público profissional feminino. Assim, o diálogo foi realizado com uma mulher da área ambiental, e três homens das engenharias agrárias. Nesta época, a questão de desigualdade de gênero em torno dos debates do planejamento começou a ser debatida no âmbito da equipe técnica, ainda pela proporcionalidade exigida normativamente:

¹⁰⁶ Em 2018 e 2019 pude dialogar com o historiador Isaac Giribet Bernat (professor da Universidade Estadual do Maranhão) integrante da equipe técnica de PDAs da COTRARA. Em 2020 e 2021, tive contato com Araucária e Guanandi em encontros online, e em julho de 2021 realizamos um encontro online síncrono com Araucária, Guanandi, Bracatinga e Peroba-rosa. Ainda no segundo semestre de 2021 permanecemos com alguns diálogos por mensagens via WhatsApp.

¹⁰⁷ Dentre os entrevistados, Guanandi, não era contratado no convênio dos PDAs, nem trabalhava como cooperado da COTRARA, no entanto realizou algumas dessas atividades com os outros companheiros, tendo também atuado no caso da comunidade José Lutzenberger e mediado a aproximação de outros técnicos com o MST PR.

Peroba-rosa: Em relação ao tamanho da equipe técnica, não passava de 30% a proporcionalidade de mulheres que participavam da assistência técnica. E no PDA da mesma forma, tanto é que foi por aí que eu entrei [...] porque havia essa exigência de que tinha que ter um número mínimo de mulheres nas equipes. Então foi aí que quando eles foram para as universidades procurar pessoal para substituir a Araucária, na época veio a demanda específica por alguma mulher da área ambiental. Já que a Araucária é engenheira florestal né? Eles gostariam também de alguém nessa área florestal, biólogo, alguma coisa ambiental [...] Então foi por aí que eu entrei para compor também esses 30%, vamos dizer assim, da equipe do PDA, mas era no máximo isso. A dificuldade era muito grande e as mulheres também tinham uma certa resistência em participar. Porque é rural. Porque tem muita resistência assim em relação às próprias famílias né, você sabe bem disso, de aceitar uma mulher formada trabalhando e aceitar um homem né? Então as mulheres que se desafiaram a participar tiveram que mostrar no dia a dia que elas eram capazes e capacitadas para fazer o serviço, entende? (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 2, 2021).

Além de um registro documental, esse momento foi um importante reencontro de companheiros/as/es de trabalho e militância, que hoje moram em diferentes contextos de assentamentos e realizam diversas tarefas no Movimento. O diálogo evidenciou o entrelaçado da construção de saberes, acúmulos e também das **relações** meio ao planejamento nessa experiência de assistência e assessoria técnica popular desde dentro do MST. Para este trabalho, as conversas das entrevistas focaram na experiência dos planejamentos dos territórios citados (os sete convênios e o caso em Antonina), apesar de que simultaneamente trabalharam com outros projetos dentro da COTRARA, como o “Projeto Florestando” e o “Projeto Iguatu: Redesenhando a Gestão dos Recursos Hídricos na Agricultura Familiar do Paraná através da Agroecologia” oriundo no Programa Petrobrás Ambiental, e estas outras experiências marcam as apropriações e ações quanto a questão ambiental, que dentro do debate dos planejamentos e da normatividade do INCRA era positivista (HORA, et al., 2019:147).

No diálogo realizado, todos analisaram que apesar do papel protagonista do INCRA, os governos federal, estaduais e municipais contavam muito no contexto da execução dos PDAs. As escalas geopolíticas que se entrecruzam na reforma agrária são, sempre palco de tensões e conflitos (STÉDILE, 2012). A cooperativa surgiu num contexto político em que o governo federal estava ocupado por Fernando Henrique Cardoso e o Paraná estava governado por Jaime Lerner (Partido da Frente Liberal – PFL, 1995-2002). Ambos governos de difícil diálogo com o Movimento. No Paraná, a

repressão policial era violenta¹⁰⁸. Os entrevistados percorrem essa conjuntura que influenciava o contexto e as ações do MST-PR, e Araucária comenta:

Araucária: [...] tem esse elemento aí dessa conjuntura também [...] que era esses dois mandatos do FHC e do Lerner, que impactou muito o Movimento no Paraná. E na verdade a gente era em poucos apesar de o Movimento ser muito organizado no estado. Eu lembro que eu cheguei no Paraná em 2001, em agosto de 2001 e eu fui para Bituruna no sul do estado. E lembro muito que a gente tinha poucos técnicos militantes e orgânicos. [...] E aí nesse período também depois com a entrada do Lula, lógico, a pauta da assistência técnica, regularização de assentamentos, tudo isso foi pra mesa. E o setor de produção nacional começou a realizar umas oficinas nacionais de PDA. O nome era esse, Oficina Nacional de PDA! Aí “tem oficina de PDA em Minas”, aí cada estado mandava um grupo para Minas para participar da oficina de PDA e desenvolver aquela metodologia lá da “cartilha azul”, toda a discussão do quadrado burro... Lembro que fizeram várias oficinas nacionais. [...] (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 4, 2021).

Após a entrada do governo Lula em 2002, o diálogo institucional sobre as execuções normativas dos assentamentos de reforma agrária ganhara um pouco mais de espaço político e como apontado na fala de Talles, o setor de produção do MST nacional começou a realizar as **Oficinas Nacionais de PDA**. O Movimento contava com o assessoramento técnico de Horácio Martins de Carvalho pouco antes da entrada dos convênios. Neste período, no caso do MST-PR, a COTRARA passou a ter a equipe estadual de PDA participando das capacitações da CONCRAB, em que Horácio participava. Segundo Cabelo “era um momento muito rico tecnicamente” (2021:2). O agrônomo, Ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, parceiro técnico do MST, editou em 2003 o documento “**Planejamento pelo Método da Validação Progressiva – MVP (adaptado para os assentamentos de reforma agrária)**”¹⁰⁹:

¹⁰⁸ “Entre 1994 e 2002, quando o Paraná foi governado por Lerner, ocorreram 502 prisões de trabalhadores rurais, 324 lesões corporais, 7 trabalhadores vítimas de tortura, 47 ameaçados de morte, 31 tentativas de homicídio, 16 assassinatos e 134 despejos violentos no Paraná” (BRASIL DE FATO, 2021) Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/22/corte-interamericana-julgara-assassinato-de-campones-ligado-ao-mst-no-parana>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

¹⁰⁹ Contribuiu também com outras obras de planejamento e reforma agrária. Inserir.

O método MVP foi aplicado no Assentamento Conquista da Luta (Fazenda Rubira) no município de Piratini no Estado do Rio Grande do Sul durante a realização de um curso sobre planejamento de assentamentos promovido pela COOPTEC¹¹⁰ para técnicos e assentados das diversas regiões do Estado, durante o período de julho a setembro de 2003. Durante o curso, realizado em três etapas, foi elaborado o plano do assentamento, tendo sido testadas todas as diversas dimensões desse método tanto do ponto de vista da sua concepção como em situação de campo na interação família singular e o coletivo social. As avaliações efetuadas pelos participantes e pelos trabalhadores rurais assentados presentes no curso e aqueles do assentamento objeto do plano foram favoráveis ao MVP. (CARVALHO, 2003:3).

Para os PDAs, os técnicos apontam que o único documento de referência que recebem do INCRA falando sobre as características gerais da área, é o relatório técnico do Laudo de Vistoria Agrônomo, que, entretanto, não fala mais descritivamente das pessoas para além do número de famílias. O laudo se insere na etapa 1 das “Etapas da Reforma Agrária” para criação de um assentamento, como visto no item 1.2. A etapa 1 trata da “Implantação de Assentamentos”, e o laudo corrobora com a ‘obtenção do imóvel’, ‘a seleção de número de famílias’, e para a “criação do assentamento”.

Araucária: [...] E ele é o primeiro documento que fala em um número “ó nessa área pode-se assentar aproximadamente x pessoas”, esse laudo apontava isso. Daí pro convênio de PDA era um valor de x mil reais por família para o convênio, e aí considerava esse número do laudo. Né, se o laudo falava lá que ficaria 100 famílias naquele assentamento, a empresa contratada ia receber “x” reais, para fazer o estudo e elaborar o PDA. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 45, 2021)

O MVP é um importante marco técnico-científico para o MST no processo de decisão e **participação** como fundamentais sobre planejamento em áreas de reforma agrária (CARVALHO, 2003), uma vez que o INCRA apesar de respaldar o PDA como processos participativos, não garantia boa execução nesse sentido, menos ainda com a transição da Norma de Execução/nº 39/2004 para equipes de ATER. Segundo o autor, a validação progressiva:

¹¹⁰ Cooperativa de Trabalho Profissional Técnico Científico Ltda – COOPTEC.

[...] compreende o processo de legitimação continuada e progressiva das **macro-decisões** (assumidas no nível dos coletivos sociais) e em interação constante com as **micro-decisões** (no nível de cada família singular) tomadas durante todo o processo de elaboração de um plano, programa ou projeto. A validação refere-se à legitimação progressiva das decisões que ocorrem entre as diversas fases de um processo decisório envolvendo pessoas, famílias, grupos sociais e outros coletivos sociais **para a elaboração de um plano, programa ou projeto de ação que interferirá sobre as suas vidas**. [...] Pode-se supor que o MVP busca uma construção artesanal das descobertas pessoais e grupos sobre o que fazer. Essa descoberta dar-se-ia tanto no nível das famílias e pessoas como no dos coletivos sociais. Um amplo, diversificado e contraditório processo de participação social é estimulado. (CARVALHO, 2003:4:9)

Entretanto, HORA et al. (2019:161:162) verifica “no método, não aparece com acuidade a preocupação ambiental, embora a análise do território e seus elementos físico-ambientais fizessem parte do planejamento”. O documento não intersecciona a mobilização de temáticas em torno da questão ambiental¹¹¹ e de gênero¹¹², mas traz concretude à uma perspectiva de como inserir as relações participativas comunitárias no planejamento.

Nesse período de capacitação o MST formou cerca de 110 técnicos multidisciplinares divididos entre setores, e dentre os profissionais da COTRARA havia dois eixos atuando, diferenciados entre equipes – Equipe de PDA e Equipe de Assistência Técnica –, e como citado sobre a Norma de Execução N°39/2004, os contratados no primeiro eixo atuavam pelos “contratos que o governo proporcionava através do INCRA. Para assistência às famílias assentadas” (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA BRACATINGA, p. 14, 2021). Ainda, os técnicos acompanhavam alguns processos de demarcação dos assentamentos com a empresa do profissional agrônomo Nilton Bezerra Guedes, que posteriormente passou no concurso público do INCRA e assumiu cargo de Superintendente no Paraná a partir de 2004 (e em 2023 novamente), o qual assinou a norma de execução dos procedimentos de planejamento das áreas ambientalmente diferenciadas.

¹¹¹ A palavra aparece uma vez na página 9.

¹¹² A palavra gênero ou mulheres não são citadas no texto.

Araucária: [...] Tinha assistência técnica e PDA, mas também tinha uma outra coisa que não era diretamente com nós, mas que a gente participava bastante. Que era as questões das **demarcações do assentamento, dos lotes** com o Nilton [...] depois o Nilton entrou no Incra como concursado e [...] é um cara que acompanhou bem também essa discussão do PDA. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 31, 2021)

Uma fase considerada ‘mais positiva’ do INCRA foi no primeiro mandato presidencial do PT (2003-2006), pois houve editais de contratação de técnicos e recursos destinados aos convênios dos PDAs, em que entraram muitos profissionais interessados em dialogar e avançar na resposta do órgão público para a demanda da reforma agrária e nas dimensões para qualificar aspectos do processo:

Araucária: O Incra começou a mudar um pouco a concepção dele sobre reforma agrária também. Mas aí também, durou pouco né?! Segundo mandato do Lula já começou a não ter tanta prioridade. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 42, 2021).

Peroba-rosa: [...] nesse período aí dos convênios, teve também a contratação dos técnicos que passaram no concurso do Incra né. Então teve uma renovação de quadros lá dentro e muita gente favorável ao que estava sendo desenvolvido, pensado naquele período. Então apesar de ter alguns servidores bastante resistentes, tinha o Nilton. Quando eu cheguei ele já era superintendente do Incra [...]. **Acho que foi pegando um auge assim né? Pra deslançar muita coisa que foi feita, para inserir muita gente aí no contexto do planejamento dos territórios e conseguir também desenhando brechas dentro do Incra que até então não tinha essa abertura né. Tudo isso aí ajudou no conjunto.** (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 43, 2021).

As equipes contemplavam a contratação dos três eixos de áreas “**Agrárias, Humanas e Ambiental**” (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PEROBA-ROSA, p.8, 2021; TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA ARAUCÁRIA, p.3, 2021). A exigência desses eixos, segundo o Professor José Ricardo Vargas de Faria (2021), um dos co-fundadores da Ambiens Sociedade Cooperativa – AMBIENS (esta cooperativa também atuou em convênios de PDAs junto ao MST), já incorporava perspectivas diferenciadas a lacunas dos antigos planos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná - EMATER, por exemplo, que não inseriam temas da **organização social e comunitária** nem para as questões produtivas e econômicas, menos ainda para **dimensões de saúde, educação, cultura, meio ambiente e gênero**. Eram temas que não tinham muita discussão nos planejamentos do estado, mas que tomaram outra dimensão (mesmo que mínima em alguns casos) na época dos PDAs

conveniados, com técnicos e pesquisadores da AMBIENS, do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - DESER¹¹³ (FARIA, p.1, 2021) e da COTRARA.

O contexto da organização interna do Movimento naquele momento também influenciou na consolidação destes eixos de áreas de contratação “Agrárias, Humanas e Ambiental” e nas pressões que culminaram na mínima incorporação desses aspectos na norma de execução dos PDAs. O MST nacional passara por uma reorganização nos seus setores no IV Congresso Nacional nos anos 2000, e foi a partir deste que o Movimento colocou como centralidade nos seus debates a organização dos assentamentos. Isto devido à perspectiva de que era imprescindível aprimorar o modelo de assentamentos até então, que caracterizava-se em priorizar durante a etapa de implantação as dimensões sobre o trabalho e a produção, e notadamente para o MST era um modelo que priorizava as questões econômicas da existência e, relegava a plano secundário as outras dimensões da vida (BORSATTO et al., 2007; BORSATTO e CARMO, 2014:656). Por exemplo, “em relação à destinação da produção, sugeriu-se que esta deveria estar voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante” (BORSATTO e CARMO, 2014:656).

Peroba-rosa: [...] foi em meados dos anos 2000, que o Movimento se reorganizou depois de um Congresso, nos setores que existem hoje. Que é Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Saúde e Gênero, Comunicação e Cultura, FM¹¹⁴ e Direitos Humanos, Educação, e Formação né. E aí, a partir disso começaram a se organizar as direções nas equipes pra fazer essas formações. Eu sei que isso era novo. Nos trabalhos de campo né, nos contratos da COTRARA, mas era também uma exigência porque tinha muito esse viés aí social, ambiental e econômico também. [...] Então tinha que tratar dessas dimensões. Antes era mais a questão da organização produtiva né?

Não que não tivesse outros tipos de organizações antes, mas era muito mais focado na sustentabilidade e na viabilidade econômica dos lotes né, pras famílias conseguirem se manter. Aí a partir disso aí começaram a tratar dessas questões aí da educação, da comunicação e da cultura.

¹¹³ O DESER é uma organização não governamental (ONG) fundada em julho de 1988 “a partir de diferentes demandas de organizações do campo – como os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas as igrejas e entidades de assessoria dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (PDA, 2001)” (FALCADE-PEREIRA, 2018, p.79).

¹¹⁴ FM: Frente de Massa.

O setor de produção se ampliou para a cooperação também né com o surgimento de várias cooperativas aí Brasil afora. E a questão do meio ambiente que vinha muito forte, né. Então as equipes tinham algumas capacitações e encontros das direções e dos técnicos com formação voltada para cada aspecto desses. E aí a tarefa era repassar isso em atividades, oficinas, cursos, e etc da forma que pudesse fazer pras áreas nos assentamentos. [...] (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 10, 2021)

Gonçalves (2008), Barcellos (2010) e Borges (2010b) apontam que foi no IV Congresso Nacional (2000) que o MST assumiu de maneira explícita a Agroecologia como fundamento basilar que deveria edificar a realização da reforma agrária brasileira. Esta, aflora no Movimento não somente como prática de modelo agrícola menos danosa ao meio ambiente, mas vem com amplo questionamento político em relação às tipologias de política agrícola que vinham sendo difundidas pelo Estado – uma agricultura intensamente mecanizada, de larga escala, com dependência estrita à complexos agroindustriais oligopolizados e voltada para o mercado de exportação (COSTA NETO e CANAVESI, 2003; KARRIEM, 2009). Desse congresso em diante, várias ações foram deferidas e fomentadas pelo MST com o objetivo de “internalizar a Agroecologia dentro dos assentamentos rurais”, que, no entanto, “não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional; diferenças em nível estadual são facilmente verificáveis” (BORSATTO e CARMO, 2014:656).

O Paraná destacou-se dentre as regiões em que muitas lideranças ‘introspectaram a proposta agroecológica’ e esforçaram-se em difundi-la, a exemplo disso, a 1ª Jornada de Agroecologia inaugurada em 2002 e que chegará na 20ª edição em 2023¹¹⁵, como uma organização do MST em conjunto à outras organizações relacionadas à questão camponesa, e que reúne a base de agricultoras e agricultores dos acampamentos e assentamentos para discutir a Agroecologia em suas múltiplas dimensões e promover a troca de experiências, práticas e saberes agroecológicos (BORSATTO et al., 2007; TARDIN, 2009). Além da Jornada, o MST-PR criou espaços para cursos de nível de ensino técnico e superior para a população camponesa em centros de formação e capacitação técnica em Agroecologia. A entrada da Agroecologia nas discussões do MST colaborou com a qualificação da perspectiva do **reconhecimento do conhecimento tradicional camponês**, antes rejeitado. Este conhecimento “assume lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos

¹¹⁵ Devido à pandemia de covid não foram realizadas jornadas em 2020 e 2021.

assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental” (BORSATTO e CARMO, 2014:657).

Enquanto organização, para o MST, quem trabalha na agricultura deixa de ser objeto da massa revolucionária e passa a ser ‘sujeito criando a sua própria existência’. Assim, o Movimento passa a usar metodologias que valorizem o saber camponês nos espaços de formação (MST, 2007b; TONÁ e GUHUR, 2009; RAMOS FILHO e SEVILLA GUZMÁN, 2010). Esse período, segundo Peroba-rosa (2021), foi intenso em múltiplos sentidos para todos os técnicos no MST-PR, porém também significou muitos acúmulos para tornar-se uma centralidade e um princípio fundamental a questão **da participação decisória da comunidade no planejamento**, levando em conta **os saberes dos camponeses** desde conhecer bem a realidade com as dimensões da formação, da educação e da cultura local, o que permitia um trabalho técnico de planejamento aproximado da realidade, distinto dos processos com o INCRA que não faziam esta aproximação, e resultava em planejamentos baseados em formatos desconexos da realidade.

Peroba-rosa: [...] da mesma forma que eu era lotada, vamos dizer assim, na COTRARA, para desenvolver um convênio específico ali de PDA, a gente estava no setor de produção, estava acompanhando todas as lutas dos acampamentos que estavam se desenrolando, acompanhando o convênio da assistência técnica também, dos 100 (cento e tantos) técnicos... **Aí a gente participava junto, ouvia os debates, participava também.** [...] Uma semana, a gente era COTRARA, na outra era Iguatu junto com o Guanandi. Na semana seguinte já não era nada disso, era outra coisa. Então você vai percebendo assim, que é complicado falar em específico da COTRARA. Ela foi um instrumento igual eles estão falando que reuniu pessoas, mas a gente fazia muitas coisas. E a permanência assim, na militância, a COTRARA possibilitou essa entrada para muita gente. Então muito profissional que saía da universidade, eu sou um exemplo disso, nunca imaginei que estaria aqui hoje num assentamento vivenciando isso, sabe? Mas não queria ficar de jeito nenhum enfiada num laboratório, num escritório... Então para mim tá ótimo. [...] Ela foi um instrumento que trouxe muita gente boa, disposta a trabalhar, disposta a estar junto na construção do planejamento em si dos assentamentos. Trazendo algum conhecimento, ajudando a **sistematizar os conhecimentos dos camponeses, que esse era um dos eixos principais do trabalho tanto na assistência técnica quanto do PDA: era ouvir as pessoas em sistematizar isso.** Então era muito isso aí, a gente conseguiu se inserir nessa dinâmica e acho que a própria vivência que a gente tem até hoje é nesse sentido. **De sistematizar os conhecimentos, de se inserir junto e de ouvir. De pegar o nosso conhecimento técnico e trazer para a realidade do dia a dia.**

Com o José Lutzenberger foi isso também, igual a Araucária resgatou aí, ele foi uma iniciativa nossa, não tinha nada com nada, não era um convênio específico. A gente sentiu a necessidade junto com a direção do Movimento e da área em si, de elaborarmos um documento, e a gente colocou o nome da COTRARA naquele documento para dar uma entidade, vamos dizer assim, para dar legitimidade com CNPJ e tudo mais. Para um documento que a gente estava construindo para contribuir pro processo de formação do acampamento lá que tinha necessidade naquele momento. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 16, 2021).

Sobre a execução dos PDAs havia uma crítica muito forte ao INCRA, por assumir uma postura meramente formal quanto ao recebimento dos estudos, não executando o trabalho de fato proposto nos territórios. No entanto, além das críticas ao órgão responsável, os técnicos abordaram a sobrecarga existente também por parte do quadro técnico do INCRA, que de forma geral, ao longo da história não teve atenção e recurso investido na devida proporção da responsabilidade que abarca.

Araucária: [...] Na expectativa do Incra eu lembro na época que a gente comentava que [...] o Incra queria só um documento para carimbar como recebido. "Ah, o PDA está feito. Próxima fase, próxima etapa, próxima etapa, próxima etapa". Então o Incra sempre viu mais como uma coisa burocrática. E também uma coisa que acaba que é um rojão que a gente tem que resolver, porque já tinha o número de famílias que ia caber na área. [...] A gente no final que ia ter que mediar ali o número que ia caber na área e assumindo um ônus por isso né, a pressão ficava toda em cima de nós. Então a gente acabava que assumia um ônus que nem deveria ser tão nosso enquanto movimento social.

Guanandi: [...] Mas só pra constar aqui assim, pro Incra isso era um serviço terceirizado. Era uma etapa que tinha que ser cumprida. Nós olhava de certa forma, "se nós não ir lá e fazer enquanto COTRARA, ele vai botar [...] não sei quem. Ele vai botar uma outra entidade" que dependendo, seria pior para nós o resultado [...]. O Incra na verdade nunca teve quadro suficiente, quadro técnico. Do jeito que está as coisas é possível que tenha até menos, deve ter tido uma evasão. As greves dos servidores do Incra por exemplo, era pedindo mais funcionário interno, era pedindo para equiparar salário deles pelo Ministério da Agricultura. Porque eles também são, de certa forma, eles tinham uma estrutura muito precarizada. Não é esse termo que eu estava querendo utilizar aqui, mas perto do que são os outros órgãos do governo...

Araucária: Meio sucateado.

Guanandi: É, meio sucateado. E hoje assim sabe, [...] nem recurso suficiente eles têm. Depois do golpe 2016 eles não têm recurso pra nada. (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.40-41, 2021)

O diálogo com o INCRA, ora era produtivo, ora era dificultoso. Os convênios de PDA tinham o prazo oficial de dois (02) anos, com alguns meses de acréscimo nas situações que demandavam melhoria na qualidade dos textos. Porém os técnicos

constatarem que em determinadas situações havia uma cobrança desmedida¹¹⁶ da autarquia com relação aos PDAs, o que era contraditório com a falta de informações e normativas que o INCRA apresentava. Como dito anteriormente, as equipes recebiam apenas o Laudo de Vistoria Agrônomo para além do roteiro do PDA.

Isto retoma uma das complexidades do debate do assentamento de famílias em uma área reformada, é quanto ao **número** destas. Neste sentido, apesar das dimensões trazidas, o PDA mantinha-se estagnado em relação ao modelo rural de uma agricultura voltada ao modelo produtivo agrícola convencional do agronegócio. No caso dos PDAs da COTRARA e de forma geral, Araucária (2021) visualiza que por vezes o INCRA se dispunha em dialogar sobre estes valores, pois não variavam muito para o MST, uma vez que para o Movimento, naquele momento não havia muita contradição com os números de famílias emitidos pela autarquia. Atualmente, com as perspectivas da agroecologia, os números mudam expressivamente pois se baseiam em outras relações interseccionadas, como produção/renda, natureza e saberes/características da população.

Atualmente, com a ampliação e difusão da Agroecologia pelos territórios do Movimento, em termos técnicos agrônômicos 'a proporção de área de terras' já demonstra uma viabilidade produtiva e econômica distinta ao modelo produtivo normativo e referenciado nas normas de execução do INCRA, desde o Estatuto da Terra de 64 e a Lei da Reforma Agrária de 93, em que se baseia em uma produção agrícola de *commodities* (MATTEI, 2013; BINKOWSKI, 2018; GOSCH, 2020).

Araucária: O Incra teve muito aberto a dialogar sobre o número de famílias com o Movimento. Com Movimento e com as famílias. Ele sempre foi. Mesmo porque o Movimento, a gente também quer sempre colocar mais né? Então para o Incra também isso é bom. Naquela época a gente queria colocar mais né? Hoje ainda que tem toda essa outra discussão dos assentamentos que na época a gente nem tinha ainda. Então acaba que não tinha tanta contradição com o Incra. Dentro do PDA tem a tal da análise econômica que a gente fazia mas acaba que também era uma coisa mais proforma para justificar a viabilidade. Era uma coisa exigida no PDA que a gente fazia. Mas que a gente sabia também que aquilo ali tinha limites, porque a viabilidade ela não cabe ali né? A gente sabe que é muito mais complexo o nível de colaboração das famílias, de ações coletivas, tudo isso pode tornar a coisa muito mais viável. **O próprio modelo mesmo né, [...] um modelo que dificulta a viabilidade da pequena família, do pequeno agricultor. [...]**

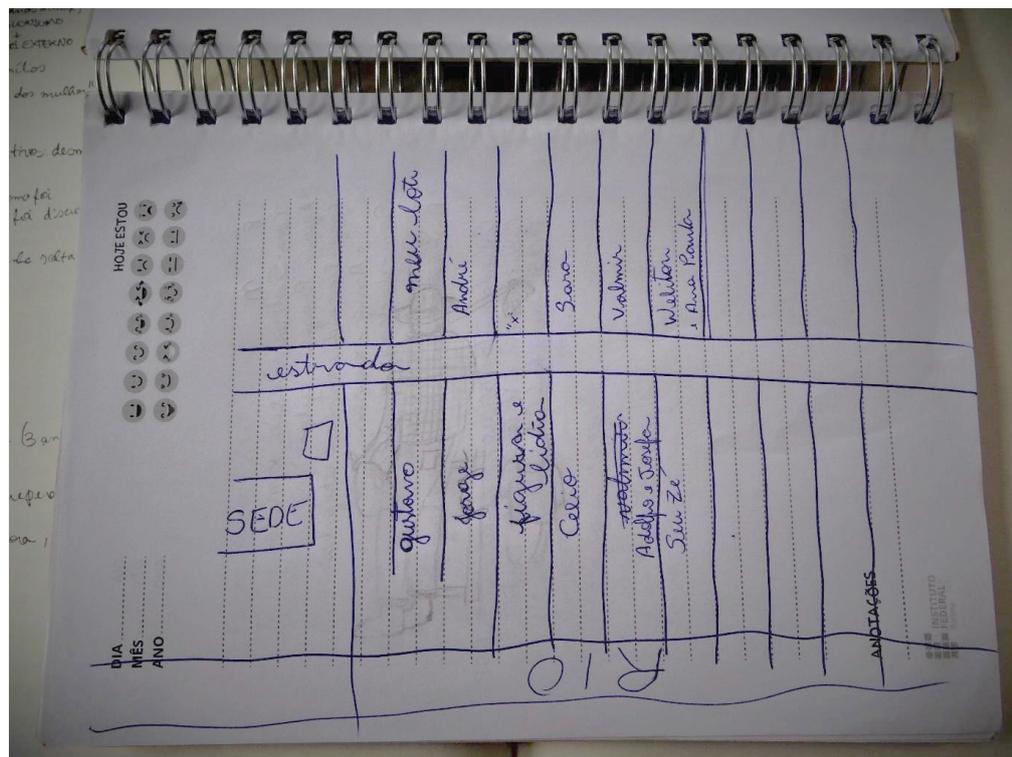
¹¹⁶ Foi citado na entrevista, que alguns técnicos do INCRA atuavam de forma persecutória em relação aos trabalhos dos PDAs.

Guanandi: [...] é nesse sentido que a lara está falando tem aquela história do módulo né, que o Incra sempre meio que determinou a história de ter que ter um módulo fiscal como um norte. Assim, pelo menos para definir o tanto de famílias. Embora isso não necessariamente tenha sido cumprido porque tem os casos das vilas rurais, por exemplo, longe de módulo fiscal, o módulo fiscal lá dos assentamentos. [...]

Araucária: [...] essa configuração jurídica assim que a gente conhece começou a se configurar em 92, 93 com o Itamar Franco. Quando sai as primeiras leis agrárias. Já com o MST, já com o Movimento incidindo de maneira mais propositiva. Então boa parte desse marco legal que a gente trabalha hoje começou ali na época de Itamar Franco com a lei agrária. E aí também muitas portarias do Incra, muita coisa aí foi mudando né [...] (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p.46-48, 2021).

O debate do desenho do assentamento dentro dos PDAs, na prática, apesar dos acúmulos e perspectivas apontadas no item anterior, se tencionava constantemente e nem sempre se conseguiu contornar as normativas que direcionavam para os formatos de quadrado burro. Dentre a fase dos PDAs da COTRARA apenas um dos assentamentos foi regularizado no desenho raio de sol, e a iniciativa da comunidade Lutzenberger por ser uma iniciativa própria foi desenhada em uma agrovila acompanhando o curso do Rio Pequeno (FIGURA 40).

FIGURA 40 – DESENHO DE VALMIR, JOVEM COMUNICADOR DO MST-PR, AGROECÓLOGO PELA ELAA E ACAMPADO NA COMUNIDADE LUTZEMBERGER EM 2018.



FONTE: A autora (2018).

Peroba-rosa: Aquele momento como era um convênio com o Incra que a gente estava executando, **o desenho era um pouco engessado dos lotes. Eles tinham aquele modelo e teria que ser daquela forma, o número de famílias já estava estabelecido também, a gente não podia alterar ou sugerir qualquer tipo de alteração nesse sentido.**

O desenho, o planejamento geográfico da área da distribuição dos lotes e tudo o que precisava ser demarcado já vinha de uma receita mais ou menos pronta sabe? Não tinha muito o que fazer. Das sete áreas que a gente fez o PDA, a única que conseguiu um modelo um pouquinho diferente foi do assentamento Olga Benário lá em Santa Teresa do Oeste, lá onde está o Ingá¹¹⁷. **Que foi construído assim, foi desenhado tipo um raio de sol.** Então a área comunitária era mais central ali que foi desenhado, e os 11 lotes, poucas famílias, foram desenhados em torno dessa área comunitária. **Para possibilitar essa convivência comunitária** que você fala, mas cada família tendo o seu lote de 4 ou 5 alqueires entende? **Então foi um primeiro desenho que foi tentado fazer ali, deu certo a experiência, deu certo a demarcação também dessa forma.** E eu acho que está funcionando dessa forma. Foi o único desenho diferente dos PDAs que eu me lembro que consegui trazer uma estruturação da parte social assim na geografia juntando essa parte, não sei falar direito, **mas que deu essa dinâmica diferente de aproximar e não separar as famílias.** Porque hoje se você anda num assentamento, por exemplo aqui onde eu moro, cada família tem o seu quadrado e aí

¹¹⁷ Nome fictício para outro técnico integrante da COTRARA.

põe a casa na beira da estrada ou põe lá no fundo e fica cada um isolado.

O Olga Benário é um exemplo diferente. [...] E aí a gente já tinha também experiência da COPAVI¹¹⁸ né? Você conheceu lá, você comentou. Lá as famílias também têm uma dinâmica diferenciada de trabalho, um pouco com isso que você está falando e **que foi também sugerido de fazer ali no Lutzenberger. Que cada família tivesse o seu quintal produtivo e tivesse a sua área produtiva numa forma mais comunitária, que não fosse muito separado as famílias e os lotes, da forma que era feito antigamente. Eu acho que um pouco isso assim, muito se espelhou no exemplo da COPAVI e aí a gente conseguiu dar isso aí para Olga Benário dentro dos PDAs, e aí o José Lutzenberger veio nessa dinâmica também. Mas foi tudo construído com as famílias. Foi tudo debatido, foi desenhado, foi discutido com as famílias, e elas aceitaram na época. Não vou dizer que foi uma boa, 100% sabe, mas eles entenderam que daquela forma seria melhor para a vivência deles mesmos.** (TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA, p. 33-35, 2021).

Os desenhos evidenciam uma série de conflitos relacionais, desafios e contradições. Do ponto de vista do planejamento a proximidade permite mais sociabilidade e também custos mais baratos com relação a distribuição de infraestrutura de estradas, rede de energia, distribuição de água, equipamentos, entre outros. Porém, os acampamentos são formados por famílias de distintas regiões, origens, formações e culturas. Isto gera tensionamento, além de questões estruturantes socialmente falando, como por exemplo uma grande problemática muito presente no campo, sobre as questões de machismo e violência de gênero. Sem processos de diálogo e formação, é difícil avançar nas questões do desenho da organização territorial. E isto esteve presente no diálogo com a COTRARA, que como equipe técnica estava mediando a perspectiva das famílias e este enrijecimento da estrutura estatal quanto aos 'desenhos possíveis de campo', impondo um planejamento que afeta diretamente na relacionalidade distanciada das pessoas, tornando de certa forma dificultoso o processo, mas que em conjunto com as grandes propriedades corrobora com um imaginário coletivo individualista no campo.

O caso da comunidade José Lutzenberger¹¹⁹ (de 2003), do município de Antonina no litoral paranaense, conflui com alguns dos debates até o momento: não era assentamento em criação, então a COTRARA e o Movimento atuaram de forma autônoma (i); isso possibilitou outra organização territorial (ii); mas para além disso,

¹¹⁸ COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória.

¹¹⁹ Após anos com entrave jurídico, a comunidade conquistou o reconhecimento como assentamento em 2023. Ver: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/na-area-em-fez-renascer-a-mata-atlantica-comunidade-jose-lutzenberger-pr-conquista-o-direito-a-terra/23774>.

houve esforço quanto a compreender que as famílias Sem Terra ali presentes, tem muitas origens e práticas tradicionais caiçaras, que configura outras relacionais (iii). Localizada na Mata Atlântica da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, a questão da sensibilidade ambiental era crucial para garantir a permanência das famílias, então houve empenho na medida do possível por parte do MST-PR em colaborar com a perspectiva Agroecológica do planejamento da comunidade, com formato de agrovila. Todavia, outro fator sobre estes esforços, por conta de ser ainda um território não reconhecido pelo Estado com esta sensibilidade ambiental, muitos projetos em torno da Agroecologia foram levados para a comunidade. Sendo esta questão da falta de assessoramento e assistência técnica no processo das etapas 2 da reforma agrária (desenvolvimento de assentamentos: 4º subitem “ATES”) ainda uma lacuna sempre levantada para a consolidação de um projeto de reforma agrária no Brasil.

A partir destas experiências, percebemos algumas questões que marcam as transformações dos planejamentos em territórios de RA. A Agroecologia entra no planejamento mais concretamente a partir da incorporação das questões socioambientais, e pelo reconhecimento das/os sujeitas/os como construtores da sua realidade. No planejamento e na experiência em Antonina, há sinalização da vida no centro da experiência, dando indícios de um planejamento considerando a Agroecologia como modo de vida. Mas que, entretanto, bem como nas experiências de Castro, o INCRA nem as políticas públicas incorporam com profundidade as possibilidades de modelos agroecológicos para além de modelos produtivos. Assim, é fundamental entender um pouco mais da multidimensionalidade da Agroecologia nesse contexto, por isso debateremos a questão no próximo capítulo.

4 CAPÍTULO 3: A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AGROECOLOGIA COMO MODO DE VIDA: PARA SENTIPENSAR TRANSFORMAÇÕES NO PLANEJAMENTO

O modelo de planejamento do INCRA para territórios de reforma agrária parte do módulo rural, pautado por um modelo produtivo relacionado ao modelo econômico hegemônico, ou seja, um modelo tecnológico produtivo convencional do agronegócio, em uma escala menor, o “agronegócinho”. Quando a questão ambiental fica latente na produção do espaço dos assentamentos de reforma agrária, o MST também se encontra com a Agroecologia, esta que traz a importante contribuição de valorizar os saberes das e dos camponesas/es como sujeitos políticos construindo sua existência, e isto interfere significativamente na interface do planejamento dos assentamentos entre INCRA e MST nas experiências da COTRARA. Quando o MST encontra a Agroecologia e o planejamento encontra a mesma, portas se abrem e, este processo interfere e culmina em dado momento nas experiências de planejamento das comunidades-agroecológicas em Castro-PR.

Nisso, evidencia que a Agroecologia trouxe um olhar para o sujeito e as relações como fundamental, mesmo que isto não esteja ainda bastante valorizado, mas é o ponto de partida de uma virada no planejamento dos assentamentos do MST: a Agroecologia, na dimensão além da produção, que ainda é um desafio, mas no intermédio disso, que está nas pessoas como sujeitas/os, nos seus saberes e relação com a natureza e, é um modo de vida. As experiências do capítulo 1 nos anunciou uma possibilidade mais explícita de pensar a Agroecologia como modo de vida e estratégia para o planejamento na reforma agrária. E não por ser experiências ‘prontas’ e ‘acabadas’, muito longe disso, mas quando colocada junto dessa geo-história neste trabalho, percebemos elementos de transformação para o planejamento nos territórios de RA. Colocar a vida no centro pois, a Agroecologia traz esse caminho e essa perspectiva devido a sua multidimensionalidade como prática, ciência, movimento e política pública.

Em um mundo capitalista que soterra as/os camponesas/es com as imposições do agronegócio, é um desafio que precisamos enfrentar nas relações de produção, mas a Agroecologia permite olhar por outra perspectiva para as formas de produzir da cultura camponesa, que valorizou as pessoas como sujeitas e seus saberes e relações com a terra/natureza. Esta ênfase relacional de saberes, no

encontro da Agroecologia com o planejamento de assentamentos de reforma agrária, nos permite ver outros princípios e práticas que rebatem na produção do espaço desses territórios de outras formas.

Neste capítulo iremos vou tratar como ocorreu o encontro do MST com a Agroecologia, evidenciando a compreensão desta para além de um paradigma produtivo. Assim, no segundo subitem será discutido a multidimensionalidade da Agroecologia e como isso pode contribuir como estratégia de planejamento. No terceiro subitem entramos nessa multidimensionalidade a partir da perspectiva da Agroecologia como modo de vida, e que não é de qualquer vida que estamos falando, é uma vida que seja 'decente' (HERRERO, 2020:16). Ao final deste capítulo fixamos a questão de que quando mudou o olhar sobre a vida das/os sujeitas/os do campo, mudou uma qualidade muito importante para o processo. Porém, há um detalhe que não pode ser invisibilizado, tanto percebido na realidade em Castro, como nos referenciais em diálogo neste trabalho: quem são as/os sujeitas/os que estão colocando a vida no centro? Esta ponte anuncia a virada e então a necessidade da discussão do capítulo 4, pois as mulheres, a partir da ética do Cuidado e da Ecodependência evidenciam, o protagonismo na produção de outra espacialidade, multidimensional.

4.1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL/ECOLÓGICA EM PAUTA NO MST: A AGROECOLOGIA PARA ALÉM DE UM PARADIGMA PRODUTIVO

O período pós segunda guerra mundial no Brasil, bem como em grande parte no mundo, foi um período marcado por transformações sociais, econômicas e políticas. Havia no país forte discussão sobre a agricultura e a questão agrária. Por um lado, um grupo que defendia uma reforma agrária com cunho teórico e político e, de outro a defesa e um discurso de modernização agrícola/agropecuária. Este, consolidou-se como projeto para modernizar a agricultura com o golpe militar de 1964 para empreendimentos agroindustriais apoiados na propriedade fundiária extensiva, prevalecendo uma "modernização conservadora" em supressão a políticas de distribuição da terra e de fortalecimento da agricultura camponesa (DELGADO, 2010). Até os dias de hoje, o modelo agrícola privilegiado pelo discurso hegemônico é o agronegócio baseado na grande propriedade (BRANDENBURG et al, 2018:86).

Segundo Almeida (1998), muitos países da América Latina, a partir dos anos 1960, foram induzidos/forçados pelo ritmo da modernização agrícola a se inserir na “Revolução Verde”, adotando um “pacote tecnológico” baseado na mecanização, irrigação, insumos químicos, transgênicos e agrotóxicos com o objetivo da alta produtividade. O estado brasileiro também foi se projetando na agricultura “dentro de um paradigma tecnológico produtivo norte-americano com foco na grande propriedade” (ALMEIDA, 1998) com uma agricultura tecnológica baseada no tripé “químico-mecânico-genético” (GUIVANT, 1998) e a perspectiva dessa modernização conservadora pressupunha que qualquer política fundiária deveria subordinar-se a uma política agrícola que oportunizasse o avanço dos complexos agroindustriais (MEDEIROS, 2010).

Esta padronização mundial se utilizou da justificativa sobre a contenção da fome e então da necessidade de produção alimentar em grande escala, e assim provocou num ritmo rápido e intenso grandes mudanças na produtividade agrícola sem levar em consideração os impactos e altos danos causados à Natureza, aos agroecossistemas e aos seres humanos (BRANDENBURG et al., 2018:87).

Somente em anos recentes vem se reconhecendo o impacto ambiental desse tipo de desenvolvimento: deterioração dos solos produtivos, contaminação das vertentes hídricas, devastação das florestas e a desertificação dos solos. Somam-se ainda os problemas de saúde pública, ocasionados pela aplicação de insumos químicos. (GUIVANT, 1998, p. 101)

O impacto da modernização conservadora durante o período do regime militar produziu um conjunto de questões no âmbito social. Estas, segundo Ros (2006) são diretamente provenientes do caráter seletivo presente no processo, geograficamente concentrado nas regiões do Centro-Sul brasileiras, beneficiando somente os médios e grandes produtores rurais que estavam dedicados à produtividade das culturas de exportação. Ros (2006:127) sistematiza as principais consequências sociais observadas nos anos 80 produzidas pela modernização no rural brasileiro:

- i) a concentração da propriedade fundiária e da renda no campo;
- ii) o aumento da dependência dos agricultores ao crédito;
- iii) desaparecimento das pequenas propriedades associado ao aumento das dificuldades de acesso à terra;
- iv) a diminuição dos empregos associada ao surgimento da sazonalidade do trabalho rural;
- vi) o aumento do êxodo e a conseqüente redução da população rural;
- vii) o surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos;
- viii) o surgimento de problemas ecológicos. (ROS, 2006:127)

Nas décadas de 80 e 90 o mundo se viu diante de uma evidente crise ambiental que desafiou a humanidade a repensar todas as práticas embasadas em uma razão instrumental econômica¹²⁰, prejudicial e perigosa ao meio ambiente e também aos seres humanos (BRANDENBURG et al., 2018). Barcellos (2012:12) destaca que os incontáveis problemas ecológicos causados pelo sistema produtivista agrícola capitalista são gradativamente percebidos e se evidenciam, surgindo em contraposição os movimentos “socioambientais” em escala global, entendendo “como necessárias as mudanças em relação ao atual modelo de desenvolvimento e exploração da natureza”. Assim, a partir dos anos 60, frente a Revolução Verde, o “ambientalismo” e/ou a “questão ecológica” emergem como ação coletiva e nas temáticas de relevância social em evidência no século XX, articulando e mobilizando diversos segmentos da sociedade.

No caso brasileiro, Viola e Leis (1995) apontam que a pauta ambiental aparece com mais força como questão a ser legislada pelo Estado por pressões internacionais e por conferências globais¹²¹. Tal processo de ‘ambientalização’ estatal caracterizou três fases: (i) uma primeira “bi setorial” na década de 70 com esta influência externa e internacional sobre o Brasil durante a ditadura militar, que culminou na criação de leis e instituições ambientalistas; (ii) a segunda no período da redemocratização, a partir de 1986, mobilizando diversos agentes e setores, dando curso ao “ambientalismo multissetorial”, com garantia da defesa de direitos pela Constituição¹²²; (iii) a terceira desencadeou-se pela Rio-92 com ações governamentais legisladas, e elaboração de políticas públicas ambientais¹²³.

¹²⁰ Um referencial nestas décadas foi o livro “A Primavera Silenciosa” de Rachel Carson: “Após a Segunda Guerra Mundial, a era nuclear fez surgir temores de um novo tipo de poluição por radiação. O movimento ambientalista ganhou novo impulso em 1962 com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente” (ONU:2020) Disponível em: <[A ONU e o meio ambiente | As Nações Unidas no Brasil](#)> Acesso em: 31 de março de 2023.

¹²¹ Como exemplos: na década de 60, o Clube de Roma; em junho de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo, Suécia); e em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil). (BARCELLOS, 2010:12).

¹²² A partir da década de 80 no período da redemocratização no Brasil a questão ambiental pelo estado se intensifica pela promulgação de leis, decretos e uma série de instrumentos legais que passaram a influenciar e embasar políticas públicas neste âmbito (BARCELLOS, 2010).

¹²³ Não vou discutir neste trabalho o caráter conservacionista das leis ambientais no Brasil, mas é um debate necessário sobre os projetos que dificultaram a reprodução social de povos do campo, das matas e da floresta com o enrijecimento de leis que não apropriam estes modos de vida relacionais à natureza.

Estas lutas foram sendo defendidas por movimentos sociais de caráter ecológico e ambiental. Assim, ao final dos anos 1990, os movimentos sociais rurais incluindo o MST, ademais dos movimentos ecológicos, também começam a defender a questão ambiental e um novo paradigma voltado para a segurança alimentar e de prática agrícola sustentável: a Agroecologia¹²⁴ (ALTIERI, 2012; LEFF, 2015; BRANDENBURG et al., 2018:88-95).

Neste momento de evidência da pauta ambiental, e em uma conjuntura complexa sobre a questão agrária do país, ocorrem “discussões e experiências em relação à Agroecologia nos mais diversos cenários” em que são mediadas e construídas por diversos grupos de interesse social, sejam no mundo rural ou no urbano, e favoráveis ou contrários ao setor empresarial participante da cadeia produtiva do modelo do agronegócio (BARCELLOS, 2010:13).

Partindo da busca de entendimento do planejamento nas áreas de reforma agrária, irei centrar o diálogo deste momento ambiental e encontro da Agroecologia com o MST. Como vimos no capítulo 1, a Agroecologia está na atualidade das pautas do Movimento em uma interface direta e mais explícita ao planejamento, e quem nos mostra isso é a complexidade da realidade das comunidades-agroecológicas Maria Rosa e Padre Roque. Viemos vindo ao longo do trabalho sobre uma perspectiva que o planejamento na RA não é só uma questão da normatividade ou institucionalidade, apresenta-se como uma questão da disputa da institucionalidade com o movimento social que está nos territórios demandando por acesso à terra e ‘organização’ das múltiplas dimensões da vida. Por isso, é importante compreender essa ambientalização que se deu na sociedade, nos movimentos e, ainda, nas políticas. Desejo entender então, nesse subitem, desde o ponto de vista da aposta da Agroecologia: ‘como essa ambientalização chega no Movimento?’ e ‘como este dá um passo à frente nessa ambientalização?’

Os movimentos sociais mobilizantes da questão fundiária e pelo acesso à terra ao final dos anos de 1970, voltaram a se reestruturar devido à situação cada vez mais difícil que se encontravam, intensificando as mobilizações por este direito sob o apoio da Comissão Pastoral da Terra (BRANDENBURG et al., 2018). O Movimento

¹²⁴ Ver “Movimento agroecológico: trajetórias, contradições e perspectivas” de Alfio Brandenburg (2002), sobre a agricultura alternativa e ecológica e o caminho que preconiza e constroem o movimento agroecológico, e/ou os movimentos que fazem Agroecologia.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu do que estava no momento dessa conjuntura de conflitos e disputas e seguiu sendo afetado, influenciado e agente de transformações tanto no repertório de suas pautas, como nos modelos de sua organização e ação política. Logo, o MST incorpora na sua trajetória como um ator político da luta pela terra, bem como os movimentos camponeses, a temática socioambiental¹²⁵ como uma das suas questões centrais, por exemplo, a uma agricultura ecológica (BRANDENBURG et al., 2018:87), a defesa da preservação, da biodiversidade, de culturas locais e à Agroecologia (PICCIN e PICOLOTTO, 2007).

A Agroecologia como discurso tem realce, tanto em documentos e publicações acadêmicas, como em expressões de dirigentes, mediadores técnicos e militantes do MST. Ela aparece como uma alternativa viável na perspectiva de ser uma possibilidade que visa estabelecer autonomia socioeconômica e de estabelecer outras formas de organização no processo produtivo¹²⁶ dos assentamentos. Essas propostas são observadas, além de serem indicadas como alternativa para a organização produtiva dos assentamentos. A temática socioambiental aparece como reivindicação em manifestações públicas em contraposição as ações das multinacionais do agronegócio e do ramo da mineração. (BARCELLOS, 2010:13).

A apropriação e constituição do discurso da Agroecologia no MST se insere no contexto sócio histórico do país gerador de experiências em tecnologia social, tanto de ordem urbana como rural e com caráter socioambiental. Neste momento, segundo Borges (2007), os rumos da adoção de um modelo produtivo outro foram sistematizando estratégias ao redor da Agroecologia que foram sendo inclusas como projetos para um desenvolvimento agropecuarista de possível transformação social.

O Movimento assumiu o debate ambiental na construção das suas estratégias, e então a Agroecologia foi introduzida desde a perspectiva de uma prática de produção agrícola considerada mais autêntica “também em relação aos saberes de seus atores” (BRANDENBURG et al., 2018:95).

Martins (2003) contextualiza que o discurso da Agroecologia no MST se apresenta como uma possibilidade de superação das experiências coletivadoras da organização do sistema das CPAs, reconhecidamente pouco exitosas, como uma possibilidade alternativa de superação da organização da produção. Borsatto e

¹²⁵ Barcellos (2012) define este termo como a relação das “formas de produção e reprodução social, econômicas, política e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas” (2010:13).

¹²⁶ “Sistema produtivo nos assentamentos se refere às estratégias e opções de produção agropecuária por parte dos assentados, equipe de assistência técnica e coordenação política do MST” (BARCELLOS, 2010:13).

Carmo (2014:655) apontam que em meados dos anos 90, houve uma crise e questionamentos acerca da proposta da coletivização no MST até então, e isso abriu novas avaliações e a busca por novos caminhos e novas discussões, que coincidiram “na elaboração de novas orientações políticas”. A Agroecologia entrou em debate nesse novo contexto do Movimento, mesmo que não estivesse tão claro naquele momento tudo que este termo significava, começando a ganhar força nos seus espaços internos (BAECELLOS, 2010; BORGES, 2010b).

Barcellos (2014) aponta que “algumas contradições e limitações ora criadas ou impostas aos modelos de produção adotados pelo MST” diante do contexto social e político do país, o trabalho organizado pelas CPAs nos assentamentos também vivenciou resistência e questionamentos com as famílias em relação aos seus hábitos culturais. A exemplo disso, Zimmerman (1994:208) salienta em seu estudo a questão de ‘ser colono’, que as famílias objetivavam pelos assentamentos de RA por uma “(...) efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra (...)” e assim, de alguma forma, ter sob controle próprio tanto a organização como os resultados do seu trabalho de produção. Ferrante (1994) assinalou processos análogos quanto ao processo de luta pela terra em que “todos os demandantes” se colocam como iguais, porém isso não significa “ver na terra o mesmo projeto”. Assim, a (re) produção do discurso desses modelos de produção adotados pelo Movimento passou por disputas pelos projetos e caminhos intra assentamentos, compondo o conjunto de experiências neste campo social. Este acúmulo histórico de experiências ‘exitosas e/ou de fracassos’ no MST quanto às CPAs consolidou um conhecimento prático, mesmo que não plenamente consciente em relação às possibilidades ou àquilo que não foi possível de ser alcançado na realidade social concreta em que o Movimento atua. Assim, determinada posição e as estratégias de ação política de um movimento social junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras menos viáveis, tanto pela direção política do MST como por parte da base social (BARCELLOS, 2017:7).

Toda essa perspectiva discursiva de organização coletiva e das CPAs como modelo produtivo nos assentamentos esteve calçada com menor ênfase nas questões sociais e de uma pretensa moral ideológica do MST e em grande parte em argumentos de ordem tecnológica e econômica. Melgarejo (2000), no âmbito tecnológico versa que o esforço de equacionar as demandas e meios disponíveis para viabilizar unidades produtivas era amplo, em função da inadequação do modelo colocado pela

modernização conservadora da agricultura no Brasil. No âmbito econômico a coletividade na organização possibilitaria “acumulação de capital, superação das limitações de escala e redução dos custos de investimentos e também maior acesso ao crédito e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)” (BARCELLOS, 2014:7).

No entanto, Barcellos (2010; 2014), Borsatto e Carmo (2014) ressaltam que ainda assim, ficou evidente que tanto as associações e cooperativas como outras formas de organização produtiva significaram importantes experiências de materialização de desafios e suas superações desde a realidade para viabilização dos territórios/assentamentos de reforma agrária. Podemos constatar esta questão na própria experiência atual de Castro, em que as comunidades-agroecológicas Maria Rosa e Padre Roque, permeiam o desafio de terem consolidado uma cooperativa com produção orgânica certificada, desde 2016. Pode-se perceber a amplitude das dificuldades das CPAs e suas demandas de operação, de tecnologias e econômicas em relação aos hábitos e cultura de cultivar e da produção agropecuária dos/as assentados/as. Sendo assim, Thompson (1987) remete que as contradições¹²⁷ são intrínsecos aos movimentos sociais, uma vez que estes são transpassados por avanços e recuos ocasionados para além das condições objetivas e materiais, como também pelas condições subjetivas, as possibilidades históricas dos/as trabalhadores/as e ainda, suas tradições em uma conjunção social mobilizada politicamente pelo discurso da luta de classe.

Portanto, as experiências das CPAs em assentamentos que não obtiveram um suposto êxito social e comercial dentre as expectativas do sistema capitalista, não significaram a inviabilidade do modelo em questão. Apenas relatam e problematizam acontecimentos comuns a muitos assentamentos nos quais a organização social e de produção eram centradas no modelo das CPAs e na coletivização. Acredita-se que o acontecimento dessa crise, na história do MST, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização sócio-culturais, políticas e econômicas dos assentados de Reforma Agrária representados politicamente por este Movimento (BARCELLOS, 2010:44).

A perspectiva agroecológica foi introduzida na agenda do MST posterior ao seu III Congresso Nacional, em Brasília no ano de 1995. Deste momento em diante o

¹²⁷ Segundo Borges (2007) “as contradições sociais inerentes à implantação das cooperativas, o sistema de trabalho coletivo e o acirramento da oposição com o Estado provocaram um possível desgaste e descrédito do modelo adotado”.

discurso do Movimento intensificou seu conteúdo para fortalecer um modelo para o desenvolvimento guiado pela sustentabilidade (COSTA NETO e CANAVESI, 2002). Na proposta de Reforma Agrária de 1995 pelo MST (MST, 2005), identifica-se críticas ao modelo anteriormente preconizado, mas muito mais que isso, foram construídas proposições para um novo modelo de produção para os assentamentos. Sendo assim, Carvalho (2007), ressalta a Agroecologia também como uma nova matriz tecnológica, constituindo uma relação entre seres humanos e natureza mais harmônica nas esferas de produção agropecuária e florestal, sintetizando possibilidades mais desenvolvidas nas iniciativas de geração e aplicação de tecnologias sustentáveis. Picolotto e Piccin (2008) afirmam que essa mudança percebida no rumo das orientações políticas do Movimento, devem a três fatores: “a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e que abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) em 1999; e c) a formação da Via Campesina¹²⁸” (BORSATTO e CARMO, 2014:656).

Picolotto e Piccin (2008) aduzem os fatores ‘a’ e ‘b’ como dificultadores da manutenção e continuidade das estratégias de produção agrícola até então adotadas e construídas pelo MST, enquanto o fator ‘c’ ampliou a rede de relações institucionais do Movimento, contatando lideranças com outros movimentos sociais internacionais que já estavam pautando a questão ambiental e agregavam referenciais teóricos novos. Esta aproximação do Movimento com os debates ambientais ganhou forma mais profunda quando se aproximou dos demais movimentos camponeses da Via (BORSATTO e CARMO, 2014:657). Isso, segundo Martinez Alier (1998) contribui com a ponte teórica profícua que explica os movimentos camponeses também como movimentos ambientais. Alier (1998) parte da questão central sobre a distribuição de recursos ecológicos nas pautas dos movimentos camponeses. E no caso do MST, “a terra é considerada como um recurso ecossistêmico, que é distribuída de maneira desigual, traduzindo a luta do MST para além de uma luta social, mas também como uma batalha ambiental” (BORSATTO e CARMO, 2014:657).

¹²⁸ “A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses criada em 1992 por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa, cujas linhas políticas defendidas são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. A Via Campesina se conforma como um dos principais atores nas lutas atuais contra a hegemonia do modelo neoliberal de agricultura, denominado de Agronegócio (FERNANDES, 2008)” (BORSATTO e CARMO, 2014:656)

Costabeber e Moyano (2000) aludem a dois processos integrados, trazidos até o momento, que possibilitam a transição agroecológica impulsionada em uma gama diversa de cenários: a ecologização e a ação coletiva. O processo denominado ecologização remonta à transformação das práticas agricultáveis de uso de equipamentos e insumos químicos, ou seja, de recursos externos, a transição de manejo da produção para adequar-se aos ciclos naturais do agroecossistema e a soma das tecnologias consideradas “verdes/sustentáveis”.

No caso do MST, essa mudança seria representada pela notória constituição de projetos e ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios; utilização de biofertilizantes; plantio de lavouras em cultivo direto; uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária, dentre outras. (BARCELLOS, 2014:9)

Além destes fatores, em paralelo no Brasil, já era significativo o número de pessoas e coletivos militando em defesa da transformação do modelo produtivo hegemônico, fazendo denúncias das externalidades negativas e sublinhando caminhos novos de base alternativa e ecológica. Com isto, militantes do MST identificados com estas perspectivas e práticas encontraram espaço dentro do Movimento para defender esses pontos de vista e assim, o coletivo “passou a introspectar novos referenciais, ampliando o seu discurso sobre a questão agrária e sua pauta de reivindicações” (BORSATTO e CARMO, 2014:656).

O IV Congresso Nacional do MST em 2000, foi quando o Movimento colocou no centro das discussões a pauta da “organização dos assentamentos”, como visto no capítulo 2 e, esta discussão que estava centrada nas dimensões vinculadas ao trabalho e a produção, passou a ser percebida como necessidade aprimorar o modelo de assentamento realizado até o momento, para não priorizar apenas os aspectos econômicos da existência que relegavam as outras **dimensões da vida** a um segundo plano (BORSATTO, et al., 2007). Neste congresso as/os delegadas/os posicionaram-se pela inclusão da Agroecologia na construção do seu programa político (BRANDENBURG et al., 2018) e o MST assumira assim, de maneira mais explícita a Agroecologia como base para construir uma reforma agrária com intenso questionamento político da prática agrícola que estava sendo adotada nas políticas do Estado (BORSATTO e CARMO, 2014:656; COSTA NETO e CANAVESI, 2003; KARRIEM, 2009). Partindo deste encontro, o Movimento começou a desenvolver

ações formativas e pedagógicas para que a Agroecologia pudesse promover a reconstrução ecológica da agricultura como uma ciência orientadora (MST, 2010).

O processo da ação coletiva associa a adesão das/os agricultoras/es à Agroecologia como projeto coletivo, objetivando acordar interesses sociais compartilhados e a **transformação de valores** ao redor de uma alternativa ao desenvolvimentismo sob um contexto local específico. As ações sinalizadas pelo MST ocorrem por meio da:

[...] criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia; constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos; criação e fomento da BioNatur¹²⁹; manifestações públicas questionando as ações das multinacionais do agronegócio; realização das Jornadas em Agroecologia; entre outras atividades. (BARCELLOS, 2014:9)

Neste processo de apropriação da Agroecologia pelo MST, um grande evento anual foi instituído em 2002, mencionado nos capítulos anteriores, após o IV Congresso Nacional: as 'Jornadas Agroecológicas' no Paraná. Estas são encontros organizados pelo Movimento e parceiros para promoção de troca de saberes de um projeto de agricultura e reforma agrária livre de transgênicos e agrotóxicos, para a soberania alimentar, reunindo milhares de pessoas entre acampadas/os, assentadas/os, quilombolas, indígenas, simpatizantes da causa e muitos outros (BRANDENBURG et al., 2018).

Na prática, foram e ainda são demandadas diversificadas estratégias do MST para viabilizar a adoção, a integração e expansão de sistemas agroecológicos – como por exemplo os acampamentos em Castro, como estratégia de planejamento recente, tendo sido uma das principais estratégias incentivar e construir a formação de técnicos e profissionais do campo da Agroecologia. Este incentivo nas áreas de estudo da Agroecologia e da Ecologia introduziram-se por meio de convênios e investimentos “com Universidades e sistemas de ensino que tem expandido por todo o Brasil a formação técnica e universitária em Agroecologia” (BRANDENBURG et al, 2018:91). Em exemplo disso, no Paraná, em 2005 foi inaugurada a Escola Latino Americana de

¹²⁹ “A BioNatur se constitui em um projeto estratégico para o MST e para inúmeras organizações de pequenos agricultores, constituindo uma rede nacional de produção e comercialização de sementes agroecológicas de hortaliças” (BARCELLOS, 2014:9).

Agroecologia – ELAA no Assentamento Contestado¹³⁰, município da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba. A iniciativa da Escola provém de uma parceria entre Via Campesina, MST e Estado, na constituição de um Instituto de Agroecologia da Latino América (IALA) no Sul¹³¹ do Brasil. Esta, voltada para o ensino superior¹³² de jovens provenientes de comunidades camponesas e movimentos sociais vinculados à Via, visa a permanência de jovens na terra, com uma perspectiva de difusão de conhecimentos nos meios que estão inseridos de uma agricultura baseada na Agroecologia.

O Setor de Educação¹³³ do Movimento, estabelecido nos anos 2000, foi importante agente coletivo no diálogo com estas parcerias com o Governo Federal e com o Estado, que tornaram viáveis os termos de parceria entre instituições e promoveram cursos no Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONERA. Houveram as iniciativas também dos cursos de Ensino Superior em Pedagogia da Terra e Agronomia com ênfase em agroecologia (ofertado por exemplo, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Laranjeiras do Sul, entre outras) e também, cursos de Ensino Técnico e Médio em Agroecologia (como no Campus de Irati – IFPR).

Parte do objetivo destes cursos ofertados destas instituições com os movimentos sociais é de formar profissionais que retornem ou vão para locais de origem camponesa e contribuam nos seus territórios com os princípios aprendidos, diferindo do mercado de trabalho convencional. Segundo Valadão (2011):

¹³⁰ Território ocupado em 07 de fevereiro de 1999, e regularizado em 2001.

¹³¹ Há apenas dois IALAs no Brasil, sendo o outro o IALA Amazônico, localizado em Belém do Pará.

¹³² No presente momento, a Escola está com as seguintes turmas: 5ª Turma do Tecnólogo em Agroecologia em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Campo Largo-PR), a 2ª Turma de Licenciatura em Educação no Campo em parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR (Campus Litoral), e ainda a Especialização em Realidade Brasileira também em parceria com a UFPR Litoral.

¹³³ A Educação é uma importante dimensão da Agroecologia, para sua difusão e construção. Mais à frente, quando falamos sobre as dimensões da agroecologização esta, está implícita nas outras.

Os Movimentos procuram alguma forma de remuneração pelo trabalho destes estudantes que se concretizam principalmente através da contratação em convênios, assessoria a projetos, bolsas de estudo ou outra forma de remuneração. Não existe um levantamento dos dados, mas informações obtidas junto à ELAA, apresentam indícios que a maioria dos estudantes formados estão desenvolvendo alguma atividade junto aos movimentos sociais. Existem informações que a maioria foi contratada pelos convênios de assistência técnica, atuam em projetos apresentados a agências de financiamento, estão fazendo curso de pós-graduação, atuam nas cooperativas ou associações ou mesmo na militância no movimento social. Existem poucos casos de informações de estudantes que se afastaram de atividades relacionadas com os movimentos sociais (VALADÃO, 2011:113).

Somando a estas parcerias e estratégias, o Movimento atuou¹³⁴ no incentivo de uma transição da agricultura convencional para agriculturas agroecológicas organizando espaços de formação, debate e construção coletiva. E assim, por meio de um movimento social a prática agroecológica passou a ser também um mecanismo de enfrentamento e combate do modelo de produção agrícola hegemônico:

A transição de um modelo convencional de agricultura para a agroecologia é “um processo de transformação contínua e crescente no tempo, sem determinação de um momento final” (BRANDENBURG; BILLAUD; LAMINE, 2015, p.205). A transição de um modelo convencional para a agroecologia é processual e é este o projeto que o MST vem tentando construir. (BRANDENBURG et al, 2018:90).

A Agroecologia foi então sendo apropriada, os modelos de produção agroecológica foram sendo vivificados pelo **modo de vida** camponês das/os assentadas/os e acampadas/os e, tudo isso veio impactando a compreensão e a produção dos espaços de reforma agrária, a exemplo disso nesse momento, a comunidade de Antonina ‘José Lutzenberger’, que com a contribuição da COTRARA e do MST, defenderam a centralidade da questão ambiental do território por meio da Agroecologia como estratégia do planejamento do território. Dentre as experiências citadas no capítulo anterior, ressalta-se o caminho da Agroecologia até o momento do V Congresso Nacional de 2007, que o MST registrou os compromissos e cuidados em:

¹³⁴ É importante ressaltar também que houve influência e ação dos agentes mediadores técnicos por meio da Via Campesina (uma das principais organizações internacionais aliadas politicamente ao MST até o presente momento), ONGs nacionais e internacionais, e as Políticas Públicas e assistências e assessorias de fato executadas (BARCELLOS, 2014).

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2007).

Junto ao comprometimento em incentivar as “práticas de Agroecologia” e a defesa das sementes “crioulas” nos seus territórios, ficou demarcado, no entanto, que este é um processo em construção e que o MST, enquanto um movimento social, tentaria se colocar como um agente que interagiria nesse campo social (PICCIN E PICOLOTTO, 2007). Brandenburg et al. (2018:88) ressaltam a ênfase em um projeto e referencial agrícola como ponto de fortalecimento que o MST destaca, mas também o significado atribuído pelas dinâmicas sociais e lutas nesse entorno:

A agroecologia compreendida como uma prática e como uma ciência fundamenta-se em um referencial agrícola, em que considera o equilíbrio dos agroecossistemas diferenciando-se da lógica produtivista e mercantil. Ela vem fazendo parte do projeto agrícola do MST, que lhe atribui um significado específico: seja pela sua característica técnico-científica, seja pela compreensão de uma dinâmica social envolvendo outras lutas que se somam ao projeto agrícola.

Neste congresso, o Movimento aprofunda a valorização de preceitos agroecológicos como caminhos para consolidar uma reforma agrária que a partir deste momento se denomina **popular** (BORSATTO e CARMO, 2014:657). A proposta de Reforma Agrária Popular do MST coloca em seus documentos o direcionamento ao fomento da Agroecologia (MST, 2009a; 2014), mas fundamentalmente procura dialogar com um projeto popular que fala a uma maioria de territórios que não são agroecológicos. Para o VI Congresso Nacional em 2014, o Movimento lança a cartilha do Programa Agrário do MST¹³⁵ (2014), o qual redige orientações político-organizativas em direção ao entendimento de projeto popular da RA no Brasil pelo MST, contra o agronegócio e com perspectivas de fomento e ampliação dos conhecimentos, formação, experiências e de políticas agroecológicas para o campo. Estas perspectivas impactam diretamente na produção do espaço de forma distinta

¹³⁵ Os termos da Agroecologia ou agroecológicos aparecem 10 vezes no Programa, transversalmente majoritariamente em um terço do documento, das páginas 36 a 51, em um total de 54 páginas. Não vou trazer os trabalhos e aprofundamentos críticos sobre uma perspectiva “tímida da Agroecologia” do MST no Programa Agrário de 2014, mas reconheço este marco e neste trabalho insiro as informações dos marcos e brechas que a Agroecologia tem sido colocada pelo Movimento.

às perspectivas preconizadas ainda pelos PDAs do INCRA, por exemplo, que é uma normatividade ainda parada e restrita a uma perspectiva de território, de produção e de dimensão ambiental desconexas se avaliarmos por um olhar multidimensional da Agroecologia.

O MST ao assumir a agroecologia, como estratégia produtiva e política, reúne elementos que potencializam sua proposta de reforma agrária popular, na disputa por outro modelo de produção da agricultura, contribuindo para o processo mais amplo de politização da questão agrária e ambiental na sociedade brasileira. A crítica ao atual modelo agrário e agrícola dominante requer a sustentação da agroecologia, em contraposição ao modelo do agronegócio que vem minando as duas fontes de produção de riquezas que são a natureza e o trabalho, gerando violência, superexploração do trabalho e devastação ambiental. (GROSSI, 2017:27).

Para Barcellos (2010; 2014; 2017) este processo de constituição de um discurso político de um movimento social como o MST, estimula reflexões sobre os formatos e estratégias de organização e gestão política que foram adotadas nos territórios de reforma agrária no decorrer da sua história.

Foi então, com os caminhos da Agroecologia, a partir da atualização qualificada sobre um projeto de reforma agrária popular (RAP) que se aprofundou a discussão sobre o “modelo tecnológico do campo” (SANSOLO et al, 2021). Isto, apresentou dois lados da prostração das experiências de coletivização que, por um lado impactou negativamente na recepção do debate da cooperação por muitos territórios posteriores, mas teve de outro lado, uma forte contribuição para um posicionamento crítico ao modelo produtivista e na demanda de desenhar alternativas tecnológicas que agreguem e confluem à pauta de uma reforma agrária popular, considerando a realidade das/os camponesas/es. Assim, a proposição dos modelos agroecológicos de produção são historicamente para o MST, um dos principais símbolos dessa reviravolta (SANSOLO et al, 2021:31), bem como é para o planejamento dos territórios de reforma agrária o seu encontro com a Agroecologia.

Para isto, Sansolo et al. (2021¹³⁶) discutem a virada e a necessidade de um novo paradigma tecnológico na construção de uma reforma agrária popular, marcada pela Agroecologia e, seus impactos e construção também como tecnologia social¹³⁷

¹³⁶ Ver trilogia “Tecnologia social e Reforma Agrária Popular” de Sansolo et al. (2021).

¹³⁷ A caracterização central da TS não é o produto tecnológico, e sim o processo de como ocorre a análise e mediação das problemáticas, para construção de soluções tecnológicas (ADDOR, 2020). Por isso, Paulo Freire é uma referência essencial para as orientações da TS, devido a sua defesa de

(TS) fortalecedora de um projeto de RAP. Este campo da TS parte do pressuposto do “questionamento da ideia de neutralidade da ciência e da tecnologia e nasce a partir de uma percepção da inadequação entre o modelo de desenvolvimento tecnológico hegemônico e as bandeiras das lutas populares” e carrega como principal pauta escantear a forma de pensar tecnologia *para as/os* trabalhadoras/es, e irradiar o pensar a tecnologia *com as/os* trabalhadoras/es (2021:38).

[...] Conscientes de que a tecnologia convencional fortalece a perspectiva capitalista de visão da sociedade (individualista, hierárquica, exploradora dos trabalhadores e da natureza), uma série de atrizes/atores da sociedade se articulam para fortalecer essa proposta alternativa no campo tecnológico. [...] Ou seja, mais do que resolver problemas sociais imediatos e pontuais, o pano de fundo da proposta da tecnologia social é democratizar o processo de desenvolvimento tecnológico, de forma que seus resultados sejam fruto de um processo coletivo, participativo, cooperativo, que permita intensa troca de diferentes saberes e conhecimentos presentes, adequado aos valores socioculturais e ambientais daquela comunidade/território e que garanta a apropriação coletiva por todos envolvidos, para viabilizar sua autonomia e emancipação de atores externos para o desenvolvimento e manutenção de tecnologias que afetem sua realidade (SANSOLO, 2021:38).

No MST esses questionamentos e disputas fortalecem e constroem a Agroecologia como multidimensional e plural, fundamentalmente ligada aos seus e suas sujeitas e, logo, à vida (diversa) destes nos territórios de RA. Ela vai se apresentando e sendo construída, compreendida politicamente para além da produtividade agrícola, como resgate e oxigênio para os modos de vida de suas/seus sujeitas/os com a terra e a natureza, chegando no planejamento territorial. No ano de 2015 após o sexto congresso do Movimento e do documento orientador do Programa Agrário, relembremos: o Brasil passava por forte instabilidade política e, em um período que já haviam reduzido significativamente os assentamentos criados pelo INCRA, foi quando a Fazenda Capão do Cipó foi ocupada em Castro e se seguiu a linha do tempo do capítulo 1, com dois acampamentos de comunidades-agroecológicas solicitando estudos não para a área produtiva, mas para o parcelamento e desenho da sua comunidade com princípios agroecológicos. Nessa

que a classe trabalhadora tenha a capacidade de construir sua análise crítica diante da realidade, para que possa então, transformá-la (ADDOR e FRANCO, 2020). No mundo rural, para pensar o embate da TS, Carvalho (2014:19) recupera e exalta a importância do ‘modo de produção camponês’, que está atrelado ao modo de viver e uma racionalidade camponesa, distintos do modo de produção e de vida capitalista. Tal perspectiva conflui com as contribuições que o pensamento de Chayanov trouxeram à Agroecologia e então para o MST, apontadas por Borsatto e Carmo (2014:657) de valorização do saber camponês e das/os sujeitas/os criando a sua própria existência.

complexa cronologia e trama tecida neste trabalho, demarcamos novamente a centralidade da transformação do planejamento nos territórios de reforma agrária, que quando encontra a Agroecologia com uma perspectiva multidimensional da vida, afeta a possibilidade de pensar estratégias alternativas para este planejamento.

4.2 “CIÊNCIA, PRÁTICA, MOVIMENTO E POLÍTICA PÚBLICA”: A AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO

Até o momento, neste trabalho, percorremos e destacamos a sinalização da Agroecologia, como multidimensional e para além de uma pauta de produção agrícola. Para seguir adiante, parece necessário um meio do caminho do que é ela, afinal? Trago algumas dimensões que foram consolidando a Agroecologia neste subitem.

A origem do movimento agroecológico percorre a história da agricultura alternativa (hoje ecológica), esta que, antecede a revolução verde. Enquanto que em países como a Alemanha em 1924, a França em 1940 e a Inglaterra em 1946, surgem os termos, respectivamente, ‘agricultura biodinâmica e natural’ (VOGT, 1999), “agriculture biodynamique d’alimentation normale” (CEZAR, 1999) e ‘agricultura orgânica (REED, 2022), no Brasil não há registros de um movimento semelhante nestas décadas. Entretanto, “os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período de modernização” (BRANDENBURG, 2002:12).

Nas origens datadas na Europa, o pensamento da agricultura alternativa/ecológica está relacionado à filosofia e/ou a antroposofia (na Alemanha com orientação de Steiner), à reação a padronização industrial de produção e consumo alimentar (GABO na França) ou à contestação política (Soil Association na Inglaterra). E quer sejam associados a um estilo de vida anticonsumista ou à preservação da saúde, foram todos movimentos críticos à agricultura de insumos químicos e de contestação ao domínio técnico industrial (BARRES, BONNY, LEPAPE, REMY, 1985).

No Brasil, pode-se dizer que os povos indígenas e descendentes destes “dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e [...] tinha uma **relação** direta com os ecossistemas naturais”. Os imigrantes camponeses europeus também “introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, marginalizados pela política da modernização” (BRANDENBURG, 2002). Os descendentes africanos e também os

povos e comunidades tradicionais, que “mestiçavam” práticas de manejo ambiental nos seus territórios, constituíam modos de vida ligados à natureza¹³⁸.

Foi então na década de 70¹³⁹, que o movimento social da agricultura alternativa se origina no país, motivada por organizações engajadas politicamente na transformação social e na construção de uma sociedade democrática, como um contramovimento alternativo à política de modernização agrícola, caracterizada como uma política agrária excludente (BRANDENBURG, 2002).

Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio no meio rural. Os grupos alternativos serão formados por agricultores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola. Sem assistência dos serviços oficiais, esses agricultores serão agentes de ação de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica ou Protestante. As chamadas Comissões Pastorais da Terra irão desenvolver um trabalho junto aos Agricultores e, em alguns casos, através de órgãos criados com finalidade específica, como o caso da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Assessoar¹⁴⁰, no Oeste do Paraná e da Associação de Hortigranjeiros do município do Turvo no Centro-Oeste do Paraná, Centro Vianei de Educação Popular em SC, Centro de Tecnologias Alternativas e Populares – Cetap, no Rio Grande do Sul (BRANDENBURG, 2002:12).

Estas organizações realizaram serviços múltiplos de assistência as/aos agricultoras/es a partir de uma perspectiva política crítica ao modelo de modernização

¹³⁸ Ailton Krenak, líder indígena, narra que as florestas domaram e ensinaram estes outros grupos que ‘quiseram aprender e viver com ela’, se estabelecendo como camponeses e extrativistas em simbiose com a natureza.

¹³⁹ Nos anos 70, nos outros países, a pauta da agricultura alternativa passa a ser defendida pelos movimentos de contracultura, e contra a sociedade do consumo e capitalista (GAUTRONNEAU; SILVANDER; RIBA, 2001).

¹⁴⁰ Esta é uma nota geracional e genealógica da sujeita aprendendo Agroecologia: de 1982 a 1987 meu pai trabalhou na organização política e de formação da ASSESSOAR, como agricultor e de movimento social. Foi orientador rural e responsável pela criação do banco de sementes, que recebeu financiamento da Alemanha e que posteriormente fechou. Conta que nesta fase, tinham como base a agricultura ecológica e permacultura. Passou pela Assessoar em treinamento para a casa de sementes no Centro Nacional de Recursos Genéticos (Brasília), curso de técnicas de manejo e criação de gado no CTP (Castro), horticultura, fruticultura, apicultura, adubação verde, permacultura, curso de monitor agrícola, curso para trabalhar nas escolas das Casas Familiares Rurais (Espírito Santo), formações nos Encontros de Agricultura Alternativa pela Associação Nacional dos Agrônomos (Cuiabá; Porto Alegre). A cada dois meses, a associação fazia cursos e reuniões. Nos seus relatos conta que a Assessoar foi indutora, gestora e apoiadora política na região, que impulsionou com seus técnicos (cerca de 30), formando monitores agrícolas e lideranças sindicais, tanto o movimento sem-terra, como a agricultura alternativa, os sindicatos de oposição (entre eles, o sindicato dos pequenos produtores no Verê, onde morava) e o partido dos trabalhadores (PEREIRA, p.1, 2023).

da agricultura no Brasil. Sob a perspectiva técnica trabalharam no resgate de práticas tradicionais e conhecidas pelas/os agricultoras/es, objetivando consolidar um conjunto de estratégias para a **reprodução social** destas/es sujeitas/os no campo pela agricultura alternativa, tanto como sobrevivência da agricultura familiar e como “reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (BRANDENBURG, 2002:12).

A agricultura alternativa ou ecológica não estava amplamente sistematizada, mas considera-se que por volta de 1930 que a Agroecologia emergiu como área de produção de conhecimento, com a intersecção e aproximando com certa tensão os campos científicos da Agronomia e o da Ecologia (GLIESSMAN, 2007). O primeiro focava-se na aplicação de metodologias de pesquisa científica relacionadas a uma prática de agricultura agroindustrial e, o campo da ecologia centrava-se na relacionalidade dos sistemas naturais. Na década de 60 e 70 aumentaram os interesses de aplicação da ecologia à agricultura e então estudos e pesquisas também começaram a ser desenvolvidos nestas áreas em conjunto. Isto, segundo Gliessman (2000), contribuiu nos anos seguintes no fortalecimento do conceito sustentável na agricultura agroecológica. Caminhando “na contramão da modernização conservadora, da revolução verde e do agronegócio” a Agroecologia passou a ser de fato vista “como uma possibilidade de consolidação de uma agricultura em conexão com os agroecossistemas” (BRANDENBURG, 2018:88). E a partir do final da década de 70, a sua produção científica estendeu para as disciplinas de sociologia rural, economia ecológica e estudos de desenvolvimento (HECHT, 1995) e assim foram sendo integradas novas áreas como a ambiental, econômica, social, ética (WEZEL et al., 2009). Ao final dos anos 90, somam-se ao movimento ecológico os movimentos sociais do campo, e estes preconizam a Agroecologia “como uma prática de sustentabilidade voltada também a segurança alimentar” (BRANDENBURG, 2018:88).

Para Brito e Silva (2022) esta prática de sustentabilidade da Agroecologia:

Está enraizada na cultura dos povos e comunidades tradicionais, que são os responsáveis pelo manejo de seus agroecossistemas. Estes acumularam saberes tradicionais valiosos, considerados os pilares da evolução da agricultura, que devem ser respeitados porque são os verdadeiros detentores dessas práticas, que ao longo do tempo foram adaptadas.

O reconhecimento e valorização dos saberes e práticas nas diferentes culturas exprime, por exemplo, nos vários sentidos simbólicos e de provisão dos alimentos nas trocas de sementes e intercâmbios comunitários, nas relações de reciprocidade no trabalho conjunto, nas regras estabelecidas de forma comunitária para a defesa dos bens comuns que contribuem para a autonomia das famílias agricultoras (BRITO E SILVA, 2022:11-12).

Estes saberes são sintetizados de muitas formas, mas pensando através da produção do espaço nos territórios, os princípios agroecológicos devem ser vistos nas práticas como rebatimento espacial desse modo de vida. Para Brito e Silva (2022) o ponto de partida é compreender a relação dos alimentos como parte do ciclo para suprir a vida e, por isso 'vale muito ter árvores no quintal', gerando uma espacialidade de um modo de vida já muito distinta da urbanização metropolitana por exemplo. As práticas e estratégias de obter alimentos tem como perspectiva princípios de uma agricultura que os produza saudáveis e em harmonia com os ecossistemas naturais. Ao longo do tempo essa relacionalidade entre natureza e seres humanos foi tecendo um sistema de princípios práticos, técnicos e políticos que respeitem a vida das pessoas e outros seres, protegendo o solo, as águas e a biodiversidade e, tudo isso fecha o ciclo de proteger a si mesmo quando protege o que é entendido como natureza.

Brito e Silva (2022) sistematizam sete princípios agroecológicos e tipologias das suas espacialidades pelas práticas, desde as contribuições referenciais de Altieri (2000), Gliessman (2000), Adams (2000), Martins (2001), Aquino et al (2005), Siminski e Fantini (2007), Gomes de Almeida (2009) e Valerie De Paula (2016). É possível apresentar a seguir, junto aos princípios, algumas práticas especializadas no Maria Rosa, a relação entre ser humano e produção de alimentos na Agroecologia, como a relação dos 'saberes ambientais' (LEFF, 2015) para a relacionalidade na produção do espaço ou do planejamento.

FIGURA 41 – PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS.



Imagem: Benefícios da floresta em pé. Criado por Samis Vieira, Canva.

FONTE: Samis Vieira (2022).

O primeiro princípio que Brito e Silva¹⁴¹ (2022:13) destacam é “Produzir alimentos saudáveis” como prática que promove a produção alimentar em conexão com ferramentas da natureza a partir do controle natural, biológico e vivo de insetos e doenças, sem fazer uso de agrotóxicos. Abaixo, demonstramos o que uma comunidade-agroecológica produz de alimento e diversidade, a partir da sua organização territorial. Um planejamento para a vida, quando tem perspectiva agroecológica produz relações como a da imagem: a doação de alimentos do Maria Rosa e do Padre Roque nas periferias de Castro, na Pandemia em 2020.

¹⁴¹ Referências do material de Brito e Silva (2022): ALTIERI, 2000; GLIESMAN, 2000; ADAMS, 2000; MARTINS, 2001; AQUINO et al, 2005; SIMINSKI E FANTINI, 2007; GOMES DE ALMEIDA, 2009; VALERI E DE PAULA, 2016; e agricultoras, agricultores, quilombolas e agroextrativistas no Pará e Mato Grosso.

FIGURA 42 – DOAÇÃO DE DIVERSIFICADOS ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS DO MARIA ROSA, LEVADOS PARA AS PERIFERIAS EM CASTRO, AGOSTO DE 2020.



FONTE: A autora (2020).

Como segundo princípio apresentado, está o “Garantir a diversificação produtiva e o manejo da biodiversidade nativa” (BRITO E SILVA, 2022:14) para que haja diversidade e consórcios de culturas, além da rotação anual de espécies arbóreas, espécies medicinais e com manejo da biodiversidade nativa para promoção do equilíbrio ecológico, com perspectivas de retorno em curto, médio e longo prazo.

Na experiência do Lote 7, acampamento Maria Rosa, o qual acampeei, pudemos¹⁴² começar a implantação de um sistema agroflorestal. Muitos vizinhos e vizinhas tinham quintais diversificados (sendo as mulheres que majoritariamente incluíam espécies medicinais) e com mata nativa de uma APP ao fundo do lote, o que foi resultado do planejamento feito. Este desenho possibilitou que cotidianamente tivéssemos uma relação com o manejo, ou contemplação e descanso do sol, nas árvores nativas das APPs. Há uma relação entre princípios e práticas da Agroecologia, e o planejamento.

¹⁴² Eu e meu companheiro. Ele foi em julho de 2022 para o Maria Rosa.

FIGURA 43 – PLACENTA DE AGROFLORESTA DO NOSSO LOTE 7, MARIA ROSA (2023) – JUNTO A AMOREIRA E UM CEDRO (ARBÓREAS), OUTRAS VEGETAÇÕES E ALIMENTOS COMO MARGARIDÃO, AÇAFRÃO, MILHO, INHAME, ABÓBORA, COUVE E HORTELÃ.



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 44 – DIA DE MANEJO DO FUNDO DO NOSSO LOTE 7, NA FOTO UMA SOMBRA QUE COSTUMÁVAMOS SENTAR; NASCENTE D'ÁGUA A DOIS LOTES DE DISTÂNCIA, COM A PRESENÇA E CUIDADO DA MATA NATIVA PRESERVA NASCENTE D'ÁGUA A LONGO PRAZO.



FONTE: A autora (2023).

Uma das formas de praticar estes dois princípios é pelos Sistemas Agroflorestais - SAFs, pois são completos e estimulam a diversificação na produção de alimento, associado ao uso sustentável do solo e da valorização dos saberes tradicionais e populares das/os agricultoras/es camponesas/es, resguardando e colaborando com as territorialidades de cada assentamento, comunidade e região. Praticar o agroflorestar parte do manejo da terra com variedades desde cultivos agrícolas, as espécies frutíferas e florestais nativas. É possível sequenciar ou fazer esse manejo simultaneamente em uma mesma área, objetivando uma boa utilização dos 'recursos naturais' presentes nas unidades familiares (BRITO E SILVA, 2022: 22). Os SAFs incorporam a importância do plantio de árvores e, no Maria Rosa e Padre Roque por exemplo, foram preocupações centrais o plantio das árvores na comunidade, tendo sido um dos fatores de divisão entre Fases 1 e 2 de planejamento: moradia e comunitária. A relação com os plantios e as árvores estão dentre as urgências na escala da moradia, da família, do lote.

FIGURA 45 – LINHAS DE AGROFLORESTA DO NOSSO LOTE 7, MARIA ROSA (2023), APÓS SEIS MESES DE IMPLANTAÇÃO E MANEJO, ÁRVORES E CULTIVOS ALIMENTARES SE FORMANDO; QUANDO ACAMPAMOS, A PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO FOI O PLANTIO DE ÁRVORES; AS LINHAS CONTÉM IPÊS, CEDROS, MONJOLEIROS, CANELEIRAS, EUCALIPTOS, ARAÇÁS, LIMÕES, LARANJEIRAS, FIGUEIRAS, ENTRE OUTRAS ÁRVORES PARA 'PUXAR ÁGUA' PELAS RAÍZES PARA AS CAMADAS MAIS SUPERFICIAIS.



FONTE: José Aurélio Hebling Chinelato (2023).

O terceiro princípio elencado (BRITO E SILVA, 2022:15) expressa sobre “Manter o uso sustentável do solo” pela prática de manter constantemente o solo coberto com matéria orgânica de galhos, folhas e compostagem para que plantas e microrganismos que vivem no solo tenham garantia de alimento e de proteção do sol, de chuvas e ventos. Associado a isso, destacam também a importância de valorizar “o potencial local (terra preta, folhas secas, palhadas, esterco, mudas) que atuam como fertilizantes e ajudam a repelir os insetos”.

Há exemplos de práticas deste princípio como a “Roça sem queima”, ou roçado sem fogo. É uma prática de preparo, plantio e colheita de áreas de SAFs ou canteiros produtivos, por exemplo. Demarca-se a área que será feita a roçada, posteriormente realiza-se o corte da vegetação rente ao solo (seja capoeira ou “mata bruta”) para que este incorpore os nutrientes provenientes da massa cortada – como diz Ana Primavesi (2006), para alimentar o solo. Este preparo se utiliza para depois realizar plantios como mandioca, feijões, milho, entre tantos com frutíferas. Esta prática de corte vegetal também é conhecida como “Compostagem”, e é muito comum das práticas agroecológicas devido às variadas escalas que pode ser realizada. Se utilizam desta, para valorizar cada parte do que consideramos resíduos na unidade familiar. São estes: palhadas, folhas, galhos, cascas, raízes, esterco e restos de plantas. Seu processo ocorre a partir dos microrganismos fungos e bactérias, que ao se alimentarem destas matérias transformam e decompõem matéria orgânica em um composto rico em nutrientes que melhoram a vida do solo (PRIMAVESI, 2016; BRITO E SILVA, 2022:25). No Maria Rosa, fizemos canteiros assim, bem como outros quintais que majoritariamente as mulheres estavam diversificando.

FIGURA 46 – O INÍCIO DO CUIDADO COM A TERRA NO LOTE 7 PARA PLANTIO, EM 2022, FOI ORGANIZAR UMA COBERTURA DE SOLO COM PALHADA PARA PROTEGER A TERRA E A BIOTA FUTURA DELA.



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 47 – REGISTRO DOS CANTEIROS DA FOTO ANTERIOR, CERCA DE 6 MESES DEPOIS, JÁ HAVENDO MAIS INSETOS, MINHOCAS E OUTROS MICRORGANISMOS PRESENTES NO LOTE; CONTÉM COUVES, BATATAS, MILHOS, AÇAFRÃO, MARGARIDÕES, PIMENTÃO E OUTROS CULTIVOS COM FORRAÇÃO NO SOLO.



FONTE: a autora (2023).

Outra prática deste princípio nos lotes estão o “Enriquecimento de quintais produtivos – hortaliças em tronco de bananeira” são muito comuns para espaços de

consórcio com criação de pequenos animais e diversificação de árvores, hortaliças, hortas medicinais, arbustivas, cipós e outras plantas. A cobertura dos canteiros é disposta por troncos de bananeiras para que estes, ricos em água, façam a manutenção da umidade do solo por tempo mais prolongado (BRITO E SILVA, 2022).

FIGURA 48 – REGISTRO DAS BANANEIRAS DOADAS POR VIZINHOS PARA LEVAR PARA OS CANTEIROS AGROFLORESTAIS DO LOTE 7.



FONTE: A autora (2023).

O quarto princípio apresenta âmbito fortemente político e histórico, ainda mais no contexto brasileiro e latino-americano: “Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional”. Este procura reforçar a qualidade e quantidade de produção de alimentos saudáveis que supram as necessidades nutricionais das pessoas tanto quanto garantam “a manutenção da cultura alimentar local” (BRITO E SILVA, 2022:16). A comunidade-agroecológica Maria Rosa e Padre Roque demonstram que sua existência espacial, gera alimentos que colabora com esse princípio da segurança alimentar na escala local de Castro. Em 2020, meio a insegurança alimentar que aumentava com a Pandemia e o governo de Bolsonaro, as famílias acampadas doaram solidariamente alimentos para as periferias de Castro. Neste princípio e nestas experiências, vemos uma relação espacial da produção de alimentos, para garantia de nutrição e da vida de pessoas periferizadas.

FIGURA 49 – DOAÇÃO DE ALIMENTOS NA PERIFERIA DE CASTRO, NA PANDEMIA – NA FOTO, MULHER NEGRA MOSTRA PRODUTOS RECEBIDOS COMO LEITE, ABÓBORA, BATATA, ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, PÃO E FOLHAS DE COUVE.



FONTE: A autora (2020).

O quinto princípio é a “Construção da Autonomia”, para que as famílias tenham a possibilidade produzir em abundância nas quatro estações do ano, e possam realizar trocas e doações além de garantir o autoconsumo e a comercialização (por meio de diversos circuitos de comercialização, vendas diretas, na comunidade, em outros territórios, em feiras, por meio de convênios e programas de compras do poder público, entre outras). Ainda, os autores destacam:

A maneira de perceber as potencialidades do território, ou seja, a conexão entre a terra, as plantas e os animais, bem como a construção de conhecimentos a partir da vivência prática são caminhos para conquistar a autonomia. Importante considerar também as diferentes formas associativas como sindicatos, associações econômicas, cooperativas, coletivos de defesa do território, auto-organização das mulheres, redes de articulação agroecológica e outras. Elas são fundamentais para a afirmação da agricultura familiar e agroextrativista na defesa de seus direitos e para a incidência política. (BRITO E SILVA, 2022:17)

A COOFRAM, tem participado de feiras, do PAA, do PNAE e das cestas da IESOL-UEPG (Incubadora de Economia Solidária da Universidade Estadual de Ponta Grossa) a exemplo deste princípio. Na foto abaixo, os produtos organizados pelas mulheres do Maria Rosa expõem frutíferas, folhagens, processados e outros produtos dos lotes das famílias da comunidade.

FIGURA 50 – PARTICIPAÇÃO DA COOFRAM EM FEIRA.



FONTE: Célio Meira (2023).

O sexto princípio é “Proporcionar a troca de saberes”, busca a criação de espaços para trocar conhecimentos em Agroecologia (como mutirões que recebem também nomes como puxirim, puxirão, muxirim, entre outros) com o objetivo de promover práticas para resgatar, conservar e partilhar sementes crioulas e mudas desde as/os camponesas/es que historicamente são guardiões de sementes: cuidadoras/es da produção, da seleção e da conservação das variedades. É muito importante garantir a vivacidade da Agroecologia ao longo das gerações nos seus territórios. Assim,

Proporcionar a troca de saberes é praticar o diálogo de saberes entre técnicos e técnicas com os agricultores e agricultoras; realizar intercâmbios sobre práticas produtivas; incentivar processos organizativos nas comunidades e iniciativas associativas das mulheres. (BRITO E SILVA, 2022:18)

As comunidades-agroecológicas em Castro realizaram suas festas e feiras de sementes crioulas, a começar pela comunidade Maria Rosa do Contestado. Além desta prática, as mulheres das coordenações organizam recepções e encontros no território, de escolas e universidades externos, como por exemplo o curso de Tecnólogo em Agroecologia da ELAA, na imagem abaixo (2019).

FIGURA 51 – INTERCÂMBIO COM A ELAA NO MARIA ROSA EM 2019.



FONTE: Rosane Mainardes (2019).

O sétimo princípio “Igualdade de gênero e ações antirracistas” é muito importante dado o contexto social brasileiro do campo. Mais adiante neste trabalho debateremos alguns aspectos e, a apropriação do movimento agroecológico destas pautas como princípios para a ação agroecológica. Os autores Brito e Silva (2022:19) defendem que é necessário:

Desenvolver reflexões e metodologias que propiciem ações de valorização e reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura, afirmando a igualdade de gênero, a não tolerância de práticas machistas e racistas, e outras formas de violência. Resgatar a história, saberes e práticas dos povos indígenas e dos povos afrodescendentes sobre os sistemas agrícolas e sistemas alimentares com a perspectiva do combate ao racismo. Sem as mulheres não existe agroecologia e onde há racismo não tem agroecologia. (BRITO E SILVA, 2022:19)

Este princípio é um grande desafio. No Maria Rosa, além de que já tentávamos realizar momentos de discussão e escuta de gêneros, devido à questões latentes no processo, como demanda das mulheres por estes espaços; também pudemos experienciar a primeira participação do Terreiro de Umbanda de uma família do acampamento, realizada no aniversário de 7 anos da comunidade e em uma noite cultural da Fase 2 do estudo do PLANTEAR com o Maria Rosa.

FIGURA 52 – PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO DO TERREIRO DE UMBANDA DE UMA FAMÍLIA ACAMPADA DO MARIA ROSA, EM MOMENTO DE BÊNÇÃOS ECUMÊNICAS DE OUTRAS RELIGIÕES - NOITE CULTURAL DE ANIVERSÁRIO DE 7 ANOS DO MARIA ROSA JUNTO AO PLANTEAR; DONA ÂNGELA, MÃE DE SANTO, COORDENA A PADARIA ORGÂNICA DA COOFRAM.



FONTE: Arquivo PLANTEAR (2022).

A exemplo desses princípios há práticas que espacializam a relacionalidade entre terra, seres humanos e não humanos (estação, árvores, microorganismos, hortaliças, águas, entre outras). Desde o lote à escala coletiva, técnicas e saberes são a escala viva que dão espacialidade à Agroecologia após o desenho dos lotes na comunidade.

Para Altieri (2012:15), diferentes concepções se colocaram ao redor do conceito da Agroecologia, então para ele “é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. A ideia central da agroecologia é ir além das práticas agrícolas alternativas e desenvolver ecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa”. Neste sentido, algumas concepções se baseiam no questionamento do modelo de agricultura convencional e delineiam a necessidade de novas práticas sustentáveis. Outras apresentam um caráter de movimento social, como é o MST, pois as/os atoras/es também estão envolvidos/as na concretude de pautas sociais como “segurança alimentar, economia solidária, equidade entre gêneros, indo além da questão ambiental” (BRANDENBURG et al., 2018:89).

Assim, a Agroecologia se coloca como uma proposta concreta para muitas comunidades rurais, pois tece para a agricultura uma percepção ambiental e também social. “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e sócio–econômicos, à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2000:16). Por isso, pode-se dizer que:

[...] a agroecologia fornece as bases científicas, técnicas e metodológicas para outro paradigma, ou seja, uma revolução na agricultura a nível local e mundial. Neste processo o agricultor familiar camponês é o que mais tem proximidade com esta proposta, pois preserva muitos saberes da ancestralidade assim como mantém forte conexão com a natureza. (BRANDENBURG et al, 2018:89).

Além de fazer uso de práticas não danosas ao ser humano e à natureza, a Agroecologia ampara e sustenta a sabedoria dos homens e mulheres que estão culturalmente ligados à terra e à natureza. Segundo Altieri (2012:363), a agricultura familiar camponesa é normalmente constituída pela pequena propriedade, o que pode ser uma das características centrais na consolidação do que chamam novo paradigma agrícola, em razão de:

- a. Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial.
 - b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas.
 - c. Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade.
 - d. Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).
 - e. Pequenas propriedades rurais resfriam o clima.
- (ALTIERI, 2012:363)

Segundo Carmo (1998:231) “A produção familiar, dada às suas circunstâncias de diversificação das atividades vegetais e animais e, por trabalhar em menor escala, pode representar o lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável”. A produção de alimentos é o que está diretamente relacionada à agricultura familiar camponesa, uma vez que se baseia e se mantém através de um cultivo alimentar diversificado, diferentemente da prática de uma agricultura industrial da monocultura de commodities para exportação. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017¹⁴³) 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como Agricultura Familiar¹⁴⁴ e esta, também segundo dados estatísticos é responsável por 70% dos alimentos que são consumidos no território brasileiro.

¹⁴³ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 31 de dezembro de 2021.

¹⁴⁴ Ver Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017 que “Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais” (SENADO, 2017).

Relacionando estes espectros, Miguel Altieri, Charles Francis, e Stephen Gliessman (WEZEL E SOLDAT, 2009) definem a Agroecologia como “a ecologia dos sistemas alimentares” (FRANCIS et al., 2003) e aprimoram sua qualificação multidimensional como “**uma ciência, um movimento, uma prática**” (ALTIERI E ROSSET, 2018a; FRANCIS e WEZEL, 2017; GLIESSMAN, 2014; WEZEL et al., 2009). Para Wezel et al. (2009:511) nestas dimensões há um elo primordial entre uma “visão política e uma visão de futuro (movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para alcançar as metas, e os meios para produzir conhecimento (a ciência)”.

No Paraná, a Escola Latino-Americana de Agroecologia é um exemplo da concretude da **Agroecologia como ciência**, formando profissionais oriundos de comunidades e movimentos camponeses com os conhecimentos científicos da prática agroecológica. E os territórios do assentamento José Lutzenberger (Antonina-PR) e os acampamentos Maria Rosa e Padre Roque (Castro-PR) são exemplos da realidade da dimensão da **Agroecologia como prática** nos territórios do MST.

Nesse sentido, Sevilla Guzmán (2006) descreve a agroecologia como uma “estratégia metodológica de transformação social” e assim, as redes agroecológicas e os movimentos sociais posicionam declaradamente o seu objetivo transformador, bem colocada pela *La Via Campesina* na declaração do Fórum Internacional de Agroecologia em 2015 que afirma “A agroecologia é política; nos pede questionar e transformar as estruturas de poder de nossas sociedades”¹⁴⁵ (PRÉVOST, 2019:26:27). O MST e a Via representam, por exemplo, a dimensão da **Agroecologia como movimento**.

Gliessman (2014:12) também destaca que é necessário que haja uma voz política em íntima conexão com movimentos sociais na Agroecologia. Altieri adota e defende esta perspectiva como dimensão ética da agroecologia desde a década de 1980 e com Peter Rosset (2018a) alicerçam a agroecologia como uma “ciência com uma ética social e ecológica [...] destinada a alcançar sistemas de produção que respeitam a natureza e é socialmente equitativa” (ALTIERI E ROSSET, 2018a). Se coloca o pensamento desta como uma ciência crítica e alternativa ao pensamento científico convencional pois pauta a valorização da multiplicidade de conhecimentos

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.pfsa.be/stpip.php?article1188>> Acesso em: 29 de março de 2023.

dos grupos e povos subordinados historicamente (ALTIERI E ROSSET, 2018a:14; SEVILLA GUZMÁN, 2011).

A autora e autores Gloria Isabel Guzmán Casado, Manuel González de Molina e Eduardo Sevilla Guzmán afirmam, ainda, a indispensabilidade dessa **apreensão política** da Agroecologia como sua primeira dimensão para transversalizar as demais.

“Para Guzmán, a equidade na agroecologia é uma questão de “**consciência agroecológica**” que se baseia na consciência de classe, gênero e identidade resultante das formas da ação coletiva da sociedade civil (SEVILLA GUZMÁN, 2001)”. (PRÉVOST, 2019:26)

Por isto, a dimensão da **Agroecologia como política pública** também vem sendo debatida e defendida para que haja uma institucionalização que fortaleça suas dimensões e quem a pratica. Esta dimensão corrobora com a apreensão política socialmente coletiva da Agroecologia. No Brasil, a instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos¹⁴⁶ - PLANAPO (referente ao Plano Plurianual - PPA¹⁴⁷ 2012-2015), caracteriza um esforço governamental e da sociedade civil com o objetivo de inclusão da produção alimentar agroecológica nos programas de governo a nível federal¹⁴⁸. Esse programa nacional reforça as experiências em redes agroecológicas em curso no país e assim colabora em fortalecer as redes para estudo e revisão de proposições e marcos legais.

¹⁴⁶ É importante destacar que há uma diferenciação entre produção orgânica e a agroecológica. A primeira “embora recorra a técnicas de cultivo sem uso de agrotóxicos e de adubos químicos sintéticos, pode estar pautada na monocultura, no latifúndio e em relações de trabalho e mercado que se baseiam na lógica do capital”; Entretanto a produção agroecológica faz “a defesa de um modo de vida e de um projeto no qual terra, água e alimento não são mercadorias e, portanto, podem contribuir para a construção da autonomia dos povos do campo e da soberania alimentar para toda a população” (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021:247). Esta diferenciação também está no âmbito legal: “Essa diferenciação também se reflete no âmbito legal. A Lei 10.831/2003, em seu artigo 1º, traz o conceito de sistema orgânico de produção e, em seu artigo 3º, dispõe que, para a comercialização dos orgânicos, é necessário o controle por meio da certificação. Já o sistema de produção de base agroecológica é conceituado pelo Decreto 7.794/2012, artigo 2º, III, de forma mais ampla que o sistema orgânico de produção, diferenciando-se por não exigir o sistema de controle por certificação e por se basear no princípio da justiça social e na interação entre as forças produtivas e a proteção da natureza e sua biodiversidade” (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021:247).

¹⁴⁷ Este ano o presidente Lula abriu o PPA Participativo novamente. Está aberto de 11 de maio até 10 de julho de 2023 as consultas para a construção participativa do PPA 2024-2027 do Governo Federal e a Agência Nacional de Agroecologia – ANA tem divulgado a importância de participar das elaborações e incentivos à Agroecologia no PPA, pois segundo Paulo Petersen do núcleo executivo da ANA, “A Agroecologia é estruturante” (2023).

¹⁴⁸ Ver mais detalhes em “Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos” (GOVERNO FEDERAL, 2013);

Há duas ênfases sobre a importância de políticas públicas agroecológicas em interface às experiências do MST neste trabalho: da sua presença e da sua ausência. Os programas PAA e PNAE (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar) habilitam a compra institucional proveniente da agricultura familiar¹⁴⁹ com 30% obrigatoriamente proveniente da agricultura orgânica com valor diferenciado (GOVERNO FEDERAL, 2020; MARQUES e TRICHES, 2021:503), e são uma importante fonte de renda direta para as comunidades-agroecológicas Maria Rosa e Padre Roque através da COOFRAM¹⁵⁰. A existência dessa cota agroecológica foi conquistada em 2009 pela Lei nº 11.947/2009, e segundo os monitoramentos realizados, por vezes não se alcança esta porcentagem nos estados e há críticas e debates nesse processo que não adentraremos, mas que nos apresenta a outra interface da ausência de políticas públicas de um ATER agroecológico, por exemplo, que pudesse acompanhar, ampliar e consolidar a produção agroecológica das comunidades rurais nos programas. O benefício social entre produtores, sociedade e natureza seria exponencialmente impactado. No caso das comunidades em Castro, a demanda por assistência técnica voltada a sistemas agroalimentares agroecológicos é fundamental. Como acampada¹⁵¹ não houve uma assembleia e reunião da comunidade que deixaram de apontar as dificuldades que as famílias enfrentam nos seus plantios como demandas técnicas de manejo. Todo o trabalho da COOFRAM tem demonstrado uma resistência e esforços de integrantes da comunidade para que consigam manter os projetos e atender minimamente as famílias.

Este panorama da Agroecologia objetiva demarcar: o quanto tudo isso é importante, pois nos coloca frente a elementos fundamentais para tentar entender a organização do espaço que estas dimensões promovem; e no caso desse trabalho na discussão da Agroecologia como estratégia de planejamento nos territórios de reforma agrária, é necessário entender essa **relacionalidade** entre todos os elementos que a Agroecologia traz para pensar o espaço, pois não se pode construí-la sem as sujeitas

¹⁴⁹ Assentadas/os da reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas, quilombolas, silvicultores, aquicultores, extrativistas, e os demais povos tradicionais (GOVERNO FEDERAL, 2020)

¹⁵⁰ Segundo Rosane do Maria Rosa, responsável pela organização dos editais do PAA e PNAE, a COOFRAM está desde 2021 entregando alimentação em pelo menos 5 municípios da região no entorno de Castro.

¹⁵¹ De maio de 2022 à Fevereiro de 2023.

e sujeitos camponeses, sem ciência, sem a prática, sem movimento e sem política pública (entre outras dimensões que podem ser acrescidas).

Entre esta relacionalidade de dimensões estão as sujeitas e sujeitos promotores desse amplo processo e de um espaço diferenciado, em que fundamentalmente disputam uma perspectiva diferente sobre a vida.

O nosso modelo é o 'modelo de vida', de terras com camponeses, de comunidades rurais com famílias, de territórios com árvores e florestas, montanhas, lagos, rios e litorais, e ele está em flagrante oposição ao "modelo de morte" das corporações, da agricultura sem camponeses e famílias, da monocultura industrial, das áreas rurais sem árvores, dos desertos verdes, dos terrenos baldios envenenados com agrotóxicos e transgênicos. Estamos ativamente confrontando o capital e o agronegócio, disputando terra e território com eles [...] A soberania alimentar baseada na agricultura camponesa agroecológica oferece soluções para a alimentação, clima e outras crises do capitalismo enfrentadas pela humanidade (ROSSET, 2017:118-119)

Assim, para entrarmos um pouco mais no debate da Agroecologia como **modo de vida** e de **quê vida** estamos falando, passamos ao próximo subitem.

4.3 AGROECOLOGIA: UM MODO DE VIDA DE CUIDADO COM A NATUREZA

Os processos da vida são relacionais e não podemos desviar deles para pensar o planejamento como estratégia da Agroecologia: tudo isso é uma relacionalidade que enuncia um modo de estar no mundo. No âmbito da produção do espaço desse modo de vida vimos anteriormente uma série de princípios e práticas que falam de um planejamento que produz alimentos saudáveis, diversificação, uso sustentável do solo e das águas, relações de cuidado, entre outros, ou seja, um planejamento que com a Agroecologia produz uma vida relacional.

Na 'vida' do centro desta relacionalidade, as sujeitas e sujeitos da agricultura familiar camponesa ocupam a escala de ação de atores sociais que são essenciais para a construção da Agroecologia, "que povoa o campo e anima sua vida social (...) portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país" (WANDERLEY, 2009:308).

Para Isabel Guerra (1993) analisar os modos de vida deve observar três dimensões, por vezes pouco utilizadas: o sistema e os atores sociais (i), a história e o cotidiano (ii), e o objetivo e o subjetivo na percepção do real (iii). Estas, segundo a autora, deveriam se articular "de modo a combinar a força da estrutura com a

possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social” (BRAGA et al, 2017:371). Esta abordagem foi utilizada metodologicamente neste trabalho, para observar o modo de vida agroecológico desde o estudo e a convivência de planejamento das comunidades-agroecológicas do MST-PR em Castro. O modo de vida agroecológico, como saber, remete aos saberes desenvolvidos pelas populações tradicionais, ou seja, aos saberes ancestrais, ao se relacionarem conectados com a natureza (DA SILVA et al, 2018:95).

Leff (2015) afirma que esses grupos e seus indivíduos possuem um saber ambiental. Deste modo, o autor aponta que há uma racionalidade ambiental tomada por um sentido de conservação e cuidado ambiental que inclusive, é anterior ao movimento social, mas que, são estes atores coletivos que vem resgatando este cuidado como prática de convívio harmônico entre natureza e seres humanos. Vindo dessa história da Agroecologia, percebemos que há um rebatimento espacial a partir dessa prática das/os sujeitas/os e da sua multidimensionalidade, inclusive nos casos do capítulo 1. O MST e a apropriação da Agroecologia como resistência territorial em Castro, são os atores coletivos que resgatam o cuidado entre si, comunitariamente e com o território por meio do cotidiano de um acampamento. Até o momento, com estas apreensões sobre a multidimensionalidade da Agroecologia e as/os sujeitas/os que as vivificam, as experiências em Castro, fortalecemos a compreensão do que Leff (2015) chamara de saber ambiental, para a compreensão de que, com sua natureza e todos os seus seres, como afirma o pensador e líder indígena Ailton Krenak “a Terra é um organismo vivo, que ela não é uma coisa” (ACOSTA, 2016:17).

Primavesi sintetiza:

Sem a **natureza** não existimos mais, ela é **a base da nossa vida**. Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura. (PRIMAVESI,2006)

O ‘saber ambiental’ demonstra um modo de vida que compreende sua relacionalidade como **ecodependente**. A ecofeminista Yayo Herrero (2015) ressalta o conceito de ecodependência quanto à relação vital existente entre a natureza que

nos sustenta (seres humanos e outros seres) e provê a vida, pois significa compreender que ‘somos natureza’:

Los seres humanos obtenemos lo que precisamos para estar vivos de la naturaleza: alimento, agua, cobijo, energía, minerales... Por ello, decimos que somos seres ecodpendientes: somos naturaleza. Sin embargo, a pesar de la evidente dependencia que las personas tenemos de la Naturaleza, el ser humano en las sociedades occidentales ha elevado una pared simbólica entre él y el resto del mundo vivo, creando un verdadero abismo ontológico entre la vida humana y el planeta en el que ésta se desenvuelve. (HERRERO, 2015:5)

Ao passo dessas perspectivas, compreendemos o movimento que a Agroecologia faz entre academia, movimentos sociais e questões e saberes anteriores a estes. Arturo Escobar (2016) aborda um interessante conceito que dialoga com a Agroecologia e estas dimensões e atores que a semeiam: as ontologias relacionais. Para Escobar (2016) a premissa básica está na infinidade e diversidade de mundos e modos de viver existentes, sendo assim, há uma dimensão ontológica em que outros saberes também implicam em outros mundos: “Simplemente, los saberes múltiples, o epistemes, se refieren a mundos u ontologías múltiples” (ESCOBAR, 2016: 13).

Para Escobar (2016:13) mirarmos por um ângulo ontológico enriquece nossa compreensão sobre as lutas contemporâneas. Expor e reforçar essa esfera ontológica dos saberes, cria uma ponte entre estes e algumas tendências contemporâneas da Teoria Crítica, esta que, compartilha sua “orientação ético-política até um aprendizado da experiência, o saber, e as lutas de grupos sociais subalternos, ao menos equiparado com aquele da Academia” (ESCOBAR, 2016:13).

Dichas tendencias —ampliamente ubicadas dentro de un campo denominado «ontología política»— se derivan de la propuesta de que muchas luchas contemporâneas en defensa de territorios y de la diversidad se pueden entender más bien como luchas ontológicas, como luchas por um mundo en el que quepan muchos mundos, como han dicho los zapatistas, y cuya meta es promover un **pluriverso**. (ESCOBAR, 2016:13)

Para Escobar (2016), há um conceito que se elabora a partir das premissas chave do caráter ontológico destas epistemes: a ‘relacionalidade’ e as ‘ontologias relacionais’. Isto, situado no contexto da ontologia política das lutas territoriais latino-americanas, em que se reinterpreta a defesa territorial dos povos camponeses, indígenas e afrodescendentes no enfrentamento do agronegócio. Estes megaprojetos extrativistas têm caráter e estratégias para “la ocupación ontológica de los territorios”

e por isso, “las luchas en su contra constituyen, em realidade, luchas ontológicas” (2016:14).

A partir desse debate de inversão e reinterpretação nas lutas ontológicas, Escobar aponta que os saberes originados destas lutas nos ajudam a ir mais fundo nas possibilidades de promover transformações sociais. Isto ocorre por dois motivos:

el primero es que los saberes generados en las luchas territoriales brindan elementos fundamentales en la toma de conciencia de la profunda transición cultural y ecológica que enfrentamos en las crisis interrelacionadas del clima, la alimentación, la energía, la pobreza, y los significados; y el segundo, que estos saberes están particularmente sintonizados con las necesidades de la Tierra (ESCOBAR, (2016:14).

Assim, ademais do saber ambiental (LEFF, 2015) e a ecodependência (HERRERO, 2015), essas lutas territoriais e ontológicas de enfrentamento do “mono-Modelo hegemônico” (de origem mono-ontológica e intraeuropeia) produzem os saberes que são “Sentipensar con la Tierra”, ou seja, pensam e sentem com a Terra. Os termos *sentipensamiento* e *sentipensar* são do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1984), em que este indica que constituem “el principio de vida de las comunidades de la costa caribeña colombiana que viven en cuencas de río y pântanos. Implican el arte de vivir y pensar con el corazón con la mente” (ESCOBAR, 2016:14). Escobar ainda demarca que o termo ficou popularmente conhecido através do escritor uruguaio Eduardo Galeano, sobre o conceito *sentipensamiento*, definindo-o “como la capacidad de las clases populares de no separar la mente del cuerpo, y la razón de la emoción” (2016:14). Sentipensar com a terra explana, portanto, o que são as ontologias relacionais e a relacionalidade, entre seres humanos e natureza, das lutas territoriais. Na produção do espaço em Castro, vemos, portanto, a dimensão ontológica relacional da Agroecologia como estratégia de planejamento de uma luta territorial, que é histórica entre as classes dominantes e a categoria da população Sem Terra.

Neste momento, podemos refletir sobre o enfoque da Agroecologia que se refere a outros saberes também como a outros mundos. No processo da transformação do planejamento dos territórios de reforma agrária, com o MST como ator na escala de movimento social que abraça a questão ambiental e ecológica e ao longo dos anos tem procurado resgatar e estimular os saberes e as experiências agroecológicas nos seus territórios e nas relações com as cidades, então podemos

refletir sobre a Agroecologia também como **ontologias relacionais em construção**, para além das dicotomias campo x cidade e outros binários hegemônicos. Isso, nos permite colaborar com a geo-história da apropriação e transformação da Agroecologia no/com o MST, aportado em Escobar (2016:16), pois está sendo sentipensada como modo de vida desde múltiplas ontologias relacionais dos mundos que lutam. São, portanto, mundos que lutam, os territórios do MST na construção de uma reforma agrária. Dentro e para além do MST. As áreas de reforma agrária como grandes áreas de experimentação de planejamentos.

Essa proposta de ruptura entre 'pensamento e sentimento' é muito relevante para uma perspectiva mais dinâmica sobre a vida no centro destes planejamentos¹⁵². Nas experiências agroecológicas de Castro, o sentipensamento com a terra expressa um modo de vida de luta. E neste momento, há mais uma camada ou fio a costurar neste trabalho: a todo momento a importância das pessoas sujeitas dos processos se ressalta, pois são quem carregam os saberes e sentipensamentos; porque então, estas pessoas, são mulheres as protagonistas? Porque precisamos olhar para quem é sujeita/o protagonista na Agroecologia com uma perspectiva de gênero?

Retomamos Yayo Herrero (2020) para fazer uma ponte com o próximo capítulo. Herrero (2020:16) coloca em sua perspectiva de ecodependência a seguinte questão:

¹⁵² Em dado momento dessa pesquisa a Permacultura foi um estudo que fez bastante sentido no debate, a partir da sua construção de agricultura permanente que parte de princípios éticos do cuidado e da relação entre seres humanos e sua existência com a natureza, e que tem um rebatimento direto no território a partir do seu "Planejamento por Zonas" e do Design Permacultural (1978). Entretanto, não consegui trazer para a dissertação neste momento. A Permacultura, segundo Bill Mollison e David Holmgren (1978): "é um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis. A palavra em si não é somente uma contração das palavras permanente e agricultura, mas também de cultura permanente, pois culturas não podem sobreviver muito sem uma base agrícola sustentável e uma ética do uso da terra. Em um primeiro nível, a Permacultura lida com as plantas, animais, edificações e infraestruturas (água, energia, comunicações). Todavia, a Permacultura não trata somente desses elementos, mas, principalmente, dos relacionamentos que podemos criar entre eles por meio da forma em que os colocamos no terreno (MOLLISON e HOLMGREN, 1978:13). Assim, uma das bases da permacultura é a "observação dos sistemas naturais, na sabedoria contida em sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento moderno, científico e tecnológico" com preocupação ecossistêmica (1978:13) Apesar de se basear em modelos ecológicos positivos, ela "cria uma ecologia cultivada, que é projetada para produzir mais alimentação humana e animal do que seria encontrado naturalmente" (1978:13). Trata também de uma filosofia de trabalho "com" e não "contra" a natureza, que tenha uma "observação atenta e transferível para o cotidiano, em oposto ao trabalho descuidado; e de observação de plantas e animais em todas as suas funções, em oposto ao tratamento desses elementos como sistemas de um só produto" (MOLLISON E HOLMGREN, 1978:13).

O sistema econômico capitalista e toda a estrutura que o acompanha se expandiram sem considerar que a vida humana tem duas inevitáveis dependências materiais. A primeira é a natureza e seus limites. A segunda, a consequência da vulnerabilidade da vida humana e, portanto, da impossibilidade de sobrevivermos sozinhos: precisamos, ao longo de toda a vida, do tempo que outras pessoas dedicam a nós para que tenhamos uma vida decente (HERRERO, 2020:16)

Esta vida decente está implicitamente relacionada a esfera da reprodução social, em que as mulheres estão responsáveis majoritariamente pelos trabalhos do Cuidado que fazem a manutenção da vida das relações e pessoas ao redor: sejam os grupos de cuidado das crianças, dos jovens, dos companheiros homens adultos, dos e das idosos/as, e de si. Herrero (2020:17) traz suas concepções de ecod dependência a partir da Economia Feminista e da Economia Ecológica, e defende-as como imprescindíveis para perceber e atingir graus de mudança sobre a vida das pessoas e da natureza, que seja decente e digna. Para isso, transita o foco da economia capitalista centrada no valor de troca, no consumo, no lucro e no descarte.

Reorientar a economia em direção a um modelo justo e sustentável é uma tarefa urgente. As perspectivas convencionais não são capazes de fazê-lo porque o conjunto de instrumentos e teorias que as forjaram, baseadas em apenas alguns indicadores econômicos, não dão conta daquilo que realmente sustenta a vida humana. Ao forçar a vista na direção errada, não é possível enxergar o que está desaparecendo rapidamente: o solo fértil, a capacidade de depuração das águas, a regulação do clima, a possibilidade de regenerar a vida cotidianamente, os estoques de energia e materiais necessários para a sobrevivência, e a biodiversidade, que permite que o conjunto da biosfera se adapte a diferentes condições. A economia feminista e a economia ecológica são imprescindíveis para atingir essa mudança. Essas duas abordagens heterodoxas coincidem em apontar que é necessário mudar o foco do interesse para aquilo que possibilitaria uma boa vida, e não para o dinheiro. Quando a economia feminista e a economia ecológica dialogam, ou seja, quando a riqueza conceitual e política de ambas é compartilhada, a análise dos problemas que cada uma abarca separadamente se torna mais clara e profunda. Ambas as visões **valorizam elementos, processos e sujeitos** que foram considerados inferiores pelo pensamento hegemônico e que, sendo absolutamente cruciais para a existência humana, **foram invisibilizados**. (HERRERO, 2020:17).

Para Herrero (2020:18), o capitalismo ignora a informação da finitude e considera o corpo apenas como uma mercadoria a mais no seu sistema. Se não reconhecemos a “vulnerabilidade da carne e a contingência da vida humana”, da mesma forma não reconheceremos os “trabalhos que cuidam dos corpos vulneráveis”, e a interdependência será invisível, com desvalorização da centralidade antropológica do que é vínculo e do que é relação interpessoal, e haverá subordinação da emoção

à racionalidade, tudo como caracterização fundamental de sociedades patriarcais: no discurso social, quanto mais desvalorizados são os laços e as emoções, mais patriarcal é a sociedade” (HERNANDO, 2012:136).

Por isso, a partir prioritariamente da realidade discutida desde o primeiro capítulo, de um planejamento em transformação e que a Agroecologia aparece como estratégia de produção espacial de outros modos de vida, de ontologias relacionais, precisamos olhar para as sujeitas que tem protagonizado as perspectivas multidimensionais da vida nos planejamentos em Castro (da mesma forma como tem protagonizado as experiências da Agroecologia): as mulheres¹⁵³.

¹⁵³ As mulheres não são as únicas, mas são as protagonistas.

5 CAPÍTULO 4: MOVIMENTO SOCIAL, AGROECOLOGIA E PLANEJAMENTO: ENTRE OS SILENCIAMENTOS E OS PROTAGONISMOS DAS MULHERES EM UMA REFORMA AGRÁRIA COM A VIDA NO CENTRO

Nos três capítulos anteriores, mostramos que o planejamento nas áreas de reforma agrária está marcado por conjunturas políticas, por normas institucionais, pelas propostas alternativas que nascem da experiência e das críticas dos movimentos sociais e pela incorporação da agroecologia como estratégia de transformação produtiva e de vida.

Depois desse percurso, duas considerações vão ganhando forma: os elementos, sujeitos e processos que condicionam o planejamento na reforma agrária são multidimensionais e vão mudando radicalmente com o tempo; o planejamento de locais concretos, como no caso das comunidades analisadas em Castro, revela práticas e saberes que ora se distanciam, ora se aproximam das diretrizes tanto do INCRA, como das formas tradicionais de planejamento dentro do MST.

Na transformação das áreas de reforma agrária, o destaque do papel que sempre tiveram as mulheres na construção desses espaços e o reforço da sua presença que nos últimos anos houve em alguns campos como a educação, a Agroecologia e a saúde, fazem com que não se possa entender o planejamento das áreas de reforma agrária sem focar no protagonismo feminino.

Neste capítulo, tenta-se mostrar que as responsabilidades que as mulheres assumem nos espaços de reforma agrária são centrais para construir outras formas de planejamento, que considerem a vida no centro. E que apesar do silenciamento tradicional e atual de suas ações, são várias as brechas que as mulheres encontram para enfrentar o patriarcado e o capitalismo nas áreas de reforma agrária e construir espaços outros de vida, centrados na Agroecologia e nos cuidados.

5.1 | ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA: PROTAGONISMOS E DEBATES DE UMA REFORMA AGRÁRIA POPULAR FEMININA E AGROECOLÓGICA.

FIGURA 53 – I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA, 8 DE MARÇO DE 2020.



FONTE: A autora (2020).

Em março de 2020, aos 36 anos do MST, as mulheres camponesas e em movimento protagonizam o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, de 05 a 09 de março em Brasília, integrando as atividades da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres com mobilizações por todo o território brasileiro. O encontro das mulheres Sem Terra reuniu, em pleno governo Bolsonaro como símbolo e ação de resistência, mais de 3.500 mulheres camponesas das cinco regiões do país, com presença de todos os estados sob o lema **“Mulheres em luta, semeando resistência”**. Ainda, participaram integrantes de organizações e movimentos sociais parceiros do MST e 30 internacionalistas de 14 países, de América Latina/Abya Yala, América do Norte, África e também da Europa.

O encontro, que ocorreu no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek¹⁵⁴, construiu uma vivência de debates, mesas, oficinas, atividades artísticas e culturais, e uma grande marcha sobre as temáticas das resistências das mulheres às violências do capitalismo, do racismo e do patriarcado, com a Agroecologia como estratégia nesse enfrentamento (MST, 2020). Segundo a dirigente nacional do MST Kelli Mafort este foi um momento para análises e projeções das mulheres do Movimento. Ao longo do evento, esta afirmou:

Nós temos, desde a Amazônia até o Sul do país, as nossas experiências de resistência e, com certeza, nesses dias nós teremos um importante diagnóstico e, mais do que isso, uma projeção sobre como que as mulheres participam e vão participar ainda mais da luta. (Kelli Mafort, 2020 – PORTAL CATARINAS e MST, 2020)

¹⁵⁴ É o maior parque urbano da América Latina/Abya Yala e um dos maiores do mundo (PORTAL CATARINAS, 2020). Disponível em: < <https://catarinas.info/1o-encontro-nacional-das-mulheres-sem-terra-reune-3500-camponesas/> > Acesso em: 27 de março de 2023.

O Encontro, segundo Atiliana Brunetto da Direção Nacional do Setor de Gênero, é um reflexo de um processo que iniciou uma mobilização organizada desde 2017, que foi compilando como parte das expressões de mobilização a escrita de mais de 200 (duzentas) cartas das mulheres Sem Terra de todas as regiões nos espaços de formação e preparação nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST. Para a dirigente nacional do Movimento e assentada no Paraná, Ceres Antunes Hadich (2020¹⁵⁵), em síntese, o primeiro Encontro nacional protagonizado pelas mulheres camponesas **organizadas** é fruto dos esforços e lutas coletivas persistentes desde o nascimento do MST.

Monnerat (2020:15) destaca dois marcos importantes na construção desse evento, sendo consolidado no Encontro Nacional do Setor de Gênero do MST em maio de 2018 na Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema – SP e do IV Encontro Nacional de Agroecologia – ENA¹⁵⁶ que ocorreu no mesmo ano em Belo Horizonte – MG. Neste segundo encontro que reuniu cerca de duas mil pessoas provenientes de todas as unidades da federação, eram maioria as oriundas das bases sociais populares em favor da Agroecologia, como registra Monnerat:

[...] sendo dois terços de agricultores(as) familiares, camponeses(as), povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores(as), outros povos e comunidades tradicionais, assentados(as) da reforma agrária e coletivos da agricultura urbana, todos envolvidos na construção da agroecologia em contraposição ao projeto dominante imposto por grupos do capital financeiro, industrial e agrário. (MONNERAT, 2020:15).

O lema do ENA 2018 foi “Agroecologia e Democracia unindo campo e cidade” e debateu um projeto popular da Agroecologia. Neste sentido, na primeira noite como abertura do encontro houve uma Assembleia das Mulheres (MONNERAT, 2020:15) e estas marcaram presença nos espaços, trazendo contundentemente o debate de gênero e feminismo, sintetizando um marco para estas lutas e debates nas palavras de ordem que lançou um boletim do evento com o nome/lema “**Sem Feminismo não há Agroecologia**” (GT MULHERES ANA, 2018:1):

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://caterinas.info/1o-encontro-nacional-das-mulheres-sem-terra-reune-3500-camponesas/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

¹⁵⁶ O ENA é uma organização da Agência Nacional de Agroecologia – ANA.

Para nós, mulheres feministas agroecológicas, a Agroecologia tem sido um caminho coletivo de construção de uma **filosofia de vida** que, a partir de uma forma de pensar e fazer a agricultura, propõe **relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o ambiente**, orientando assim visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e práticas produtivas, de consumo e da construção de **novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade e princípios da precaução e responsabilidade**. Com essa afirmação, recusamos uma visão cientificista e tecnicista, ainda muito presente no mundo acadêmico e na prática cotidiana de parte das organizações, que resume a agroecologia à transição do modelo de produção. (GT MULHERES ANA, 2018:1)

O lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” surgiu como tal em 2014 no 3º ENA, em Juazeiro-BA, com o objetivo da ampliação da análise sobre a questão de gênero das mulheres no campo (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021:164). Este evento foi precursor em trazer:

[...] definitivamente à pauta de análise o feminismo rural ao debater temas como o compartilhamento do trabalho doméstico e da produção, a vida sem violência, o acesso à terra, às águas e às sementes, e condições de produção e comercialização com autonomia. (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021:164).

O GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA composto por diversas mulheres elaborou o boletim de 2018 a fim de lançar “um olhar sobre o papel da mulher na construção da agroecologia, o contexto e os desafios por elas enfrentados bem como a luta e a resistência das mulheres nos territórios” (ANA¹⁵⁷, 2018):

Seguimos afirmando o lema “**Sem feminismo não há Agroecologia**”, [...] que expressa o nosso entendimento sistêmico de que a agroecologia é ciência, prática e movimento! As mulheres rurais, urbanas e os povos e comunidades tradicionais são protagonistas deste movimento, renovando conceitos e práticas, estando a frente de processos de transição agroecológica, do reconhecimento e valorização de sistemas agrícolas tradicionais sustentáveis, resistindo aos avanços da mercantilização **da vida e da natureza** (GT MULHERES da ANA, 2018:1).

O feminismo demarcado no encontro nacional e no boletim, é o “feminismo popular, anticapitalista, antirracista, antiLGBT-fóbico” (GT MULHERES da ANA, 2018:1), pois acreditam que é necessário mudar o mundo para que a vida das

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2018/09/05/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-2/>> Acesso em: 27 de março de 2023.

mulheres também possa ser transformada, e estas mudanças para que alcancemos um mundo com mais justiça e igualdade para todas, todos e todes urgem que sejam socialmente radicais. Estas reflexões partem de um feminismo militante construído desde a reflexão crítica do cotidiano das mulheres, em que afirmam que apenas olhando “para as contradições, a violência e a opressão que vivenciamos pelo simples fato de sermos mulheres, que vamos construindo nossas formas de resistência e nossa agenda política” (GT MULHERES da ANA, 2018:1).

As mulheres camponesas organizadas no MST participaram ativamente destas construções acima, no GT Mulheres da ANA, com o Setor de Gênero do MST. Este, criado em 2000, segundo a autora Mendes (2021) e as lideranças femininas do Movimento, é fruto de um processo que está colocado em pauta desde os anos 80 nas primeiras ocupações de terra, “acompanhando o debate feminista brasileiro feito durante as lutas contra a ditadura militar e reforçado na redemocratização” (Mendes, 2021:89; CADERNO DE FORMAÇÃO SETOR DE GÊNERO, 2018). Fernandes (2000) aponta que a primeira aparição das mulheres como demandantes dos espaços públicos do MST ocorreu no I Congresso Nacional do Movimento, em 1986, e se formou a Comissão Nacional das Mulheres do MST. O autor afirma que neste ano uma importante demanda das mulheres foi atendida, se tratando do direito a titularidade da terra no seu nome, recebendo os lotes sem que tivesse que estar o nome do marido ou qualquer outro homem considerado responsável. Apesar disso, ainda nos anos 2000 este era um dos poucos debates sobre mulheres nas cartilhas da CONCRAB (capítulo 2) sobre planejamento nos territórios de RA, em que era preciso explicar aos companheiros homens a importância dessa pauta.

O Setor de Gênero foi (e ainda tem sido) consolidado em um amplo campo e processo de disputas, transformações e aumento do debate dentro do próprio movimento.

No início do movimento, apenas os homens ocupavam cargos de liderança no MST. Mesmo as lideranças sendo ocupadas em sua maioria por homens, o processo de ocupação da terra, de acampamento e de assentamento, nunca foi um processo feito apenas pelos homens. Famílias inteiras, mulheres, crianças, [...], LGBTs homens e mulheres, sempre fizeram parte de todas as atividades do movimento (MENDES, 2021-89).

Elas se encontravam presentes no rompimento das cercas e nas ocupações dos territórios, nos acampamentos levantados debaixo da lona e na construção dos assentamentos. Elas sempre estiveram presentes na busca da fonte de água, no carregamento dos alimentos e móveis em caminhões para a montagem do acampamento, na montagem das barracas de lona. No plantio e na colheita. Foram também vítimas da violência dos latifundiários e jagunços, e se fizeram presentes nas negociações com os governos e o judiciário, nas marchas e protestos (LOERA, 2009) (MENDES, 2021:88).

Embora as mulheres façam parte do cotidiano dos territórios e fazendo parte das atividades, poucas mulheres se arriscavam em falar e dar suas opiniões nas reuniões (MENDES, 2021). Apesar de Mendes afirmar isso sobre o período do início do Movimento, esta questão foi percebida nos estudos de planejamento das duas comunidades-agroecológicas em Castro. Tendo sido fator mobilizante estabelecermos nas oficinas as atividades com as crianças, tanto pela importância da participação dessa geração, como para que as mulheres pudessem ao menos, participar mais das oficinas com os adultos.

Nas décadas de 1990 e 2000, as mulheres e LGBTs Sem Terra realizaram diversas lutas para seu reconhecimento no interior do MST, apresentando a gama de contradições sociais que também se encontram presentes no Movimento, que geram ausências das mulheres na participação cotidiana dos lotes e da organização da luta pela terra, como das lideranças e decisões tomadas pelo MST (CADERNO DE FORMAÇÃO SETOR DE GÊNERO, 2018). Assim, as mulheres e LGBTs¹⁵⁸, compreendendo e apontando a sua posição social, as contradições sociais e as opressões sujeitas destas, passaram a partir do ano 2000 a traçar uma linha política de organização, embasando a participação paritária de homens e mulheres desde a base na organicidade dos territórios, até os setores nacionais (MENDES, 2021:90). Através dessa organização o Setor de Gênero efetivou a participação de 50% das mulheres nas formações do Movimento, nos encontros e também no trabalho de base. Na Direção Nacional esta paridade foi efetivada em 2006. Esse processo ocorreu da construção de uma estrutura interna (de cursos específicos com estudo da diversidade de temas referentes a luta social e o lugar social e político das mulheres, e intervenção em espaços internos) para que essa participação fosse no real sentido, efetiva (CADERNO DE FORMAÇÃO SETOR DE GÊNERO, 2018). Ainda é um caminho em

¹⁵⁸ A criação do Coletivo LGBT Sem Terra se deu em 2014, durante o VI Congresso Nacional do MST (MST, 2021).

consolidação que as mulheres nestes lugares não sejam cerceadas e sejam reconhecidas, como apontam pesquisadoras militantes do MST no livro “Cultivar afetos, derrotar as violências: as mulheres do campo e a construção de novas sociabilidades”, em que denunciam as múltiplas faces das violências estruturais sobre as mulheres, além das violências cotidianas inclusive nestas escalas da organicidade do Movimento (NOVAIS et al.¹⁵⁹, 2021).

Na realidade dos territórios de Castro, por exemplo, o assentamento Maria Rosa que tem o Coletivo de Mulheres e que articulou uma padaria, é fruto do processo formativo e de incentivo de 20 anos do Setor de Gênero quanto aos grupos de mulheres, para fortalecê-las no cotidiano e na organicidade do Movimento. Entretanto, não significa que foi e é um processo fácil, há muita resistência, persistência e cansaço nesse entremeio, pois nos momentos de oficina do planejamento, quando realizamos separação de atividades por gênero e momentos de diálogos entre **mulheres da comunidade** com **mulheres da equipe**, e também na realidade que vivi no acampamento, manteve-se recorrente as pautas pelas mulheres de sobrecarga doméstica e na organicidade, violências domésticas, abandono do acampamento por estas violências, desistência dos estudos para cuidar da casa e da família, reclusão e cerceamento dos companheiros para ‘deixá-las’ participarem das questões e momentos comunitários.

Além disso, o **silêncio** de muitas presentes e a **ausência** de outras muitas companheiras, também são indicativos da estrutura não superada ou desconstruída amplamente de uma sociedade patriarcal nas relações sociais. Nos grupos da Fase 1 do planejamento das áreas de moradia, quando debatido o que as mulheres gostariam de levar para seus futuros lotes, meio em sério, meio em brincadeira, muitas compartilharam que ‘o marido’ não era prioridade. Ainda, observamos que essas falas não eram tão ou frequentemente socializadas nos grupos mistos. Toda a realidade percebida quanto às oficinas, na **relação** universidade e comunidade nos estudos de planejamento, deve ser relevante como preocupação para planejamentos participativos, pois estes só se fazem por meio de relações também.

Ademais, há um argumento muito importante sobre o debate de gênero defendido pelo Setor no MST:

¹⁵⁹ Adriana Novais, Atiliana V. Brunetto, Lisbet Julca, Kelli Mafort, Lizandra Guedes, Lucineia M. de Freitas, Renata Menezes.

O setor de gênero ressalta que gênero não se trata apenas do papel das mulheres, mas do papel que a sociedade apresenta também para os homens e o setor de gênero tem pensado sobre esse papel à luz da opressão patriarcal. A organização dos homens e o debate do machismo e do patriarcado feito dentro de grupos predominantemente masculinos também é um debate levantado dentro do setor de gênero com a realização de reuniões, intervenções e noites anti-patriarcais, além da construção da assembleia dos homens em 2017, durante a reunião da Coordenação Nacional do MST, que impulsionou o debate dentro dos estados (CADERNO DE FORMAÇÃO SETOR DE GÊNERO, 2018; MENDES, 2021:90).

Este reconhecimento do debate de gênero como não exclusivo à pauta das mulheres é uma luta dos feminismos e das mulheres Sem Terra importante para a percepção da realidade, vista também no processo em Castro nos últimos anos (2019 a 2023). Apesar disso, esta relevância e este argumento não são vistos e colocados nas agendas do combate às desigualdades e de políticas públicas com paridade. No próprio planejamento normativo dos territórios de reforma agrária, como visto no capítulo 2, o debate de gênero está atrelado apenas às mulheres¹⁶⁰.

Este argumento, demonstra a profunda demanda de ser amplamente reconhecido ainda, a exemplo de duas situações reais: a própria linha do tempo em que o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra ocorreu após mais de 3 décadas da fundação do MST; e das dificuldades enfrentadas na realidade dos acampamentos Maria Rosa e do Padre Roque.

Dadas estas dificuldades das mulheres do campo, no Brasil e na América Latina/Abya Yala, está em processo de construção o **Feminismo Camponês e Popular**, essencialmente “fazendo a luta contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo no campo” (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA, 2021:165), partindo de mulheres dos movimentos autônomos vinculados à La Via Campesina e também à Coordenadoria Latino-Americana de Organizaciones del Campo (CLOC). Feminismo e gênero são debatidos a partir desse Feminismo Camponês Popular por esta rede, e colabora com os questionamentos das mulheres dentro do MST, sobre a divisão sexual do trabalho e o papel da mulher dentro do Movimento (MENDES, 2021:87; NOVAIS et al., 2021:67).

¹⁶⁰ Por exemplo: a palavra “mulheres” esta citada uma vez nos títulos do documento de orientação da construção dos PDAs, e não há menção ao debate de gênero: “4.2.4 Sistema Produtivo – [...] 4.2.4.4 Mulheres e Jovens”, no “4.2 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Cultural”, da parte “4 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO” (Anexo II da Norma de Execução 02/2001 do INCRA).

O Feminismo Camponês e Popular¹⁶¹ denuncia, com caráter revolucionário¹⁶² e identitário¹⁶³ (NOVAIS et al., 2021:68), a contínua invisibilização e opressão ao movimento feminista das sociedades patriarcais, machistas e misóginas, que influenciou no campesinato o não reconhecimento das lutas pela terra, pela soberania alimentar e pela Agroecologia como feminista. Além disso, tampouco eram compreendidas e amplamente visibilizadas como lutas feministas (com certa hegemonia urbano x rural e do norte x sul global¹⁶⁴), por exemplo, a luta pelo direito e acesso à terra para as mulheres, pela defesa e recuperação das sementes crioulas, pela produção de alimentos, e as lutas contra as violências de gênero sofridas no campo. Assim, esse movimento demarca a resistência das mulheres camponesas, que se mantém viva a partir do cotidiano das lutas concretas contra a fome e pelo sustento da vida, da participação política, do cuidado com a natureza e os processos de formação nos movimentos populares do campo que fazem enfrentamento a esta invisibilização histórica do sistema capitalista, patriarcal e racista (LA VIA CAMPESINA, 2020). No I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, Itelvina Massioli de La Vía Campesina reforçou:

[...] el compromiso del “Feminismo Campesino y Popular” tiene una identidad evidente porque nace de la profunda relación de las campesinas con la tierra y la Soberanía Alimentaria. Y es popular porque emerge desde una perspectiva de clase, dentro de una lucha de clases. (LA VIA CAMPESINA, 2020).

Mendes (2021) afirma que as mulheres Sem Terra contribuem na formulação do feminismo camponês popular com a defesa da Reforma Agrária Popular que seja estruturalmente mais justa, através da existência de um setor de gênero intra Movimento, pois este realiza formações e implementa diretrizes importantes que visam o enfrentamento e combate ao machismo, ao racismo, a lgbtfobia e a inclusão de mulheres em todas as instâncias decisórias do MST (MENDES, 2021:88). Assim,

¹⁶¹ Dentro da literatura o Feminismo Camponês e Popular não é apontado como uma linha de pensamento feminista ainda, entretanto é reconhecido como movimento popular que aborda críticas necessárias aos feminismos em relação às mulheres camponesas e campesinas.

¹⁶² Segundo Novais et al. (2021:68): “Revolucionário – Rompendo com as estruturas de dominação e exploração presentes nas sociedades de classes. Forjar a nova sociedade, uma sociedade emancipada, uma sociedade socialista! (MST, 2015)”.

¹⁶³ Segundo Novais et al. (2021:68): “com Identidade – A partir das cosmovisões presentes nos diferentes povos e etnias, vinculando a luta pela terra ao território”.

¹⁶⁴ Aguinaga et al. (2011) debatem os contextos e as condições acerca destas discussões quanto às mulheres, por uma série de fatores histórico-coloniais-patriarcais, a partir de críticas dos feminismos pós-coloniais, ao debate de gênero e desenvolvimento, exigindo uma ruptura epistemológica dentro do próprio feminismo, com o uso de uma categoria de mulher e gênero homogênea. Aponta que apesar do intuito igualitário, o uso de uma categoria uniforme de mulher que invoca a sororidade, reduz a condição de gênero das mulheres de forma a-histórica, desviando outros fatores determinantes de sua identidade, como a de classe e etnia, aspectos medulares para a história das mulheres de territórios colonizados. Desta deslocalização das diferenças entre estas sujeitas, abre-se o espaço que coloca as mulheres e o desenvolvimento do “primeiro mundo” dominando essa homogeneidade, invisibilizando assim todas as experiências de r-existências do Sul global. Afimam: “La conciencia ecológica de género para ellas nace de las divisiones de trabajo y roles sociales concretos establecidos en los sistemas históricos de género y de clase, y en las relaciones de poder político y económico asociadas con ellos” (AGUINAGA et al., 2011 p. 67).

não é objetivo do trabalho aprofundar nos debates e críticas feministas, mas em trazê-los e referenciá-los no âmbito da organização das mulheres, que impacta no projeto popular amplo da RAP, e logo, deve ser visto no processo de discussão dos planejamentos dessa RAP também. Esta análise observa que, se os princípios impactam em práticas (desde a Agroecologia no capítulo 3), quando olhamos para as práticas da realidade e ainda vemos as desigualdades de gênero (racistas e lgbtfóbicas também) nas relações que produzem o espaço – seja pelo modelo do INCRA ou pela dinâmica comunitária e do Movimento –, é porque seus princípios ainda estão engessados nesse formato patriarcal.

Estes apontamentos todos estão como objetivos escritos na cartilha do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra de 2020:

Lutar contra a violência do capital sobre os nossos corpos e territórios; Lutar contra a reprodução do capital no campo, o agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio; compreender, aprofundar e consolidar o debate do feminismo camponês popular na construção da Reforma Agrária; Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da Jornada Nacional do Trabalho de Base ser por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural das diferentes regiões do país; Avançar na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo; Seguir construindo nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica em outras relações com a natureza e entre os seres humanos, produzindo alimentos saudáveis, através da agroecologia; Reafirma a importância da participação da juventude, das mulheres, negros e negras e LGBTs na construção da Reforma Agrária Popular e no enfrentamento de todas as formas de violência; Manter vivo o princípio e os valores humanistas e socialistas, entre nós e com os povos em lutas e resistências. (CARTILHA DE ORIENTAÇÕES POLÍTICAS E PRÁTICAS – I EM DAS MULHERES SEM TERRA, 2020).

Esse encontro organizou tais objetivos na prática da estrutura do evento e na diversidade da organização das participantes. Das 3.500 mulheres presentes, havia todas as faixas etárias como mulheres idosas, jovens e adolescentes, e foram registrados mais de 180 bebês e crianças sem-terrinhas¹⁶⁵. Estes ficavam na ciranda infantil e as adolescentes a partir dos 12 anos participaram das atividades com as mulheres (MST, 2020; MENDES, 2021:28). Ainda não muito debatida esta questão etária e geracional no planejamento da reforma agrária, no encontro das mulheres

¹⁶⁵ Acredito que se fosse um encontro de gênero dos homens, a partir da dinâmica social que ainda vivemos, talvez não existisse ciranda, pois as mães/avós/tias assumem essa demanda; ou talvez teria que ser uma proposição radical do evento, construí-lo como ciranda e incentivo às relationalidades entre pais e filhos/as, para incentivar atividades de sociabilidade, vínculo e cuidado pelas paternidades como desconstrução dos papéis de gênero do cuidado apenas às mulheres.

Sem Terra ficou latente essa dinamicidade e cuidado entre gerações. Essa diversidade compôs um encontro potente, mobilizador e acolhedor às gerações presentes.

Nas oficinas do planejamento em Castro, tentamos realizar esta dinâmica, principalmente sobre a ciranda devido à participação das mulheres. Neste caso, uma tentativa de olhar anti-patriarcal ao planejamento, passa pela mobilização metodológica da equipe técnica (e social) do planejamento de olhar para as gerações e como uma se relaciona com a outra. Neste âmbito, observamos a demanda pela equipe, que não seja somente técnica, mas também social¹⁶⁶, pois no caso em Castro, sentimos a necessidade de convidar profissionais da educação e da psicologia para colaborar nas oficinas com as crianças, e com os grupos de adultos também observamos que seria necessário, devido à debates e discussões sensíveis que permearam os grupos divididos entre gênero e foram verdadeiros desafios para nós.

Colorido e repleto de elementos camponeses, tecidos de chita, plantas, galhos, folhas secas, terra, alimentos, bandeiras, ferramentas, balaios e outros, o encontro destacou frases pendurados pelos espaços como “Mulheres em luta: semeando resistência”, “Estamos todas despertas”, “Socialismo”, “Resistência”, “Lutar, construir Reforma Agrária Popular”, e “Plantar alimentos saudáveis”, “Sem Feminismo, não há Agroecologia”, entre outras que faziam referência a Agroecologia, ao feminismo e ao socialismo (MENDES, 2021:33).

Para as organizadoras e participantes este primeiro encontro foi visto:

[...] não só como uma celebração ou reunião de mulheres, mas como um encontro para o aprendizado, troca de ideias, debates e, principalmente, luta política emancipatória. As principais temáticas discutidas no encontro foram: feminismo, anticapitalismo, socialismo, fim da violência contra a mulher, machismo e racismo (MENDES, 2021:36).

Logo no primeiro dia, a mesa de boas-vindas reafirmou que no evento não seria tolerado ações de machismo, racismo e lgbtfobia, e outras violências às mulheres camponesas, cis ou trans, que já sofrem muitas nos seus cotidianos.

O encontro como um todo foi um processo de forte expressão de uma luta por combate às violências, em todas as esferas, com acolhimento e cuidado. As mesas principais tiveram temas contundentes como “Análise da ofensiva do capital e

¹⁶⁶ Educadoras/es, Psicóloga/os, Pedagogas/os, Assistentes Sociais, e outras profissões.

mulheres”, “Capitalismo, patriarcado, racismo e violência”, “Feminismo Camponês Popular e Reforma Agrária Popular” (MENDES, 2021:37-38;43). Mas também, permeando estas atividades de formação e estudo coletivo, a organização do Setor de Gênero realizou uma programação participativa de rodas e trocas de saberes, as “Oficinas de encantarias e Saber Fazer, Trocas de Experiências e Balaio dos Saberes” (MENDES, 2021:45; PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO, 2020), em que todas as regiões trouxeram atividades de debate, autocuidado, defesa pessoal, habilidades, música, dança e ritmo, cartografias, entre outras.

O tripé do ‘capitalismo¹⁶⁷, patriarcado¹⁶⁸ e racismo’ vem da *crítica Feminista de la Teoría Decolonial* (ou Feminismo Decolonial), com a contribuição de Marfil Francke¹⁶⁹ (1990) no conceito *Trenza de Dominación* (também referenciada por *Trenza de las Dominaciones* ou *de Opresiones*). Neste, Francke enfatiza como a subordinação de gênero não é figurada na evolução das críticas coloniais e sustenta que o debate de gênero é um terceiro fio que é confundido com os de classe e etnia, que, no entanto, são lugares de dominação estritamente relacionados e cada qual diferente entre si. Para Bueno-Hansen (2023:75):

A través de la metáfora de Francke acerca de la Trenza de dominación, esta autora explica una estructura única que recorre todas las **relaciones sociales, institucionales y personales; públicas y privadas, la producción y reproducción, así como el proceso de la vida cotidiana en el desarrollo histórico de Latinoamérica**. En 1990, el trabajo de Francke contribuyó al proyecto de comprender el significado integral del género en esta “trenza de dominación” enraizada en las relaciones coloniales. (BUENO-HANSEN, 2023:75).

Estes debates procuram discutir a invisibilidade e as ausências das mulheres junto à centralidade dos pilares estruturantes da sociedade que vivemos,

¹⁶⁷ A incidência sobre a exploração do trabalho das mulheres é amplamente debatida na Teoria da Reprodução Social, das Feministas Marxistas.

¹⁶⁸ Das perspectivas do GT Mulheres da ANA, sobre a incidência de explorações recaem sobre os corpos e territórios das mulheres, é um debate fortalecido pelo Feminismo Indígena Comunitário, com muitas contribuições de Lorena Cabnal (2010), feminista Maya-Xinka, principalmente da perspectiva fundamental que o corpo é o primeiro território que possuímos, a terra é o território histórico, e que estes se encontram interligados. Deste modo, o território é somente um quando se considera o corpo-terra, e trata de um território em disputa, sendo que os danos sobre estes elementos se conectam entre si.

¹⁶⁹ Marfil Francke era socióloga, feminista e ecossocialista, nascida no México e cresceu no Perú. Ver biografia em: <<https://bisagra.org/projects/marfil-francke>>

interseccionado à questão de gênero¹⁷⁰. O encontro mostrou que para isto, é preciso pluralizar as dimensões e estratégias de debate e enfrentamento das violências e apagamentos das mulheres nos territórios, que apesar da invisibilidade que sofrem, quando estão **presentes e ouvidas**, trazem importantes perspectivas e contribuições para a manutenção da vida das suas famílias, das gerações, das atividades comunitárias e da 'vida' do próprio MST, que tem desde seu início a presença das mulheres nas lutas e nos processos cotidianos dos territórios ocupados.

Neste subitem, através da narrativa do encontro das mulheres Sem Terra abordamos uma perspectiva sobre potencialidades e dificuldades sociais que este grupo enfrenta, e podemos ver a produção de um espaço como o encontro em paralelo à escala da produção do espaço nos territórios. Mesmo que não tão explicitamente colocado, nisto há uma relação direta com a produção dos espaços pelos planejamentos dos territórios de reforma agrária: tanto na metodologia dos processos, como na organização espacial em si. A partir do questionamento sobre essa relação, procurei investigar sobre estas perspectivas nas áreas de estudo do planejamento. No próximo subitem, portanto, percorro algumas contribuições teóricas e desde as práticas feministas que dialogam com estas realidades e o planejamento.

5.2 CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA PENSAR E TRANSFORMAR O PLANEJAMENTO TERRITORIAL: DEBATES PARA UMA REFORMA AGRÁRIA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

"metade do mundo são mulheres. A outra metade, os filhos delas" (Efu Nyaki¹⁷¹)

Essa é a ponte com o subitem 5.1. A presença das mulheres é fundamental, mas na busca por um planejamento outro que está sinalizado em alguns elementos que a pesquisa foi apresentando. As mulheres como articuladoras da agroecologia com a vida e não com o modo de produção.

¹⁷⁰ Lugones (2003), autora feminista na Teoria Decolonial, acrescenta a as teorias da colonialidade do poder (QUIJANO, 1991) a colonialidade de gênero e da sexualidade (LUGONES, 2003) para enxergar os corpos em uma narrativa histórica interseccional de raça, classe, gênero e sexualidade dos/as sujeitas/os.

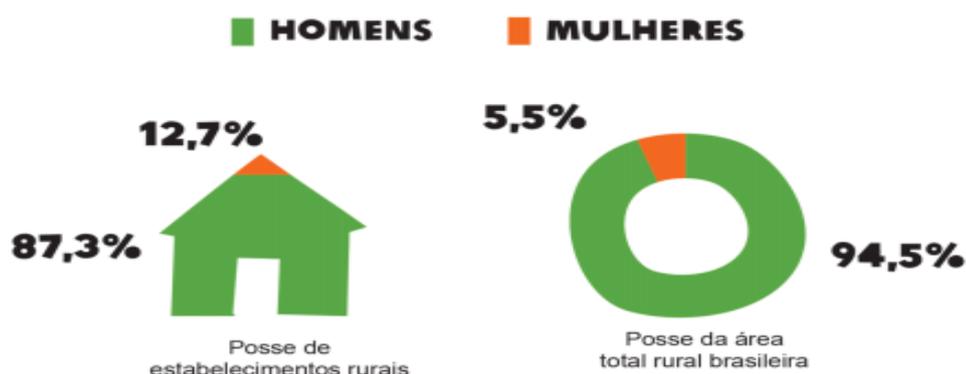
¹⁷¹ Eupharasia Joseph Nyaki, conhecida como Efu, é tanzaniana, pedagoga, terapeuta e fundadora da Entidade Afya (2019).

Se a reforma agrária é uma política pública que enfrenta a desigual distribuição da terra na sociedade, ainda não existe uma política que enfrente a desigualdade na distribuição da terra por gênero.

Segundo a autora feminista Zaida Muxí Martínez¹⁷², pioneira em estudos urbanos internacionais com a perspectiva de gênero, em seus levantamentos e estudos aponta que a propriedade da terra tanto rural quanto urbana não pertenceu nem pertence até o momento à população feminina, pois “según datos de 2004, hasta entonces las mujeres solamente poseíamos el 1% de las propiedades del mundo” (2019:12).

Verificamos no gráfico a seguir um dado que contribui para essa compreensão, pois a terra, além de concentrada pelo capital, está também concentrada nas mãos do gênero masculino.

GRÁFICO 4 – DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO.



FONTE: Oxfam Brasil (2016).

O patriarcado como lógica de hierarquização entre homens e mulheres e de naturalização das desigualdades promovidas é inerente ao sistema capitalista e ao processo colonizador de sua estruturação. Silvia Federici (2010:16) explica a produção social das desigualdades de gênero no capitalismo vinculada à naturalização do **trabalho doméstico** feminino como um não-trabalho, quer dizer,

¹⁷² Zaida Muxí Martínez é arquiteta e urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires, doutora pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Sevilha e professora na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona. Foi uma das primeiras estudiosas das questões de gênero aplicadas ao urbanismo e à arquitetura. Disponível em: <<https://www.uia2021rio.archi/arquitetura-e-feminismo-uma-entrevista-com-zaida-muxi/>> Acesso em: 26 de Julho de 2021.

como uma atividade natural, que não gera valor, sendo este, o pilar sobre o qual se constitui a possibilidade originária da exploração do trabalho assalariado e a chave por trás de sua produtividade.

O capitalismo brasileiro foi edificado sobre a superexploração do trabalho feminino no campo, tanto na unidade doméstica, onde sucedia, ademais da exploração abusiva da força de trabalho, a exploração sexual do corpo da mulher (e da criança) escravizada pelos senhores brancos, como na produção agrícola e na extração mineral.

As mulheres do campo, infelizmente, dentro de todo esse cenário sofrem ainda mais com a territorialização do capitalismo patriarcal sobre seus corpos, num cotidiano em que suportam violências dos companheiros; isolamento espacial e uma jornada permanente de trabalho com a terra e com a manutenção da casa e da família (MONNERAT, 2020:57). Essas mulheres, apesar do trabalho externo à casa, continuam, em sua maioria, sem receber qualquer valor monetário por seu trabalho, tendo muita dificuldade de poder de compra e não se configuram como herdeiras da terra.

Os espaços urbanos e rurais que habitamos estão pensados centralizados, segundo Martínez (2019) na produção a qualquer preço (seja ambiental, pessoal, temporal e outros), e estão majoritariamente dirigidos a facilitar a extração de benefícios de todo tipo para muito poucos. Complementa ainda que podemos pensar a ideia moderna da hipermobilidade e do território disperso como símbolos do progresso que têm dominado o planejamento capitalista, são falsos e arraigados exclusivamente na experiência excludente do gênero masculino. Estes territórios são habitados por pessoas que na realidade, não cumprem esses padrões e que necessitam organizar suas vidas em espaços que lhes são hostis: mulheres, menores de idade, pessoas mais velhas, bem como homens que não respondam ao perfil dominante de classe, raça, sexualidade e outras categorias.

Martínez e as autoras do *Collectiu Punt 6*¹⁷³ (2019) abordam o debate de gênero nas questões espaciais do urbanismo e da arquitetura desde o viés dos

¹⁷³ O *Collectiu Punt 6* é uma Cooperativa de arquitetas, sociólogas e urbanistas formada pelas profissionais Roser Casanovas, Adriana Ciocoletto, Marta Fonseca, Sara Ortiz Escalante e Blanca Valdivia em Barcelona, 2005. “Integrada por mulheres de procedências diversas e com mais de 15 anos de experiência local, estatal e internacional, Punt 6 é atualmente uma das referências fundamentais a crítica e prática do urbanismo feminista. Desde seu nascimento em 2005, suas integrantes tem construído oficinas, elaborado guias, trabalhos de docência, pesquisas e consultorias

feminismos que conceituam que os gêneros não são os sexos, se não os papéis socioculturais impostos segundo o sexo biológico dos corpos. Sobre gênero, utilizamos um recorte de Joseli Maria Silva¹⁷⁴ (2020) que referencia Judith Butler (2003; 2005; 2006) trazendo esta compreensão:

O gênero para esta pesquisa é compreendido como atos reiterados que se constituem nas vivências de corpos de homens e de mulheres, sem que haja uma essência natural dos sexos, conforme propõe Butler (2003, 2005, 2006). Assim, gênero não é algo fixo, mas está profundamente ligado às diferenças temporais e espaciais de como os corpos são compreendidos. (SILVA, 2020:103)

O gênero masculino então é o que está permitido social e historicamente a se deslocar, se mover e viver em função de si mesmo, sendo seus movimentos específicos e corpos que carecem de cargas de cuidado quando o sujeito se dirige de um ponto ao outro (COLLECTIU PUNT 6, 2019). As autoras afirmam que a partir desta experiência particular e minoritária que se tem organizado historicamente as sociedades no **tempo** e no **espaço**. E da mesma forma, assim tem sido a construção do debate dominante do imaginário e das práxis do urbanismo, do planejamento e da arquitetura, que reforçam um discurso autodenominado “neutro” e universalizador, porém se apresenta hierarquizante e patriarcal, reforçando as dicotomias ‘público x privado’, ‘urbano x rural’, ‘visível x invisível’, ‘razão x emoção’ segundo o binário de gênero masculino x feminino. Joseli (2015) resgata Paul Cloke e Ron Johnston (2005):

[...] argumentam que a modernidade criou a ideia binária de compreensão do mundo, gerando hierarquias entre natureza/cultura, homem/mulher, razão/emoção, público/privado e assim por diante. Acima de tudo, a modernidade criou o referente universal do saber científico branco, masculino, heterossexual. O binarismo não é uma característica inocente da ciência geográfica, mas forte instrumento de dominação e de manutenção de sujeitos hegemônicos. (SILVA, 2015:190).

urbanas, auditorias de gênero, e um conjunto de projetos encaminhados a levar de maneira real as transformações necessárias para viver em cidades mais inclusivas, onde seus habitantes sejam protagonistas” (COLLECTIU PUNT 6, 2019).

¹⁷⁴ Joseli Maria Silva é uma conceituada geógrafa brasileira, sendo na atualidade uma das maiores referências que pesquisa geografia feminista e da sexualidade.

Essas categorias e discussões fazem parte da história do movimento feminista, que vem sendo compreendida e narrada através das chamadas “ondas”¹⁷⁵. Esses momentos históricos segundo Zaida Martínez (2019) foram marcados por forte presença de manifestações e exigências de igualdade para as mulheres, e são movimentos que ‘sobem e baixam’ e que, em certas ocasiões também dão a impressão de ter desaparecido. Porém, registra-se que cada onda teve um significado e conquistas de um conjunto de direitos para as mulheres como com relação a educação, o direito ao voto, a liberdade de mobilidade nas cidades, o divórcio, o trabalho remunerado, o controle bancário próprio e a divisão das tarefas de cuidado, entre outros. Todos estes com implicações diretas na vida social e cultural que influencia na consolidação e vivência dos espaços (COLLECTIU PUNT 6, 2019).

Martínez (2019) relata que atualmente estamos vivendo a quarta onda do movimento feminista que é, como foram as primeiras, “internacional, transversal y horizontal”, com uma das principais demandas a não objetificação, o respeito aos corpos e a conquista de segurança em sentido amplo. Isso quer dizer “El derecho a decidir sobre nuestros cuerpos, sobre las apariencias, formas y sexualidades – cuándo, con quién y cómo” (2019:10) e essas observações portanto, passam a anunciar preocupações distintas para o pensamento da produção espacial bem como de outras áreas.

A exigência, então, por um **corpo político livre** está vinculada a segurança de sentido amplo e inclui o reconhecimento legal das violências, de feminicídios¹⁷⁶ como um importante marco social para a vida das mulheres. Martínez explica esta correlação de corpo político livre diante do sistema patriarcal que institui a organização e dominação do mundo sustentado em um pensamento que “todo lo existente está para su uso, consumo y disfrute y, a partir de esta construcción, en la idea de que las

¹⁷⁵ Ver: Guanandía Arias Laurindo. “La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad. Un análisis feminista de la historiografía”. Tese de doutorado, UPC, Departament de Teoria i Història de l'Arquitectura i Tècniques de Comunicació, 2018.

¹⁷⁶ Segundo notícia de Érica Caetano (2021), a palavra “feminicídio” foi incluída apenas este ano em julho de 2021, na sexta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), o qual não era atualizado desde 2009. A Academia Brasileira de Letras (ABL) responsável pela atualização inseriu a definição: “Feminicídio: delito de homicídio praticado contra mulher decorrente de violência doméstica ou familiar e/ou por motivo de menosprezo ou discriminação de gênero. No Brasil, há até lei para o crime, a qual foi sancionada em 2015.” Disponível em: <bit.ly/43hn6Xh > Acesso em: 07 de Agosto de 2021.

mujeres somos su propiedad” (2019:10). Silva (2015) utiliza o debate da colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2000) para abordar que:

[...] a matriz colonial de poder é uma estrutura complexa de eixos entrelaçados que envolve o controle da economia, da autoridade, do poder, da natureza, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Assim, a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser. [...] A colonialidade do saber não é algo que atinja apenas o mundo colonial ou que diga respeito apenas aos excluídos do privilégio de enunciação do saber. Ao contrário, a racionalidade da colonialidade é onipresente, afetando a manutenção de mecanismos que dificultam a criação de novas formas de constituir relações entre saberes a partir da ideia da multiplicidade de conhecimentos e da plurilocalidade de saberes. A simples inclusão das mulheres, negros e homossexuais na produção do saber científico não basta para transformarmos a lógica da hegemonia. Isso porque a inclusão pode ser perversa e significar uma nova forma de assimilação da cultura científica hegemônica moderna (SILVA, 2015:190).

Neste momento, as ondas que deram luz à ‘epistemologia feminista’ tomaram como debate os fundamentos autorizantes não questionados, que dentre sua ampla complexidade, colocam em cheque o que perdura como a última colônia – as mulheres. Esse conceito vem da discussão da “colonização do futuro” de Maria Mies, Bennholdt-Thomsen e Von Werlhof (1988), que escreveram “Mulheres, a última colônia”. Esta obra descreve a colonização voltada para a obtenção barata do trabalho, na divisão social do trabalho feminino para criar mais riqueza, bem como fez nas primeiras colônias com a terra, os recursos naturais e o trabalho escravo. Maria Lugones (2003) posteriormente acrescenta ao debate das colonialidades de Quijano (2000), o conceito da colonialidade de gênero.

Para Aguinaga et al. (2011) a agenda de descolonização e despatriarcalização, discutida mais amplamente pelas mulheres latino-americanas veio a ser apontada na terceira onda do feminismo, datada da década de 1980, momento histórico em que teoricamente a categoria “gênero” aparece como categoria central da globalização, segundo Amelia Valcárcel (2008 apud AGUINAGA et al., 2011). Destes feminismos partem análises das distintas faces do poder e emanam uma emergência revolucionária sobre o discurso de desenvolvimento, apostando em um pensamento integral e sensível **da vida** e seu contexto, articulando sua perspectiva de um ‘desenvolvimento’ outro a partir do entendimento das **dimensões ecológicas, econômicas, e de modelo produtivo** (AGUINAGA et al., 2011).

Até este período as mulheres dos países latino-americanos que acessavam os benefícios sociais consolidados pela industrialização parcial do continente, o

faziam por intermédio dos subsídios que acessava o provedor da casa, ou seja, o homem. Estas mulheres não eram consideradas como sujeitos de segurança social direta, nem sujeitos econômicos, menos ainda como cidadãs plenas. A partir dessa década, o enfoque de gênero e desenvolvimento ascendeu, com um feminismo de raízes socialistas, que identificou a divisão socialmente construída entre **trabalho produtivo e trabalho reprodutivo** como base opressiva sobre as mulheres. Daí repercutiu a discussão de uma economia feminista de esquerda.

Dessa construção, ficou evidente a **feminização de determinados trabalhos** historicamente demarcados com a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, e como isso influenciava a desvalorização de algumas profissões, construídas como “trabalho de mulher”, precarizando tanto seu status social quanto seus respectivos salários. A condição do ingresso da mulher “no mundo do trabalho” externo ao de seus lares, e todo aquele não remunerado ainda relacionado ao cuidado com o outro, sobrecarregou ainda mais sua rotina, exigindo múltiplas jornadas de trabalho (OROZCO, 2006).

Neste contexto Martínez (2019) aponta que na terceira onda há uma reclamação por espaços urbanos também durante a noite e, a crítica da lógica dos subúrbios como organizações territoriais baseadas na divisão de papéis de gênero, e também nos questionamentos de produzir as cidades de forma a destruir tecidos sociais e materiais.

Na década de 1980, por exemplo, quando se considera que a onda estava em uma fase de estancamento global, pensadoras como Doreen Massey (1984) recuperaram, a partir da geografia, a crítica referente às questões de gênero na organização, no uso e também no desfrute dos territórios. As críticas deste momento sistematizadas por Martínez (2019) abordaram “el hecho de que las niñas y las mujeres tengamos que dedicar nuestro tiempo a tareas reproductivas sin contar con horas ni espacios propios, mientras que los niños y hombres detentan tiempos y espacios para el ocio” (2019:11). Silva (2020) destaca esta relação de que toda performance de gênero é simultaneamente espacial, citando Massey (1995) que ao estudar a “produção das masculinidades de trabalhadores da alta tecnologia evidencia a dicotomia entre o **espaço público e privado** na existência humana é um dos elementos que potencializa a hierarquia de gênero” (SILVA, 2020:21). Essas críticas são fundamentais para as décadas seguintes e o aprofundamento das investigações de Martínez e outras autoras quanto a um urbanismo feminista.

Estes momentos de estancamento ou altos e baixos segundo Martínez (2019) no seu levantamento sobre as ondas estão relacionadas aos processos políticos ampliados dos contextos territoriais inseridos, e ressalta que reside o desafio na quarta onda que vivemos que não retrocedamos os direitos conseguidos¹⁷⁷. A autora também aponta que esta onda se converta em uma nova base que permita construir sociedades realmente igualitárias, e referencia a frase de Angela Davis (1981) de que seja possível construirmos uma realidade tão revolucionária, que ser mulher seja ser considerada ‘pessoa’. Refletir sobre todas estas críticas estruturais do sistema capitalista e patriarcal nas diferentes ondas feministas a partir do campo e da reforma agrária incorpora elementos essenciais para a construção de uma agenda de pesquisa e ação sobre a produção do espaço nesse âmbito que serve como marco inicial para esta pesquisa, mas que, entedemos que abre caminho para muitas outras possibilidades para o futuro.

As mudanças de paradigma, citadas pela revisão de Martínez (2019) são necessárias para que as plataformas de igualdade se consolidem por intermédio de exigências de reconhecimento que as lógicas e valores patriarcais que configuram as atuais sociedades hierárquicas não estão funcionando e, é preciso mudar para uma rede em que todas as intersecções de vida tenham importância para o sistema e sejam considerados mutuamente imprescindíveis.

Nesse sentido têm surgido nas últimas décadas, em múltiplos contextos, os debates ecofeministas que teorizam sobre este apontamento de Martínez, como é abordado por Alicia Puleo¹⁷⁸ (2019) e Yayo Herrero (2016) o fundamental

¹⁷⁷ A aceitação das pautas feministas tem tido avanços e retrocessos de acordo com o avanço e retomada de políticas conservadoras e neoliberais que pregam discursos e práticas racistas, machistas e homofóbicos tendo a conveniência dos meios de comunicação de massa para sua ampla divulgação influenciando sobremaneira na opinião pública sobre estas demandas (COLLECTIU PUNT 6, 2019). No caso brasileiro, esse apontamento pode ser verificado diante do governo presidencial de Jair Bolsonaro que expressou uma perspectiva contra os reconhecimentos e direitos das mulheres e minorias já conquistados. A coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, afirmou em 2020 “que os direitos das mulheres estão sob ameaça de retrocesso devido ao avanço do conservadorismo”. Soraia foi uma das convidadas para a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre combate à violência contra a mulher e de acordo com ela, o decreto de Bolsonaro que facilitou o porte de armas aumenta os casos de violência doméstica e mortes de mulheres no país”.
 Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/27/direitos-das-mulheres-estao-sob-ameaca-de-retrocesso-afirmam-debatedoras-na-cdh> Acesso em: 07 de Agosto de 2021.

¹⁷⁸ PULEO, Alicia. *Claves ecofeministas. Para rebeldes que aman la Tierra y a los animales*. Plaza y Valdés, Madrid, 2019.

reconhecimento da **ecodependência** e a **interdependência** entre os seres vivos. É ela que nos permite viver, a ordem ecológica, da qual fazemos parte e somos dependentes, pois as outras formas de vida não estão a nosso serviço e, portanto, devemos conservá-las e cuidá-las. Ainda, esta ideia de interdependência, também de Orozco¹⁷⁹ (2014), sinaliza que como espécie somos dependentes uns dos outros para sobreviver através de **cuidados** não só na primeira fase da infância, mas durante toda a vida. No entanto, este é um dos principais aspectos que o sistema patriarcal desvaloriza e invisibiliza o que se relaciona com as ações e **trabalhos de cuidado**. Assim, essas teorias se declaram com caráter de denúncia histórica, apontando que é um equívoco neoliberal que somos seres autônomos e independentes individualmente, pois sempre dependemos de outras pessoas e também do meio ambiente em que vivemos (PULEO, 2019). Em uma área de reforma agrária, esses posicionamentos fazem parte da construção cotidiana de relações.

A ecofeminista brasileira Ivone Gebara, que constrói sua reflexão desde a teologia feminista, introduz que o questionamento fundamental ao desenvolvimento reside em que este constitui um discurso hegemônico da modernidade. Para Gebara (apud AGUINAGA et al., 2011), a modernidade introduz um contexto no qual as mulheres são definidas no espaço doméstico como subordinadas às relações familiares e matrimoniais e onde, paralelamente, a natureza passa a ser dominada pelo espírito científico masculino. A autora defende que, as categorias oprimidas – **mulher e natureza**, estiveram recorrentemente presentes nos discursos autorizantes das estratégias dominadoras da política, filosofia e da teologia do pensamento moderno ocidental, desde a gênese do capitalismo. Sendo assim, o ecofeminismo incide então em lavar que o destino dos **oprimidos está intimamente ligado ao destino da terra**: “Toda apelación a la justicia social, implica una ecojusticia” (AGUINAGA et al., 2011 p. 70).¹⁸⁰

¹⁷⁹ OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

¹⁸⁰ A forte relação entre a agroecologia e as mulheres nas áreas de reforma agrária constata como essas correntes feministas se constroem, também, a partir das práticas camponesas.

Las campesinas, indígenas, negras, mujeres urbano-marginales que conforman los feminismos populares del Sur son las mismas que el paradigma de desarrollo oficial percibe únicamente como receptoras de programas, desde la subalternidad. Hoy, en el contexto de sus experiencias en la economía social y solidaria, o comunitaria, en torno a la destrucción de su hábitat por megaproyectos de “desarrollo”, ellas reclaman con voz colectiva otro rumbo para sus sociedades. Rechazan cualquier esencialismo de género o cultural, reivindicando por ejemplo sus derechos como mujeres dentro de la justicia indígena originaria (AGUINAGA et al., 2011 p. 80)

Diante da discussão apresentada, o ponto quanto a questão econômica de dominação do capital nos faz chegar nos debates da economia feminista. É nesse campo que os feminismos também arquitetam críticas e teorizações quanto à concepção existente de **natureza, da reprodução e a sua relação com o modo de produção capitalista**. O marco teórico-conceitual da economia feminista contribui também na consolidação da **Economia do Cuidado** (OROZCO, 2014).

Esta parte do pressuposto que **o trabalho cotidiano**, não remunerado e realizado no âmbito do lar gera valor econômico, opondo-se à construção da ideia capitalista e patriarcal, que diz o contrário. Enquanto esta força de trabalho feminina mantém a força de trabalho das pessoas do seu lar, ela é, portanto, fonte de valor econômico. E não se trata apenas de compreender os valores econômicos com metodologias de contabilidade que a economia feminista nos fala, esta busca a tomada de consciência da superexploração das mulheres que desde tempos remotos participam cada vez mais do campo do trabalho assalariado tanto quanto se mantêm sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico, o cuidado dos filhos, o cuidado com idosos e também de seus companheiros (AGUINAGA et al., 2011).

A Teoria do Cuidado, embasada na discussão da economia do Cuidado¹⁸¹ (OROZCO, 2014), alude sobre o espaço em que se realiza a produção de bens e serviços, que tem como objetivo o bem-estar das pessoas no decorrer do seu ciclo de vida e a partir disso, a Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC) propõe três escalas analíticas e estratégicas para refletirmos sobre os Cuidados: (i) o autocuidado, (ii) o cuidado de pessoas e (iii) o cuidado do território. Segundo a OXFAM (2013) o conjunto de cuidados cotidianos e seus respectivos trabalhos ainda são comumente invisibilizados e não valorados social e

¹⁸¹ Ver: BATTHYÁNY, Karina. Políticas del cuidado - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; México DF : Casa Abierta al Tiempo, 2021; O texto “La ciudad cuidadora: por un espacio urbano que ponga la vida en el centro” COLLECTIU PUNT 6, 2022; E o material gráfico “Red comunitaria de cuidado en el entorno de la vivienda” (COLLECTIU PUNT 6, 2020).

economicamente, por serem vistos na prática patriarcal de nossa sociedade nos diferentes espaços como trabalhos destinados exclusivamente às mulheres (OXFAM, 2013).

Essa demanda **cotidiana** relacionada ao **cuidado do outro**, sendo estes filhos/as, idosos, pessoas enfermas ou pessoas com deficiência é identificada e apropriada pela denominada economia do cuidado (a qual durante a Pandemia COVID-19 se escancaram ainda mais esses dados¹⁸²). A necessidade humana mais importante para viver uma vida digna parte dessas relações cotidianas, que mantém e **reproduzem a vida** e, até pouco tempo, era sufocada pelo discurso político e reducionista econômico do desenvolvimento neoliberal. Essa perspectiva da economia do cuidado transmuta, no entanto, pontes já estabelecidas quanto à valoração, ao bem viver e a **modos de vida** outros (AGUINAGA et al., 2011).

A **economia do cuidado** tem como crítica central a privatização e individualização decorrentes do neoliberalismo e diligência uma política pública direcionada ao cuidado. Isto não quer dizer que a perspectiva seja do Estado como provedor da totalidade dos serviços de cuidado que demanda a reprodução social. Esta perspectiva defende a integração entre distintos atores e campos, que pensem e construam uma solução coletiva autônoma para a demanda da sociedade por cuidados (AGUINAGA et al., 2011).

Os feminismos populares e comunitários que partem de resistências, mobilizações, levantamentos e **construções populares indígenas, camponesas e urbanas da América Latina**, pautam em suas lutas a questão do cuidado, como emancipatória para o modelo social e espacial vigente. São feminismos que buscam questionar a fragmentação pós-moderna das lutas identitárias ao mesmo tempo em que questionam o horizonte patriarcal da igualdade e da inclusão. Desta forma, se configuram como apostas políticas para a construção coletiva de caminhos para a transformação interseccional da sociedade em seu conjunto. Estes feminismos articulam de maneira complexa a luta pela descolonização, despatriarcalização, a superação do capitalismo e a construção de uma outra relação com a natureza. A complexidade desses ressignificados transformam a ideia de comunidade, espaço

¹⁸² Relatório OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas> Acesso em: 08 de março de 2022.

público e repertórios de ação para a formação de uma comunidade política e afetiva, consciente do seu *locus* histórico (AGUINAGA et al., 2011).

Ainda, Silvia Federici (2018) ressalta a importância e centralidade desses debates para a “autorreprodução dos movimentos” e as “comunidades de cuidado” junto ao desenvolvimento de uma variedade de estruturas de base comunitária”. Na sua obra “O ponto zero da revolução (2018)”, a autora “mapeia e descreve a criação de novos cotidianos de resistência, existência e luta”, protagonizando **as mulheres, as camponesas e as comuneiras** para complementar as atualizações destas discussões em torno do cuidado e da produção e política dos **comuns**.

Diante das contribuições feministas, Martínez (2019) defende as contribuições feministas sob os seguintes aspectos:

El feminismo es la revolución necesaria, porque corporiza la igualdad real, al reconocer y asumir las diversidades; porque valora los cuidados, reconociéndonos como parte de una especie en un sistema ecológico complejo; porque se construye con empatía y sororidad; porque considera otros valores para la economía, como los tiempos y espacios reales y el cuidado de la vida, en lugar de la falacia patriarcal del crecimiento continuo e infinito sobre sistemas finitos de espacio, soporte y tiempo. (2019:12).

Para Martínez estes apontamentos são relevantes pois a mesma define *as urbes* como a materialização física das sociedades e por isso é imprescindível repensar, transformar e propor cidades, povos, espaços urbanos e ruralidades desde estas considerações **interseccionais**¹⁸³ **dos feminismos**. A autora (2019) ainda correlaciona os lugares¹⁸⁴ que não tem sido neutros em nenhuma escala, pois manifestam constantemente os comportamentos permitidos e/ou proibidos, e conseqüentemente os condicionamentos que nos enviam mensagens, e portanto, precisam ser repensados como espaços promotores da igualdade, do cuidado e das interconexões entre todas as formas de vida.

Sequencialmente Martínez (2019) também aponta que historicamente a luta pelo espaço urbano tem sido compreendida clássica e tradicionalmente desde o ponto de vista econômico e de classes, porém que tem sido as mulheres majoritariamente

¹⁸³ Conceito de interseccionalidade em CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, vol. 10, nº 1, 2002; pp. 171-187.

¹⁸⁴ Debate sobre lugares e espaços de Zaida Muxí em seu livro *Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral*, DPR, Barcelona, 2018.

que estão sendo negadas o direito a cidade como espaço público, político, de encontro, de movimento e de liberdade. Isso porque, se falarmos em termos econômicos, as mulheres são o grupo social entre gêneros masculino e feminino que menos possuem bens em seu nome, permanecendo os territórios e espaços em domínio e propriedade dos homens, direcionando assim às mulheres a uma narrativa de 'feminino' pelo sistema patriarcal como corpos objetificados e, portanto, passíveis de serem possuídos (do conceito de posse) nos ambientes privados, invisíveis e domésticos.

Esta organização, para a autora, representa o lugar subalterno que a sociedade patriarcal tem destinado às mulheres e por conta disto ao longo do tempo tem ocorrido mais manifestações de mulheres que pautam a diminuição das violências domésticas sofridas e do feminicídio de companheiras, bem como o reconhecimento e respeito a sua existência e dignidade humana (MARTÍNEZ, 2019). De forma geral, segundo o panorama mundial analisado por Martínez (2019) ao longo da sua carreira investigativa, nestas reivindicações as mulheres têm demonstrado a capacidade de se organizar tecendo redes e construindo um movimento e conhecimentos pela empatia, horizontalidade e com interseccionalidades trazendo luz e visibilidade aos valores ausentes no patriarcado - os quais são temidos pela sua capacidade transformadora.

Estas transformações¹⁸⁵, segundo Martínez (2019) e o *Collectiu Punt 6* (2019), na incidência dos espaços urbanos, são de uma proporção imensamente desafiadoras uma vez que já que se trata de transformar o existente, há o fato que não se pode esquecer, que os espaços artificializados urbanizados em diferentes graus não podem nem devem seguir crescendo. Este desenvolvimento urbano é uma expressão física de modelo de crescimento infinito que está colocando em risco a sobrevivência humana e as vidas tal qual conhecemos no planeta terra. Por isso, vencer os paradigmas atuais requer abrir a possibilidade de construção de territórios feministas, e para as autoras isso seria tal como propõe o **ecofeminismo** de Vandana Shiva, Maria Mies, Yayo Herrero, Pérez Orozco e Alicia Puleo¹⁸⁶, pois semeia o debate do cuidado de forma ampla, cuidando do planeta e das pessoas em uma economia não

¹⁸⁵ SPAIN, Daphne. *La importancia de los espacios de género urbanos en el ámbito público, em Urbanismo y género, una visión necesaria para todos*. DIBA, Barcelona, 2006.

¹⁸⁶ Estas autoras, como descrevem as autoras Zaida e o *Collectiu Punt 6* são algumas das vozes do Ecofeminismo que constroem suas referências para o debate do Urbanismo Feminista.

mercantilizada que promova uma noção de limites, questionando as diretrizes capitalistas de “sempre mais”, “sempre mais grande” e “sempre mais dinheiro”. Exemplos citados pelas autoras são os direitos industriais e urbanos, a exploração em alta do petróleo e seus derivados, a utilização desenfreada de agrotóxicos para produção em larga escala do agronegócio, entre outros.

Para Martínez (2018), a referência histórica de um modelo sem destruição tem sido resguardada por múltiplas experiências de cuidado por distintos grupos de mulheres em contextos rurais ou urbanos, uma vez que as mulheres conhecem os pormenores **cotidianos** do uso desses espaços para a **reprodução da vida** diante dos **papéis de cuidado** que tem assumido. São quem majoritariamente possuem atenção ao seu entorno social e natural¹⁸⁷, atuando no sentido de uma lógica da disciplina de física em que “nada desaparece, tudo se transforma” na escala cotidiana.

O urbanismo feminista do Collectiu Punt 6 (2019), e para os trabalhos territoriais, é uma teoria propositiva sobre uma **troca de valores**. Tratando de situar novos processos que pratiquem valores de cuidado nas relações humanas e existenciais entre espécies vivas, compreendendo e resolvendo as necessidades das pessoas através de outras variáveis, outro prisma e outras prioridades. O primeiro valor então seria colocar **a vida no centro**, assim como propõem os debates feministas, reconhecendo a diversidade das pessoas e lugares, incorporando respostas a situações e pessoas reais e plurais, mesmo que o horizonte seja de dificuldades, porque também pode significar paralelamente oportunidades (COLLECTIU PUNT 6, 2019).

Esta afirmação vem de Daphne Spain já em 2006, sobre o modelo tal qual vivemos que está em crise, porém que também gera fissuras as quais podemos incorporar transformações positivas desde os feminismos que lutam em uma sociedade descuidada¹⁸⁸. Martínez reforça que estes apontamentos estão sendo feitos há anos pelas mulheres e que ainda não perderam sua atualidade¹⁸⁹, pois em

¹⁸⁷ Zaida Muxí Martínez. *Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral*, DPR, Barcelona, 2018.

¹⁸⁸ SPAIN, Daphne. *La importância de los espacios de género urbanos em el ámbito público, em Urbanismo y género, uma visión necesaria para todos*. DIBA, Barcelona, 2006.

¹⁸⁹ É importante observar que as pesquisas de Zaida e as autoras registram preocupações e pautas sociais que criticam o modelo que resultou na Pandemia do Corona Vírus em 2020. Atualmente, com a Pandemia e a onda crescente de conservadorismo que houve mundialmente, se revelou ainda mais as violências domésticas e a majoritária presença e linha de frente das mulheres enquanto cuidadoras e profissionais da área da Saúde. Os estudos e investigações contendo dados e denúncias desses enfrentamentos invisibilizados têm crescido e marcam um momento histórico para as reivindicações

verdade ainda necessitam ser amplamente reconhecidos e incorporados nos contextos de todos os continentes. Por isso, para o urbanismo feminista o descreve desde os seguintes princípios (2019):

Un urbanismo feminista se construye desde el diálogo, desde la empatía, desde relaciones sin jerarquías en que se respetan todos los conocimientos. En él se consideran todos los cuerpos, sin normativizar modelo alguno. **Este entiende de manera entrelazada los espacios, los tiempos, las necesidades, las oportunidades, los sistemas naturales y a las personas** (MARTÍNEZ, 2019:14).

O Collectiu Punt 6 (2019) afirma, no entanto, como proposta de ruptura da dicotomia urbano-rural que atuam também na perspectiva de uma corrente crítica focada em planejamentos ecofeministas em contextos rurais. No entanto reconhecem as limitações de contribuições sobre este segundo contexto devido à experiência concentrada sobretudo no urbano. Sendo assim, defendem a partir da história do feminismo no mundo, que os feminismos são diversos e convidam a reflexão, a crítica e a discussão de uma proposta que reivindica “una transformación radical de la ciudad **[e do campo¹⁹⁰]**, entendiéndola como un entramado de componentes físicos, sociales, económicos, ecológicos y culturales” (COLLECTIU PUNT 6, 2019, p. 24).

Estas perspectivas são importantes, pois durante décadas predomina na arquitetura, no urbanismo e no planejamento uma visão determinista de uma área onipotente, porém com baixa capacidade de análises críticas e sem aprofundar nas causas e injustiças sociais que emergem também de sua própria prática (COLLECTIU PUNT 6, 2019). Para as autoras essas áreas começam a se reconhecer, desde os apontamentos feministas, como parte de uma engrenagem mais complexa e podem contribuir, portanto, trabalhando de maneira interdisciplinar com outros conhecimentos. Por exemplo em torno da saúde, da ecologia, da economia, da educação e outros para pensar uma construção de territórios mais justos, sustentáveis e equilibrados com as pessoas e a diversidade como prioridade para pensar outros mundos (2019). Estes aspectos estão nas práticas mostradas pelas mulheres Sem

que os feminismos tem debatido ao longo da história. Disponível em: <<http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/>> Acesso em: 08 de Agosto de 2021.

¹⁹⁰ Acréscimo meu.

Terra no encontro nacional, que se coloca como horizontes para uma reforma agrária com a perspectiva de gênero.

Estas perspectivas interdisciplinares para o *Collectiu Punt 6* (2019) provêm do reconhecimento das teorias e autoras anteriores:

Hacemos hincapié en determinados aspectos, como el reconocimiento de las genealogías o un posicionamiento anticapitalista frente a la ciudad contemporánea, porque toda interpretación y conceptualización son políticas. Por lo tanto, aquello que nosotras definimos como urbanismo feminista, las autoras nombradas y los temas que enfatizamos forman nuestra visión colectiva —porque la hemos construido juntas— que, efectivamente, es una visión sesgada y situada. (*COLLECTIU PUNT 6*, 2019:24).

Uma importante crítica trazida pelas autoras, portanto, retoma os argumentos de Teresa Del Valle de 1995¹⁹¹ sobre a existência de cinco mecanismos de silenciamento que invisibilizam as contribuições e criação de conhecimento pelas mulheres e do feminismo: **a usurpação, a desvalorização, o silenciamento, a transformação interessada e o lapso genealógico**. No campo do urbanismo estes cinco mecanismos se evidenciam, pois pouco se fala e nomeia as contribuições provenientes de autoras femininas, ocorrendo principalmente a usurpação das contribuições fundamentais (*COLLECTIU PUNT 6*, 2019). No caso da geografia feminista e nos estudos de Joseli Maria Silva (2015) há uma similitude quanto a estes apagamentos e, no contexto latino-americano o debate da colonialidade de Quijano se vale neste momento também, uma vez que “a colonialidade do saber compõe formas de organização do mundo que permanecem arraigadas na racionalidade da sociedade contemporânea” (2015:190).

Neste sentido, a dinâmica da sociedade patriarcal e capitalista reforça e preserva a invisibilização da genealogia¹⁹² do urbanismo feminista, não reconhecendo as inúmeras contribuições de pensadoras mulheres sobre as reflexões e

¹⁹¹ DEL VALLE, Teresa. *Identidad, memoria y juegos de poder*. Revista Deva, n. ° 2, Asturias, 1995.

¹⁹² A genealogia revisada pelo coletivo se constituiu através de aprendizados constantes da prática ação-investigação para construir um discurso transformador e feminista no urbanismo e na arquitetura (*COLLECTIU PUNT 6*, 2019). O sul global impulsiona a pensar os contextos menos privilegiados com menos recursos, incorporando as bases comunitárias (*COLLECTIU PUNT 6*, 2019). Dentre as autoras latino-americanas dos estudos genealógicos feministas estão Ana Falu – arquiteta argentina; Silvana Pissano e Charna Furman – Uruguai; Lourdes Garcia Vasquez – arquiteta mexicana referência no feminismo popular na arquitetura e urbanismo mexicanos, principalmente nos planejamentos dos bairros, questionando a visão elitista da arquitetura e aplica uma visão feminista e decolonial dos projetos de habitação e de melhoria dos bairros para comunidades indígenas e trabalhadoras.

reinvidicações acerca do espaço das cidades e dos territórios (COLLECTIU PUNT 6, 2019). A partir da década de 1970, na área da geografia e posteriormente na arquitetura ou na sociologia, as feministas têm insistido na evidencia de que os espaços urbanos não são neutros e que é necessário incluir as mulheres nas perspectivas e críticas de transformações sociais. Estas reflexões iniciais, culminaram na compreensão da perspectiva de gênero de diversas precursoras mulheres dos estudos urbanos feministas¹⁹³, portanto se fazendo necessário o reconhecimento desta importante participação na perspectiva de melhorar a condição humana na ocupação dos espaços e territórios (COLLECTIU PUNT 6, 2019). A própria narrativa e reconhecimento desse histórico e da participação dessas autoras compõem a crítica da visibilidade dos discursos feministas na academia e nos movimentos sociais.

Desde este punto de partida, hemos ido (re)descubriendo un hilo del urbanismo feminista que se desenvuelve en diferentes contextos temporales y geográficos, y que ha determinado, en gran medida, el impacto o las resistencias que diferentes pensadoras han podido encontrarse para poder llevar a cabo su trabajo intelectual (COLLECTIU PUNT 6, 2019:33)

Desde estas críticas o coletivo sistematiza as proposições das experiências das autoras estudadas por elas nos distintos continentes, que percorrem os debates de comunidade e interseccionalidade narrando a origem da “mirada interseccional”, a participação e ação comunitária, as justificativas da essencialidade de incluir perspectiva de gênero na participação, e a necessidade de criar espaços não mistos “de e para mulheres” (COLLECTIU PUNT 6, 2019). Assim, o coletivo aporta fundamentos para construir territórios feministas que estabelece critérios gerais destas contribuições, pensando o cotidiano, os espaços públicos e de relação, equipamentos e serviços, mobilidade, habitação, percepção de segurança para uma mudança de paradigma, para uma **cidade cuidadora**, desde um urbanismo feminista e comunitário “**más allá de las instituciones**” (2019:199). Para nós, uma **reforma agrária cuidadora, para além das instituições**.

¹⁹³ Consultar mais informações do tema: Maria Dolors García Ramón em sua obra *Geografía feminista: una perspectiva internacional, Documents d'anàlisi geogràfica*. n.º 10, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1986, pp. 147 – 157; Muxí Martínez em *Mujeres casas y ciudades*, op. Cit.; e Guanandia Arias em *La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad. Un análisis feminista de la historiografía*, tesis doctoral, UPC, 2018. Disponível em: <bit.ly/2Jw8pJk> Acesso em: 08 de Agosto de 2021.

Todas essas questões dialogam com as contribuições do Feminismo Camponês e Popular e da Agroecologia sob a perspectiva de **'territórios cuidadores'**, inseridos no contexto da Reforma Agrária – que apresentam para as transformações nos planejamentos mais além das instituições (com relação as normatividades do capítulo 2). Os elementos que o urbanismo feminista detecta nos planejamentos, apontam com intencionalidade a denúncia das ausências produzidas sobre os papéis e os saberes das mulheres. No contexto dessa dissertação, essas contribuições feministas se somam para dialogar com a realidade apresentada, e esta, assim, coloca as perspectivas da multidimensionalidade da Agroecologia com a presença das mulheres (e não sua ausência), contribuindo com o planejamento de uma **'reforma agrária cuidadora'**, que coloque a vida no centro.

5.3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: A VIDA NO CENTRO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA REFORMA AGRÁRIA

Retornando ao enraizamento na realidade que esta dissertação se propõe (com muitos limites certamente), há uma evidência do quanto os subitens anteriores estão muito imbrincados com a Agroecologia, e, portanto, a presença das mulheres na Agroecologia traz a centralidade da vida em suas múltiplas dimensões. De fato, as próprias experiências territoriais mostram que a Agroecologia se mostra central para um planejamento que se desafie a uma perspectiva mais ampla.

Entretanto, apesar das construções das mulheres Sem Terra organizadas no primeiro subitem deste capítulo e da relevância das contribuições das mulheres das comunidades-agroecológicas no Maria Rosa e Padre Roque, é uma realidade o apagamento e/ou invisibilização das mulheres no planejamento da Reforma Agrária, e inclusive na Agroecologia. Descaso que mostra a dificuldade de pensar e agir com outras premissas na hora de organizar os espaços de reforma agrária. E não se trata apenas da desídia institucional na hora de incorporar uma perspectiva de gênero. Também a ciência que poderia contribuir na formulação de novas perspectivas está fortemente marcada pelo machismo, como vimos no subitem anterior no caso do urbanismo e como veremos neste subitem no caso da ciência agroecológica.

Heloise Prévost (2019) realiza uma excelente radiografia de como a Agroecologia tem sido construída omitindo as mulheres ou distorcendo seus papéis. Aprofundar nessa crítica, nos permite avaliar o tamanho do desafio e da necessidade

na hora de incorporar a perspectiva de gênero e temas como o cotidiano, os cuidados e a centralidade da vida no planejamento dos espaços da reforma agrária.

A autora aponta que apesar das afirmações feitas pelos autores mais citados na área da Agroecologia sobre que “o feminismo tem sido uma corrente importante no pensamento agroecológico” (ALTIERI E ROSSET, 2018) tem ficado ainda “à margem da virada política nos textos científicos agroecológicos” (PRÉVOST, 2019:25). Partindo da agroecologia como um “território em disputa” (GIRALDO e ROSSET, 2016) em que se apresentam múltiplos conflitos, entre os que, Prévost (2019) delinea três principais: sua definição e qualidade de “ciência”; ‘quem’ produz o seu conhecimento - os/as cientistas e acadêmicos e/ou os povos camponeses e originários; e sua finalidade na transformação ecológica, técnica, social e política. Isso também está diretamente articulado com o planejamento nas áreas de reforma agrária.

Prévost (2019) parte de uma perspectiva de gênero em análises da literatura científica dos autores considerados importantes “líderes”¹⁹⁴ da Agroecologia, e assim identifica e aponta o androcentrismo dos autores por **referenciarem** poucas ou nenhuma autora nos seus livros e artigos, bem como no **conteúdo** dos textos escritos. A autora analisa os textos destes para “capturar as representações das mulheres rurais e seus efeitos em termos de invisibilidade delas como agentes agroecológicas, sujeitas sabidas e sujeitas políticas” (PRÉVOST, 2019:25) e destaca a perspectiva de seu texto em examinar a ciência da agroecologia como “ciência norma(l)cho”¹⁹⁵ (CHABAUD-RYCHTER et al., 2010), pela análise “do androcentrismo presente ou superado por cientistas” (PRÉVOST, 2019:29).

¹⁹⁴ Em seu texto “Agroecologia, uma ciência “norma(l)cho? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo” (publicado inicialmente em: “Les transitions agroécologiques em France – Enjeux, conditions et modalités du changement” (Capítulo 12), coord. Editorial por Mehdi Arrignon e Christed Bosc, Presses Universitaires Blaise Pascal, Territoires 2, 2020, p. 221-228), Prévost utiliza o uso de aspas para demarcar a palavra líderes do pensamento científico da agroecologia, por liderarem o ranking de mais citados e referenciados e portanto assim serem considerados. Ao longo do seu texto, segue a proposta de Sordat e Wezel em usar o termo “líder” para se referirem a Altieri, Francis e Gliessman.

¹⁹⁵ Esta expressão “norma(i)cho” refere-se a um artigo de Chabaud-Rychter et al. (2010) e Prévost (2019) a utiliza no título do seu artigo desde esta referência “que faz um jogo de palavras em francês com as palavras “normal” e “malê” [macho], escrevendo *normalé* [normal+macho, norma(l)cho] sublinhando que a normalidade socialmente construída é, de facto, uma realidade masculina” (PRÉVOST, 2019:29).

O androcentrismo é “um viés teórico e ideológico que se concentra principalmente e às vezes exclusivamente nos sujeitos masculinos e nas relações que se estabelecem entre eles”. Nas ciências sociais, isto significa a tendência a excluir as mulheres dos estudos históricos e sociológicos e a prestar uma atenção inadequada às relações sociais em que se encontram (PASCALE MOLYNEUX, 1977; apud MATHIEU 1991_2013).

A identificação dos atuais três “líderes em agroecologia” (WEZEL E SOLDAT, 2009) parte da taxa de publicações das primeiras disciplinas em Agroecologia: o agroecologista formado em entomologia Miguel Altieri, o agrônomo Charles Francis, e o agroecologista formado em ecologia vegetal Stephen Gliessman. Estes, como visto no capítulo 3, compreendem a Agroecologia como “a ecologia dos sistemas alimentares” (FRANCIS et al., 2003) e a qualificam como “uma ciência, um movimento, uma prática” (ALTIERI E ROSSET, 2018a; FRANCIS E WEZEL, 2017; GLIESSMAN, 2014; WEZEL et al., 2009). Desta forma, nota-se que esta virada política é adotada pelos autores “líderes”, entretanto, os mesmos invisibilizam o trabalho das pesquisadoras e das mulheres nos territórios (PRÉVOST, 2019:27), desde práticas como a escassa presença de mulheres nos estudos dos líderes que é de fato, um indício de baixa citação científica e acadêmica, e uma invisibilidade “causada pelas lógicas de auto-citação, de citações privilegiadas dos líderes e a assignação das mulheres à co-autoria” (PRÉVOST, 2019:34). Nos espaços de reforma agrária, estas contradições de falta de reconhecimento das mulheres também estão postas, tanto nos territórios como nas produções (NOVAIS et al, 2021).

Sevilla Guzmán (2011) aponta que principalmente em espaços e práticas acadêmicas/científicas a “consciência de gênero” proferida pelos/as autores/as luta e disputa para ser efetivamente integrada a este elo e virada política da Agroecologia. Da mesma forma, apontamos desde Teresa Del Valle (1995), Zaida Martínez (2019), o Collectiu Punt 6 (2019) e Joseli Silva (2015) que este argumento também se verifica ‘no lapso genealógico’ das contribuições feministas nos planejamentos territoriais e debates sobre mulheres e o espaço.

Sobre a demanda da “consciência de gênero” na Agroecologia, Prévost (2019:27) retoma que no VI Congresso Internacional da Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA), realizado em 2017 em Brasília, foi organizada uma mesa redonda com o tema da história da Agroecologia e nesta havia apenas expositores masculinos os quais não citaram a contribuição e a presença das mulheres neste histórico. Devido a isto as participantes realizaram forte protesto no

evento e a Declaração Política do encerramento do Congresso advertiu que a organização se compromete em lutar pelo “desmantelamento do patriarcado, do racismo e de outras formas de exclusão presentes no sistema alimentar”.

Por isso, Prévost (2019:28) indaga e analisa o seguinte:

Qual é a situação nas áreas de promoção científica da agroecologia? Recentemente, Altieri e Rosset têm argumentado que “o feminismo tem sido uma corrente importante do pensamento agroecológico e pode tornar-se um elemento importante dos processos agroecológicos, enquanto que estes processos podem contribuir para fortalecer o feminismo” (ALTIERI E ROSSET, 2018:100). Será que o feminismo permaneceu nas margens desta viragem política em agroecologia, particularmente na sua dimensão reflexiva? (PRÉVOST, 2019:28)

Connell (1992:2) afirma que evidenciar a natureza androcêntrica da e na ciência é uma tarefa difícil devido a crença e mito da ciência enquanto neutra e/ou da neutralidade científica. Já nos anos 1980 analisava-se detalhadamente os preconceitos das distintas áreas e disciplinas científicas. Assim, permanecem às margens da maioria dos trabalhos acadêmicos e científicos uma perspectiva reflexiva “sobre os espaços científicos hegemônicos e sobre a construção dos conhecimentos” (PRÉVOST, 2019:28), e que há um posicionamento contrário a isso nos estudos feministas pós-coloniais onde o conhecimento é construtivo/construtivista¹⁹⁶. Então, tanto na normatividade, quanto nos planejamentos dos territórios de reforma agrária, e na própria construção do pensamento científico (hegemônico¹⁹⁷) agroecológico percebemos práticas androcêntricas quanto a construção que se inserem.

O androcentrismo – muitas vezes recorrente nas ciências se definem a partir do masculino e definem o pensamento como neutro ou universal – isso ocorre na ciência alternativa proposta pela agroecologia? Como funciona o campo científico para construir a dimensão política, ética e transformadora que anuncia? Até que ponto a “consciência de gênero” está integrada? (PRÉVOST, 2019:28)

Conscientemente ou inconscientemente o androcentrismo está presente e expresso nas práticas científicas, tanto quanto nos produtos científicos.

¹⁹⁶ Ver os trabalhos de Rita Segato, María Lugones, Yuderky Espinosa Miñoso, Brendy Mendoza, Ochy Curiel, Catherine Walsh, Arturo Escobar, entre outros.

¹⁹⁷ Este lugar hegemônico é ocupado pelos homens agroecologistas.

[...] pode ser concebido como uma mudança ideológica por parte do autor, mas esta mudança tem efeitos teóricos que são transferidos para os textos. É por isso que é legítimo falar tanto do androcentrismo do autor como do androcentrismo de um determinado texto ou teoria. (MOLNEUX, 1977; CITADA POR MATHIEU, 1991-2013).

Prévost (2019) pretende identificar os mecanismos ativos do androcentrismo ao mirar para a concepção e conceitualização de gênero nos textos agroecológicos. Como são, portanto, apreendidas as contribuições das mulheres e os papéis destas nas populações estudadas? Como as mulheres estão representadas na literatura agroecológica? Embora haja o objetivo e princípio da equidade intrínseco ao caráter da Agroecologia, muitos trabalhos e textos invisibilizam as mulheres como agentes e sujeitas agroecológicas, e podem levar a invisibilização dos seus conhecimentos e a uma objetificação das atribuições de gênero (PRÉVOST, 2019:41).

Assim, Prévost (2019:29) questiona a representatividade apresentada, bem como as conceitualizações feitas pelo campo científico sobre gênero, mobilizando as contribuições científicas dos feminismos que apresentam as ausências como socialmente construídas, pois “o que não existe é, na verdade, produzido ativamente como tal”. Em uma sociedade capitalista patriarcal, é estruturante produzir a invisibilidade das mulheres e os papéis de cuidado somente/majoritariamente a elas assignado. O planejamento em territórios de RA em construção, não oficial/normativo e da realidade, que incorpora os desafios da Agroecologia e o papel das mulheres, mobiliza simultaneamente esta série de tensões, dúvidas e apostas.

Nos estudos agroecológicos, Prévost (2019) constrói uma análise da literatura dos “líderes” para “sondar as lógicas de visibilização hegemônica que produzem e legitimam as formas sociais da não-existência” e do outro lado, expõe as ausências e desclassificações nas “práticas científicas concomitantemente ao conteúdo dos escritos”, em que a produção dos líderes produz os sujeitos legítimos da Agroecologia masculinos. A partir do questionamento sobre “quem é representado* como parte da história?” na genealogia histórica¹⁹⁸ da Agroecologia produzida pelos líderes permite identificar tais lógicas de visibilização e invisibilização¹⁹⁹ (PRÉVOST, 2019:29). Estas

¹⁹⁸ Sobre cinco listas de textos publicados entre 1998 e 2014 considerados importantes trabalhos sobre a História da Agroecologia, produzidos por Altieri, Francis e Gliessman, os três “principais autores da publicação”.

¹⁹⁹ Prévost (2019) aponta que os critérios não estão explícitos e estabelecidos para a seleção majoritária de autores e representações masculinas: “Não que não haja outras: Susan Hecht publicava em 1995 um capítulo de livro dedicado a esse campo de estudos, mas a centralidade do autor neste

análises se debruçaram sobre os estudos dos líderes com o objetivo de compreender a representação e (in)visibilidade das mulheres rurais e os possíveis efeitos sobre estas, agricultoras e leitoras. Propositivamente apresenta como representação alternativa exemplos na literatura científica feminina e de feministas agroecológicas²⁰⁰, com privilégio em referências latino-americanas²⁰¹.

Verificamos ao longo do trabalho que esta importância não está integralmente respaldada nem pela realidade do que acontece nas áreas de reforma agrária, nem pela consideração da ciência como apontam as feministas do subitem anterior e Prévost. Nas análises comparativas de Prévost (2019), notabiliza:

[...] que não se trata de uma ausência de trabalho realizado pelas mulheres cientistas na agroecologia ou a ausência de mulheres na agroecologia, mas sim práticas que levam à invisibilidade delas (PRÉVOST, 2019:32).

Segundo Prévost (2019): às mulheres são atribuídos segundos papéis devido aos mecanismos estruturantes de dominação como barreiras visíveis e invisíveis (teto de vidro²⁰²) para acessar formação; distanciam as mulheres da liderança nas

campo científico faz prevalecer a sua singularidade. As listas publicadas por Gliessman, no entanto, não fazem nenhuma menção aos critérios de seleção dessas “obras importantes da História de Agroecologia”. Francis et al. visaram apenas publicações utilizando o termo “agroecologia” sem classificar os critérios de seleção. As escolhas feitas para “adaptar” a lista de Gliessman (2007) não são indicadas por Wezel et al. Quantas mulheres autoras constam destas listas? É através de pesquisas na Internet (consulta das páginas universitárias de cada autor*, perfis nas redes sociais acadêmicas como Research Gate) que os nomes e a identidade de gênero foram assignados. A primeira revisão de Gliessman (1998) não inclui nenhuma mulher” (2019: _).

²⁰⁰ Abordar as disciplinas descompartmentadas nos oferece outras representações, como Hecht (1995) faz em sua análise do desenvolvimento e a evolução da construção do pensamento da agroecologia. Na revisão de 491 referências bibliográficas fornecidas Hecht cita trabalhos que são primordiais para compreender e apreender uma crítica agroecológica, sendo eles: os trabalhos de Carolyn Merchant, filósofa ecofeminista; Rachel Carson e seu livro pioneiro *Silent Spring*; Carmen Deere (1982), Lourdes Benería (1984), Joyce Moock (1986) nas suas obras essenciais abordando a divisão sexual do trabalho e seus efeitos do contexto rural; e Audrey Richards (1939), antropóloga; Charlotte Perkins Gilman’s *Herland* (1915) e Marge Piercy com *Woman on the Edge of Time* (1976). La tierra viviente de 1949 da autora Eve Balfour e 44 mulheres (25%) são referenciadas em 176 autores totais. Destas, nove são autoras únicas e 37 co-autoras. E finalmente estão presentes as contribuições de Nicholls e Deborah K. Letourneau, esta que publicou análises de agroecossistemas desde 1966, e ainda são citadas autoras ecofeministas como Vandana Shiva, Maria Mara Mies e Merchant. Neste capítulo, encontra também o seu lugar como importante obra o relevante trabalho da autora brasileira Emma Siliprandi quanto a participação política agroecológica das mulheres rurais.

²⁰¹ Prévost ressalta a opção por privilegiar estas referências sob a justificativa de “realçar a existência destas obras, que muitas vezes são anteriores às referências europeias mobilizadas na literatura científica, mas que, no entanto, são quase sistematicamente ignoradas pelos “líderes”. Além disso, a visibilidade destas referências faz parte da nossa escolha de uma “ecologia do conhecimento” como postura científica” (2019:30).

²⁰² Esta expressão é utilizada para referir-se a estas barreiras que são visíveis e invisíveis para que mulheres alcancem o topo das hierarquias organizacionais e profissionais estabelecidas. Complementa-se: “Embora a percentagem de mulheres em profissões qualificadas tenha aumentado,

hierarquias profissionais e organizacionais; há a interiorização dos papéis de gênero; há o sentimento e percepção de exclusão e isolamento dentro dos coletivos que se inserem (Movimento, comunidade e grupos de pesquisa); há desconforto com a cultura masculina dos grupos e coletivos de investigação e prática científica; há dificuldade e incompatibilidade em conciliar estudo trabalho e família²⁰³, entre outras motivações. A escassez de modelos positivos condiciona outras mulheres à autocensura.

Deste modo, verificamos como a ciência é de fato machista e como isso vai acabar impactando na construção de um planejamento marcado pela ausência produzida das mulheres na agroecologia ‘científica’ e também da realidade. A ênfase na consciência de gênero é central para a construção de uma Agroecologia ética e política contra desigualdades e também para o planejamento. A invisibilidade das autoras sujeitas construída pela valorização dos líderes demonstra apenas uma face para co-re-elaborar uma ciência transformadora debruçada sobre as questões e desigualdades de gênero, é necessário simultaneamente olhar na contraparte desta lógica, que está na representatividade de gênero feita nos textos (PRÉVOST, 2019:40). A exemplo dessa contraparte nos estudos dos planejamentos da realidade (capítulo 1), relembramos que apesar dos limites do processo, a tentativa em buscar estratégias para que as mulheres participassem, falassem e fossem ouvidas trouxe

continua existindo um teto de vidro independente de critérios objetivos de mérito como o diploma: “As mulheres continuam sendo cada vez menos numerosas à medida que aumenta a hierarquia. As organizações são também lugares onde se desenvolvem relações de poder e processos informais, frequentemente desiguais, que determinam o acesso a posições de poder. Uma série de regras que são dadas como neutras são de facto regras masculinas, historicamente modeladas em modelos masculinos.” (Ver Jacqueline Laufer, “La construction du plafond de verre: le cas de femmes cadres à potentiel >> [A construção do teto de vidro: o caso das mulheres gestoras com potencial] *Travail et Emploi*, n.º 102, p. 31. À nível universitário, a evaporação das mulheres em todas as fases da carreira académica (doutoramento, pós-doutoramento, primeira posição, cargos de responsabilidade) é um fenómeno internacional (ver Latour, Emmanuelle. “Le plafond de verre universitaire: pour finir avec l’illusion méritocratique et l’autocensure >> [O teto de vidro da universidade: acabar com a ilusão meritocrata e a auto-censura], *Mouvements*, vol. 55-56, n.º 3, 2008, p. 53).” (PRÉVOST, 2019:34)

203 Quanto a isto Prévost ressalta: “Tanto a carga material como mental, da esfera familiar é atribuída principalmente às mulheres. Ainda hoje, as mulheres continuam desempenhando a maioria das tarefas domésticas e parentais – 71% e 65% respectivamente na França (ver *Le temps domestique et parental des hommes et des femmes: quels facteurs d’évolution en 25 ans?* [O tempo doméstico e parental de homens e mulheres: quais fatores mudaram em 25 anos?] *Économie et statistique* No. 478-479-480, 2015). Enquanto a maternidade quase sempre dificulta a carreira das mulheres, o mesmo não ocorre com os pais: em certas profissões com responsabilidades, os homens mais férteis são aqueles que atingem os cargos mais elevados (ver Gadéa, Charles, e Catherine Marry. “Les pères qui gagnent. Descendance et réussite professionnelle chez les ingénieurs” [Os pais que ganham. Descendência e Sucesso Profissional em Engenharia], *Travail, genre et sociétés*, Vol. 3, n.º 1, 2000, pp. 109-135).” (PRÉVOST, 2019:34).

de fato para a construção uma multidimensionalidade de questões do cotidiano e do cuidado da vida.

Dialogando com Del Valle (1995) no subitem anterior, Prévost (2019:41) aponta outros três preconceitos ou “mecanismos androcêntricos ativos” - porque comparece na prática no planejamento, que particulariza o que é feminino e generaliza (universaliza) o feminino –, que nos permitem de certa maneira metodologizar uma co-re-elaboração para a ciência e os processos territoriais:

O primeiro mecanismo é a ação de “Invisibilizar as mulheres atrizes da Agroecologia”, com o desaparecimento da categoria feminina como sujeito social, com a particularização do que é feminino e uma generalização do que é masculino. Além disso, “as mulheres podem ser efetivamente invisíveis” com a sua não integração por uma universalização teórica abusiva, com a invisibilização enquanto trabalhadoras pela naturalização dos papéis/trabalho do cuidado para o gênero feminino, e também da invisibilização “de uma simples desatenção ao seu papel ativo” (MATHIEU, 1991_2013; PRÉVOST, 2019:41).

Nos trabalhos realizados pelos líderes há diferentes formas, em geral as mulheres estão não mencionadas, não citadas, ausentes e invisíveis. A invisibilização, ademais, é feita pela pressuposta neutralidade científica que leva à generalização do masculino, pois presumem o masculino supostamente representando as mulheres incluídas em uma universalidade da escrita²⁰⁴ (PRÉVOST, 2019:42).

“O “geral e o masculino são pura e simplesmente identificados, levando inconscientemente à obliteração da categoria feminina como sujeito social” (MATHIEU, 1991-2013). A utilização deste masculino provoca um simples desaparecimento das mulheres como agentes agroecológicas. A sua invisibilidade nos textos refere-se e reforça a sua invisibilidade social como trabalhadoras rurais e cidadãs (NEVES E MEDEIROS, 2013). Como salienta Maria I. Paulilo (1987), a falta de estudos sobre as mulheres rurais explica o descuido com que são tratadas na sua realidade social. O indivíduo considerado representante da família e da instituição comunitária é o homem (marido, filho, irmão): ele é o sujeito político e social (Galgani, 2011)” (PRÉVOST, 2019:42)

Nos PDAs, por exemplo, há tal universalização e as sujeitas mulheres são pouco mencionadas, bem como não há uma correlação nas partes “Sociais” dos

²⁰⁴ Gliessman aponta uma nota em 1998 que utiliza o genérico masculino “he” [ele] e “his” [seu] para homens e mulheres por questões de “breviedade”, e retira esta menção nas reedições dos anos de 2007 e 2014.

trabalhos do cuidado necessários para a manutenção, sustentação e criação do “Programa Social” que direcionam e projetam as demandas comunitárias. Em uma análise sobre o PDA de um assentamento, o Assentamento Contestado (Lapa-PR), ao estudar os aspectos do desenvolvimento comunitário pretendidos no documento de 2001 e correlacioná-los com a construção e consolidação dos eixos da Organização Comunitária, Educação, Saúde, Cultura e Lazer, as mulheres da comunidade e do MST foram protagonistas no processo de 20 anos da organização das estruturas e do cotidiano: da escola (fundamental e ensino médio), da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ensino superior), da ciranda infantil, da unidade de saúde, da cozinha e refeitório coletivos, do centro cultural Casarão, dos alojamentos e outras (FALCADE-PEREIRA; 2018; 2019; 2021). No caso das comunidades de Castro, em que não houve a presença do INCRA na experiência de planejamento, as mulheres foram quem protagonizaram os olhares para as demandas em torno do educar, sarar/curar, cozinhar/alimentar/nutrir, entre outras questões em torno dos trabalhos do cuidado que colaboraram no desenho dos lotes e no planejamento das áreas comunitárias. As perspectivas e participação das mulheres, ainda, diversificaram diferencialmente as proposições e sonhos das áreas comunitárias.

Além disso, as mulheres rurais enquanto agentes nas documentações científicas feitas permanece como papel e preocupação exclusivamente das mulheres autoras. Ou seja, as próprias mulheres cientistas que sofrem com a invisibilização da sua legitimidade são quem produzem os trabalhos para visibilização das mulheres rurais, então “quer sejam sujeitas ou autoras, as mulheres não são apresentadas como legítimas ou “credíveis” nos trabalhos majoritários” (PRÉVOST, 2019:43). Nos processos da organização das oficinas em Castro, em ambos os territórios, mas a começar pela primeira experiência na comunidade Padre Roque, as preocupações em ouvir mais as mulheres e defender a proposição de metodologias com uma perspectiva do cuidado, da demanda da participação das mulheres e das crianças, também foram protagonizadas pelas estudantes e profissionais mulheres envolvidas.

O segundo mecanismo é “Invisibilizar as mulheres como sujeitas conhecedoras”. Hecht (1995) já denunciava na década de 90 os preconceitos dos pesquisadores da agronomia, por exemplo, em termos de gênero, e também com estereótipos distorcidos do conhecimento das populações camponesas. Para ela, era evidente como os saberes das mulheres do campo não estavam integrados nos

trabalhos sobre Agroecologia. Nisto, também nota-se que os trabalhos gerais de planejamento não integram o conhecimento das mulheres rurais, e assim relega-os ao status do particularismo. Shiva (1988) afirma que tais práticas produzem uma “monocultura do conhecimento”. Sendo compreendido esse modelo padronizador e universalista pelo referencial masculino e produtivista. Para Prévost (2019:43) esta lógica frequente em estudos de casos alimenta as representações estereotipadas “de mulheres como pessoas pouco competentes”. Menciona:

O caso de um projeto de soberania alimentar na Nicarágua descrito em Wezel (2017) ilustra esta dimensão: “muitas mulheres dizem não saber cultivar legumes porque ‘não o fazem desde a época da avó’; retratam-no como um conhecimento desenvolvido pelo projeto. Também não sabiam como resgatar sementes: a produção vegetal foi focada nas sementes que as mulheres sabem como resgatar e foram treinadas em técnicas de conservação. Não conheciam muitas formas de preparar a “nova” variedade de legumes da produção agroecológica da sua horta: as oficinas permitiam-lhes trocar as suas receitas tradicionais. (PRÉVOST, 2019:44).

Este único exemplo representado no livro evidencia uma participação passiva por parte das mulheres, entretanto que também está na realidade das experiências em Castro. São negados o saber-fazer, as capacidades organizacionais e os conhecimentos destas. Tal representação reforça o estereótipo de falta de conhecimentos, de incompetência e a inevitabilidade de receber uma intervenção que seja externa para que se consiga de fato avançar. A própria narrativa quem conta são as equipes de pesquisa ou das ONGs.

Esta “posição situada da narrativa constrói uma alteridade que reforça a representação negativa” e a inexistência e ausência de referências sobre a participação das mulheres rurais corrobora com a unicidade representativa destas como agentes não sabidas, provocando “um “preconceito de identidade negativo”, o enfraquecimento das formas de conhecimento dos grupos silenciados e, conseqüentemente, o enfraquecimento da sua autonomia epistêmica” (PRÉVOST, 2019:44). Em comparativo com a experiência do trecho acima do debate de Prévost, no I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra foram propostos espaços de Troca e Balaio de Saberes, entre outras, objetivando valorizar a experiência coletiva de mulheres quanto a temas cotidianos das suas vivências, para além de tarefas do cuidado, bem como a proposição geral de um encontro como representatividade e visibilização de mulheres para mulheres com muitos saberes.

Enfim, o terceiro preconceito elencado é “Confinar as mulheres no seu papel de gênero”, se tratando do encarceramento das mulheres rurais a representantes das tarefas e trabalhos exclusivamente relacionados a esfera reprodutiva socialmente imposta nos papeis de gênero. Isto não significa que estão desprovidas destes papeis de cuidado, mas realça efeitos da mono representatividade estereotipada e desigual atribuída às mulheres rurais (PRÉVOST, 2019:45). A exemplo Altieri e Rosset (2018a:98) procuram destacar tais denúncias das autoras cientistas feministas e também da sociedade civil, entretanto na seguinte menção reafirmam a designação generificada apontada, interpretando em monossemia as motivações das mulheres como se a dedicação à Agroecologia parte do cuidado às suas famílias:

<< Mais recentemente, muitos **autores**²⁰⁵ observaram que as mulheres camponesas e agricultoras são frequentemente as protagonistas visíveis ou invisíveis dos processos de transformação agroecológica, participando num autêntico “feminismo camponês e popular”, como afirma *La Via Campesina* (Siliprandi, 2015; Siliprandi y Zuluaga, 2014). As mulheres assumem papéis de liderança pública numa série de processos de movimentos sociais, embora estejam frequentemente sub-representadas em comparação com os seus *compañeros* masculinos. No entanto, mesmo quando o seu papel não é visível, olhando para trás dos processos de transformação agroecológica bem sucedidos, são geralmente as mulheres das famílias camponesas que têm incentivado a cessação do uso de pesticidas perigosos e promovido a produção de alimentos saudáveis: **as mulheres preocupam-se com a saúde e a nutrição das suas famílias**²⁰⁶. (ALTIERI ET ROSSET, 2018a:98).

Prévost (2019:45) destaca que os autores ignoram por exemplo, que as autoras por eles citadas, sublinharam a participação política²⁰⁷ das agricultoras mulheres na Agroecologia.

²⁰⁵ Grifo de Prévost (2019:45). Neste grifo, Prévost aponta que as próprias referências citadas são especificamente duas autoras, entretanto Altieri e Rosset transferem à generalização do masculino.

²⁰⁶ Grifo de Prévost (2019:45).

²⁰⁷ Carmen Deere tem construído uma trajetória documentando desde a década de 1980 o envolvimento das mulheres rurais na luta pela terra e pela reforma agrária e Maria Ignez Paulilo há 4 décadas escrevendo sobre as mulheres rurais no Brasil, tanto sobre a situação quanto a participação destas. A participação feminina no movimento agroecológico brasileiro bem como a construção propositiva e estratégica para a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável é central para Emma Siliprandi (2009).

A ausência, nos trabalhos agroecológicos²⁰⁸, de representações das mulheres como sujeitos políticos, como líderes, como conhecedoras dos sujeitos e resolvendo por si mesmas os obstáculos encontrados, tem efeitos que o feminismo há muito tem documentado. (PRÉVOST, 2019:46).

Nas comunidades de Castro, por exemplo, as mulheres não só protagonizavam os trabalhos reprodutivos do cuidado familiar e comunitário, como também eram maioria em trabalhos como a gestão e administração da cooperativa, na organização documental e conquista dos projetos de PAA e PNAE, nas relações interinstitucionais com outros contratos com empresas e nas cestas com a IESOL/UEPG, na organização das festas e feiras da comunidade, bem como muitas outras. E ainda, trabalhavam nos lotes na diversificação de cultivos para as vendas nos projetos.

Para Prévost (2019) isto impacta diretamente no auto entendimento das mulheres de uma incapacidade intelectual de conhecimentos e saberes práticos quando invisibilizadas enquanto atrizes/atoras/autoras e conhecedoras de muitos outros trabalhos que realizam. Assim, este mecanismo opera nas mulheres não se considerando capazes e conduzidas socialmente “a uma ausência/perda de autoconfiança, uma autocensura na tomada de iniciativa, auto exclusão, falta de participação e, conseqüentemente, dependência do grupo social dos homens e uma reafirmação das relações de poder e das assignações de gênero” (PRÉVOST, 2019:46). Por isso, novamente tal construção do pensamento e das práticas geram uma injustiça epistêmica.

Esta ausência das mulheres cria nas leitoras e na escala das políticas públicas uma “lacuna nos recursos imperativos coletivos [que] coloca alguém em desvantagem injusta quando se trata de prestar contas da sua existência social” (FRICKER, 2007:1).

²⁰⁸ Prévost (2019:46) acresce as seguintes mulheres: “[...] o trabalho sobre a constituição das mulheres rurais como sujeitos políticos/feministas (GALGANI, 2013, 2014; JALIL, 2013; BUTTO, 2017); a sua mobilização para políticas públicas agroecológicas (BUTTO E DANTAS, 2011; BUTTO E LEITE, 2010; HEREDIA E CINTRÃO, 2006); a sua participação em movimentos sociais envolvidos na agroecologia como a Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2016), o MST (FURLIN, 2013; GALGANI, 2013; BUTTO, 2017), o MMC (BONI, 2012; CISNE, 2014; JALIL, 2018; MENEZES E GASPARETO, 2013; BUTTO, 2017), em sindicatos como o Contag (PIMENTA, 2013); a sua utilização estratégica dos canais de comercialização (BURG, 2005)”.

A ausência de representação conduz a uma falta de crença no que é possível, a uma sensação de incapacidade e um não poder. Ao não documentar as experiências, os saberes e a participação das mulheres cria-se uma falta de recursos interpretativos coletivos que podem ser mobilizados por e para todas as mulheres (PRÉVOST, 2019:47).

Observando e acreditando no caráter evolutivo, mutável e transformador da Agroecologia, os trabalhos desta, demandam uma ruptura à lógica hegemônica da visibilização, para não seguir no risco de ser uma ciência “norma(l)cho” como alude Prévost, tradicional na construção da ciência convencional, precisando, portanto, “trazer à luz a ausência e a desqualificação” debatidas por esta autora, as autoras por esta citadas, bem como todas as outras autoras mobilizadas neste trabalho e, especialmente, pelas mulheres camponesas organizadas e Sem Terra. Em consonância a Prévost (2019:48) e as suas referências:

[...] recorde-se que o espaço científico tem um papel central na construção de alternativas: é possível fazer uma “ciência social emancipatória” (WRIGHT, 2017:29) destinada a “produzir um conhecimento científico articulado a um projeto coletivo que desafia as diferentes formas de opressão humana” (WRIGHT, 2017:29), pondo “um fim ao império cognitivo” (SANTOS, 2018).

Na condução final deste capítulo, apresentar as dificuldades da ausência das mulheres está em interface das potencialidades da presença delas na Agroecologia e no planejamento de territórios de Reforma Agrária. Estes mecanismos, portanto, são visibilizados para que nos apropriemos como estratégia de enfrentamento e transformação para os próprios planejamentos e a Agroecologia na RA.

As mulheres camponesas agroecologistas trazem dos ecofeminismos e do feminismo camponês popular, com uma perspectiva da ética do cuidado e da ecodependência, a pauta reflexiva social quanto a invisibilização e desvalorização dos trabalhos reprodutivos produtor de desigualdades espaciais nos territórios, mas também como potencialidades com centralidade na vida. Para nós agroecologistas feministas estas perspectivas não vêm sendo levantadas para que se invertam os papéis, mas que o debate de gênero não seja feito exclusivamente pelas mulheres e a comunidade LGBT, e que seja valorado a redistribuição dos papéis do cuidado como prospecção ao enfrentamento a ‘*Trenza de las Opresiones*’ do capitalismo, do racismo e do patriarcado. Ou seja, no âmbito deste trabalho que dissertou sobre o planejamento de territórios de RA (para além das instituições) com a vida no centro (e

de uma vida decente, que mereça a pena de ser vivida), para um projeto de Reforma Agrária Popular Agroecológica, as mulheres não podem mais ficar nas bordas.

6 CONSIDERAÇÕES PARA MOBILIZAÇÃO: SEMEITEIRA DE UM PLANEJAMENTO TERRITORIAL COM A VIDA NO CENTRO NA REFORMA AGRÁRIA

Enfim, chegamos às considerações ‘finais’ desta dissertação, que junto ao Coletivo PLANTEAR, o MST e toda minha rede de cuidados, aprendo cada dia mais que são “considerações para mobilização”: pois são para nos manter em movimento e se somar aos processos coletivos de luta, resistência, autonomia e transformação social. São considerações que articulam a reflexão e a ação. No primeiro momento, escolhemos quatro elementos-chave para refletir sobre o já dito, para organizar algumas ideias e esclarecer entendimentos que foram sendo construídos ao longo da pesquisa. Em segundo lugar, apostamos por sistematizar os aprendizados para apresentá-los como caminhos de debate e ação, possibilidades de interação com a realidade que possam abrir as agendas de pesquisa e ação sobre planejamento popular. Ainda sabendo que não é possível, nem desejável, construir um guia de planejamento a partir de experiências ainda recentes e reduzidas, queremos aproveitar toda essa imersão da pesquisa para semear possibilidades nos territórios de reforma agrária e do planejamento popular.

Como já temos apontado em vários momentos deste trabalho, entre 2019 e 2020, a pedido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenhamos junto à comunidade agroecológica Padre Roque Zimmermann o projeto do seu território de reforma agrária. A partir de agosto de 2021, até março de 2023, foi a vez da comunidade agroecológica Maria Rosa do Contestado, concluindo assim um ciclo de aprendizados e trocas, situado em contexto de conflitos e resistências, sem a presença do INCRA. Esse é o ponto de referência de toda a análise e reflexão deste trabalho.

Ao descrever e debater a diferenciação dos modelos dessas duas comunidades de Castro-PR em relação ao modelo padronizador de assentamentos do INCRA, levanto a discussão que as demandas territoriais de planejamento de comunidades organizadas pelo MST, que incorporam a Agroecologia como estratégia de planejamento, são experiências chave para atualizar as formas de criar assentamentos pelo INCRA mais acordes com a realidade e mais plurais. Mas também para além da institucionalidade, este planejamento com outros valores, com centralidade na vida, precisa reconhecer a importância da articulação da Agroecologia

com a presença das mulheres, estas que protagonizam a potencialidade da relacionalidade cuidado-vida no planejamento.

Para refletir sobre isto, mobilizo dois pares de elementos que relacionalmente se articulam para fortalecer uma leitura do planejamento territorial na reforma agrária: MST e Reforma Agrária/crítica da normatividade; articulação entre mulheres e Agroecologia/a relacionalidade do cuidado-vida.

O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** é um ator fundamental na/da luta por **Reforma Agrária** no Brasil. Enquanto outros atores, como o estado e o setor privado/empresarial do agronegócio, tensionam a imposição de um modelo de planejamento de cima para baixo e com valores centrados no lucro e na produtividade agrícola, super explorando a terra sem limites. Neste processo, o MST faz uma profunda **crítica da normatividade** que promove um projeto neoliberal para o campo.

Este ator, mobiliza historicamente o direito de viver na terra e por meio das suas ações empurram os limites, as cercas e porteiras dos modelos institucionalizados de assentamentos de reforma agrária, e assim mobilizam a crítica desta normatividade, como vimos a partir do capítulo 2.

Neste processo, para a luta do MST, é inegável a importância do reconhecimento do estado para a construção e desenvolvimento dos territórios de reforma agrária, e o que significou a conquista dos PDAs (Norma de Execução/Incra/Nº 02, de 28 de março de 2001) no sentido do planejamento de assentamentos rurais. No entanto, depois de 22 anos desta normativa, 30 anos da Lei da Reforma Agrária, e 59 anos do Estatuto da Terra, tanto o MST como diversos atores que refletem sobre o planejamento em assentamentos apontam diversas críticas.

Dentre elas, há que visibilizar que os PDAs têm desenhado um modelo para 'agronegocinhos' produtivos, por sua centralidade nas estratégias de produção agrícola baseada no pacote produtivo convencional (agrotóxicos, transgênicos, fertilização química e mecanização intensiva). Os resultados desse modelo são lotes distantes e desenhos elaborados como uma malha padronizadora pautada pela produtividade individual das famílias, e que não valoriza a trama de relações e demandas familiares e comunitárias de um povo Sem Terra de múltiplas origens e modos de vida.

Frente a essa realidade, vemos nas áreas de reforma agrária que está se dando toda uma disputa tecnológica, produtiva, social, ambiental e de construção de

comunidades agroecológicas propondo outros parâmetros relacionais para planejamento. Assim, uma virada de paradigmas para o planejamento na RA nos anos 2000, é a apropriação da Agroecologia nas pautas de luta do MST. Para além de uma disputa de modelo produtivo agrícola, a multidimensionalidade da Agroecologia (como prática, ciência, movimento e políticas públicas) que fez florescer outra narrativa para a população camponesa como sujeitos políticos construindo sua existência, passa a se fortalecer como modo de vida. Nesta trajetória, entretanto, resulta necessária uma inflexão de gênero para o feminino, pois existe uma prática androcêntrica de universalização dos sujeitos no campo, que na realidade invisibiliza e provoca a ausência das mulheres na Agroecologia.

Não fosse pela organização das mulheres na própria história da criação do Setor de Gênero do MST nos anos 2000 e da sua articulação/defesa na Agroecologia, as mulheres permaneceriam (mais) invisíveis à centralidade das contribuições que fazem aos territórios, ao planejamento e à vida.

Ao menos neste trabalho, procuro visibilizar que a **articulação da Agroecologia e das mulheres** desde o ponto de vista do planejamento precisa reconhecer o protagonismo e as contribuições que esta articulação potencializa para a centralidade da vida, com perspectivas muito mais amplas e diversas dos caminhos e possibilidades do planejamento na RA. A começar desde a realidade em Castro, sem a mobilização e o trabalho produtivo e reprodutivo (resistente!) das mulheres nas comunidades e uma perspectiva feminista da importância da participação e escuta delas nos planejamentos (defendida majoritariamente por mulheres da equipe de assessoria popular), o imperativo para a perspectiva agroecológica do planejamento seria androcentrada e voltada para a noção produtiva. Isto, pois a lógica e estrutura patriarcal da sociedade que vivemos também é fortemente percebida nas contradições que ainda dominam, inclusive, os movimentos sociais, e no caso do MST, no contexto da relação com a normatividade do INCRA voltada para a produção, reforça uma prática e perspectiva de planejamento como tal. Entre o tensionamento desta relação MST – INCRA nos planejamentos, as mulheres permanecem fora das pautas centrais e isso precisa de posicionamentos e mudança.

As lentes construídas pelas experiências em Castro e pelas contribuições feministas, das mulheres camponesas organizadas, nos possibilitam apontar que elas mobilizam a multidimensionalidade de uma Agroecologia centrada na vida no planejamento e, urge que se ampliem as bordas da sua construção. As mulheres

precisam fazer parte, como estratégia agroecológica de planejamento nas práticas, na ciência, no movimento e nas políticas públicas. É a partir da Agroecologia como modo de vida, de uma vida decente e digna e dos papéis do cuidado que vemos a potencialidade ecodependente da **relacionalidade cuidado-vida** (que é sentipensante), mas que sem crítica permanecerá relegando o gênero feminino à manutenção cotidiana da vida familiar e comunitária sem enfrentar a desconstrução do (hetero)patriarcado²⁰⁹ que produz espaços excludentes e mantém a lógica de exploração das mulheres também pelo planejamento territorial.

O desenho distanciado, desfavorecendo as relações comunitárias, contribuem com o isolamento das mulheres no mundo privado dos lotes (no lócus da posse da estrutura familiar, onde “não metemos a colher” sobre as violências que sofrem), ou sobre a designação de cuidadoras como se não fosse um importante trabalho as atividades que operam sobre o cuidado da família (sejam aos próprios companheiros, às filhas e os filhos, às gerações idosas e outras necessidades) e o cuidado com a terra dos quintais aos plantios da família. Nega-se o valor dessa economia do cuidado e da economia agroecológica que sustenta e integra todas as outras relações econômicas, conotando mais um elemento de um planejamento patriarcal colonial que desde os PDAs não os incorpora como trabalhos de valor econômico. Negam-se também esses saberes que têm origens não eurocêntricos, de múltiplos povos com modos de vida relacionais à terra e à natureza.

É necessário e urgente que se enfrente a “última colônia” sobre as mulheres. Como deixar o enfrentamento às desigualdades de gênero fora da agenda mais urgente na reforma agrária? A categoria masculina precisa assumir conjuntamente a responsabilidade organizativa e de políticas públicas sobre os debates de gênero conosco – já que não são exclusivos às mulheres.

Entretanto, essa crítica é um passo para mostrar toda a potencialidade e necessidade vital do cuidado que todas as gerações demandam, e também da ecodependência humana com a Natureza, para que possamos falar de um planejamento que se preocupa com um modo de vida decente.

²⁰⁹ Maria Lugones e Joseli Silva apontam o patriarcado que vivemos tem uma normatividade heterossexualizada; portanto, heteropatriarcal; Lugones complementa as colonialidades de Quijano com a colonialidade de gênero, fazendo uma a interseção de gênero e sexualidade; raça e classe.

Aprendendo com uma Agroecologia *com* mulheres, como estratégia de planejamento, minhas “considerações para mobilização” daqui pra frente apresentam uma estratégia ‘sementeira’ que procura ser mobilizadora (a partir das experiências tento problematizar propositivamente algumas questões), para sentipensarmos outros processos de planejamento na reforma agrária com outros valores, com a vida no centro.

FIGURA 54 - ILUSTRAÇÃO DE SEMEITEIRAS COM ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA DO PARANÁ



FONTE: A autora (2023).

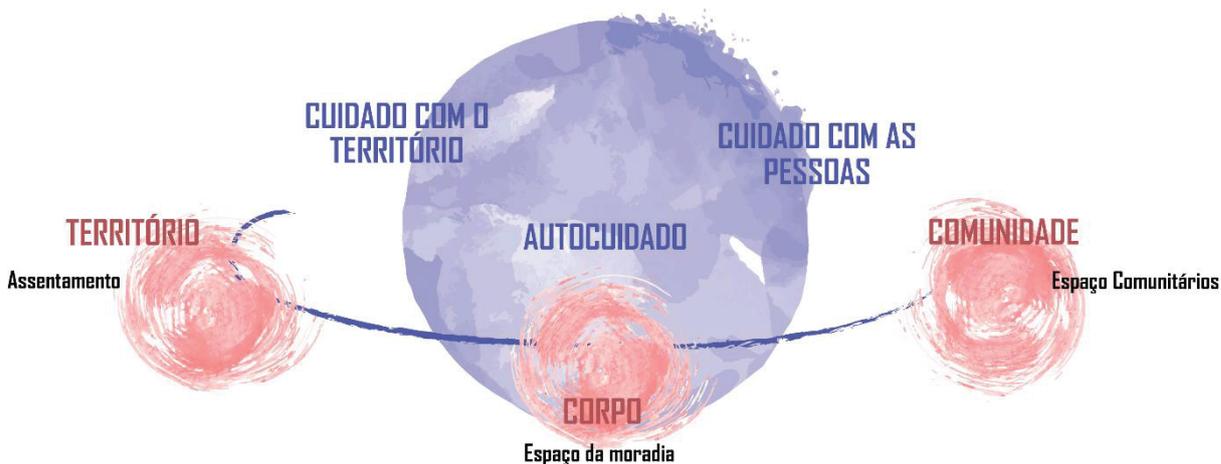
“SEMENTEIRA DE UM PLANEJAMENTO TERRITORIAL COM A VIDA NO CENTRO”

As sementeiras agroecológicas são o recipiente, a terra e as sementes crioulas já plantadas, com o objetivo de germiná-las e brotarem mudas. No campo, é usual também se referir às sementeiras como a ação e os períodos de semear: “é tempo de sementeira”. Esta ‘sementeira do planejamento com centralidade na vida’ tem certo caráter de uma metodologia de ação, por isso é feito de perguntas para escutar a comunidade, como um breve manifesto com princípios do cuidado-vida e uma sistematização como prática e princípios situados numa experiência territorial.

Há muitas lacunas, certamente, mas abre agendas que este trabalho apenas apontou e que são possíveis. Então deixo perguntas mobilizadoras para somar a esta trama de caminhos. Entretanto, acredito que já é época de sementeira. Assim, esta sistematização a seguir é um pouco das sementes que guardei no caminho de aprendizados coletivos e que desejo compartilhar, para que sejam mobilizações para os planejamentos territoriais da reforma agrária, com a vida no centro.

Partindo das escalas do cuidado que a ANZORC promove nos seus territórios e analisadas no capítulo 4 que propõe três escalas analíticas e estratégicas sobre os Cuidados: (i) o autocuidado, (ii) o cuidado de pessoas e (iii) o cuidado do território, reelaborei três escalas do cuidado que são relacionais, entramadas umas às outras para o planejamento nos territórios de RA, desde reflexões acadêmicas e não acadêmicas, críticas e autocríticas, acúmulos das resistências semeadas na história do MST, das mulheres Sem Terra para visibilizar e promover a vida, em diálogo com os saberes da comunidade, com o feminismo, o ecofeminismo, a ética do cuidado, a agroecologia, o sentipensar... Um processo feito a muitas mãos que agora tento organizar em sementeiras: (i) “Sementeira do cuidar do território”, (ii) “Sementeira do cuidar da comunidade” e (iii) “Sementeira do cuidar-se (autocuidado) e cuidar da família”.

FIGURA 55 – DIAGRAMA RELACIONAL DA ESFERA DO CUIDADO E AS ESCALAS DO PRESENTE ESTUDO E PROPOSIÇÃO SEMENTEIRA.



FONTE: A autora (2023).

A perspectiva de todos os elementos que fazem parte da reflexão está centrada na vida, porém, com dois aspectos destacados: a) o papel da natureza (vida humana e não humana) através da agroecologia; b) a importância do papel, dos saberes, do trabalho sob a perspectiva das mulheres no planejamento (pela tradicional associação

delas com a natureza, com a reprodução... que agora faz com que tenham um conhecimento, atitude, proximidade maior com essa proposta de centralidade da vida que é para todas/os/es²¹⁰). Esses dois aspectos atravessam cada um dos elementos destacados e se articula como uma trama (da vida) onde tudo se reforça, se relaciona e se fortalece.

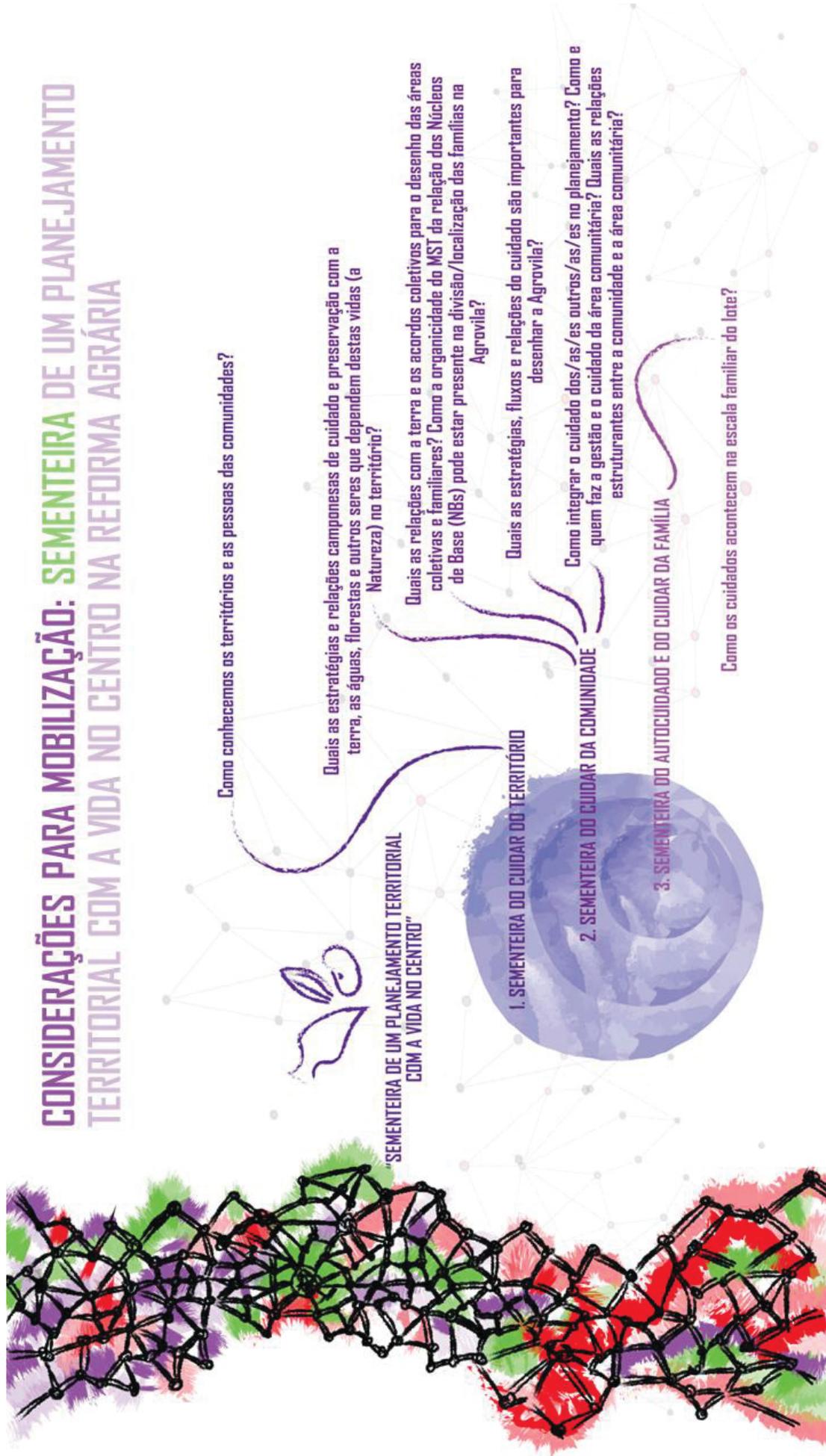
6.1 SEMENTEIRA DO CUIDAR DO TERRITÓRIO:

Esta é a escala de cuidado mais ampla, que engloba todas as outras e para tentar entendê-la é necessário fazer uma escuta do território e das pessoas: é um exercício fundamental, uma pedagogia da escuta para entender o que o território conta, mas também quem são aquelas pessoas, o que querem...

Diagnóstico “outro” do território, distinto, por exemplo, do diagnóstico do INCRA, voltado para a produção, para calcular o fluxo de investimento e renda familiar. Frente a isso, tentar captar a multidimensionalidade e relacionalidade no entendimento da realidade, a partir de algumas estratégias e muitas perguntas.

²¹⁰ Esta inflexão neutra, creio que deva estar sobre todo o trabalho, para ampliar nossos imaginários além das identidades normativas.

FIGURA 56 – SINTESE E SISTEMATIZAÇÃO DAS PERGUNTAS PARA MOBILIZAÇÃO DA SEMENTEIRA.



FONTE: A autora (2023).

6.1.1 Como conhecemos os territórios e as pessoas das comunidades?

Quem são as pessoas que moram/habitam este território? Quais as gerações? Quais os gêneros? Quais as sexualidades? Quais as etnias? Quais as origens? Quais práticas/coisas fazem coletivamente? Como é a vida cotidiana das pessoas na casa? Como é a vida cotidiana nos espaços comunitários/área comunitária? Como é a vida cotidiana no trabalho de produzir alimentos? Quais os trabalhos das pessoas? Quais as espiritualidades? Onde trabalham? Onde plantam? Onde tem animais? Onde se reúnem? Onde estudam? Onde cuidam? Onde rezam? Onde brincam? Onde dançam e festam? Há festas e mutirões? Quais as datas comemorativas da comunidade? ...

Como é o território em que estas pessoas moram/habitam? Há terrenos íngremes? Planos? Como é a fertilidade do solo? Há nascentes de águas? Há rios? Alagados? Brejos? Lagos? Há florestas? Matas nativas? Árvores frutíferas? Árvores de sombra? Há espaços abertos? Gramados? Campos de roças? O que mais? São perto ou distantes? ...

Estas perguntas vão aparecer como principais articuladoras e fios que vão tramar e conectar o processo (são raízes), pois conhecer as pessoas e a vida comunitária existente/viva entre si dá voz e visibilidade às existências das/os sujeitas/os da comunidade tanto sobre sua autopercepção individual como coletiva, e ainda a sua percepção e relação com o entorno.

São perguntas para conhecer as/os sujeitas/os e deste ponto de partida ouvir as pessoas sobre a vida **cotidiana** que se produz no território. A relacionalidade entre as diferentes dimensões da comunidade nos possibilita perceber as escalas individual – em relação a si, coletiva – em relação ao(s) outro(s), e com a natureza e o habitat que os envolvem – em relação ao território. A partir dessa escalaridade se chega em um conhecimento denso do território.

Tanto no processo do Padre Roque como no Maria Rosa, após uma primeira conversa geral com as famílias sobre qual seria a demanda de planejamento, iniciaram-se os trabalhos com um duplo levantamento: técnico, mediante drone, para ter uma base do terreno que nos permitisse trabalhar com modelos digitais relacionados com a altimetria; e social, através de caminhadas pelo local, oficinas de

apresentação e desenho de croquis, para partir de uma ideia inicial das relações existentes.

O que pudemos perceber foi que os elementos não-humanos como as águas e as árvores, são mais que 'recursos naturais', são bens comuns que fazem parte do cotidiano e dos anseios de uma boa vida para o futuro. A água, por exemplo, é um elemento fundamental que articula consumo humano, consumo animal, regar, nadar/brincar, se refrescar, pescar e descansar. As árvores são sombra para descansar, casa para pássaros, escalada/brincadeira para crianças, permanência do ciclo da água, proteção do vento, barreira contra os venenos dos vizinhos que usam agrotóxicos, e quando árvores frutíferas, são provedoras de alimentos para as pessoas, animais e outros microrganismos, convertendo-se também em fonte de renda.

Os elementos construídos pelos humanos, como acessos, vias e caminhos principalmente e as estruturas/edificações existentes são espaço de fluxo e permanência de crianças, de jovens, de mulheres, dos adultos, de idosos. Também são fundamentais de inserir nesse primeiro reconhecimento/diagnóstico. As funções realizadas nesses locais estão profundamente relacionadas com o cotidiano das moradoras e moradores, e se referem a trabalhar, descansar, rezar, cozinhar, plantar, cuidar, brincar, tomar chimarrão/mate (matear), se alimentar etc. Todo esse processo de levantamento de informações, também é um processo coletivo de se escutar e debater as definições das diferentes áreas: de moradia, comunitárias (trabalhos coletivos e lazer e serviços), de cuidado das pessoas, de organicidade do Movimento, de preservação e cuidado com a natureza, de produção agroalimentar, etc.

O desenho da topografia (Natureza) também delimitou aproximadamente as áreas e os caminhos/as vias entre si. No Padre Roque a planície delimitou a área produtiva e o 'anfiteatro na cabeceira do terreno', onde estavam a antiga casa e galpão da fazenda, acolheram os lotes e a área comunitária.

6.2 SEMENTEIRA DO CUIDAR DA COMUNIDADE:

Esta segunda escala se refere aos cuidados comunitários. O que as pessoas fazem para cuidar um do outro nos espaços coletivos? É a escala mais repleta de possibilidades relacionais para o planejamento, com subcamadas que vão se relacionando. Iniciamos cada subitem com um conjunto de perguntas que trazem os

diferentes processos que inter-relacionam a natureza humana e não-humana na comunidade: terra, água, ar, biodiversidade... e a relação com o corpo das pessoas. Está também no sentido dos pactos necessários para planejar o território também com a organicidade do Movimento.

6.2.1 Quais as estratégias e relações camponesas de cuidado e preservação com a terra, as águas, florestas e outros seres que dependem destas vidas (a Natureza) no território?

Como cuidamos da natureza e como ela cuida da gente? O que é cuidar coletivamente da natureza? Porque fazemos esses cuidados? Quais são as ações de cuidado com as nascentes? Quais as ações de cuidado com os rios e açudes/lagos? Quais as ações de cuidado com as matas/florestas? Quais as ações de cuidados com a terra? O cuidado da natureza e da terra está dentro do lote? O que são cuidados que um grupo precisa fazer? Quem faz estes cuidados? ...

Uma das linhas para entender a natureza dentro dos espaços de reforma agrária é delimitar o zoneamento dos eixos moradia, comunitário, produtivo e ambiental a partir das áreas de preservação segundo normativas/legislação ambiental (áreas de preservação permanente e reserva legal) e também de áreas de natureza importantes para a comunidade, pois o ambiental na Agroecologia vai além das normativas ambientais. Tanto no Maria Rosa como no Padre Roque as áreas de preservação legal ocupam um espaço maior que o normativo (20%), e nos seus planejamentos não se abriu a possibilidade de avançar sobre estas áreas.

Além da perspectiva 'de cuidar' desde os seres humanos para com a Natureza, o principal é inverter esse entendimento e compreender o cuidado da Natureza conosco.

Primeiramente, o cuidado com os corpos d'água são um ponto de partida, pois delimitam as reservas legais. As águas e matas estão totalmente relacionados e dentro desta relação, há toda uma biodiversidade que habita essa natureza. As nascentes também são vitais para as pessoas, e que a comunidade tem sua rede de abastecimento conectada desde determinados pontos até seus lotes, moradias e quintais. A água é fundamental para a manutenção cotidiana dos cuidados do corpo, como banho, consumo, para cozinhar, limpar, entre outros. Também é importante para

as criações e para regas do quintal produtivo. Cuidar das matas e de não contaminar o solo significa cuidar com a preservação das águas e toda a biodiversidade do território.

Em segundo lugar, há que se falar da terra, que para além de solo é centralidade para a vida camponesa, pois sustenta as relações para plantar e alimentar. Também é terra para pisar, andar, brincar, para construir a morada em cima, para construir e consolidar (semear e fortalecer) a comunidade sobre ela. O solo vivo (PRIMAVESI, 2018) sustenta ainda uma série de microrganismos que sustentam as florestas, alimentam e nutrem as plantas, para que estas também façam seus papéis no ciclo da vida.

A relação com as árvores evidenciou outros aspectos da perspectiva camponesa e comunitária-agroecológica para o planejamento. As pessoas queriam ir para seus lotes para plantarem suas árvores, diziam: O que é isto, se não, urgências diferentes das hegemônicas. Aí está uma relação agroecológica camponesa.

[...] Nós fizemos as demarcação no dia 17 de fevereiro [Divisas Georreferenciadas pela Empresa Geoframe Engenharia Ltda ME]! Né, foi fevereiro que fizemo... E daí na verdade, a gente já tinha feito as divisão né, porque a gente tinha um mapa, né? Aí fomos conversando em coordenação, conversado nas reunião dos grupo, e o pessoal foram se ajeitando ali. Não foi preciso fazer sorteio, não teve atrito nenhum. Cada um foi se ajeitando ali, de acordo com as plantas que já tinha plantado. As plantas assim permanente, né? As árvores frutíferas, essas coisas assim. E fomo dando critério assim pro pessoal que estava mais tempo no acampamento, desde o começo. Fomo dando essas prioridades assim. Né, que nem ali o seu Roque, o Vanderley, o pessoal ali da dona Judite, o seu Anicélio, seu Natalino. Esse pessoal já meio que ficou no mesmo lugar e não vão precisar mudar as moradias deles né, por conta da das raízes né que foram criando ali. As plantas né, as plantações, os arvoredo. Que nem lá no seu Roque já tem pé de Pitanga, já produzindo Pitanga! Já comemo Pitanga lá da produção dele lá o ano passado (2021). Então a gente trocou essa ideia na comunidade e o pessoal achou que era válido, não tinha problema nenhum... Porque a área toda boa né! A área do Maria Rosa é excelente toda a área dela! Então não tem área ruim. Então foi fácil de acertar o pessoal assim. E também a gente definiu por cores também [os núcleos de base], só não pintemo assim, igual que você pintou ali [Mapa do Padre Roque], mas tinha que aquelas cores ali que o pessoal... vocês usaram para marcar lá né. A gente foi marcando assim as glebas ali então se ajeitamos ali, e tá tranquilo! (MEIRA, 2022)

Tanto no Padre Roque como no Maria Rosa esta era uma questão sempre trazida sobre a prioridade de realizar primeiro o desenho das áreas de moradia com quintal produtivo (por isso se tornou 'o grande objeto' da primeira fase do planejamento: desenho das áreas de moradias com quintal produtivo).

A relação com as árvores sonhadas, a serem plantadas futuramente, permeava aspectos de enraizamento no território **junto com** as moradias. Em muitos casos essas árvores tinham a ver com o ‘dedo verde’ das mulheres em plantá-las e cuidá-las, ou que são elas que vão cuidar no território delas que é o quintal.

Há uma *eco e interdependência* camponesa de alimento e sombra/proteção do sol e do vento ao redor da casa; que também protege de geadas no inverno; é um elemento protetivo em muitos aspectos.

No aspecto de proteção, a vegetação de árvores é necessária pela relação das pessoas como estas, mas também no aspecto técnico e de cuidado do território agroecológico que ainda pretende certificar sua produção. Tanto no Padre Roque como no Maria Rosa as áreas de mata e barreiras agroecológicas significam importantes protetoras do desenho realizado para colaborar/garantir a qualidade do bem-estar das famílias, das plantações para não serem contaminadas pelos agrotóxicos dos vizinhos, e da não erosão do solo da malha desenhada, dentre outras. Ambas as comunidades precisaram fazer barreiras agroecológicas com os vizinhos de plantio convencional, no entanto, o perímetro maior das áreas já possuía mata e águas como corpos protetores que colaboram com a premissa de serem comunidades-agroecológicas com produção 100% orgânica e certificada. Manter a natureza, garante a certificação que necessita de proteção em relação aos vizinhos, ou seja, a natureza (preservada e fortalecida) proporciona a viabilidade econômica da comunidade.

6.2.2 Quais as relações com a terra e os acordos coletivos para o desenho das áreas coletivas e familiares? Como a organicidade do MST da relação dos Núcleos de Base (NBs) pode estar presente na divisão/localização das famílias na Agrovila?

Quais as relações com a terra? Quais os entendimentos sobre Agroecologia e tamanho dos quintais produtivos? Quais os acordos da comunidade quanto às escalas de produção? Quais as relações de produção/cultivo no território? Quais as áreas de plantio/cultivo dentro do lote? E fora do lote? Quais as distâncias entre moradia/lotes e área produtiva? Quem percorre esses trajetos e porquê? Qual a frequência desses percursos? O que significa os NBs na organicidade da comunidade e do MST?...

No Padre Roque e no Maria Rosa foram estabelecidas áreas de moradia com quintal produtivo (1) em separado das áreas de trabalho de produção coletiva (2), e outra para a área das atividades comunitárias (3) para as demandas sociais coletivas.

Nestes territórios de Castro-PR, os trabalhos de produção estão nos lotes/quintais das famílias e também em áreas de produção coletiva. O tamanho das áreas dos lotes de 6.000m² a 1 hectare vem de um acúmulo das experiências agroecológicas do Movimento, que demanda menos área para uma produção diversificada e com princípios e práticas agroecológicas. Esta relação (de produção) com a terra irradia para a relação coletiva de autogestão comunitária. Assim, uma casa com um quintal produtivo em um lote menor foi o modelo escolhido pelo Movimento para estabelecer as Agrovilas.

No P. Roque, para manter as 40 parcelas foi preciso ajustar o tamanho para 6.300 m². No M. Rosa pode ficar com pouco mais de 10.000m² (um hectare). Ambos os territórios decidiram por autogestionar a área produtiva de acordo com as aptidões camponesas das famílias, que acordaram em utilizar e manejar seus quintais produtivos que já possibilita boa rentabilidade (modelo agroecológico de agricultura familiar), e então, a partir disso, podem cultivar mais alguma parcela nas áreas produtivas coletivas, em função de sua capacidade produtiva, necessidades etc., sempre com a autorização da associação ou cooperativa do local. Esta primeira escala com os quintais produtivos é a relação de viver no campo como modo de vida, este que, não precisa ser de vastidões de áreas sem encontrar casas, pessoas, matas, vida.

A produção dos quintais ao redor da casa são território majoritariamente de cuidado das mulheres, com bastante participação/vivência das crianças, com frequência de trabalhos cotidianos. Mas em geral, a escala do lote também é território de produção familiar (unidade de produção familiar).

As áreas de produção coletiva são ao redor da agrovila e são onde se concentram os plantios de grãos como feijão e milho crioulos, e que os homens são quem trabalham com maior frequência, circulando majoritariamente nestes caminhos até estas roças mais longe do lote. Nas épocas de colheita, as mulheres se somam e a comunidade pratica mutirões para conseguir vencer as tarefas. Estas proximidades, colaboram com possibilidades e estímulos mais reais das mulheres e crianças transitarem entre o território a pé.

Os alimentos fruto do trabalho nestas áreas destinam-se a alimentar as pessoas em territórios urbanos, abastecer os projetos de PAA e PNAE, entre outros. Nos processos de doação do MST para as periferias urbanas há ainda, uma relacionalidade da solidariedade e pela vida.

Outro aspecto sobre esse planejamento da vida nos territórios de reforma agrária, com o MST é a organicidade como estratégia territorial do assentamento das famílias por afinidade e cooperação – importante pra organização interna/organicidade da comunidade, e isto se materializa (ou tenta-se) nos Núcleos de Base, assim, ambos os casos em Castro-PR experienciaram isso, porém de formas distintas. Ou seja, os NBs das famílias são uma relação do planejamento com comunidades do MST. Essa relação se fortalece pela proximidade, em que estimula algo já recorrente na comunidade como as trocas de sementes, mudas, mutirões, reuniões e cafés/rodas de chimarrão com trajetos mais curtos.

No P. Roque, a proposta de planejamento foi proposta em quatro cores, que se correspondem aos 4 núcleos de 10 famílias. Também se incorporaram as sugestões de encaminhamento das famílias para caminhar de uma casa para a outra em momentos de reunião dos núcleos. Já no M. Rosa ficou acordado que as famílias iam se distribuir e organizar nos seis núcleos (6), mas com prioridade para as famílias que estão morando a mais tempo em determinados locais, já com árvores plantadas.

6.2.3 Quais as estratégias, fluxos e relações do cuidado são importantes para desenhar a Agrovila?

Quais as perspectivas do que é morar no campo? Quais relações são importantes para viver no campo? Interpessoais? Com a natureza? Quais os entendimentos e desejos para construir a Agrovila? Quais as perspectivas comuns que permeiam a Agrovila? Qual a localização da Agrovila? Quais os tamanhos dos lotes da Agrovila? Quais as relações de fluxo como Agrovila? Quais as distâncias da Agrovila? Quais os modais que permeiam a Agrovila? Quem anda pela Agrovila? Quando anda? Como o cuidado comunitário articula estes aspectos no desenho das parcelas de moradia como Agrovila? ...

A decisão do modelo Comunitário-Agroecológico em Castro-PR teve como orientador desde os acúmulos do Movimento e decisão comunitária em ter as casas

mais próximas da área comunitária preocupada com a distância/o percurso das crianças (grupo mais vulnerável) e da comunidade em geral. Assim, este modelo incorpora para o parcelamento dos lotes que sejam uma Agrovila, sendo uma escolha que preza pelo relacional cotidiano. As comunidades definiram isso em ambos territórios – principalmente a partir de um olhar das mulheres e mães (tanto da comunidade quanto das/os técnicas/os da equipe) – o grupo das crianças como central para cuidado. A Agrovila é uma relação entramada de proximidades, moradia e fluxos.

O funcionamento do território de reforma agrária popular e agroecológico, é a partir das relações desse território-corpo/corpo-território, que é a vida relacional e o habitat camponês. Quer dizer, a vida na casa e quintal é *ecodependente* do entorno e das relações que intermediam nós e o entorno.

Assim, da mesma forma como os corpos d'água delimitam as áreas de reserva, as vias representam os fluxos das pessoas entre um ponto e outro que conectam 'os órgãos vitais' para a comunidade. Ainda, as vias comunicam as moradias à área comunitária, como veios humanos, então é relevante avaliar a permanência das vias já estabelecidas e a abertura de novos caminhos de fluxo. Os caminhos e vias existentes que estavam consolidadas devido ao acampamento dos barracos²¹¹ foram estruturantes para as demais capilarizações de fluxos e para a localização da Agrovila.

Tanto o P. Roque quanto o M. Rosa permaneceram com parte da via que conecta o acesso da porteira à área comunitária, das estradas já pré-existentes ao momento de ocupação do território. No entanto, pela diferença de tamanho e disposição das áreas ambientais e produtivas, ambas as comunidades demandaram desenho de novas vias, mantendo o princípio do 'veio' principal existente se capilarizando.

Outra questão relevante no desenho das vias e das parcelas é pensá-las relacionalmente quanto às fachadas ativas (faces das parcelas que tem acesso a via ou acesso a algo/elemento relevante): significa coincidir o aspecto técnico de distribuição de infraestrutura (água e eletricidade principalmente – que não é só

²¹¹ Nas ocupações assim chamamos as moradias. No processo de transição da demarcação dos lotes das comunidades, as famílias falavam muito no dia a dia que estavam mudando os barracos pro lote, ou que iam começar uma 'casa/casinha' no lote. A diferença é muito pelos materiais, sendo a lona e outros pedaços de madeira e materiais diversos para os barracos, e tábuas de madeira ou costaneiras de madeira e alvenaria de tijolos mudavam para o status de casa: "fulano já tá fazendo uma casa de madeira".

técnico, é um abastecimento para a vida que se reproduz no lote/quintal/moradia) com aproveitamento partilhado de ambos os lados da via; evitando “desperdício” de área dos quintais ou de infra; e contribuindo para os “olhares compartilhados” das casas aos acessos das vias até a área comunitária, possibilitando um melhor convívio e também mais rápido/eficaz atendimento em casos necessários/urgentes.

As vias e caminhos, ainda, não são somente utilizadas para tráfego de veículos. Sua maior utilização no espaço interno é como espaço de fluxo dos grupos e por diferentes modais, principalmente caminhando; é um ‘espaço público’ da comunidade, muito utilizado pelas crianças. Além de circuitos de caminhos para circular a pé ou de veículos para ir de um ponto a outro, as crianças usam as vias para andar de bicicleta, jogar bola, brincadeiras de rua, correr, encontrar com as/os amigas/os etc. São majoritariamente seu espaço público e comunitário, bem na fachada do lote da sua família e que se liga aos espaços públicos das outras amigas crianças. Então quando pensamos novamente nas crianças como prioridade, conseguimos destacar as fachadas ativas de olhares de cuidado das mães e famílias com as crianças nas ruas, e fachadas ativas de permeabilidade do espaço privado do lote de cada família que a criança é parte, do seu lugar seguro, com a exterioridade de um espaço público em que se percebe uma fase de aprendizado de relacionalidade que é as crianças brincarem e socializarem com outras crianças no cotidiano.

Uma Agrovila composta de lotes não tão grandes, cria distâncias menores das casas para a área comunitária e também da relação entre lotes (no modelo do Agronegócio os lotes maiores corroboram com uma sociabilidade menor entre unidades familiares e dos centros comunitários, é individualista às posses e a família no lote) priorizando assim, por exemplo: o trajeto das crianças até a área comunitária mais acessível; também o trajeto das pessoas para a área comunitária (onde majoritariamente as mulheres, os jovens e idosos se reúnem para uma diversidade de práticas e relações); a segurança da mulher para não ficar isolada no lote e muito distante da comunidade, pois a proximidade possibilita compartilhar os cuidados (proximidade permite estimular mais a ruptura das dicotomias público/território masculino x privado/território feminino dos espaços); e para os adultos que precisam/podem/conseguem plantar mais que seu quintal produtivo, se deslocam para as áreas produtivas mais longe. A prioridade é uma distribuição e equilíbrio das distâncias interseccionadas com as gerações/grupos como um princípio do cuidado.

Há aqui, ainda, a relação de cuidado do item anterior que ao cuidarem do desenho da malha viária como um tecido de contenção, de acordo com as curvas de nível: para o solo para não erodir, observando e interagindo com a topografia para que esta auxilie na vida da comunidade, é uma relação de cuidado que interfere no desenho das áreas de moradias. Ou seja, é necessário conhecer as pessoas e as relações para que se desenhem as parcelas de moradia, não pode descer de cima para baixo uma malha quadrada como usualmente o planejamento hegemônico o faz (quadro burro). O desenho vem de baixo para cima, desde as relações com o terreno desenhado antes, pela natureza.

6.2.4 Como integrar o cuidado dos/as/es outros/as/es no planejamento? Como e quem faz a gestão e o cuidado da área comunitária? Quais as relações estruturantes entre a comunidade e a área comunitária?

O que é viver com as/os/es outras/os/es²¹²? O que é cuidado com as/os/es outras/os/es? Quais as práticas de cuidado com as/os/es outras/os/es? Quais os usos coletivos existentes? Quais os sonhos em comum? Quais as demandas comuns? O que uma vida que mereça a pena ser vivida em coletivo? Onde e quais locais fazemos o cuidado com as/os/es outras/os/es? Quais os verbos desse cuidado com os/as/es outros/os/es? Quem fazem esses cuidados? O que são práticas coletivas? O que é ‘educar’ com as/os/es outras/os/es? O que é ‘lazer’ com as/os/es outras/os/es? O que é ‘curar’ com as/os/es outras/os/es? O que é ‘rezar/orar/cultuar’ com as/os/es outras/os/es? Com que frequência esses cuidados acontecem com as/os/es outras/os/es? ...

Não só a área comunitária, mas todo o território está em uso coletivo/comunitário desde a ocupação pelo que resulta fundamental pensar nas formas de cuidar de todo o território de forma coletiva.

²¹² Como mencionado, para agenda de pesquisas e possibilidades, acredito que precisamos perguntar a todes também. No caso das nossas experiências, não tínhamos na comunidade sequer o pronunciamento de alguma pessoa LGBTQIA+ além de algumas de nós da equipe de assessoria popular. Também é reflexo da sociedade heteropatriarcal que está muito arraigada no campo. Entretanto, acredito que mais uma lente propositiva para o planejamento na reforma agrária popular e agroecológica precisa dialogar com o Coletivo LGBT Sem Terra, fundado em 2014. #LINDOLFOPRESENTE

A área comunitária tanto no P. Roque como no Maria Rosa fica na antiga estrutura das fazendas, e que a partir da ocupação do MST são parcelas que foram delimitadas com cerca de cinco hectares colados com os lotes em agrovila.

Esta situação da área comunitária é comum enquanto espaço comunitário inicial, ocorra sobre a antiga sede das fazendas (o 'patrimônio' edificado existente passa a ser comunitário nos territórios de reforma agrária do MST). Trata-se de um local muito utilizado desde o início do acampamento, e é importante para compreender as demandas e o planejamento da área comunitária.

O planejamento realizado em ambas comunidades foi dividido em "Fase 1 – desenhar as áreas de moradias" e a "Fase 2 – área comunitária": essa separação sempre foi uma demanda da comunidade em função de priorizar o estabelecimento do lote para poder começar a construir as casas, plantar árvores, iniciar a produção no quintal ecológico etc. Isso gerou dois tipos de desenhos: **das áreas de moradia/dos lotes com quintais produtivos e de usos das áreas comunitárias.**

A divisão entre desenhos elaborados em Fase 1 e Fase 2 é metodológica, porém tece uma diferenciação nos desenhos: sendo o primeiro um desenho visual da divisão dos espaços onde cada família poderá ter a autonomia de desenhar sua disposição e sua vida no território; e o da área comunitária um desenho de usos, e então um **desenho relacional e de desenho do tempo** do que se faz e se sonha desde o agora até projeções e sonhos futuros.

Neste momento, a ênfase está em observar o desafio de seguir cuidando, fortalecendo e consolidando a área comunitária. Se nos lotes as famílias vão ter autonomia desta escala para sonharem e criarem sua vida, na área comunitária a comunidade precisa nutrir coletivamente as relações sociais.

O desenho nesse caso, além de pensar as localizações das edificações e seus respectivos usos, traça 'um desenho no tempo' ou 'do tempo'; o desenho é, portanto, um desenho com enfoque na gestão do esforço coletivo em fortalecer e edificar novos usos e novas estruturas/espacos de acordo com suas demandas.

A área comunitária também é local de trabalho, pois são onde localizam estruturas de trabalho como as cooperativas, secretarias, cozinhas, etc. É local de lazer (festar, dançar, encontrar, conversar); de curar; rezar/orar/cultuar; brincar; estudar; trabalhar; matear/tomar chimarrão; entre outros – verbos.

Assim, pensar o comunitário também é pensar os tempos. Essa prática é importante pois tem caráter organizativo, partindo do 'pensar os sonhos futuros das

peças', conectando com os verbos existentes para a construção; na experiência do Padre Roque foi esse processo que mobilizou uma metodologia nomeada de "árvore dos sonhos"²¹³ (capítulo 1, subitem 2 "Mobilizações frente à contrarreforma agrária: aprendendo no processo de planejamento da comunidade-agrecológica Padre Roque Zimmermann"), com o objetivo de pensar sobre as práticas e sonhos comunitários por cinco verbos enraizados no cotidiano: crer, conviver, comer, aprender e curar. A partir deles, foram aparecendo ações, atividades funções que em um segundo momento precisariam de espaços, locais, estruturas etc. O tempo também foi chave para pensar esse conjunto de atividades, espaços e relações comunitárias que cuidariam da comunidade. Em virtude, da escassez de recursos da comunidade e da falta de políticas públicas nesse momento político, se pensou em que a comunidade estabelecesse os tempos que imaginavam para conseguir essas estruturas: curto, médio e longo prazo.

Um exemplo da importância dos tempos está nas crianças que demandam cotidianamente de espaços comunitários, se demorar muito para construir/formar seus espaços próprios mais adequados, pode aumentar o tempo e o hábito de deixar isso como secundário. Também acontece que as crianças crescem, não desfrutam da potencialidade que este espaço pode ter no vínculo com seu território (preocupação com a geracionalidade na reforma agrária, pois esta só se manterá viva com pessoas no campo, tem que ser urgente e central pensar nas crianças e jovens nos planejamentos, se não os assentamentos vão perdendo seus jovens e então, vão perdendo a vida). Além disso, se prolongamos e secundarizamos os tempos das crianças, precarizamos o tempo das mulheres em espaços decisórios maiores, seus estudos, trabalho e formação e entre outros, pois a questão dos papéis de gênero dos cuidados ainda não está superada, desconstruída, e um meio do caminho para isso pode ser com a colaboração de um planejamento que melhore a experiência comunitária das crianças, das mulheres, e todos/es.

No Maria Rosa o produto foi desenhos de usos no sentido de um acordo coletivo sobre as futuras destinações para espaços já pré-existentes no acampamento. No M. Rosa tem mais estruturas construídas e a cooperativa dos dois

²¹³ Metodologia com a colaboração da assentada pelo MST e engenheira florestal, Priscila Monnerat - Setor de Gênero MST-PR.

territórios também se localiza neste acampamento. Devido ao tempo de ocupação, a autogestão deste espaço já era muito mais intensa.

Nessa área, o papel das mulheres era fundamental em várias atividades. O coletivo de mulheres conseguiu, por exemplo, recurso para regularizar a sua cozinha para panificação na Vigilância Sanitária de Castro e a comunidade também organizou a cozinha e os espaços da COOFRAM (lembrando que a COOFRAM é das duas comunidades). Também foram adequando salas e espaços maiores para ciranda, salas/espaços de reunião/formação, etc.

Na experiência do Maria Rosa isto que mobilizou uma metodologia nomeada de “mandala” de sonhos, com o objetivo de pensar sobre as práticas e sonhos comunitários pelos seis eixos definidos com a comunidade: natureza, produção, educação, saúde, lazer e espiritualidade. Após as oficinas no M. Rosa, foram se desenhando duas áreas comunitárias com funções diferentes: “área comunitária de trabalho de produção – Sede da Cooperativa (COOFRAM)” e uma “área comunitária de convivência”. Esta separação responde a impedir que se atravessassem fluxos de pessoas com demandas muito distintas. Por exemplo: as crianças não estarem sob risco com o fluxo de caminhões da cooperativa, e terem local seguro para brincarem; uma espécie de zoneamento de cuidados. Em função desses critérios, optaram por outro local que era o antigo chiqueirão e que tem um arvoredo e local que a comunidade já gosta muito de ficar nas sombras e em seu entremeio. As mulheres foram fundamentais nesta projeção de espaços, e evidenciaram as demandas de uma vida que mereça a pena ser vivida (mas que tem limites responsáveis), de uma vida com trabalho e lazer, com tempo e espaço para os dois.

O cuidado do comum é fundamental em uma comunidade-agroecológica, mas também é essencial entender quem faz o trabalho voltado para o cuidado e a manutenção da(s) área(s) comunitária(s)? O grupo protagonista são as mulheres. Estas mulheres ficam comumente responsáveis pelo cuidado do coletivo e das demandas das crianças, e estes trabalhos as tiram de espaços decisórios em muitos momentos. Elas também ficam majoritariamente responsáveis pela manutenção/manter cozinha, limpeza e manutenção, também nas áreas comunitárias. Esse trabalho de cuidado mostra as *planejadoras do cotidiano* que são as mulheres (porém são também os trabalhos não vistos e não remunerados). Não é possível negar a importância de quem faz esses trabalhos cotidianos em prol do fortalecimento das relações, que são estruturantes para a comunidade.

6.3 SEMENTEIRA DO CUIDAR-SE E CUIDAR DA FAMÍLIA:

Esta terceira escala é a das relações familiares, no território do lote. É a escala certamente com mais agenda aberta, é a mais complexa de se aproximar, paradoxalmente ao fato que é onde estão as pessoas, as/os camponesas/es assentadas/os. Está dentro do cuidado do território e do cuidado da comunidade, com elementos que complementam os anteriores, mas que é importante destacá-los por que na prática aparecem com força; relações de cuidados próprios, cuidados com relações familiares, para com os/as filhos/as, companheiros, idosos; cuidado com a casa e o quintal; escala onde habita os modos de vida cotidianos...

6.3.1 Como os cuidados acontecem na escala familiar do lote?

Quais as relações que vivemos na escala familiar? No lote? Em quantos somos? Como nos cuidamos? Quais práticas de autocuidado realizamos? Quais cuidados fazemos para as/os/es outras/os/es? Quem demanda mais cuidado? Quais os cuidados específicos para cada geração? Como dividimos os trabalhos do cuidado? Há divisão dos trabalhos domésticos? São relações saudáveis? Qual a frequência de cada cuidado no cotidiano? Quem cuida de quem? ...

A escala familiar é onde está a demanda do território para viver e trabalhar na terra. Nesta escala residem a dinâmica da reprodução familiar, incluindo todos os cuidados cotidianos. É a escala que reside parte do sentido da reforma agrária para as pessoas/famílias se tornarem assentadas. E é a forma como o INCRA tem olhado para essa parcela individualizada, pautada na produtividade agrícola convencional e distante, uma das pautas centrais que os modelos agroecológicos em Castro-PR podem ser uma possibilidade outra.

Nesta escala dos modos de vida e do morar (escala da família/habitar) com um quintal produtivo, ocorrem as relações de autocuidado mais básicas para a manutenção da vida e mais sensíveis para 'uma vida decente/digna', com as condições básicas de dormir, comer, limpar, se higienizar (relacionalidade com água

limpa/potável), se sentir seguro, amar, cuidar, ter lazer, descansar, se divertir, entre outras relações em sociabilidade.

No quintal se mobilizam relações de cuidar da alimentação, plantar, manejar a terra, colher, secar, tratar as criações, etc. Os quintais diversos vêm protagonizados pelas ações de cuidado das mulheres no entorno da casa, com muitos saberes sobre os chás, folhagens, hortas, etc. O quintal produtivo é fundamental para a relação da vida camponesa com a horta fresca (alimentos, hortaliças, frutos, chás, etc) e ainda as criações de animais como bovinos, suínos e aves.

Nesta escala familiar, as mulheres protagonizam o cuidado e sustento da vida consigo, com as crianças, com os companheiros, com os idosos desde o cuidado para manter o quintal e dos trabalhos domésticos. Objetiva ser espaço/escala de cuidado das relações primeiras de afeto e de manutenção (reprodução) da vida.

Aqui fica em evidencia quem recebe majoritariamente os cuidados - crianças, homens/companheiros, idosas/os (grupos de cuidado), e quem são as **cuidadoras** da vida cotidiana das pessoas e dos espaços, pelos papéis de gênero sociais e desiguais em que as cuidadoras dos outros tem pouco tempo para si.

Entretanto, o lote é a escala de lote privado, apresentando a interface mais desafiadora de uma sociedade dicotômica das relações capitalistas, racistas e patriarcais. Esse modelo hegemônico do campo é um projeto de morte, não de vida. Soterra as relacionalidades. Os “agronegocinhos” viram monocultivos e tem que se percorrer quilômetros até uma/um vizinha/o mais próximo. Por isso, o modelo em Agrovila e toda a escala anterior possibilitam estimular outras relacionalidades, ainda que as famílias camponesas ainda sejam fortemente patriarcais.

As dicotomias de público e privado não são tão sentidas pelo ir e vir dos homens, no sentido do privilégio dessa categoria que difere das mulheres, relegadas ao lar e o ambiente privado. Os homens normalmente dirigem ou não tem tanto medo de deslocamentos, principalmente à noite. Já a mulher, nas relações sociais, ainda é compreendida como objeto de posse.

É importante discutir outras sociabilidades, outros modelos, pois o modelo dos PDAs está pautado ainda pela família tradicional e da propriedade privada como ‘sagrada’. São, portanto, agendas abertas para o planejamento em territórios de RA que haja diálogos com outros modelos comunitários e agroecológicos, por exemplo que abrace também a agenda, os sonhos, e a vida de uma terra livre e para a vida

das pessoas LGBTQIA+, mantendo essas pautas e a escuta geracional das crianças e jovens.

Em todo caso, hoje os acampamentos e as comunidades rurais expressam muito o modelo familiar tradicional, onde tem o autocuidado, cuidado com os outros, e onde pode ter todo o abastecimento e relação com o entorno, mas não modifica a estrutura patriarcal que isola as mulheres.

Neste processo, não é fácil estas escutas, mas são necessárias. Por parte das mulheres esse sufocamento é mais que explícito, havendo muita resistência, persistência e cansaço nesse entremeio. Nos momentos de oficina do planejamento, quando realizamos separação de atividades por gênero, momentos de diálogos entre mulheres da comunidade com mulheres da equipe de assessoria popular, e também na realidade que vivi no acampamento, manteve-se recorrente as pautas pelas mulheres de sobrecarga doméstica e na organicidade, violências domésticas, abandono do acampamento por estas violências, desistência dos estudos para cuidar da casa e da família, reclusão e cerceamento dos companheiros para 'deixá-las' participarem das questões e momentos comunitários.

Em função dessas dificuldades, há que refletir que a política de reforma agrária precisa integrar esta perspectiva de planejamento com centralidade na vida, demanda entrar com outros profissionais das áreas sociais que pensem no cotidiano, para conseguir uma relação saudável no processo de consolidação do assentamento e de uma vida digna: arquitetas/os/es²¹⁴, assistente social, psicólogas/os, educadoras/es, pedagogas/os, cientistas sociais, antropólogas/os, historiadores, etc. Precisa de atendimento e assistência cotidianamente, não somente técnica e agrícola.

A demanda por uma política pública mais integrada, quando coloca Agroecologia como modo de vida com a presença das mulheres, vai mobilizar outro entendimento e uma multidimensionalidade de demandas, outras economias, outros desenhos, outras relações.

Essas sementeiras são produto de uma confluência de saberes e processos vivos em 'movimento': germinando, brotando, se enraizando no solo vivo. No nosso

²¹⁴ Insiro nossa profissão da arquitetura também, pois não estamos no escopo maior do INCRA. Nas experiências de planejamento em Castro os estudantes do EMAU Caracol - UFPR foram fundamentais no processo, e ainda, compartilho a preocupação que estas/es futuras/os profissionais possam vislumbrar caminhos de ação nos contextos rurais. Precisamos descolonizar o imaginário da formação urbanocentrada/urbanocêntrica e com poucos olhos para a vida nos demais territórios.

balaio de sementes-saberes reconheço a importância dos saberes da comunidade, do Movimento, das mulheres viventes e as ancestrais, da assessoria e de uma universidade popular, dos ecofeminismos e o feminismo camponês e popular, entre tantos outros e também os cuidados recebidos e compartilhado nas muitas relações (com a terra e com pessoas) da minha vida e também nesse processo. Este é um arraigo *com a* realidade, no cotidiano e para valorizarmos a vida no centro nos planejamentos do(s) território(s) da Reforma Agrária Popular e Agroecológica.

FIGURA 57 – POR UM MUNDO DE MUITOS MUNDOS.



FONTE: A autora (2019).

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitário-populares**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

AGUIAR, Vilenia Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação reflexpes a partir da marcha das margaridas**. Política & sociedade 2016.

AMBIENS. Sociedade Cooperativa. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.coopere.net/quem-somos.php>>. Acesso em 31 maio de 2018.

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. **Financiamento da transição agroecológica**. Caderno do II encontro nacional de Agroecologia. junho 2007.

ANZORC. **Asociacion Nacional de Zonas de Reserva Campesina**. <<http://anzorc.com/>>. Acessado em: 20 de abril de 2018.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. UNESP, 2006.

ALENTEJANO. Paulo Roberto Raposo. **As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada**.

Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 353 - 392, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. // DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12434

ALENTEJANO. Paulo Roberto Raposo. **Violência e devastação no Brasil1**. Rev Contrarreforma agrária, V.20, no 41, (jan-abr) ISSN: 1808-799 X. 2022.

ALENTEJANO. Paulo Roberto Raposo. **A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela reforma agrária no Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, 2020

ALTIERI, M. A. **Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed.[rev. e amp.]. Rio de Janeiro/RJ: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 400p.

ALTIERI, Miguel e ROSSET, Peter. **Historia y corrientes del pensamiento agroecológico**. Agroecologia ciência y política SOCLA 2018.

ATLAS, **Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção / organização: Observatório da Questão Agrária no Paraná**. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. ePUB il. color. (“Territórios e R-existências”) Modo de acesso: <http://questaoagrariapr.blogspot.com/p/atlas-daquestao-agraria-no-parana.html> ISBN: 978-65-995698-0-7

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z **Reconstruindo a agricultura – Ideias e**

ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no MST: breves considerações.** Dissertação de mestrado. 2010.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A apropriação do discurso da agroecologia pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).** 2014.

BARTRA, Armando. **Con los pies sobre la tierra: despojo y resistencia en los territorios.** Ciudad de México. UAM/Ithaca, 2014.

BERTOLINI, Valéria Andrade, CARNEIRO, Fernando Ferreira. **Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. Libertas (Juiz de Fora),** edição especial, p. 202 – 226, fev./2007.

BONASSI, Bruno Camillo. **Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017. 123 p.

BORGES, J.L. **MST: do produtivismo a agroecologia.** São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, R. S., BERGAMASCO, S. M. P. P., MOREIRA, S. S., FONTE, N. N., FIDELIS, L. M. e OTTMANN, M. M. A. **Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 8, p. 14-23, 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) -,** 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos,** 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. **A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST),** 2014.

BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira. **Territorialização da Agroecologia no MST: conquistas e desafios.,** 2020.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; *et all.* **Mulheres rurais e autonomia formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania,** 2014.

BUTTO, Andrea. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil; a construção do sujeito feminista** Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidade**. Barcelona: Paidós, 2007.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário de promoção a igualdade de gênero, raça e etnia. **Políticas para as trabalhadoras rurais. MDA**. Brasília 2007.

BRASIL DE FATO. <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/02/incra-regulamenta-programa-que-terceiriza-titulacao-de-terras-e-favorece-grilagem>

BRASIL DE FATO. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/08/mst-acampa-em-frente-ao-incra-em-curitiba/>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

BRASIL DE FATO. **Na Assembleia Legislativa do PR, camponesas denunciam violência contra as mulheres**. Brasil de Fato, São Paulo, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/06/na-assembleia-legislativa-do-prcamponesas-denunciam-violencia-contra-as-mulheres>

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes, ROSSONI, Roger Alexandre. **A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)** Universidade Federal. Rev. NERA Presidente Prudente v. 23, n. 55, pp. 138-164 Set.-Dez./2020 ISSN: 1806-6755.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021. **Acessibilidade na Câmara: terras devolutas**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>> Acesso em 19 de Julho de 2021.

CAMPOS Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria. **‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico**. In Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.185-200, V.11, n.15, jan-jun.2015.

CAMINHA, Pedro Vilela. **Reforma agrária e contra-reforma: a modernização agrícola a partir de JK**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2008.

CARMO, M. S. **A produção familiar como locus ideal de agricultura sustentável**. IN: FERREIRA, A. D. D & BRANDENBURG, A. (org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins. **Planejamento pelo método da validação progressiva – MVP (adaptado para os assentamentos de reforma agrária)**, Curitiba, outubro de 2003.

CARVALHO, Horácio Martins. **Desafios para o agroecologista; como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato.** Curitiba 2007.

CEPPUR/ Setor de Tecnologia/ UFPR, EMAU-CARACOL/ Setor de Tecnologia/ UFPR, ENCONTTRA/ Setor de Ciências da Terra/UFPR, MAJUP/Setor de Ciências Jurídicas/UFPR. **ESTUDO TÉCNICO Nº 02/2020 SOBRE USO E OCUPAÇÃO COMPARTILHADA DO SOLO NA ÁREA FAZENDA CAPÃO DO CIPÓ (CASTRO/PR).** Curitiba. Disponível em: <<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/ceppur/wp-content/uploads/sites/43/2020/10/Estudos-Tecnicos-Fazenda-Capao-do-Cipo-versao-15-10.pdf>> Acesso em: 22 de agosto de 2021.

CEPPUR/ Setor de Tecnologia/ UFPR, EMAU-CARACOL/ Setor de Tecnologia/ UFPR, ENCONTTRA/ Setor de Ciências da Terra/UFPR, MAJUP/Setor de Ciências Jurídicas/UFPR. **ESTUDO TÉCNICO 01-2022. Análise da viabilidade e da pertinência de Destinação da fazenda capão do cipó (comunidade Maria Rosa do Contestado), Castro/Pr, para Assentamento de reforma agrária - aspectos jurídicos, socioeconômicos e ambientais.** Curitiba. 2022.

COCA, Estevan. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná, Brasil.**

COL-LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista: por una transformació radical de los espacios de vida.** Barcelona: Virus Editorial, 2019.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento.** Caderno de Cooperação Agrícola n° 10. São Paulo: Concrab, 2001.

CONCRAB. **A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização do trabalho em assentamentos de reforma agrária.** Caderno de Cooperação Agrícola n° 11. São Paulo: Concrab, 2004a.

CONCRAB. **Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento: Processo de Planejamento e Organização do Assentamento – PPOA (Metodologia para a elaboração dos “PDAs e PRAs”).** Caderno de Cooperação Agrícola n° 13. São Paulo: Concrab, 2004b.

CONCRAB. **Novas formas de assentamentos: a experiência da Comuna da Terra.** Caderno de Cooperação Agrícola n° 15. São Paulo: Concrab, 2004c.

CONNEL. Raevyn. **Review of whose Science? Whose knowledge? Thinking from women lives.** Contemporary sociology 1992.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?** In: ALIMONDA, H. Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: Clacso, 2003.

COSTABEBER, JÁ. MOYANO, E **Transição agroecológica e ação social coletiva.** Agroecologia e des rural sustentável, Porto Alegre. Vol 1. 2000.

COUNTRYMETERS. Disponível em: <<https://countrymeters.info/pt>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, vol. 10, nº 1, 2002; pp. 171-187.

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Geolutas, 2011.

DATALUTA, julho de 2020, número 145. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pr_2013.pdf>. Acesso em: 22/05/2021.

DEL VALLE, Teresa. **Identidad, memoria y juegos de poder**. Revista Deva, n. ° 2, Asturias, 1995.

DELGADO, G, C. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. IN: CARTIER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur**. Universidad de Carolina del Norte en Chapel Hill y Universidad del Valle, Cali, 2015.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. **Monografia: Planejamento comunitário em assentamentos rurais: a redistribuição dos papéis de gênero como prospecção emancipatória**. Curitiba: UFPR, 2018.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. **TFG: A perspectiva do Cuidado no Planejamento Territorial Comunitário em Assentamentos Rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná**. Curitiba: UFPR, 2019.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz; MONTENEGRO, Jorge; ANDREOLI, Marcelo Caetano; ALCÂNTARA, Renata Karolina. **Conflitos na reforma agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR**. In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. **Tecnologia social e reforma agrária popular – vol.1**. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2021.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz. **Transcrição de entrevistas com técnico-militantes da COTRARA: Araucária, Peroba-rosa, Bracatinga e Guanandi**. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto zero da revolução, trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante. SP, 2019.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do PRONAF: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida**. São Paulo: FEA-RP/USP, 2013. 26 p. (Texto para discussão, n. 6/2013).

FERRANTE, VLB **Diretrizes Políticas dos mediadores; reflexões de pesquisas** In MEDEIROS LS et al (org) Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar. São Paulo. 1994.

FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. 2 edição Petropolis; ed Vozes, 2000.

FERNANDES, Gabriela; FACCO, Vinicius. **Agroecologia e MST no Leste paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR)**. Revista Pegada – vol. 16, n. especial, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST**. Tese de doutorado USP- Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia. (1979 –1999). 1999.

FIRMIANO, F. D.; MAFORT, K. C de O. **A reforma da contrarreforma agrária no Brasil**. Libertas, v. 18, n. 2, 2018.

FRADE, Fernanda; SAUER, Sérgio. **O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil – 2017**.

FRICKER, Miranda **Epistemic Injustice; power and the ethics of knowing**. Oxford Univ, Press 2007.

GALGANI Gema Esmeraldo Silveira Leite. **Mulher Rural no Brasil; Estratégias para o Reconhecimento de ofícios e ação política**. Revista Latinoamericana Pacarina, 2011.

GALGANI Gema Esmeraldo Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. Alternativa Niteroi. 2013.

GERMANI, Guiomar. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário**. GeoTextos: revista da Pós-graduação em Geografia, vol. 2, n. 2, 2006 (pp. 115-148).

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology; the ecology of sustainable food systems**. CRC Press 2007.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology; the ecology of sustainable food systems.** CRC Press 2014.

GUIVANT, J. A **Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais.** In: VIOLA, E. et al. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

GT MULHERES – Articulação nacional de Agroecologia – ANA. **Sem Feminismo não há Agroecologia (boletim impresso)**, IV Encontro Nacional de Agroecologia, Belo Horizonte, 2018.

GROSSI, Mônica. **Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST.** 2017.

HAUER, Margit. **Conflitos e tensões no uso da terra: agricultura familiar e legislação ambiental no estado do Paraná.** UFPR. 2009

HAUER, Margit. **Os assentamentos de reforma agrária no paraná e o licenciamento ambiental.** 2014.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HECHT, Susan. **The Evolution of agroecological thought.** Agroecology; yhe Science of sustainable agriculture. WPB CLADES. 1995.

HERRERO, Yayo. **Economia ecológica e economia feminista; um dialogo necessário.** In Economia feminista e ecológica resistências e retomadas de corpos e territórios. ISLA, Ana et al (org). São Paulo SOF. 2020.

IAT PARANÁ. **Reforma agrária e meio ambiente.** <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Reforma-Agraria-e-Meio-Ambiente>. Acessado em 02/02/2022.

IBGE. **Bases e referências, 2017.** Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas.html>. Acesso em: 1 fev. 2019.

ILLICH, Ivan. **La convivencialidad.** Barcelona: Virus, 2011[1974].

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Números da Reforma Agrária.** 2019. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2021.

INCRA. **Laudo de vistoria agrônomo.** Docs e processos Maria Rosa. 2017.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Página oficial.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em: 24 de maio de 2018.

IPDRS. **INFORME 2021 Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica.** La Paz, Bolivia. 2020.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro, et al. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** Rev. NERA Presidente Prudente v. 22, n. 49, pp. 140-167 Ma. Ago. 2019 ISSN: 1806-6755.

KARRIEM, A. **The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis.** Geoforum, 40, p.316-325, 2009.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê. Sobre o ofício de professor.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Oxford: Blackwell, [1974] 1991.
Lopes, A. L. C. (2007). **Bachelard o filósofo da desilusão.** Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7049>>. Acesso em 31/07/2021.

LEFF, E. **Saber ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero.** In: **Hollanda, Heloisa Buarque.** Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MAYER, Ricardo da Silva. **Bomba de chimarrão, fruto de hibridação cultural.** ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB - Año XI - Diciembre - 2019 - N.º 22 – ISSN: 1688-5317. Uruguay

MARTÍNEZ, Zaida Muxí; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta y GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. **«¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?»**, Feminismo/s, n.º 17, Universitat d’Alacant, Alicante, 2011, pp. 105-129.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral.** DPR, Barcelona, 2018.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí; CASANOVAS, Roser. **«Urbanisme i gènere»**, en Encarna Boelón y María de la Fuente (coords.): Diccionari-mapa de recursos «Dona i Món Local», Institut de Ciències Polítiques i Socials, Barcelona, 2007. Disponible en: bit.ly/2l6dVJk (última consulta: octubre de 2019).

MASSEY, Doreen. **Masculinity, dualisms and high technology.** Royal Geographical Society, v. 20, n.4, p.487-499, 1995.

MATTEI, L. **Questão agrária, desenvolvimento e a pertinência da reforma agrária no Brasil contemporâneo.** In: MATTEI, L. (Org.). A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo, p. 15-27. Florianópolis, Editora Insular, p. 120, 2013.

MATHIEU, Nicole Claude. **L'autonomie politique; categorisations et ideologies du sexe**. Ed Ixe 1991_2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003. 103 p.

MEDEIROS, L.S. **Movimentos Sociais no campo - luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTIER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Movimentos sociais no governo Bolsonaro**. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 490 - 521, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X.

MONDARDO, Leandro Marcos. **Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído**. Marcos Leandro Mondardo Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 2, n. 3 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2008.

MONNERAT, Priscila Facina. **Mulheres camponesas e agroecologia no MST do Paraná: os territórios do cotidiano da luta e da luta no cotidiano**. Curitiba: UFPR, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Programa de Reforma Agrária do MST – 1984**. In: STÉDILE, J.P. (Org.) *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 177-179.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. [São Paulo]: [s.n.], 2007a

MST. **Caderno de Educação: Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. (Coleção sempre é tempo de aprender), 2010.

MST. **Biblioteca digital da questão agrária brasileira**. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>.

MST. **Programa Agrário do MST - VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2013.

MST, **Cartilha do I encontro de mulheres do MST**. Orientações políticas e práticas. 2020.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assentamento Contestado: 20 anos de lutas e conquistas**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

MST. **Objetivos**. Disponível em: <https://mst.org.br/objetivos/>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Mulheres camponesas; trabalho produtivo e engajamento político.** Alternativa, Niteroi, RJ. 2013.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Revista NERA Presidente Prudente, Ano 18, nº. 27 pp. 159-182 Jan-Jun./2015.

NOVAIS, Adriana. BRUNETTO, Atiliana. JULCA, Lisbet. MAFORT, Kelli. GUEDES, Lizandra. FREITAS, Lucineia. MENEZES, Renata. **Cultivar afetos, derrotar as violências: as mulheres do campo e construção de novas sociabilidades.** Marília: Lutas ANticapital, 2021

OLIVEIRA, Daiane Et al. **Ciranda Infantil Curupira da Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, Assentamento Contestado-Lapa.** Em: VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná. Cascavel, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA (USP - Brasil) 2012.**

OLIVEIRA, A. U. **Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula.** ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, 2011, Costa Rica. Anais eletrônicos [...]. Costa Rica: [s.n.], 2011. Disponível em: . Acesso em: 08 set. 2019

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversion feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida.** Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

OXFAM. **Caderno Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural,** 2016.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2015.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. **Movimentos camponeses e questões ambientais: positivação da agricultura camponesa?** Revista Extensão Rural, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008.

PICCIN, MB. PICOLOTTO, E L. **A luta e o processo de novos conhecimentos; agricultores sem-terra e agroecologia.** In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS 2007.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **Participação, poder e democracia; mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural, Políticas Publicas e formas societárias de participação.** UFMG, Belo Horizonte, 2013.

PIRES, João Henrique Souza; NOVAES, Henrique Tahan. **Estudo, trabalho e agroecologia: a proposta política pedagógica dos cursos de agroecologia do MST no Paraná.** 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

PULEO, Alicia. **Claves ecofeministas. Para rebeldes que aman la Tierra y a los animales**. Plaza y Valdés, Madrid, 2019.

PRÉVOST, Héloïse. **Agroecologia, uma ciência “norma(l)cho”? Sob as escrituras científicas, o androcentrismo**. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, 2019.

QUIJANO, Anibal. **Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America**. Neplanta: Views from South. v. 1, n. 3, p. 533 – 580, 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SOUZA SANTOS, B; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

RAGGI, Roberta Vieira. **Contradições da produção do espaço dos assentamentos: a conquista do PDA pelo MST** (um estudo de caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi/ MG) Minas Gerais – Brasil 2008.

RAMOS FILHO, L.O.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Reforma agraria agroecológica como alternativa de recampanización en zonas de agricultura industrializada: la experiencia del asentamiento “Sepé Tiaraju”, Ribeirão Preto, Brasil**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Ipojuca. Anais eletrônicos... Ipojuca: ALASRU, 2010.

SANTOS, Priscila Cristina. **Mística da luta: um estudo de caso das jornadas de agroecologia do MST no Paraná**. Dissertação de Mestrado. 2019.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. **Agenda política da terra no governo Bolsonaro political**. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 285 - 318, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo **Sobre los orígenes de la agroecología e en el pensamiento marxista y libertário**. Plural editores. 2011.

SILIPRANDI, Emma **Mulheres e agroecologia; a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Univ de Brasília, 2009.

SILVA, José Gomes. **Reforma agrária e a lei do Estatuto da Terra**, 1983.

SILVA, Joseli Maria; CESAR. Tamires de Oliveira; PINTO, Vagner Moraes. **Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas**. In Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à 2 Covid-19. / Flamarion Dutra Alves, Sandra de Castro de Azevedo (Organizadores) – Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020.

SILVA, Edna Maria do Nascimento da. **Bem Viver e Marcas Culturais Tanzanianas: A Experiência da AFYA na Reconstrução da Relação das Mulheres com a Saúde em Territórios de Pobreza** / Edna Maria do Nascimento da Silva. - João Pessoa, 2019. 176f. : il. SILVA, Joseli M. **Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica**. In: _____. (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a. p. 55-93.

SILVA, Joseli M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica**. In: _____. (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. p. 93-114.

SILVA, Silvana Aparecida; BALESTRIN, Nádia Luzia; BRANDENBURG, Alfio. **A agroecologia como um projeto em construção no movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST – 2018**.

SOARES, Irani Santos. **A organização do espaço em assentamentos de reforma agrária na bahia: intenções e ações**. Dissertação de mestrado. (UFBA) Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia. Salvador 2014.

SOUZA SANTOS, Boaventura ; MENEZES, Maria Paula; BIDASECA, Karina; NUNES, João Ariscado; RUFER, Mario; SILVA, Teresa Cruz; FARIA, I. F. **Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia**. In: Boaventura De Sousa Santos ... [et al.]. (Org.). Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul. 1ed. Buenos Aires: CLACSO CES, 2018, v. 01, p. 133-164.

SOUZA, Andre Luiz. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do mst: entre o ideal e o concreto/ estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique- Diamante d'Oeste Paraná**. Dissertação de Mestrado, 2017.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SPAIN, Daphne. **La importância de los espacios de género urbanos em el ámbito público, em Urbanismo y género, uma visión necessária para todos**. DIBA, Barcelona, 2006.

SPAIN, Daphne. **How Women Saved the City**. University of Minnesota Press, Minnesota, 2002.

STÉDILE. João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agraria 1946-2003**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória no MST e a luta pela terra no Brasil**. 2º ed. – Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TORRES, Cristiane. **O simbolismo do MST na marcha e na mística- espaço intinerante de formação humana.** Revista Espaço acadêmico n 110 jul 2010.

TARDIN, J.; TONÁ, N.; FRIGO, D.; BITTENCOURT, N. **Jornada de Agroecologia: 18 anos de construção e luta.** In: GRUPO DE TRABALHO CARTILHA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ (org.). Cartilha 18ª Jornada de Agroecologia do Paraná. Curitiba, 2019. p. 5-16.

TONÁ, Nilciney. MST/PR, GUHUR, Dominique M. P . **O Diálogo de Saberes, na Promoção da Agroecologia na Base dos Movimentos Sociais Populares -.** MST/PR, 2009.

TORINELLI, Michele. **Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de agroecologia.** MST, 2016.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. **Reflexões sobre a compreensão da Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Rev. Bras. de Agroecologia, v.4, n.2, p. 2842-2846, nov. 2009.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Transição Agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades.** 2011. 207f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

VERAS, Melissa Michelotti. **Agroecologia em assentamentos dos MST no rio grande do sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática .** 2005.

VIA CAMPESINA. **Cartilha da biodiversidade, organização popular, agroecologia.** 5 jornada de agroecologia. 2005.

VIEIRA, César Machado, **MST e Agroecologia: Discutindo propostas de mudança.** 2007.

WANDERLEY, M, B. **O mundo rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEZEL , A. BELLON S. DORE T. FRANCIS C. VALLOD D. DAVID C. **Agroecology as a Science, a movement and a practice, a review.** Agronomy for sustainable Development, 2009.

WEZEL, Alexander. SOLDAT, Virgine. **A quantitative and e qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology.** Internacional jornal of agricultural sustainability. 2009.